Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Claudio Araujo de Souza e Silva

A virtude dos sacrifícios *versus* a ciência das transações: Tenório Cavalcanti e o campo político do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2012

Claudio Araujo de Souza e Silva

A virtude dos sacrifícios *versus* a ciência das transações: Tenório Cavalcanti e o campo político do Rio de Janeiro

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. João Trajano de Lima Sento-Sé

Rio de Janeiro

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

C376 Silva, Claudio Araujo de Souza
A virtude dos sacrifícios versus a ciência das transações: Tenório Cavalcanti e o campo político do Rio de Janeiro \ Claudio Araujo de Souza Silva – 2013.
310 f.

Orientador: João Trajano de Lima Sento-sé.
Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
. Bibliografia.

1. Cavalcanti, Tenório, 1906 - 2. Rio de Janeiro (RJ) – História – Teses. 3. Baixada Fluminense (RJ) – Condições sociais – Teses. I. Sento-Sé, João Trajano de Lima. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 981.53

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Claudio Araujo de Souza e Silva

A virtude dos sacrifícios *versus* a ciência das transações: Tenório Cavalcanti e o campo político do Rio de Janeiro

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em: 31 de outubro de 2012

Banca examinadora:

_____

Prof. Dr. João Trajano de Lima Sento-Sé (Orientador)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

_____

Prof[a]. Dr[a]. Helena Maria Bomeny Garchet

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

_____

Prof. Dr. Paulo Mesquita d'Avila Filho

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

_____

Prof[a]. Dr[a]. Marly Silva da Motta

Fundação Getúlio Vargas/RJ

_____

Prof. Dr. Américo Oscar Guichard Freire

Fundação Getúlio Vargas/RJ

Rio de Janeiro

2012

DEDICATÓRIA

À memória do sociólogo e ex-funcionário da FUNAI, José Augusto Mafra dos Santos, parceiro de ótimas prosas e pai do meu queridíssimo amigo Tiago.

Aos meus pais, Elizabeth Greenhalgh de Araujo e Nelson Albuquerque de Souza e Silva, pelo amor e por tudo que representam em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Apesar do trabalho que envolve a elaboração de uma Tese ser um tanto solitário, muitos contribuíram para que ele se concretizasse. Nesse sentido, gostaria de fazer um agradecimento especial a: Adriana Araujo de Souza e Silva, Ana Lucia Albuquerque de Souza e Silva, Anderson Moraes de Castro e Silva, Bernardo Borges Buarque de Hollanda, Fábio Tenório Cavalcanti Francesconi, Gustavo das Neves Bezerra, João Marcelo Ehlert Maia, José Renato de Carvalho Baptista, Lia de Mattos Rocha, Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros, Luiz Kleber Rodrigues Farias, Luzimar Paulo Pereira, Maria Josefina Gabriel Sant'Anna, Paulo Fontes, Paulo Rodrigues Gajanigo, Renata Gonçalves, Ricardo Almeida e Rosane Cristina de Oliveira. Todas Essas pessoas contribuíram com a revisão do texto, com a organização do material ou com informações, sugestões e comentários que deram mais a qualidade a esta pesquisa.

Mais especificamente, gostaria de agradecer às professoras Marly Motta e Helena Bomeny, que participaram da banca de qualificação e contribuíram decisivamente para definir os rumos desta Tese e ao professor Carlos Eduardo Sarmento, por tecer críticas muito relevantes na avaliação do texto apresentado durante o curso Seminário de Tese e, fundamentalmente, por ter sugerido que eu pesquisasse os discursos parlamentares de Tenório Cavalcanti. Quero agradecer também aos funcionários da Biblioteca Nacional e da ALERJ, pela ajuda e acolhimento durante o tempo em que realizei a pesquisa; aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ, pelo amparo institucional e pela excelente relação durante os quatro anos do curso de Doutorado; e a CAPES, por viabilizar os recursos financeiros que me foram fornecidos.

Deixo, por último, o agradecimento mais do que especial ao meu orientador, João Trajano Sento-Sé, pelo estímulo, apoio, atenção, companheirismo e pelo precioso tempo dedicado à minha formação profissional.

O político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos. Toma como base a realidade efetiva: mas o que é esta realidade efetiva? Será algo estático e imóvel, ou, ao contrário, uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio? Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso). Portanto, o "dever ser" é algo concreto, ou melhor, somente ele é interpretação realista e historicista da realidade, somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política.

Antonio Gramsci, Cadernos do Cárcere

RESUMO

SILVA, Claudio Araujo de Souza. **A virtude dos sacrifícios *versus* a ciência das transações:** Tenório Cavalcanti e o campo político do Rio de Janeiro. 2012. 310 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Este trabalho tem como objetivo interpretar o fenômeno político expressado por Tenório Cavalcanti - político popular que atuou fundamentalmente em áreas periféricas e pobres da cidade e do estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1960. Pretendo mostrar a narrativa, os símbolos e os códigos culturais que construíram a sua imagem pública e como a sua atuação marcou a dinâmica e a estruturação do campo político do Rio de Janeiro. A pesquisa baseia-se, fundamentalmente, no jornal *Luta Democrática*, entre os anos de 1954 e 1964, e nos seus discursos pronunciados na Câmara dos Deputados, entre 1951 e 1964. A partir da análise das fontes procuro mostrar de que maneira os elementos que constituem o fenômeno servem como ferramenta analítica para compreender melhor a construção de identidades sociais, os mecanismos de representação política, a forma como foram percebidos os processos de inclusão e exclusão social, assim como os conflitos sociais daquele período.

Palavras-chave: Tenório Cavalcanti. Baixada Fluminense. Campo político do Rio de Janeiro. Memória política. Poder. Violência.

ABSTRACT

SILVA, Claudio Araujo de Souza. **The virtue of sacrifices *versus* the science of negotiating**: Tenorio Cavalcanti and the political arena in Rio de Janeiro. 2012. 310 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

This dissertation interprets the politician Tenorio Calvacanti as a political phenomenon. Calvacanti was a popular politician who focused primarily on residents of the poor outskirts of the city and state of Rio de Janeiro between the 1930s and 1960s. I analyze the political discourse, symbols, and cultural codes that constituted his public image, as well as how his political work framed the dynamics and the structure of the political arena in Rio de Janeiro. This study draws on the newspaper *Luta Democratica*, between the years 1954 and 1964, and on his speeches in the *Câmara dos Deputados* (House of Representatives), between 1951 and 1964. Through analysis of these materials I show how the elements that constituted Calvacanti as a political phenomenon serve as an interpretive lens to better understand a variety of phenomena from this era, including the mechanisms of political representation, the construction of social identities, the way that the process of social inclusion and exclusion were publically perceived, as well as broader social conflicts of that period.

Keywords: Tenorio Cavalcanti. Baixada Fluminense. Political arena in Rio de Janeiro. Political memory. Power. Violence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....10

1 **A INVENÇÃO DO TENORISMO**.....25

1.1 **As Linguagens da política brasileira**.....28

1.2 **O lacerdismo e o chaguismo: casos exemplares do campo político do Rio de Janeiro**.....32

1.3 **O espaço de Tenório Cavalcanti no campo político do Rio de Janeiro**.....47

1.3.1 A politização da violência.....49

1.3.2 Assistencialismo, coronelismo urbano e patronagem.....84

1.3.3 O advogado do povo..... 105

2 **"TENÓRIO É!": O POPULISMO E O LUTA DEMOCRÁTICA** 115

2.1 **Breve análise teórica sobre o populismo na política brasileira**.....116

2.2 **A voz do povo no Luta Democrática**.....136

3 **TENÓRIO CAVALCANTI E O ANTIELITISMO**.....173

3.1 **O paradoxo udenista ou o udenismo popular?**.....173

3.2 **Os anos JK**.....190

3.2.1 O antielitismo udenista nas palavras de Índio, Mário Guimarães, Sancho Sem Pança, Dom Chicote e Tenório.....195

3.3 **As eleições da Guanabara e o adeus a UDN**.....217

3.4 **A guinada à esquerda**.....238

3.5 **Tenório sai de cena**.....263

4 **O TENORISMO COMO MITOLOGIA POLÍTICA**.....267

4.1 **Os dois corpos do deputado**.....277

CONCLUSÃO......303

REFERÊNCIAS.....307

INTRODUÇÃO

Em uma sessão extraordinária realizada em março de 1952 na Câmara dos Deputados, localizada na antiga capital da República, o então deputado Medeiros Neto, do Partido Social Democrático (PSD) de Alagoas, discursava a respeito do êxodo rural do Nordeste, lamentava o problema da fome naquela região e aproveitava para pedir verbas para subsidiar a agricultura do município de Palmeira dos Índios[1]. Naquela ocasião o udenista Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque, escutando atentamente o discurso do deputado pessedista, pediu um aparte e assim se pronunciou: "[...] León Trotsky declarou certa feita: 'antes que os políticos briguem é sempre conveniente saber se o povo está passando fome'. O que se dá no Brasil é esta falta de pão, muita fome, agonia, aflição, inquietação e os políticos na luta feroz, no fervor incrível pelo domínio das coisas." (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, março de 1952, v.1, p.498). Dando continuidade ao tom idealista do comentário, Medeiros Neto ratificou as palavras de Tenório Cavalcanti dizendo que os políticos deveriam deixar de ser políticos para que a população começasse a perceber a realidade de uma política descrita como benéfica e solidária. Tenório aproveitou o ensejo e complementou dizendo que a situação só mudaria no dia em que a política no Brasil se tornasse a virtude dos sacrifícios e não mais a ciência das transações[2].

Em 1952, Tenório Cavalcanti pertencia ao maior partido oposicionista, a conservadora UDN. Assim, a sua crítica era endereçada ao governo Vargas. Já em abril de 1964, algumas semanas antes de ter seu mandato cassado em função de suas posições políticas consideradas esquerdistas, Tenório declarou da tribuna do parlamento:

> É nesse caminho que devemos trilhar, para que os políticos se dediquem à missão para a qual são destinados. A política é a virtude do sacrifício e não a ciência das transações indecorosas. Infelizmente no Brasil deixou de ser a virtude do sacrifício para ser balcão de negócios pessoais. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, abril de 1964, v.4, p.230).

No mês em que houve o Golpe Militar, Tenório apoiava o presidente João Goulart e as reformas de base e criticava os que estavam do lado do imperialismo norte-americano, dos trustes e dos latifúndios.

---

[1] Cidade onde nasceu Tenório Cavalcanti.

[2] Tenório Cavalcanti atribuiu a frase a um discurso que o próprio Medeiros Neto teria feito em outra ocasião.

Os discursos do ex-deputado fluminense revelavam a sua percepção a respeito de uma diferenciação ética inerente à atividade política nas democracias modernas e que foi colocada por Max Weber, em seu ensaio *A política com vocação* (1982), como sendo a ética dos fins ou da convicção e a ética dos meios ou das responsabilidades. Descritas de forma ideal, a primeira baseia-se na vocação para tomar decisões sem refletir sobre as consequências, já a segunda sustenta-se na vocação para ponderar a respeito das consequências da tomada de decisão.

Seguir prioritariamente um desses dois princípios éticos pode levar a uma variedade enorme de comportamentos políticos. Para Weber, em que pese o antagonismo das duas éticas, seria importante que elas se complementassem no exercício da política, haja vista que a plena convicção sobre o resultado benéfico dos fins pode levar à despreocupação com meios considerados maléficos como, por exemplo, o uso abusivo da violência. Em contrapartida, a preocupação excessiva com a ponderação sobre os meios pode levar ao oportunismo sem princípios através de negociatas pragmáticas que procuram evitar os conflitos políticos idealísticos. A ética dos fins se legitima através de componentes irracionais que abalam emocionalmente as pessoas ou pela busca cega de ideais normalmente vinculados à superação do que é considerado uma injustiça social. Já a ética dos meios se legitima na razão fria e calculista que procura entender os procedimentos necessários para contemplar diferentes situações e se adaptar a elas. Em suma, Weber indica que se pode viver para a política e da política. Mas, vale destacar o comentário de Bourdieu sobre essa suposta separação da atividade política apontada pelo teórico alemão: "[...] seria preferível dizer que se pode viver da política com a condição de se viver para a política." (BOURDIEU, 2010, p.176).

Analisar éticas significa preocupar-se com os princípios que motivam e orientam o comportamento humano em determinadas realidades sociais. Obviamente, as pessoas são capazes de criar discursos que indicam a forma como se comportam na realidade. Isso não significa que estes discursos sejam falsos, fruto apenas da imaginação ou da fantasia, já que os significados que eles propagam têm sido capazes de pautar comportamentos, criar noções de pertencimento e sustentar decisões e ações individuais e coletivas. Na versão de Tenório Cavalcanti a virtude dos sacrifícios expressaria a ideia de políticos puros e autênticos, que não formam conchavos apenas com fins eleitoreiros. Além disso, a atitude sacrificial seria própria de políticos que levam as questões sociais para o debate na esfera pública, que pensam no interesse coletivo e que enfrentam os adversários. Numa conhecida expressão popular, seriam aqueles que "dão a cara à tapa". Porém, na lógica dos inimigos políticos de

Tenório, uma ação como essa poderia ser facilmente designada como demagógica, amadora, preocupada apenas com o próprio prestígio, resultado de um político pouco afeito com as responsabilidades e os procedimentos que regem a profissão política. A ciência das transações, noutro sentido, significaria uma atitude articulista, de acordos, alianças e conchavos. Se os políticos que seguem este perfil brigam é apenas porque almejam o favorecimento pessoal, o interesse privado e não o bem-estar daqueles que representam.

Grosso modo, os debates políticos que se travaram no Brasil, entre os marcos históricos delimitados pela Constituição de 1946 e o Golpe Militar de 1964, seguiram certo padrão discursivo. Por um lado, os discursos se referiam aos políticos preocupados com os rumos da nação, seja encampando ideias sobre o desenvolvimentismo, o nacionalismo e o trabalhismo - legado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com forte apoio dos comunistas em determinadas conjunturas - seja ratificando a importância da moralidade política - legado da União Democrática Nacional (UDN), sendo esta também uma bandeira dos comunistas, porém, sem nenhum vínculo institucional com a UDN. Por outro lado, se fazia alusão àqueles que se perdiam em venenosas transações, metidos em esquemas de corrupção - acusações udenistas e comunistas endereçadas, sobretudo, aos trabalhistas e aos pessedistas - articulando golpes políticos elitistas - acusações dirigidas a UDN - ou revolucionários - denúncias que recaíram sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Foi o discurso sobre os sacrifícios e as transações políticas que marcou não só aquela época no Brasil, como também muitas outras conjunturas da história política mundial. Um vasto repertório retórico foi criado em torno dessas questões. O posicionamento dos atores envolvidos nesses debates e os argumentos utilizados para alimentá-los varia de acordo com as conjunturas eleitorais e o modo como tais atores se articularam em seu interior. Em síntese, podemos chamar esses debates de construções imaginárias, visões de mundo que, ao se refutarem, se configuram a novos modos de sociabilidade e criam noções de pertencimento. Obviamente seria um equívoco querer interpretar essas construções e visões de mundo em termos de verdades e mentiras, mas o mesmo não se dá caso o façamos através da análise da sua influência sobre as tomadas de decisões e comportamentos coletivos. Nesse sentido, é importante analisar de que maneira a opinião pública se configura em torno desses debates, pois ela é construída a partir de reflexões e interpretações sobre discursos reproduzidos por diversos atores sociais. A imprensa desempenhou um importante papel na vida política nacional no período democrático construído entre 1945 e 1964. A redemocratização do país após o fim do Estado Novo trouxe a volta da concorrência eleitoral entre os partidos políticos. A obrigatoriedade do voto para a população alfabetizada e maior

de 18 anos, estabelecida na Constituição de 1946, levou os partidos de todas as correntes a buscarem o apoio popular. Com a classe política sendo escolhida por um eleitorado maior, os jornais tornaram-se peça fundamental para a formação da opinião pública e para a construção de partidos e lideranças políticas de massa.

Analisar a trajetória de alguns políticos pode nos levar a refletir sobre aspectos importantes que caracterizam uma época, uma conjuntura ou um contexto específico. Pode também ajudar a suprir algumas lacunas das pesquisas históricas ou mesmo contribuir para reformular interpretações consolidadas sobre a realidade social. Mais do que um trabalho meramente descritivo e informativo sobre uma história de vida, esse tipo de análise possibilita perceber a construção, a manutenção e o desaparecimento de identidades sociais. A definição destas identidades nos capacita a compreender melhor a forma como foram percebidos os processos de inclusão ou exclusão social, assim como os conflitos sociais de uma determinada época. São estes aspectos que procurei destacar no estudo sobre o fenômeno político expressado por Tenório Cavalcanti.

O objeto escolhido foi construído com base na expressão da imagem pública do político fluminense, aquilo que foi se consolidando na memória coletiva e que ajudou a dar contornos mais claros a cultura política de um espaço social. Os discursos do político caxiense feitos na Câmara dos Deputados e a linguagem utilizada por seu jornal, *Luta Democrática*, são coautores de um estilo de atuação política. Este estilo encontrou apoio numa população que, ao compartilhar significados comuns sobre a política, reinventou a sua própria mentalidade e o seu comportamento, resultando em manifestações públicas que sinalizavam diversas formas de adesão, dentre as quais se destacava o voto.

Seguir essa proposta implicou em adotar uma base teórico-metodológica que permitisse pensar diversas formas de configuração entre Tenório Cavalcanti e o campo político no qual ele se inseriu. Esta conexão sustentou-se em discursos, visões de mundo, significados, símbolos e códigos culturais que não poderiam ser construídos apenas pelo homem Tenório Cavalcanti, mas sim por uma rede de interdependências que se estabeleceu entre as suas diversas formas de atuação no mundo político, as suas bases eleitorais e os demais políticos existentes em seu contexto. Não se trata, portanto, de uma narrativa que separa o indivíduo da sociedade que o cerca, pois a proposta aqui concebida visa entender o fenômeno em questão como algo que se configura no coletivo[3]. Por conseguinte, ao pesquisar sobre o Tenório Cavalcanti a minha intenção foi não apenas escrever sobre a trajetória de um

[3] Esta forma de interpretar a realidade social encontra amparo teórico no legado das Ciências Sociais, construído em torno da obra de autores como Norbert Elias e Pierre Bourdieu.

personagem importante para entender a história política do Rio de Janeiro, mas também interpretar o deputado fluminense enquanto a expressão de um fenômeno que não pode ser explicado apenas pela narrativa cronológica das ações políticas de um indivíduo. Para além disso, Tenório é apresentado como um objeto que permite analisar traços de uma cultura política e mecanismos de organização da vida social. Entendo ainda que a análise deste objeto também contribui para mostrar que os discursos políticos podem produzir formas de inclusão e de exclusão de atores na arena política, assim como ajudar a sedimentar a relação entre identidade social e memória.

O desenvolvimento do tema só foi possível porque havia um vasto material que possibilitava a realização da pesquisa. As principais fontes utilizadas foram o jornal *Luta Democrática* e os discursos de Tenório Cavalcanti na Câmara dos Deputados. Há ainda um material acadêmico, que eu procuro apresentar ao longo da Tese e que discute, de diversas formas, o modo como Tenório se encaixa na história política. Mais do que isso, há uma bibliografia sobre a estruturação e a dinâmica do campo político do Rio de Janeiro e sobre alguns dos personagens que compõem esse campo.

Antes de apresentar o resumo dos capítulos que compõem esta Tese, penso que seja importante explicar, de modo sucinto, quem foi Tenório Cavalcanti a fim de melhor situar o leitor em relação ao objeto aqui analisado. Nesta síntese destacarei os aspectos políticos de sua trajetória, que é o que mais interessa a este estudo. A atuação política de Tenório Cavalcanti ocorreu fundamentalmente entre os anos 1930 e 1960. Ao longo desse período o político fluminense se tornou popular e teve uma base eleitoral concentrada nas regiões pobres e periféricas da cidade e do estado do Rio de Janeiro. O seu nicho eleitoral era na região da Baixada Fluminense, mais especificamente, no município de Duque de Caxias. Resumidamente a sua trajetória política se iniciou quando ele foi eleito vereador por Nova Iguaçu em 1936 (na época Duque de Caxias era distrito de Nova Iguaçu). Após o Estado Novo, já em 1947, foi eleito deputado estadual pelo estado do Rio de Janeiro; e, por quatro vezes consecutivas, elegeu-se deputado federal (1950, 54, 58 e 62). Além disso, foi candidato ao governo do estado da Guanabara, em 1960 e candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro, em 1962.

Tenório Cavalcanti era um alagoano, da cidade de Palmeira dos Índios. Veio para o Rio de Janeiro em 1926, seguindo a trajetória de milhares de outros nordestinos que, já naquela época, rumavam para capital da República em busca de emprego, moradia, enfim, de melhores condições de vida. Mas, há um importante diferencial na biografia do nosso personagem: ele pertencia a um ramo empobrecido de uma família que já havia possuído

terras e poder no Sertão Nordestino e, por isso, os seus parentes mais próximos mantiveram contato com alguns políticos influentes na região. Entre eles se destacava o deputado Natalício Camboim de Vasconcelos[4], padrinho de Tenório. Portanto, o migrante do interior alagoano não chegou à capital como um retirante anônimo, desenraizado e sem identidade, pois foi justamente por intermédio desse padrinho que, após passar um ano trabalhando na cidade do Rio de Janeiro, Tenório foi chamado para ser capataz da Fazenda Santa Cruz, localizada no então distrito de Duque de Caxias.

Nas biografias existentes sobre Tenório Cavalcanti esse trabalho é visto como uma espécie de mito de origem da associação da sua imagem com a violência. E essa associação é fruto de um tipo de trabalho bastante comum que servia à estrutura sócio-econômica da Baixada Fluminense daquela época. A tarefa consistia na organização de um grupo armado que atuava em conflitos por posse e demarcação de terras. Esse tipo de ofício foi muito comum não só na Baixada, como também em diferentes épocas e lugares do Brasil e de outras partes do mundo caracterizadas como regiões de fronteira[5], onde as relações sociais nem sempre são pautadas pela lei e onde as instituições estatais atuam com muito pouca autonomia. No Brasil essa atuação de grupos armados na defesa de grandes propriedades de terra foi um dos alicerces que serviu de legitimação para o sistema coronelista, ainda na Primeira República. Os chefes desses grupos armados, como foi o caso de Tenório, em geral tinham muito prestígio em função do medo, respeito e dureza que deveriam impor no exercício dessa profissão e pela importância que os seus serviços prestados adquiriam. Afinal, eram esses grupos que protegiam as terras dos proprietários em ambientes altamente conflituosos. Em função disso, esses trabalhadores eram mais reconhecidos pelos patrões e acabavam recebendo boas recompensas em forma de dinheiro e de terras. Provavelmente foi isso o que aconteceu com o Tenório. Durante o período em que exerceu esse trabalho, ele não só conquistou *status* entre as elites políticas e econômicas locais, como também adquiriu terras na Baixada Fluminense que vieram a se valorizar bastante nos anos seguintes. Na posse desses recursos e desse prestígio local, Tenório resolveu abandonar a profissão, até porque

[4] Natalício Camboim de Vasconcelos foi industrial em Alagoas e deputado federal por este mesmo estado de 1909 a 1926. Ver: DHBB, 2010, verbete: CAVALCANTI, Tenório. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx. O primeiro nome de Tenório – Natalício - foi uma homenagem ao político alagoano e, segundo consta na biografia escrita por uma de suas filhas, o pai de Tenório trabalhou em suas campanhas eleitorais (FORTES, 1986, p.46).

[5] No caso da Baixada Fluminense, a noção de fronteira foi comumente empregada no intuito de diferenciar a região da antiga capital da República.

era um trabalho tenso, arriscado, em que ele sofria constantes ameaças e sabia que não sobreviveria muito tempo se continuasse naquela função.

Aos poucos Tenório foi se firmando como um componente da elite econômica local e por intermédio de seu ex-patrão, chamado Edgard de Pinho, ele começou a ser levado para a política. Edgard de Pinho era cunhado do Otávio Mangabeira, que foi Ministro das Relações Exteriores no governo Washington Luís, uma das lideranças de oposição ao Getúlio Vargas na Revolução de 30 e mais tarde um dos fundadores e primeiro presidente da UDN, o principal partido de oposição durante todo o período da República de 46. Através desses contatos com a elite política local Tenório se filiou a União Progressista Fluminense. A UPF atuava como um partido local antes do Estado Novo e se colocava em oposição ao Partido Popular Radical (PPR), que, por sua vez, era apoiado por Getúlio Vargas. Foi pela UPF que Tenório foi eleito vereador como representante do distrito de Duque de Caxias para compor a Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

O que é importante destacar até aqui é que, ao longo desse tempo, Tenório Cavalcanti foi criando em torno de si uma rede de proteção formada a partir de relações pessoais e que operava através do código da violência. E foi justamente essa rede de proteção que lhe serviu para se legitimar, mais tarde, na política local. De que modo isso ocorreu? A violência era um código comum que ajudava a legitimar a ação dos grupos políticos naquela época na Baixada Fluminense. Ao usar a violência como um mecanismo de construção de suas bases políticas Tenório estava, na verdade, se adaptando àquele contexto. Ele usava a violência como um meio para barganhar poder político, protegendo não apenas membros da elite política local, como também os migrantes que chegavam naquela região, principalmente a partir dos anos 1940, quando o fluxo migratório começou a crescer significativamente. Como eu disse, esses migrantes chegavam à Baixada sem moradia e sem emprego e Tenório começou a usar a sua rede de proteção e de relações pessoais para ofertar esses recursos. Quando começou a haver um processo de loteamentos das grandes propriedades, que faliam em função das transformações sócio-econômicas que vinham ocorrendo na Baixada Fluminense, esses lotes passaram a ser alvo fácil de grilagem e de uma forte especulação de empresas imobiliárias. Naquele contexto o político caxiense, através de sua rede proteção, defendia os posseiros que, em geral, eram migrantes. E, ao fazer isso, entrava em conflito com grileiros, empresários e proprietários que estavam ligados a grupos políticos opostos ao seu. Estou me referindo não apenas a conflitos armados, mas também a conflitos jurídicos, já que Tenório se tornou advogado e, principalmente ao longo dos anos 1950 e 1960, usou o poder de seus diplomas acadêmico e político para atuar nesse tipo de conflito. Obviamente o

seu envolvimento nesses casos tinha como objetivo conquistar capital político e, consequentemente, eleitores.

Voltando à sequência histórica dos acontecimentos políticos, em 1937 foi instalado o Estado Novo. Naquele momento o Poder Legislativo deixou de existir e, consequentemente, o então vereador caxiense foi deposto do cargo. Porém, durante esse tempo ele continuou acionando a sua rede de proteção, que agora já servia de base a uma política assistencialista mais ampla. Durante o Estado Novo a Baixada Fluminense acompanhou o desenvolvimento econômico brasileiro e diversos investimentos foram feitos na região (entre eles a Fábrica Nacional de Motores, em Duque de Caxias), o que foi determinante para aumento da população local, bem como para a diversificação do perfil dessa população, que, além dos trabalhadores agrários, passou a ser formado por um contingente operário instalado em polos urbanos cada vez mais consolidados. No que diz respeito à política, naquele momento foram se formando redes de clientela acionadas diretamente pela distribuição de recursos, cada vez mais gordos, provenientes do Poder Executivo. Não à toa foi naquele período que alguns municípios da Baixada Fluminense foram emancipados, deixando de ser distrito de Nova Iguaçu (Duque de Caxias, por exemplo, foi emancipado em 1943). Essa emancipação supria a necessidade do domínio da região pelo Poder Executivo estadual, que agora teria como nomear os prefeitos, organizar todo o quadro administrativo e, assim, controlar mais facilmente a distribuição de recursos.

No livro de memórias de Tenório Cavalcanti (SILVA, 1954) é possível perceber claramente que, naquele momento, os delegados de polícia passaram a ser o seu principal inimigo político. Esses delegados eram nomeados diretamente pelos Interventores estaduais e trabalhavam a favor dos políticos que apoiavam a situação. Então, dois nomes começaram a aparecer com mais frequência na narrativa do Tenório quando se referia àquele período: o do Secretário de Segurança Pública do Estado, Agenor Barcelos Feio, e do Interventor do Estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto. Este último foi interventor do Estado Novo somente até 1939, mas se firmou como um dos principais nomes da política do Rio de Janeiro durante todo o período da República de 46. Foi ele um dos principais responsáveis pela montagem dessa rede de clientela centralizada no Poder Executivo. Após o período ditatorial, essa rede serviu de base para a formação da máquina partidária do PSD e deu origem ao chamado fenômeno amaralista no campo político do Rio de Janeiro.

A novidade desse clientelismo amaralista do período democrático é que ele dependia eminentemente do voto. Então, a rede de articulações do Poder Executivo estadual com as lideranças políticas municipais, visando a alocação de recursos, só poderia ocorrer através da

conquista de cargos eletivos. Para isso, era fundamental incorporar um grupo de políticos que já tinha uma certa representatividade em cada região do estado. Assim, Tenório Cavalcanti era visto por Amaral Peixoto como um desses políticos que poderia consolidar a sua rede de clientela em Duque de Caxias. Outros políticos, próximos ao Tenório, foram para o PSD visando fazer parte da rede de clientela amaralista. Entre eles destacava-se o nome Getúlio Moura, que se tornou uma espécie de cacique de Nova Iguaçu. Tenório chegou a ser procurado pelo PSD, mas acabou se filiando a UDN. Pesaram nessa decisão, muito provavelmente, os laços pessoais que o parlamentar mantinha com os grupos políticos que já vinham fazendo oposição ao Getúlio Vargas desde a Revolução de 30. Então, ao invés de se aliar ao PSD de Amaral Peixoto, Tenório se dedicou a instalação do diretório da UDN em Duque de Caxias. Esse fato, segundo consta em suas memórias, contribuiu para que ele fosse perseguido pela polícia amaralista.

A narrativa de Tenório Cavalcanti sobre os conflitos políticos, sobretudo em época de campanha eleitoral, era fortemente construída pela semântica da violência. Quando foi eleito deputado estadual, em 1947, junto com ele entrou Agenor Barcelos Feio, que se elegeu pelo PSD e se tornou um de seus principais inimigos políticos, sendo diversas vezes acusado pelo deputado udenista de mancomunar atentados armados contra ele. Data daquela época relatos de que Tenório, justificando sua própria proteção, de vez em quando entrava na Assembleia Legislativa vestindo uma capa preta e levando por baixo dela a sua famosa metralhadora, carinhosamente chamada de "Lurdinha". Quero destacar que foi através da articulação de uma ampla rede de proteção fundamentada na violência e em práticas assistencialistas que o deputado udenista conseguiu se manter à margem do máquina clientelista amaralista. Durante o período democrático alguns grupos dentro da própria UDN serviram de suporte para a estruturação da rede de Tenório Cavalcanti. É claro que a sua posição como deputado também o ajudava a se articular com instituições do Estado para manejar recursos. Entretanto, em nenhum momento ele esteve diretamente ligado à máquina amaralista centrada no Poder Executivo.

Portanto, a montagem da rede articulada em torno do Tenório Cavalcanti permitiu a sua ascensão eleitoral como político de oposição e, provavelmente foi isso que lhe garantiu votos para se eleger pela primeira vez deputado federal pela UDN do estado do Rio, em 1950. Porém, é importante mencionar que, naquele momento o parlamentar fluminense ainda era uma liderança local, que concentrava votos praticamente apenas em Duque de Caxias. Nessa eleição ele teve apenas 9.072 sufrágios, a segunda pior votação entre todos os candidatos eleitos para compor a Câmara dos Deputados e a pior votação entre os candidatos udenistas

eleitos. Nesse mesmo pleito, na disputa para o governo do estado do Rio, Amaral Peixoto foi eleito com 63% dos votos e derrotou com folga Prado Kelly, que era o candidato da UDN. Dessa forma, Amaral pôde consolidar ainda mais a sua máquina clientelista no estado do Rio. Naquela conjuntura, se Tenório quisesse ascender na política ele tinha duas opções: ou se articulava com a máquina amaralista e, assim, teria grandes chances de se tornar o cacique de Duque de Caxias (como era Getúlio Moura em Nova Iguaçu, vale lembrar) ou teria que encontrar outro meio de se articular com setores mais amplos da população, que não se limitassem ao âmbito local.

Naquela época, a imprensa começava a desempenhar um papel relevante na organização da política de massas. O eleitorado brasileiro começava a crescer cada vez mais. Em 1945, a taxa de comparecimento às urnas, nas eleições para a Câmara dos Deputados, ultrapassou o índice de 10% da população total do país, chegando a mais de 15% nas eleições de 1950. Segundo Jairo Nicolau (2004, p.46), esse índice era suficientemente relevante para colocar o Brasil entre as democracias de massa. Nesse contexto, a imprensa começou a ser usada por alguns políticos como uma ferramenta para se comunicarem com essa massa de eleitores. Data de 1951 a criação do jornal *Última Hora* pelo jornalista Samuel Weiner, que deu amplo apoio político a Getúlio Vargas. No ano anterior foi criado o jornal *O Dia* que, após dar apoio cerrado a Adhemar de Barros, aos poucos, se tornou um baluarte para ascensão de Chagas Freitas no cenário político do Rio de Janeiro. Ainda em 1949, Carlos Lacerda fundou o *Tribuna da Imprensa*. Tenório Cavalcanti seguiu esse modo de fazer política através da imprensa e resolveu inventar o seu próprio jornal. Criado em fevereiro de 1954, no fim do segundo governo Vargas, o *Luta Democrática* também se tornou popular. Este periódico seguia o padrão de produção dos grandes jornais da época, exibindo manchetes sensacionalistas, com forte apelo emocional. Porém, tinha uma peculiaridade em relação aos outros jornais populares, haja vista que não só circulava na capital da República, como também no interior do estado do Rio e, principalmente, nos municípios da Baixada Fluminense, possuindo várias colunas e seções voltadas para esta região.

Essa característica de ser um jornal que transitava entre a capital e as regiões em seu entorno, ajudou a consolidar uma das principais marcas do fenômeno político expressado por Tenório Cavalcanti ao longo dos anos 1950 e 1960: a capacidade de construir um canal ligando a periferia ao centro. Portanto, naquele momento, o deputado fluminense tentava se colocar como um representante popular capaz de expressar, através de seu jornal, a voz da periferia e trazê-la para o centro do debate político na capital da República, ou seja, para o

espaço que representava a "caixa de ressonância do país", onde a política se pautava pelo debate dos grandes temas nacionais.

Tenório costumava usar sua própria autoimagem, construída em torno de sua história de vida, para se colocar como um político capaz de atender as demandas populares. Algumas colunas publicadas no jornal serviam de exemplo para mostrar essa característica. Elas retratavam a imagem de um herói que era capaz de resolver os conflitos sociais usando a violência como uma forma de combater os grupos que ele usualmente apontava como sendo os exploradores do povo. Ou seja, grupos políticos e econômicos das elites, constantemente envolvidos em conspirações secretas, cujo objetivo era roubar o dinheiro público para o seu próprio favorecimento pessoal. Esse era um discurso muito comum no jornal, representava um padrão narrativo que expressava o mundo da política. É claro que essa voz da periferia, propagada pelo *Luta Democrática* era formada também a partir de outros recursos simbólicos que não se limitavam a construção de uma certa semântica da violência. De qualquer forma, é importante destacar que o objetivo principal do parlamentar fluminense era popularizar um partido tradicionalmente considerado elitista, como era o caso da UDN, e disputar espaço com políticos populares de outros partidos, principalmente do PTB, que a partir do final dos anos 1950 começou a se afirmar como um partido mais popular.

Certamente o jornal contribuiu bastante para a ampliação do eleitorado de Tenório Cavalcanti, haja vista que nas eleições de 1954 ele foi eleito o deputado federal com o maior número de votos do estado do Rio de Janeiro e teve o maior aumento percentual de votos entre os candidatos reeleitos (passou de 9.072 votos em 1950, para 42.060, em 1954). Em 1958, ele foi novamente eleito o deputado federal com maior votação do estado. Nessa eleição começou a aparecer mais explicitamente a rixa com o trabalhismo do PTB no estado do Rio de Janeiro, já que Tenório resolveu contrariar a decisão do diretório estadual da UDN e não apoiou Roberto da Silveira na disputa para governador. A decisão devia-se muito provavelmente ao fato de Roberto da Silveira representar na época uma liderança popular ascendente que poderia tirar votos de Tenório Cavalcanti entre a população mais pobre, caso ele não o confrontasse eleitoralmente. Dessa forma, Tenório resolveu apoiar a candidatura de Getúlio Moura pelo PSD e, assim, teve que ficar do mesmo lado de Amaral Peixoto, até então, um dos seus principais rivais na política. Em todo caso, no fim do pleito, Roberto da Silveira acabou sendo eleito.

Esse conflito de interesses entre Tenório Cavalcanti e o diretório estadual da UDN já indicava que ele estava perdendo espaço no partido. A primeira eleição para o governo do Estado da Guanabara, em 1960, representou claramente a derrota do deputado fluminense

dentro da UDN, haja vista que o partido oposicionista preferiu lançar Carlos Lacerda como candidato. Assim, Tenório resolveu abandonar a UDN e se lançar candidato pelo Partido Rural Trabalhista (PRT). Nessa eleição, a disputa pelo voto da população mais pobre entre Tenório e o PTB ficou bastante evidente. Há um estudo de Glaucio Soares (2001) sobre esse contexto eleitoral que mostra que Tenório foi o candidato que teve maior concentração de votos entre as classes sociais mais pobres e a maior rejeição na classe média e entre os mais ricos. Lacerda, ao contrário, teve maior concentração de votos na classe média e a maior rejeição entre os mais pobres. Dada a configuração do eleitorado da época, isso foi suficiente para que Lacerda fosse eleito governador. Mas, o que é mais importante destacar é que o outro candidato, Sérgio Magalhães, que se lançou pelo PTB e foi apoiado pelos comunistas, teve uma votação mais dividida entre as classes sociais e perdeu para Lacerda justamente porque não conseguiu conquistar os votos de uma boa parcela da população mais pobre que acabou votando em Tenório. Essa eleição mostrou que o deputado fluminense era um político capaz de transitar através das fronteiras que separavam a capital das regiões periféricas da cidade. O *Luta Democrática* procurou mostrar que os problemas que atingiam o subúrbio da capital e o chamado Sertão Carioca[6] eram os mesmos que atingiam a população pobre da Baixada Fluminense e do interior do estado, como um todo. Tenório, ressaltava o seu jornal, seria o político que melhor poderia representar essa população.

Essa rixa entre Tenório Cavalcanti e o campo mais popular do trabalhismo se voltou novamente para o interior do estado do Rio nas eleições para governador de 1962. Naquele momento, o deputado combateu Badger da Silveira (irmão de Roberto da Silveira e que acabou sendo eleito), candidato pelo PTB fluminense. Porém, ao mesmo tempo, apoiou o PTB nacional e o PTB da Guanabara. Na Câmara dos Deputados e no *Luta Democrática*, Tenório se posicionou a favor de João Goulart e de Leonel Brizola, defendeu as reformas de base (principalmente a reforma agrária) e se colocou contra o imperialismo americano e os latifundiários brasileiros, de modo que buscou se identificar com aquele discurso que, sobretudo, em função da conjuntura internacional, era caracterizado como sendo de esquerda. No entanto, por outro lado, combateu a política de reforma agrária de Badger da Silveira e a sua atuação junto aos movimentos de camponeses e de posseiros do estado do Rio de Janeiro,

[6] A área que ficou conhecida como Sertão Carioca englobava os bairros que hoje pertencem à Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. O termo se referia, especialmente, aos bairros de Campo Grande, Realengo, Santa Cruz, Guaratiba e Jacarepaguá, que ficaram conhecidos pela sua caracterização mais rural do que urbana e pela semelhança com o modo de vida da população do Sertão Nordestino. Tal designação pode ser encontrada não apenas na imprensa como também em diversas obras literárias desde a década de 30 do século XX. Segundo Sarmento (1998), o naturalista Magalhães Corrêa usou este termo pela primeira vez em crônicas publicadas no jornal *Correio da Manhã* entre 1931 e 1932.

que se fortaleceram bastante na Baixada ao longo dos anos 1960. Em resumo, cabe destacar que, ao tentar reformular o seu discurso popular, Tenório acabou construindo uma agenda política em conformidade com setores da esquerda que se aproximavam não só do trabalhismo, mas também do comunismo. O próprio Partido Social Trabalhista (PST), que era o partido ao qual o Tenório se filiou depois das eleições da Guanabara, era um partido que abrigava alguns políticos comunistas. Por conseguinte, esse vínculo com a esquerda contribuiu para que a Ditadura Militar, instalada em 1964, cassasse o mandato do parlamentar fluminense.

Segundo as palavras de seu neto, Fábio Tenório Cavalcanti Francesconi, que me concedeu uma entrevista, depois que Tenório Cavalcanti foi cassado o seu exílio ocorreu em Duque de Caxias, num sítio em Gramacho, um bairro do município. Achei interessante ele usar a palavra "exílio" para se referir ao isolamento de seu avô em Gramacho num contexto em que a expressão servia para explicar a situação de pessoas que eram expatriadas. Isso só reforça a imagem da Baixada Fluminense como uma região de fronteira.

Nos anos 1980, após a abertura, Tenório não conseguiu voltar à cena política e faleceu em 1987. A memória do deputado foi reenquadrada naquele novo cenário político, principalmente, através do filme *O Homem da Capa Preta*, de Sérgio Rezende (1986). Linderval Augusto Monteiro (2007), através de entrevistas realizadas para a sua pesquisa de Tese, também mostra que Tenório Cavalcanti ainda está bastante presente na memória de alguns moradores da Baixada Fluminense quando o comparam ao estilo de fazer política de alguns políticos mais atuais da região, como o ex-prefeito de Belford Roxo, Joca, e o ex-prefeito Zito, de Duque de Caxias. Cabe mencionar ainda que, segundo informações da Secretaria de Cultura e Turismo de Duque de Caxias, a antiga residência de Tenório, conhecida como "Fortaleza", será transformada em um museu de história política da Baixada em 2013. O fato fortalece a ideia de que a sua memória continuará sendo reconstruída.

Os pontos destacados neste breve resumo serão analisados com maior profundidade ao longo dos capítulos desta Tese. Começo o capítulo I expondo, de modo sucinto, qual o significado que atribuo ao fenômeno político chamado de tenorismo. A seguir apresento como certos conceitos, dentre os quais destaco o de clientelismo, são articulados pela linguagem política brasileira de modo a conceder sentido aos fenômenos sócio-políticos presentes na história do país. Esses conceitos ajudam a entender a maneira como alguns autores interpretam a estrutura e a dinâmica que compõem o campo político do Rio de Janeiro. Para isso, adoto como exemplos históricos os casos do lacerdismo e do chaguismo. A partir dessas considerações iniciais procuro abrir caminho para a análise sobre os principais

códigos, linguagens e práticas que permitem explicar de que modo Tenório Cavalcanti se colocou nesse campo. Esses elementos também dão forma à imagem pública do parlamentar fluminense, que foi construída, fundamentalmente, através do jornal *Luta Democrática*.

No capítulo II, faço uma análise mais detalhada sobre como o jornal de Tenório inventou formas de participação e adesão popular que ajudaram a consolidar a sua imagem pública na cidade do Rio de Janeiro, no interior do estado – especialmente na Baixada Fluminense - e, de forma mais ampla, no cenário nacional. A ideia é mostrar que os espaços criados no jornal para as queixas dos leitores, além das interpretações e ideias dos colunistas sobre problemas e demandas sociais, conformaram um canal de intermediação entre o líder político e as suas bases eleitorais. Essa interação teve como resultado a invenção de mecanismos de representação, noções de pertencimento, reconhecimento, enfim, elementos que ajudam a definir mais claramente o campo político em que Tenório Cavalcanti atuava. Além disso, a análise evidencia formas de expressão da cidadania brasileira e de uma cultura popular que se consolidava na época. A fim de conceder maior embasamento teórico a esta pesquisa realizada no *Luta Democrática*, no início do capítulo exponho uma breve avaliação sobre o conceito de populismo na política brasileira. Meu objetivo é mostrar de que maneira uma abordagem alternativa sobre a linguagem utilizada por um jornal popular pode dialogar com esse conceito, tão caro aos estudos sobre a participação política das massas no Brasil.

No capítulo III, procuro mostrar de que maneira Tenório Cavalcanti se posicionou no cenário político entre o segundo governo de Getúlio Vargas e o período de redemocratização do país, após a Ditadura Militar. A análise destaca a participação de Tenório Cavalcanti nos pleitos eleitorais daquele contexto e a sua relação com as instituições partidárias. Na fase em que esteve ligado à UDN, o parlamentar fluminense procurou conferir um caráter popular ao partido. Porém, também apoiou algumas posições políticas elitistas e golpistas da ala mais radical do partido oposicionista. A imagem pública de líder popular continuou sendo a base da sua identidade política após o seu desligamento da UDN. Já nos anos 1960, a aproximação com o governo de João Goulart levou Tenório Cavalcanti a adotar posições políticas que estavam em consonância com os setores da esquerda. A cassação de seu mandato parlamentar resultou dessa atuação. Nesse momento, o *Luta Democrática* começou a declinar, com tiragens cada vez menores e, mesmo mantendo algumas obras assistencialistas, Tenório entrou no ostracismo.

No capítulo IV, examino de que forma a memória de Tenório Cavalcanti foi reconstruída após a abertura política. Para isso, avalio as linguagens utilizadas em dois filmes e em duas Teses acadêmicas, além de um artigo sobre as representações da Baixada

Fluminense em quatro grandes jornais cariocas. Nesta última parte da Tese também tenho como objetivo compreender, a partir de algumas aproximações teóricas, como a mitologia política construída em torno do político caxiense pode ajudar a dimensionar o fenômeno político em contextos mais amplos.

Em síntese, a ideia que pretendo destacar nesta Tese e que serve como fio condutor ao conferir sentido a toda a pesquisa empírica aqui realizada é que apesar de certos conceitos analisados ao longo do trabalho - como o clientelismo, o coronelismo, a patronagem e o populismo - servirem como ferramenta analítica para facilitar a compreensão do fenômeno político expressado por Tenório Cavalcanti, procurei evitar reificá-los como se fossem a expressão acabada desse fenômeno. Leituras reificadas tendem a engessar a realidade em modelos fixos e consequentemente distorcem a função principal dos conceitos, que é justamente a de ajudar a esclarecer as transformações inerentes à história. Nesse sentido, entendo que a narrativa histórica que aqui apresento não é uma construção estática, porém, dinâmica, de modo que o objeto que lhe confere significado não pode ser edificado a partir de categorias abstratas genéricas previamente determinadas. Assim, não seria correto simplesmente aplicar, por exemplo, o conceito de clientelismo ao fenômeno político expressado por Tenório Cavalcanti. Esse seria um modo de aprisionar o fenômeno, congelá-lo em uma categoria específica. Como se verá mais adiante, tampouco basta mesclar categorias conceituais, como o populismo e o coronelismo, a fim de ampliar um pouco os limites deste objeto. Portanto, foi preciso inverter o caminho dessa argumentação e partir da análise do fenômeno histórico para somente depois buscar apreendê-lo conceitualmente do modo mais adequado. Esta é a ideia central que proponho elaborar nas linhas subsequentes.

1 A INVENÇÃO DO TENORISMO

> Vestindo sua capa preta e trazendo o seu famoso chapéu, Tenório desembarcou em Montes Claros (MG) [...] Qual o motivo dessa enorme popularidade do homem da capa preta? Seriam as suas virtudes de orador? Seria a sua tenacidade como parlamentar ativo e valente? Não, pelo que vimos, Tenório representa alguma coisa mais que um político discursador para aquela gente simples do interior do país. Ele é para aquele povo o símbolo do homem que repele a violência policial, as arbitrariedades dos poderosos sobre os fracos, enfim, o vingador das multidões sofredoras que vivem sob o signo do medo e da humilhação. (LUTA DEMOCRÁTICA, 11/9/1955, p.1).

Para começar este primeiro capítulo é necessário explicar o que significa o termo tenorismo? Chamarei de tenorismo o conjunto de instrumentos materiais e simbólicos que caracterizaram o fenômeno social e político expressado por Tenório Cavalcanti. Entendo que os elementos que constituem este fenômeno são suficientemente peculiares e expressivos para que se possa classificá-lo como uma chave que permite sugerir novas possibilidades de análise tanto sobre a política do Rio de Janeiro quanto sobre a política nacional. Assim, sustento a hipótese que o tenorismo pode ser caracterizado como um paradigma de atuação na política ou, numa outra formulação, uma tradição política. Mas, por que escrever sobre tenorismo? Creio que a melhor maneira de começar a responder esta pergunta é formulando uma outra: o que explica o comportamento político no Brasil? No livro *A fantasia organizada* (1985) Celso Furtado descreve a sua visão sobre a situação política brasileira do pós-guerra da seguinte maneira:

> Em um país com as disparidades regionais e a heterogeneidade social do Brasil, a atividade político-partidária encontra grandes dificuldades para plantar raízes e ganhar significação na vida das pessoas. Daí que a verdadeira política busque refúgio nas instituições da sociedade civil, com as quais as pessoas mais facilmente se identificam. [...]. O certo é que a guerra fria causava mais estragos no Brasil do que na Europa, de onde eu chegava. Lá existiam os partidos políticos, que

> assumiam a confrontação ideológica, cabendo a cada um justificar sua posição diante da opinião pública. Entre nós tudo era codificado, insinuado, opaco. (FURTADO, 1985, p.41-42).

Essa passagem, escrita por um dos maiores analistas políticos do período pós-guerra no Brasil, serve apenas para ilustrar que existia um problema, ou melhor, uma lacuna, na análise da história política brasileira daquela época. O ponto a ser destacado é que apesar dos partidos políticos serem parte fundamental na construção da democracia brasileira do pós-guerra, seria um enorme equívoco tentar explicar o comportamento político, a cultura política e mesmo as disputas ideológicas no Brasil a partir de uma ideia pré-concebida do que deve ser um partido político. Se assim o fizermos, realmente tudo "entre nós" pode se tornar "codificado, insinuado e opaco", como sugere o autor. Esses adjetivos podem nos levar a entender que faltava à recém-inaugurada democracia brasileira ser insuflada pela política partidária. A política existe em qualquer relação humana voltada para a coletividade, cabe a nós querer enxergá-la. Ela não indica simplesmente formas de participação no poder e maneiras de se distribuir recursos. Porém, também se refere à construção da memória e da identificação de grupos na história. Daí, creio que surja a importância de se estudar certas tradições políticas que podem aparecer e se extinguir de forma confusa e velada, mas que possuem uma enorme força no desenrolar do processo histórico.

O termo "tradição inventada" é descrito por Eric Hobsbawn (2008) com o objetivo de entender como as tradições surgem e se estabelecem no tempo. O autor esclarece que para estudá-las é preciso compreender como certas práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar valores e normas de comportamento através da repetição. Portanto, a tradição define-se pela capacidade de estabelecer noções de continuidade e lastros com alguma construção de passado. O termo "invenção" ganha significado na medida em que essa noção de continuidade não está dada, sendo, portanto, construída. A invenção de uma tradição pode sugerir a existência de meios materiais e simbólicos capazes de estabelecer a coesão social de determinados grupos ou as condições de admissão nesses grupos; pode também indicar de que modo se legitima a atuação ou a autoridade de determinadas instituições ou convenções sociais; ou ainda se referir a processos de socialização que ocorrem através da inculcação de ideias, do compartilhamento de sistemas de valores ou de padrões de comportamento. Símbolos e mitos sobre o passado são fundamentais para se inventar uma tradição. No caso das tradições políticas é importante observar de que modo alguns desses elementos disputam espaço para garantir maior *status* ou legitimidade a um grupo de atores sociais em detrimento de outros.

Em dois artigos publicados na Revista *Estudos Históricos*, Michael Pollak (1992; 1989) esclarece que a memória é um fenômeno construído social e individualmente, pois ela não está ligada apenas a forma como um indivíduo se situa fisicamente no tempo e no espaço, mas, diz respeito também a maneira como ele projeta ou transfere a sua participação em situações relacionadas a uma espacialidade ou temporalidade na qual nunca esteve presente de fato. Principalmente as memórias coletivas são fortemente influenciadas por questões políticas que entram em disputa para enquadrar um conjunto variado de fatos e eventos dentro de uma narrativa organizada, na qual diversos sujeitos passam a se identificar. Assim, a construção da memória produz identidade social, pois as pessoas criam discursos ou imagens sobre si e formam a sua própria representação perante o mundo ou perante os outros ao perceberem, de modo consciente ou não, a sua ligação com situações memorialísticas que produzem uma sensação de pertencimento a um grupo ou a um coletivo que possui continuidade no tempo e no espaço.

Contudo, Pollak atenta para o fato de que há um elemento da relação entre memória e identidade que escapa ao indivíduo e, consequentemente, ao grupo ao qual ele se identifica. Este elemento é o outro. Para o autor, ninguém é capaz de formar uma autoimagem, uma autorrepresentação, sem negociar ou entrar em conflito com os outros. A referência ao outro é importante para criar critérios de aceitação, admissão e também de negação e rejeição. Memória e identidade podem se tornar, portanto, elementos de negociação e conflito entre grupos políticos, instituições ou famílias político-ideológicas diversas. Mas, o que está em disputa é sempre a busca por uma noção ou um sentimento de unidade, pertencimento, continuidade e coerência. São estes os elementos que constituem o vínculo entre memória e identidade. Por fim, Pollak explica que estas disputas se intensificam em momentos de crise social e política. Nesses períodos, ou na fase que os sucede, que as memórias e as identidades coletivas se reenquadram e se reconstroem.

A construção de uma identidade política baseada num enquadramento do passado e que se estabelece a partir de uma relação de conflito e negociação com os outros é, portanto, a trilha que pretendo seguir para descrever o que foi o tenorismo no campo político do Rio de Janeiro.

1.1 As Linguagens da política brasileira

Para entender algumas das tradições políticas ou padrões do comportamento político brasileiro é preciso buscar elementos constitutivos da própria história política nacional. Mas, também é necessário procurar entender os conceitos manejados que ajudam a explicar como esses elementos operam na realidade social. A seguir buscarei abordar algumas desses conceitos. A minha intenção é apenas descrever os conceitos centrais que constituem uma espécie de linguagem política brasileira, também utilizada como ferramenta analítica para entender a dinâmica e a estruturação do campo político do Rio de Janeiro.

José Murilo de Carvalho (2005, p.130-153) descreve o significado dos conceitos de coronelismo, mandonismo, clientelismo e patrimonialismo. O autor entende que o coronelismo, tal como explicado por Vítor Nunes Leal, em sua obra intitulada *Coronelismo, Enxada e Voto* (1948), foi um sistema político baseado em barganhas entre diversos atores sociais, passando pelos chefes locais, os executivos estaduais e chegando até o poder federal. Os primeiros asseguravam os votos nas comunidades locais nas quais dominavam o processo de distribuição de recursos e oportunidades. Em contrapartida, o governo estadual assegurava ao coronel o poder sobre os seus dependentes e rivais, concedendo-lhe, sobretudo, o controle sobre cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. A eficiência desta troca garantia aos governadores o reconhecimento por parte do presidente. O sistema coronelista é datado historicamente, tendo se limitado ao período da Primeira República, pois, para funcionar, dependia de condições institucionais específicas e de uma estrutura sócio-econômica fundamentalmente baseada na grande propriedade rural daquela época. Na medida em que o Estado nacional expandiu os seus poderes através do fortalecimento da máquina pública nas unidades federais, os coronéis perderam o seu poder de mando para os governadores. Portanto, o coronelismo é fruto da alteração de forças entre a administração estatal e os proprietários rurais.

Diversamente, o mandonismo tem maior alcance do ponto de vista histórico, uma vez que não é um sistema, sendo sim um modo tradicional de exercer o poder que tem por base o personalismo oligárquico. Neste modelo, que tem em Nestor Duarte (1939) um de seus principais divulgadores, o chefe, o cacique, o potentado ou mesmo o coronel, tem o controle sobre recursos estratégicos que estão, geralmente, vinculados à posse da terra. Desse modo, a

ordem privada se sobrepõe a ordem pública, que é caracterizada como omissa e sem capacidade de exercer o poder. Portanto, aquele que detém os recursos materiais não estabelece relações de barganha com outros atores políticos ligados ao governo. É um modo mais simples que o sistema coronelista que para funcionar precisa de conchavos que transcendem a esfera local.

O clientelismo, assim como o mandonismo, tem amplo alcance histórico. Porém, envolve relações de barganha entre o governo, políticos e setores pobres da população. Neste caso, não há intermediários, como os coronéis. As elites políticas e econômicas se tornam a clientela do Estado, negociando cargos públicos e recursos para a realização de obras. O clientelismo se sustenta através da troca de favores e, ao estabelecer conchavos entre determinados atores sociais, limita o exercício do livre-arbítrio nas escolhas políticas. Diferentemente do mandonismo, que para existir depende de um Estado fraco, o clientelismo pode crescer com o fortalecimento da máquina pública. O conceito que explica a existência de relações de troca entre as elites estamentais inseridas num Estado forte e burocratizado e a sociedade é o de patrimonialismo, que tem em Raymundo Faoro (2001) um de seus principais intérpretes. Nesse sentido, pode-se definir o patrimonialismo como uma derivação do conceito de clientelismo, que é utilizada quando se quer fazer referência ao tipo mais comum de ação social praticada por uma elite política e econômica na construção do processo de burocratização estatal no Brasil.

Os conceitos de coronelismo, mandonismo, clientelismo e patrimonialismo, expostos acima, são formas de expressar visões macrossociais sobre as relações de poder que envolvem o Estado e a sociedade no Brasil. Como alerta José Murilo de Carvalho, eles não são fiéis à evolução histórica do país, mas, servem para indicar a maneira como entendemos a organização e as tendências políticas e institucionais aqui existentes e, fundamentalmente, a maneira como lemos os modos de dominação presentes na política. Os conceitos analisados pelo historiador se adaptam mais facilmente à organização política das primeiras décadas do século XX. Porém, como é o caso mais notório do clientelismo, eles continuam servindo como ferramenta analítica para estudos sobre a política atual.

Outro autor, Edson Nunes (1997), considera a existência de quatro conceitos que apontam para padrões de relações existentes entre a sociedade e as instituições políticas no Brasil. São eles: o clientelismo, o corporativismo, o insulamento burocrático e o universalismo de procedimentos. A explicação do conceito de clientelismo não se diferencia daquilo que já foi exposto por José Murilo de Carvalho. Assim, a novidade em relação aos três últimos conceitos é que eles emergiram nos anos 1930, sob o governo de Getúlio Vargas

e se fortaleceram no governo de Kubitschek, já nos anos 1950. Esses três conceitos são considerados mais modernos porque estiveram ligados ao processo de industrialização e modernização institucional no Brasil.

O corporativismo foi usado para designar um instrumento legítimo de modernização levado a cabo fundamentalmente durante o Estado Novo. Naquele contexto o Estado intermediava os interesses da nova classe empresarial e a massa de trabalhadores através de códigos formais legalizados e semi-universais que incluíam, sobretudo, as categorias profissionais. Nesse sentido, o corporativismo seria uma espécie de clientelismo formalizado e mais impessoalizado. Mas, tanto o corporativismo como o clientelismo se consolidam através da amenização dos conflitos sociais.

O insulamento burocrático, por sua vez, se consolidaria como uma estratégia de modernização levada adiante por elites tecnoburocráticas e nacionalistas. Chegou a se concretizar no segundo governo Vargas e no governo Kubitschek por meio de instituições que funcionavam como um braço do Poder Executivo. Criando uma espécie de "administração paralela"[7], os ex-presidentes conseguiram isolar o Poder Executivo do Poder Legislativo. Assim, criaram órgãos de natureza técnica que atuavam a margem da estrutura partidária e dos seus quadros considerados populistas o que, supostamente, dinamizou e acelerou as políticas desenvolvimentistas. Este modelo administrativo também esteve presente durante o período militar, quando funcionou como uma tática para enfrentar o clientelismo. Percebe-se que esse modo de atuação é facilmente associado a um modelo político autoritário.

Já o universalismo de procedimentos representa a afirmação de um regime burocrático racional-legal e, ao mesmo tempo, com características democráticas. O que o define é basicamente a implementação de um sistema meritocrático pautado pela impessoalidade e pelas relações sociais estabelecidas com base no mercado capitalista. Este conceito serve para explicar diversos tipos de relações e procedimentos que marcam a política no Brasil desde os anos 1930. Embora tenha aprovação crescente entre diversos atores sociais, ele encontra dificuldades para se tornar preponderante até a atualidade.

Para Nunes estes quatro conceitos se tornaram inseparáveis a partir dos anos 1930, combinando-se de diferentes formas de acordo com a conjuntura histórica e as relações estabelecidas entre os atores sociais em cada contexto. O objetivo principal do autor é

[7] O conceito de "administração paralela" foi descrito por Celso Lafer com o objetivo de explicar o funcionamento do Estado durante governo JK. Ver: LAFER, Celso. *JK e o Programa de Metas (1956-61):* Processo de Planejamento e Sistema Político no Brasil. Tradução de Maria Victoria de M. Benevides. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

mostrar que a partir da introdução do capitalismo moderno (anos 1930) não se pode ter um bom rendimento analítico sobre a nossa realidade sócio-política se a interpretarmos de forma dual. Ou seja, se utilizarmos apenas categorias que colocam em contraposição o moderno e o tradicional ou atrasado, a ordem pública e a ordem privada, o poder centralizador e o poder local, a representação e a cooptação, a formalidade e a informalidade. Assim, faz-se mister pensar os mecanismos institucionais que organizam o país a partir de um quadro multifacetado, em que os conceitos podem ser articulados de modo a conformar uma única gramática capaz de explicar a nossa realidade social de forma mais dinâmica. A vantagem de se adotar esse modo de interpretação é que não precisamos rejeitar uma linguagem conceitual para desenvolver outra. Desse modo, é possível, por exemplo, identificar práticas clientelísticas compondo o mesmo sistema político juntamente com processos democráticos e formais, próprios do Estado moderno, sem que necessariamente tenhamos que enxergar nisso um paradoxo.

Obviamente as concepções sobre as relações de poder que envolvem o Estado e a sociedade no Brasil não se esgotam nessas poucas variáveis, porém, qualquer análise sobre essa questão deve passar por essas tipologias. Penso que seria correto afirmar que elas servem como ferramenta analítica para descrever tradições ou identidades políticas. Contudo, vale frisar, somente o estudo da história política pode delinear o surgimento, o desenvolvimento e o desaparecimento dessas tradições ou identidades políticas. O clientelismo, por exemplo, é um conceito muito utilizado para descrever padrões de comportamento usuais na política brasileira, porém, apenas através da análise historiográfica é possível dizer em que medida esse conceito pode ajudar a construir uma narrativa adequada sobre a realidade sócio-política de um determinado período.

Nas páginas seguintes apresentarei dois casos exemplares de identidade e memória política que se configuraram ao campo político do Rio de Janeiro: o lacerdismo e o chaguismo. Antes, porém, penso ser importante expor o significado do conceito de campo político, central para esta pesquisa.

1.2 O lacerdismo e o chaguismo: casos exemplares do campo político do Rio de Janeiro

Os sentidos encarnados na atuação de uma corrente política, os símbolos e os valores também nela presentes, juntamente com as estratégias discursivas, constroem uma forma específica de disputa pelo poder, estabelecendo conflitos com outras forças políticas. Esse processo molda aquilo que é designado como o campo político. O conceito de campo político foi elaborado por Bourdieu (2010) como uma maneira de interpretar um espaço de lutas onde são produzidos e consumidos produtos políticos que funcionam como instrumentos de percepção e de expressão do mundo social. Quanto maior a capacidade que um grupo tem de monopolizar esses instrumentos, maior será o seu capital político. O capital político é uma forma de capital simbólico, no sentido em que as distinções entre os grupos sociais que o manejam são construídas em torno de categorias como a confiança e a sensação de pertencimento.

Para entrar no mercado político é preciso, portanto, adquirir competências específicas, como o domínio de certa linguagem e a capacidade de se articular com outros membros do campo. Os partidos geralmente facilitam para que os políticos adquiram essas capacidades, embora, em contrapartida, possam também coagi-los a agir somente de acordo com certos valores e comportamentos. Quanto maior a autonomia na capacidade de produzir capital político e consequentemente abarcar seguidores, maior a legitimidade para entrar no campo político. A busca por essa autonomia é que coloca os atores sociais na concorrência pelo poder no campo político. Os capitais políticos manejados pelos atores sociais que disputam espaço no campo político só adquirem sentido se forem colocados publicamente como pertencendo a campos opostos, sendo capazes de apresentar o mundo social como dividido em dois pólos. Assim, o capital político é sempre relacional, pois para existir depende da presença daquilo que se coloca como distinto em uma determinada conjuntura.

O que seria próprio do campo político? Seguindo as orientações de René Rémond (2003), cabe dizer que tudo pode se tornar político. O autor observa que o campo político não tem fronteiras fixas. Ele se expande ou se retrai de acordo com as conjunturas. São elementos constitutivos do espírito público, das demandas sociais, mas sobretudo, do poder que acabam definindo o espaço do político na realidade social. De todo modo, Rémond também explica

que o poder político deve necessariamente estar ligado de alguma forma às instituições do Estado. Mas, o Estado adquiriu uma conotação tão ampla na sociedade moderna ocidental que não seria correto estudá-lo como um domínio isolado da história política. Portanto, de acordo com Rémond (2003, p.445) "a história política exige ser inscrita numa perspectiva global em que o político é um ponto de condensação".

A maior ou menor participação eleitoral; a adesão ou a desconfiança em relação a uma máquina política, uma liderança, um partido ou mesmo à classe política; abraçar ou rejeitar certas propostas; seguir ou criticar certos ideais ou utopias; tudo isso remete a dilemas que trazem a tona diversas formas de interpretação sobre a realidade social e colocam em interação a população e as instituições políticas. Essa influência mútua confere sentido a processos identitários e formadores de consciências. Numa só expressão, é possível descrever esses elementos como formadores da cultura política. Entendida de uma forma mais basal, a cultura política define as famílias políticas e dá suporte às ideologias, no sentido em que indica disputas entre valores e visões de mundo em relação ao sistema político.

O conceito de campo político foi utilizado por alguns autores brasileiros a fim de definir os espaços construídos na política do Rio de Janeiro. Freire e Sarmento (2004) descrevem uma síntese do que seria o campo político carioca. Os autores entendem que este campo é marcado historicamente pela convivência tensa entre duas esferas. De um lado estaria a representação da cidade-capital com as suas questões e plataformas voltadas para o debate nacional; de outro, a política representada pelos interesses clientelistas de lideranças políticas locais, que se expressava nas áreas mais pobres e periféricas da cidade e que se relacionava com o interior do estado. A partir da República de 46 esta dicotomia começou a ser marcada, de um lado, por políticos cujas características principais eram o carisma, a retórica do tribuno e, sobretudo, a contestação política e a capacidade de nacionalizar os debates e, de outro lado, pelo estilo articulista e negociador de apoios e votos, que procurava evitar o combate político. O primeiro padrão foi construído em torno de políticos como Carlos Lacerda e Leonel Brizola, já em relação ao outro modo de fazer política foram ícones Amaral Peixoto e Chagas Freitas.

Os autores entendem que essas duas esferas que compõem o campo político do Rio de Janeiro não são antitéticas, mas sim complementares. Sede das principais instituições do poder federal, pelo menos até a criação do estado da Guanabara em 1960, a dinâmica política da cidade sempre possibilitou a concentração de diversas redes locais de patronagem e clientelismo que atuavam através de complexos mecanismos de negociação, permitindo acesso aos gordos recursos disponibilizados pelo capital político da cidade. Assim, embora

houvesse um capital simbólico formado por discursos e imagens políticas de repercussão nacional que se construíam através de jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão e, apesar desse capital simbólico ser capaz de gerar formas de atuação política que colocavam a cidade como caixa de ressonância dos principais debates nacionais, a cultura política também era sustentada por práticas de base localizada, paroquial e através de relações clientelistas.

Segundo a análise dos autores, embora essas duas esferas caracterizem essencialmente o campo político da cidade do Rio de Janeiro durante o período republicano (capital da República até 1960, estado da Guanabara entre 1960 e 1975 e capital do estado do Rio de Janeiro após 1975), o clientelismo, a coesão política, a formação de redes de negociação entre os poderes públicos e lideranças políticas locais, são elementos comumente identificados também com o interior do estado.

Para Marly Motta (1999, p.1), o lacerdismo e o chaguismo "se tornaram referências paradigmáticas de diferentes concepções e padrões de atuação na política carioca e nacional". Motta entende que Carlos Lacerda e Chagas Freitas são ícones das duas esferas que representam a cultura política carioca porque em torno deles se constituíram diferentes estilos de representação. O antigetulismo da UDN carioca foi personalizado na figura de Lacerda, sendo ele um dos principais responsáveis pela nacionalização dos debates políticos no Rio de Janeiro. Seus correligionários se encontravam, sobretudo, na Câmara dos Deputados e no Senado e tinham uma grande afinidade ideológica. Já o seu eleitorado oscilava, se tornando mais fiel em momentos de crise e polarização e mais disperso em momentos percebidos como estáveis. De outra forma, Chagas Freitas se caracterizou pela representação de interesses localizados em estruturas sindicais-corporativas e em determinadas regiões da cidade, como o Sertão Carioca, na Zona Oeste. Seus correligionários provinham principalmente da Câmara dos Vereadores e da Assembleia Legislativa e representavam um eleitorado cativo, despreocupado com a filiação partidária ou preferência ideológica. Como parlamentar, Lacerda era um tribuno, valia-se da retórica e do carisma. Do palanque combatia, marcava posição nos debates, falava para as massas. Já Chagas Freitas era um mediador, pouco se mostrava, porém, negociava acordos e conciliações. Sempre evitava o conflito aberto e fazia da política uma atividade rotineira.

Se, por um lado, a força do lacerdismo se sustentava na capacidade de despertar noções de pertencimento que só podiam se constituir em oposição às identidades políticas adversárias, por outro, o chaguismo se baseava na capacidade de agregar políticos e conciliar interesses comuns através da consolidação de uma máquina política. Cabe destacar que as linguagens que melhor expressam os dois padrões de atuação se valem de códigos diferentes.

O lacerdismo é melhor descrito através da referência à simbologia de uma cultura política que se percebe como cosmopolita e nacionalizante. Já o chaguismo é melhor expressado pela gramática do clientelismo.

A identidade de "político da capital" é a que melhor define a imagem pública de Carlos Lacerda (MOTTA, 2001, p.2). Esta expressão ganha significado em função de um conjunto de qualidades relacionadas ao fato do Rio de Janeiro ter exercido por mais de um século o papel de cidade-capital do país. A "capitalidade", que constitui um elemento fundamental da identidade política da cidade do Rio de Janeiro, representa a unidade e a síntese da nação. Assim, o caráter nacionalizador dos discursos, da agenda política e dos temas abordados publicamente é a característica mais marcante de alguns políticos, entre eles Lacerda, de grande destaque da história do Rio de Janeiro.

Para Lacerda, os temas nacionais sempre ganharam mais importância do que os temas locais. O início de sua carreira política foi marcado pela militância, desde 1934, na Aliança Nacional Libertadora – ANL – organização que reunia a oposição de esquerda ao governo Vargas. Porém, um artigo publicado na revista *O Observador Econômico e Financeiro*, em janeiro de 1939, foi considerado prejudicial ao PCB e provocou o seu afastamento do círculo político e intelectual da esquerda. Desde então, o antigetulsimo e o anticomunismo se tornaram as características principais dos discursos lacerdistas. Lacerda apostou profundamente no seu carisma pessoal e em sua oratória para expressar a sua identidade política, que se destacaria, sobretudo, em situações de crise. Segundo Motta, "para Lacerda a política era o poder em cena, o espetáculo a ser seguido pelo resto do país; o político era o tribuno, cujo discurso deveria ser capaz de conduzir um público sempre mobilizado" (MOTTA, 2001, p.2). A população de classe média da cidade do Rio de Janeiro construiu fortes laços identitários com o lacerdismo.

Ao longo dos anos 1950, Lacerda se tornou um ícone da polarização do debate político nacional. Para isso contribuiu de forma decisiva o seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, fundado em dezembro de 1949[8]. Foi através desse jornal que Lacerda comandou uma campanha implacável contra Getúlio Vargas, se tornando o político que melhor expressava os interesses da UDN carioca. A campanha anti-varguista foi construída fundamentalmente em torno de acusações sobre a existência de esquemas de corrupção e favorecimento ilícito

[8] Na segunda metade dos anos 1940, Lacerda escrevia no jornal *Correio da Manhã* uma coluna intitulada *Na Tribuna da Imprensa*, destinada a cobrir os trabalhos da Assembleia Constituinte. Esta coluna viria a ser a inspiração para o nome de seu jornal.

envolvendo o governo[9]. A campanha vinha tendo um crescente apoio perante a opinião pública no Rio de Janeiro. Porém, após o suicídio do ex-presidente, em agosto de 1954, esta mesma opinião pública voltou-se contra os oponentes do governo culpando-os pela tragédia e Lacerda foi, obviamente, um dos principais alvos dessas críticas. Não obstante, em 3 de outubro, pouco mais de um mês após o suicídio, Lacerda foi eleito o deputado federal mais votado do Rio de Janeiro, quando obteve quase 40 mil votos a mais do que o principal herdeiro político de Getúlio Vargas, o seu filho Luthero Vargas, que concorreu pelo PTB.

O sucesso de seu estilo político levou Lacerda a continuar dando forte combate ao governo seguinte, o que reforçou a sua fama de "demolidor de presidentes" (MOTTA, 2005). Em novembro de 1955, Lacerda assumiu a liderança do movimento que tentou impedir a posse dos candidatos eleitos em outubro, Juscelino Kubitschek e João Goulart e, para isso, utilizou as páginas do *Tribuna da Imprensa*. A atuação política contra Vargas e contra Kubitschek definia aquela que seria uma das marcas do lacerdismo: a necessidade de quebrar regras em prol das suas convicções políticas.

Nas primeiras eleições para o governo do recém-criado estado da Guanabara, em 1960, Lacerda agregou mais um elemento ao seu capital simbólico: o de administrador eficiente e pragmático. Naquela campanha, o objetivo de Lacerda foi passar para a população a ideia de que a Guanabara teria que se criar como um estado autônomo e mais independente do governo federal. Mas, ao mesmo tempo, deveria manter a sua condição, historicamente construída, de "capitalidade" e, assim, de caixa de ressonância do país. Para isso, Lacerda investiu na imagem de "construtor do estado" (MOTTA, 2005).

Ao ganhar as eleições[10], superando Sérgio Magalhães e Tenório Cavalcanti, Lacerda procurou fazer um governo técnico, baseado em critérios de impessoalidade, neutralidade e racionalidade[11]. Assim, tentava omitir-se da necessidade de estabelecer vínculos e pedir apoio político de outras correntes, já que seu estilo político não contribuiria para assumir uma posição agregadora. Isolou-se da relação com outras forças e despolitizou a administração pública. Foi quando procurou blindar a burocracia pública da influência da Assembleia

[9] Nesta época o cartunista Lan, a pedido de Samuel Wainer – que comandava o jornal *Última Hora* - desenhou Lacerda como um corvo, símbolo de morte e mau agouro. (MOTTA, 2005, p.2).

[10] Lacerda obteve 357.153 votos (TSE. Disponível em: http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:1328064881866260).

[11] O governo de Lacerda foi marcado historicamente pela construção de adutoras (Guandu), viadutos, túneis (Rebouças e Santa Bárbara) e pelo investimento em educação e urbanização, o que contribuiu para afirmar a sua imagem como bom administrador. Por outro lado, sua política de remoção de favelas foi bastante criticada e reforçou a sua imagem como político elitista que não gostava de pobres.

Legislativa, porém, não conseguiu evitar o embate com este órgão[12]. De qualquer forma, é correto afirmar que apostou na consolidação de uma estratégia de modernização sustentada por um discurso tecnocrático.

A necessidade de se voltar para a administração da Guanabara não impediu que Lacerda continuasse atento para a política nacional. Retomou a sua imagem pública de "demolidor de presidentes" quando tentou impedir a posse de João Goulart, o maior herdeiro do trabalhismo varguista, após a renúncia de Jânio Quadros. Assim, durante toda a movimentação da Campanha da Legalidade, encabeçada por Leonel Brizola, a Guanabara manteve relações tensas com o governo federal. Após a restauração do regime presidencialista, votado por plebiscito em 1963, Lacerda se lançou candidato à presidência da República para as eleições que seriam realizadas em 1965. O elemento-chave de sua campanha era a reafirmação da "capitalidade" da Guanabara, que deveria voltar a ser a caixa de ressonância do país e o estado síntese da nação. O manejo desses símbolos através de seu discurso se construía em oposição ao ex-presidente Juscelino Kubitschek que, com a construção da *Novacap*, havia transformado a Guanabara em um ente federativo com a mesma feição dos demais estados brasileiros. Não fosse o Golpe Militar de 1964 e a posterior cassação de Lacerda pelo regime, em 1969, esta campanha marcaria a retomada de seu tradicional estilo político, caracterizado pelo combate e a oposição. Porém, desta vez, este estilo viria coligado à imagem de administrador eficiente.

Se o lacerdismo se caracterizou pelo carisma e pela oposição ferrenha ao governo federal, o chaguismo teve como base a política centrada na articulação de interesses e a coesão partidária através do manejo de práticas clientelistas. A ideologia clientelista é a do consentimento. O eleitor vota em quem ele acha que pode lhe conceder favores, como um presente ou uma dádiva, e os partidos políticos se organizam com base na cooptação. Ou seja, quanto maior e mais estruturada for a rede de clientela de um partido, maior será a sua capacidade de barganhar cargos públicos e postos no governo. O voto clientelista ganhou uma atenção especial para análise política do país em inúmeros períodos da nossa história. É ele que explica boa parte dos compromissos estabelecidos entre o Estado e sociedade civil no Brasil. Basicamente, o voto clientelista foi uma ferramenta voltada para o controle político, a intermediação de interesses e o controle do fluxo de recursos disponíveis. Assim evidencia a

[12] Para mais informações sobre a relação tensa estabelecida entre o Poder Legislativo e o governador Carlos Lacerda, ver: MOTTA, Marly: Crônica de uma relação tumultuada: o Legislativo estadual e o governo Lacerda. In: Marly Motta, Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmento (Org.). *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro: Editora, FGV, p. 199-218, 2004.

análise de Eli Diniz (1982) em sua pesquisa sobre o fenômeno do chaguismo no Rio de Janeiro.

Chagas Freitas consolidou sua imagem pública através do jornal *O Dia*, sua principal ferramenta de propaganda política. Neste periódico, o político procurava se comunicar com amplos setores socais tanto das camadas médias e populares urbanas, com destaque para o funcionalismo público e os aposentados. Apesar de apontar os problemas ligados a esses segmentos sociais, Chagas Freitas não apontava diretamente os culpados. Esse estilo já evidenciava um dos pilares de sua política, que consistia em não criar inimigos políticos. Assim, adotou um discurso que persistiria por um longo tempo para além das mudanças na conjuntura política nacional.

O grupo formado em torno de Chagas Freitas continuou usando o jornal *O Dia* como principal porta-voz durante todo o regime militar. A deputada estadual Sandra Salim, por exemplo, relatava através de sua coluna as visitas que fazia a ruas e bairros dos subúrbios cariocas, expondo os seus problemas. O também deputado estadual Átila Nunes, de outra forma, dirigia-se ao público umbandista, cuja religião tinha forte apelo popular não apenas na cidade do Rio de Janeiro como também na Baixada Fluminense[13]. Diversas religiões e grupos sociais foram contemplados pelos parlamentares ligados à facção chaguista, como protestantes, comerciários, lojistas, balconistas, motoristas de táxis, autônomos, etc.

Segundo Diniz, o clientelismo foi a base para a construção da máquina política montada por Chagas Freitas durante os seus mandatos como governador, nos períodos 1971-1975 e 1979-1983, quando foi eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) com o voto indireto da Assembleia Legislativa. O chaguismo expressou a institucionalização do clientelismo, ou seja, a troca de favores centralizada na esfera pública ou ainda a troca de votos por vantagens particulares que só podiam ser concedidas por aqueles que ocupavam cargos nos poderes públicos. Na lógica de funcionamento da máquina chaguista todos eram clientes de todos; a sociedade não se apresentava dividida em classes, facções ou grupos políticos; prevalecia a visão de conjunto, em que cada um deveria oferecer algo em troca. Os políticos que compunham esta máquina ofereciam privilégios de diferentes tipos: acesso a empregos; cargos na administração pública; fornecimento de bens materiais (como bicas d'água, terras ou dinheiro vivo); e mesmo facilidades através de órgãos governamentais (tais

[13] O pai de Átila Nunes – de mesmo nome que o filho – foi deputado pela Assembleia Legislativa do estado da Guanabara e criou o primeiro programa de rádio voltado para as religiões afro-brasileiras ainda nos anos 1960. Átila Nunes seguiu esses passos e até hoje mantém com o seu filho, Átila Nunes Neto, programas de rádio e tv neste gênero. Sua mãe, Bambina Bucci, eleita vereadora pelo Rio de Janeiro em 1976, também tinha uma longa tradição de atuação e liderança junto a umbanda e o candomblé. Trata-se, portanto, de um caso de influência política familiar voltada para um segmento social específico.

como tráfico de influência, isenções fiscais, internações hospitalares, policiamento e impunidade). Aos eleitores restava oferecer o voto. Em síntese, negociava-se a proteção política através da máquina pública em troca de voto.

O próprio governador se tornou cliente do governo federal. Assim, não tomou posição no debate público, de modo que não divergiu em relação a temas de interesse nacional. No contexto político analisado por Diniz havia o bipartidarismo. Durante o período da Ditadura Militar, o MDB era a oposição a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). A autora revela que nacionalmente o MDB tinha uma postura diversa daquela constituída no Rio de Janeiro. Se no âmbito nacional o partido oposicionista procurava se legitimar privilegiando uma imagem combativa à situacionista ARENA, no âmbito estadual essa imagem dividiu espaço com uma postura em que o principal objetivo era a construção de uma máquina política.

Em 1970, quando foi eleito governador do estado Guanabara pelo MDB, Chagas Freitas construiu um estilo negociador de apoios e votos, expondo-se o mínimo possível ao crivo da opinião pública. Obviamente esse estilo não combativo de fazer política foi favorecido pelo fechamento progressivo do sistema político levado adiante pelo regime militar. O chaguismo era composto por um grupo de políticos cuja representação se consolidou, sobretudo, na Assembleia Legislativa e na Câmara Municipal. Embora, seu significativo peso na Câmara dos Deputados tenha se tornado um dos elementos fundamentais de barganha política com o diretório nacional do MDB.

Após a fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro, em 1975, a representatividade da facção chaguista se fortaleceu ainda mais, tendo inclusive sufocado no interior do estado o grupo dos chamados amaralistas – outra facção do MDB - que girava em torno do ex-governador e interventor federal do estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto. A partir desse momento a máquina política chaguista passou a atingir um eleitorado de perfil rural, além daquele de perfil mais urbano, que já controlava desde o período anterior ao regime militar. Essa ampliação das bases eleitorais do chaguismo para todo o estado do Rio de Janeiro teria sido fundamental para que Chagas Freitas fosse novamente eleito governador pela Assembleia Legislativa nas eleições de 1978.

Diniz afirma que havia uma polarização que colocava em disputa dois tipos de votos dentro do MDB. O primeiro privilegiou uma ideologia mais combativa e voltada aos temas nacionais, tendo se identificado com algumas correntes que se opunham ao chaguismo. Estas correntes tiveram maior força nas eleições para a Câmara dos Deputados. O segundo, seguindo um teor ideológico mais pragmático, era representado pelos chaguistas, que se consolidaram, sobretudo, nos âmbitos estadual e municipal, muito embora, os deputados

federais chaguistas mais votados também tenham se utilizado da máquina clientelista. A interpretação da autora segue a lógica de que quanto mais local for a política, maiores são as chances de fortalecimento de um sistema clientelista, haja vista que este se baseia em trocas materiais e primárias entre os políticos e seus eleitores.

A própria trajetória política dos quadros que compunham o grupo chaguista revelava um perfil adequado à montagem da máquina clientelista. A autora diz que a maior parte dos chaguistas vinha de famílias tradicionais na política, sobretudo, em áreas consideradas de subúrbio ou de favela. Além disso, cada político comandava uma base eleitoral bastante concentrada em cada uma dessas áreas. Como exemplo pode-se citar a família Alvarenga, que fazia parte da elite política e econômica dos bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro desde os fins do século XIX. Ao longo desse tempo seus membros, em sua maior parte proprietários de terras e profissionais liberais, foram ocupando desde a presidência de clubes sociais ou centros comerciais, até diversos cargos públicos, fundamentalmente, de vereador e deputado estadual. Outro exemplo foram os irmãos Miécimo da Silva e Daniel Silva, além de Alcir Pimenta, que concentraram seus votos, principalmente, no bairro de Campo Grande, na Zona Oeste do Rio de Janeiro[14].

A atuação desses políticos resumia-se em associar a sua imagem a resolução de problemas básicos de infraestrutura urbana, por exemplo: asfaltamento, luz, água, esgoto, moradia, lazer, empregos, etc. Como reza a cartilha do sistema clientelista, a capacidade de resolução desses problemas devia-se a aproximação do parlamentar com as esferas do Poder Executivo. Nessa lógica, o interesse privado se mistura ao interesse público. O próprio político é visto como uma entidade capaz de agradar tanto interesses particulares quanto coletivos. Para que isso seja feito é sempre levada em consideração a oferta do cliente, medida fundamentalmente pelo peso do voto.

Como observa Eli Diniz, a força do chaguismo estava justamente na diversificação das clientelas eleitorais espalhadas por inúmeros territórios e em saber congregar diversas vozes voltadas para variados segmentos sociais, sobretudo, populares, mas, também, de classe média. Para isso, contribuía um sistema político altamente centralizado no Poder Executivo, caracterizado pela quase ausência de competição interpartidária e com severas limitações ao desenvolvimento de canais de participação política. Os deputados eram clientes do governo, pois recebiam dele todo apoio material. Em troca, eles garantiam o apoio ao

[14] Miécimo da Silva ficou nacionalmente conhecido como o "vereador das bicas d'água", pelo fato da população associar a sua atuação política à resolução do histórico problema da falta d'água na Zona Oeste da cidade. Para mais informações sobre o estilo político de Miécimo da Silva, ver: LOPES (2007).

governo no parlamento e, assim, conseguiam manter a lealdade dos eleitores transmutada no voto.

Para a autora, portanto, o clientelismo chaguista era favorecido, sobretudo, pela forma como se delineava a conjuntura política da época. Mas, não era dependente de uma dada estrutura sócio-econômica, como foi o caso do coronelismo que, para existir, dependia da existência de um regime político condicionado por uma estrutura rural-oligárquica. É preciso apreender o fenômeno clientelista, esclarece Diniz, enquanto forma de participação política passível de se manifestar em diferentes contextos e assumindo formas bastante diferenciadas que podem evidenciar mais claramente tanto as relações interpessoais, baseadas na troca direta e contatos pessoais entre políticos e eleitores, como o sistema político mais amplo, quando é o caso dos políticos se tornarem porta-vozes do conjunto de uma categoria social. Ambas as formas existiram dentro do chaguismo.

Diniz conclui que, apesar de haver uma maior tendência para que o clientelismo apareça em regiões de menor desenvolvimento sócio-econômico, para se obter uma melhor definição do fenômeno é fundamental levar em consideração as variáveis políticas, como: as características do regime político, a legislação eleitoral e partidária, a competição interpartidária, a centralização do poder e os mecanismos de participação. Além disso, é correto afirmar que o clientelismo é um fenômeno conservador na medida em que as relações de troca não são de caráter programático mais amplo, já que não envolvem soluções de maior alcance, como a discussão a respeito da mudança das regras que definem a alocação de recursos. Ao contrário, seu caráter imediatista enfatiza a manipulação de políticas já existentes e a utilização de brechas na legislação em vigor. Por fim, o clientelismo acaba contribuindo para manter a estrutura das desigualdades sociais por não alterar significativamente os processos distributivos.

Carlos Eduardo Sarmento (2008) também desenvolve uma interpretação sobre o fenômeno político expressado por Chagas Freitas. O autor concentra o seu enfoque na relação que o político estabeleceu com a dinâmica de funcionamento do campo político carioca, que sempre esteve balizada pela tensão entre características locais e rotinizadas e atuações de caráter carismático sustentadas na radicalização do debate político centrado em temáticas nacionais. Portanto, mais do que relatar as especificidades de uma conjuntura política, um partido ou uma facção, trata-se de chamar atenção para a maneira como essa dinâmica constituiu um *modus operandi* que estruturou as formas organizativas e operacionais do campo político da cidade, conferindo-lhe identidade.

Assim como Diniz, Sarmento também concebe o clientelismo como um sistema político que funciona através de uma dinâmica autônoma e que, por isso, não está intrinsecamente vinculado a uma interpretação macroestrutural sobre o processo de modernização das sociedades. Ou seja, o clientelismo não pode ser entendido como uma fase transitória deste processo. Contudo, o autor dedica boa parte de sua obra ao início da trajetória política de Chagas Freitas, antes da consolidação da sua máquina política durante o regime militar. Isso torna possível compreender melhor a formação dessa máquina dentro do regime democrático.

Nas eleições de 1954, Chagas Freitas foi eleito deputado federal pelo PSP com 11.250 votos. Sarmento revela que a primeira eleição após o suicídio de Getúlio Vargas levou os eleitores a se situarem de forma clara no contexto de defesas e ataques em torno do legado varguista. Assim, naquele ano, o debate político no Distrito Federal estava polarizado entre o PTB e a UDN. Os dois partidos concentraram 70% dos votos válidos direcionados aos representantes eleitos nas eleições cariocas para a Câmara dos Deputados. Carlos Lacerda, da UDN e Lutero Vargas, do PTB, foram, com folga, os candidatos mais votados[15] (SARMENTO, 2008, p.49). Nas eleições para o Senado, o debate político polarizado também definiu a composição dos representantes cariocas. No entanto, o mesmo não ocorreu nas eleições para a Câmara Municipal, que teve uma composição bem diferente. Sarmento observa que dentre os vereadores eleitos naquele pleito, apenas 36% pertenciam aos quadros da UDN e do PTB e o restante estava espalhado entre diversas legendas. Dentre elas, havia o PSD com 14%, o PSP com 12%, o Partido Republicano (PR) com 6% e o Partido Democrata Cristão (PDC) também com 6%. Vale destacar que as pequenas agremiações partidárias, como as duas últimas mencionadas, representaram 28% do total, um número bastante significativo.

O autor entende que a distinção do perfil de representação encontrado na Câmara dos Deputados em relação à Câmara Municipal indicava uma clivagem fundamental para se compreender a política carioca daquele período. Segundo Sarmento, o mosaico de legendas partidárias que compuseram o Legislativo Municipal mostrava a eficácia dos políticos de base eleitoral localizada, haja vista que eles se voltavam para questões pontuais e específicas de cada território. Já as eleições para deputado federal indicavam o contrário, pois prevalecia a polarização sobre temas nacionais que abarcava um eleitorado mais amplo e difícil de ser especificado em bases territoriais. Portanto, os elementos associados à tensão nacional-local,

[15] Carlos Lacerda obteve 159.707 votos, enquanto que Lutero Vargas conseguiu 120.913 sufrágios.

característica da vida política carioca, se faziam representar nestas duas instituições políticas a partir de 1954.

O autor destaca que a existência dessas diferenças de posicionamento político nas eleições de 1954 deu margem para dobradinhas dentro de diversas legendas partidárias. Candidatos a deputado federal, com um discurso em tom nacionalizante, se associavam a candidatos a vereador, com discursos voltados para a resolução de problemas de comunidades específicas. No PSP, diz Sarmento, essa manobra política foi bastante eficaz, já que o discurso ideológico populista adotado pelo partido adhemarista tinha contornos imprecisos e voltado para diversos segmentos sociais. Isso facilitava a sua adaptação ao discurso dos políticos de base eleitoral localizada. A partir desse exemplo é possível observar que a dinâmica de funcionamento do campo político carioca, ao contrário de expressar um comportamento político não reflexivo ou não compreendido pelos políticos, era claramente percebida por eles, que se aproveitavam dela para fins eleitorais.

Ao iniciar o seu primeiro mandato como deputado federal, em 1955, Chagas Freitas adotou um perfil de articulador. Sem possuir as qualidades de um orador e de baixo carisma, não investiu na esfera do tribuno e na retórica como forma de se relacionar com os seus pares e com a opinião pública. Ao longo de sua carreira, Chagas Freitas aprimorou as suas habilidades para tarefas de negociação. Assim, seu capital político foi construído em torno de instrumentos básicos de mediação com outros políticos. Valendo-se do seu *status* como peça chave na estrutura organizacional do PSP carioca e homem de confiança do importante político Adhemar de Barros, conseguiu ser indicado pela liderança do partido na Câmara dos Deputados para integrar a Comissão de Constituição e Justiça. Esta é uma das comissões de maior importância para o funcionamento do Congresso Nacional, pois é responsável pela análise e avaliação dos projetos apresentados pelos deputados antes de sua votação em plenário. Por representar um ponto de convergência do trabalho parlamentar e estar em constante contato com o Poder Executivo, é exigido dos políticos que dela fazem parte uma boa capacidade de diálogo e mediação. Chagas utilizou-se de sua influência na Comissão de Constituição e Justiça para convencer alguns deputados de que se eles repartissem os louros da vitória na divulgação de seus projetos aprovados, em troca ele lhes garantiria o bom trâmite de tais projetos nesta comissão.

Além da Comissão de Constituição e Justiça, Chagas Freitas foi suplente nas comissões permanentes de Serviço Público e Legislação Social. Sarmento esclarece que ao ocupar esses espaços, o político carioca pretendia posicionar-se no centro decisório de matérias que incidiam diretamente sobre o seu eleitorado em potencial, que era composto,

fundamentalmente, por pequenos funcionários públicos do Distrito Federal. A estratégia exigia que Chagas Freitas estivesse constantemente a par das principais conquistas decorrentes da aprovação de projetos elaborados dentro dessas comissões para associar-se a elas e colocar-se como corresponsável pelo sucesso das medidas.

Chagas Freitas marcou definitivamente a sua imagem pública no campo político do Rio de Janeiro a partir das eleições presidenciais de 1955. Sarmento atenta para o fato de que, naquele momento, os jornais *O Dia* e *A Notícia* assumiram o papel de panfleto político para apoiar Adhemar de Barros. O político paulista havia sido o mentor ou o padrinho de Chagas Freitas. Seguindo os passos de Adhemar, Chagas deixou a UDN meses após a fundação do partido para ajudá-lo a fortalecer a nova legenda pessepista na capital federal. Para isso, compraram o jornal *A Notícia*, em 1950, e no mesmo ano criaram *O Dia*, associando o caráter popular e sensacionalista ao mundo da política. Chagas Freitas assumiu o controle editorial de ambos os jornais, mas, investiu maciçamente para aumentar a tiragem de *O Dia*, que teve uma intensa penetração nos subúrbios cariocas e na Baixada Fluminense.

Através desses periódicos, Adhemar de Barros teve a sua imagem pública divulgada durante as eleições de 1955 como líder popular que defendia os "desassistidos" e seria capaz de mudar os rumos da legislação social brasileira. Finda a guerra da propaganda eleitoral e do pleito, Adhemar de Barros foi derrotado pelos seus dois maiores opositores – Juscelino Kubitschek (PSD/PTB) e Juarez Távora (UDN) – obtendo 26% dos votos válidos. O resultado foi bem abaixo de suas expectativas, pois, dos cinco milhões de votos esperados, Adhemar conquistou apenas um pouco mais de dois milhões e duzentos mil. No entanto, na capital da República, Adhemar de Barros obteve 266 mil votos, superando assim os seus dois adversários naquele pleito. Se, por um lado, o resultado das eleições presidenciais de 1955 mostrava os limites da popularidade de Adhemar de Barros, por outro, evidenciava a ascensão do PSP carioca e a eficiência da estrutura de apoios construída em torno da liderança política exercida por Chagas Freitas que, nos anos subsequentes, se tornou o autêntico herdeiro do adhemarismo.

Visando reforçar a sua estrutura eleitoral para as eleições de 1958, Chagas Freitas começou a fazer contatos frequentes com as principais lideranças setoriais de seu partido. Nesta campanha procurou aproximar-se de políticos que tinham efetivo controle sobre bases localizadas, coesas e de expressão paroquial. Reconhecendo a importância de cada um desses políticos sobre um significativo contingente de eleitores, Chagas começou a esboçar a construção de uma rede de inter-relações que vinculava os interesses específicos de cada liderança local a um projeto mais amplo que dava um sentido de conjunto a essa rede e,

assim, fazia circular o seu capital político. Para que isso funcionasse, *O Dia* e *A Notícia* tiveram um papel fundamental.

No período da campanha eleitoral, Chagas anunciava ao público as suas boas relações com candidatos a vereador bastante populares em suas áreas de atuação. Em troca pela boa receptividade que estes lhe davam em seus territórios, Chagas lhes concedia espaços nos jornais. O candidato Nelson José Salim, por exemplo, assinava uma coluna semanal tratando dos problemas do funcionalismo público e aproveitava este espaço para promover encontros com diversos segmentos profissionais, como garçons, porteiros e bancários. As boas relações com o político popular Miécimo da Silva é outro bom exemplo do tipo de atuação política de Chagas Freitas, que já vinha sendo construída desde essa época, quando ambos subiam em palanques eleitorais para realizar comícios lotados nos bairros da Zona Oeste. Também era frequente a divulgação de notícias relatando a presença de Chagas Freitas junto a outros candidatos em ocasiões festivas, como cerimônias religiosas e jogos de futebol.

Ao conseguir interagir com públicos específicos através de suas articulações com políticos locais e, ao mesmo tempo, atingir um público maior e mais diversificado através de seus jornais, Chagas conseguiu, nas eleições de 1958, encarnar o personagem carismático que nunca havia sido. Assim, foi eleito o segundo deputado federal mais votado da capital, com quase 95 mil votos, ficando atrás apenas do popular Carlos Lacerda, que obteve um pouco mais de 143 mil votos. De 1954 para 1958 a votação de Chagas Freitas aumentou em torno de 840%.

Deste momento em diante, os pilares do chaguismo na política do Rio de Janeiro já estavam claramente definidos. Três características básicas determinaram a construção de seu capital político. Em primeiro lugar, cabe destacar a importância que o político carioca dava às articulações feitas nas esferas decisórias de seu partido e dentro da Câmara dos Deputados. Em segundo lugar, como um bom discípulo de Adhemar de Barros, Chagas entendeu perfeitamente o modo de atuação que consistia em sustentar uma rede de inter-relações estabelecidas com lideranças locais. Finalmente, fruto também da relação com Adhemar de Barros, a utilização da imprensa escrita lhe permitiu perceber os mecanismos capazes de mobilizar o imaginário político das massas urbanas, garantindo-lhe uma imagem carismática.

No entanto, Chagas Freitas perdeu espaço no campo político do Rio de Janeiro sempre que o debate político local se polarizou e radicalizou em torno de temas nacionais. Foi exatamente isso o que ocorreu nas primeiras eleições para o novo estado da Guanabara, quando Carlos Lacerda e Sérgio Magalhães protagonizaram os debates sobre o espaço que a cidade-estado passaria a ter no cenário político nacional. A polarização e a radicalização do

debate político em torno de temas nacionais tornou o eleitorado mais engajado. Consequentemente, o estilo de caráter mais local e sustentado pelas redes de clientela e patronagem, como era o de Chagas Freitas, se enfraqueceu e motivou menos o eleitor.

A partir de 1961, Chagas Freitas, já desgastado junto à direção nacional do PSP, começou a se aproximar do PSD, partido formado por políticos que também se caracterizavam pela habilidade articuladora e pela atuação localizada. Chagas encontrou no PSD uma boa possibilidade de garantir a sua recondução a Câmara dos Deputados e a manutenção de sua rede de apoios. Porém, a situação política do país nos anos que antecederam o Golpe Militar de 1964 continuou não favorecendo a ascensão de uma liderança articulista como Chagas Freitas. Nas eleições de 1962, para a Câmara dos Deputados, Leonel Brizola, candidato pelo PTB, se destacou como a encarnação do antilacerdismo. Brizola orientou o seu discurso para temas nacionais, sobretudo em relação à defesa das reformas de base. Ao final do pleito, Brizola obteve quase 270 mil votos, recorde nas eleições legislativas. Isso rendeu à Aliança Socialista Trabalhista (formada por PTB e PSB) a maior bancada da Guanabara. Em contrapartida, a UDN, levada por Brizola para o conflito oposicionista sobre os temas nacionais, conquistou a segunda maior bancada. Nesse confronto Chagas se enfraqueceu ainda mais, apesar de ter sido o candidato mais votado da Frente Popular (formada por PSD, PST, PTR e PTN). Seu antigo grupo se dispersou entre partidos de menor expressão. Apenas Miécimo da Silva o seguiu rumo ao PSD e conseguiu uma vaga na Assembleia Legislativa. Mas, até o Golpe Militar o campo político se polarizou entre esquerda e direita e fechou o espaço para questões mais locais e de caráter clientelista. Chagas só voltou à cena durante a ditadura, quando formou a sua máquina política.

Os símbolos do chaguismo foram os jornais, *O Dia* e *A Notícia* e o seu grupo político de base local. O seu legado político foi associado às práticas clientelistas, o que implicava em corromper o espaço público com métodos informais e conchavos ilegais, fazendo da política um espaço para negociações e formação de redes objetivando a manipulação de recursos públicos. Chagas Freitas foi compreendido como sendo a personificação desse estilo na política carioca e fluminense, a ele poderiam se juntar muitos outros.

Segundo Sarmento, o chaguismo foi a outra face da cultura política do Rio de Janeiro, identificada ao longo de dois séculos como um espaço representativo da nacionalidade, sendo a própria expressão das grandes questões de interesse do país. Esta cultura política se norteou pelo cosmopolitismo - reafirmando o caráter nacional da cidade - e negou tudo aquilo que se remete ao espaço mais local e provinciano e que é expressado pelo estilo clientelista e patrimonial. Portanto, o chaguismo foi a expressão de um fenômeno social e político não

assumido publicamente, embora, bastante representativo dentro do campo político do Rio de Janeiro.

1.3 **O espaço de Tenório Cavalcanti no campo político do Rio de Janeiro**

Procurei mostrar nos subitens anteriores que alguns conceitos podem ser utilizados com o objetivo de compreendermos como se expressam certos fenômenos sociais e políticos. Para uma interpretação adequada sobre a construção do campo político carioca e fluminense, faz-se mister a análise do lacerdismo e do chaguismo. Mas, será que o tenorismo poderia ser considerado como um fenômeno capaz de expressar uma referência paradigmática de atuação política? Penso que sim. A exposição permanente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), assim se refere às principais características da memória e da tradição política carioca e fluminense:

> Com a decretação da fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, em 1º de Julho de 1974, concretizava-se uma proposta que por décadas estivera presente nos principais espaços de discussão política. Mais do que a união de duas unidades federativas, a fusão promovia o amálgama de duas culturas políticas formadas a partir de matrizes e referenciais distintos que sempre haviam relutado em se pensar como elementos integrados. Com seus pontos de contato e suas diferenças, as trajetórias políticas da cidade e do estado do Rio de Janeiro haviam estabelecido um legado que fundamentava as formas distintas de liderança e de atuação políticas.
> Desde o período imperial, quando a cafeicultura da província fluminense propiciou condições para a estabilidade e o fausto da Corte no Rio de Janeiro, os itinerários percorridos pelas principais lideranças políticas das duas regiões evidenciavam tensões entre duas esferas políticas. Se tradicionalmente a cidade do Rio de Janeiro se posicionava como a arena cosmopolita no debate político nacional, a "Velha Província" apresentava maior coesão de suas forças políticas e maior equilíbrio em sua integração territorial. Entre as figuras emblemáticas como Carlos Lacerda, Tenório Cavalcanti, Chagas Freitas e Amaral Peixoto, cariocas e fluminenses construíram sua memória política e tiveram de formar as bases identitárias do novo estado do Rio de Janeiro. (ALERJ)[16].

Ao contrário de Carlos Lacerda, Chagas Freitas e Amaral Peixoto que, além de parlamentares, foram governadores, Tenório Cavalcanti nunca ocupou um cargo no Poder Executivo. Atentar para essa diferença é importante, pois a atuação num cargo executivo muda o padrão de atuação de um político e marca a sua imagem pública ao incorporar uma prática e uma simbologia com significados distintos. Mas, Tenório Cavalcanti foi uma das

[16] A exposição recebe o título de "Palácio Tiradentes: lugar de memória do Parlamento Brasileiro".

poucas lideranças políticas capaz de representar um padrão de atuação no campo político fazendo carreira apenas como parlamentar.

O chaguismo representou a face oculta da política metropolitana, pois personificava tudo aquilo que era contrário a sua identidade. Assim, o cosmopolitismo, a polarização em torno de temas nacionais e, sobretudo, a noção de "capitalidade", temas próprios do virtuosismo da cidade do Rio de Janeiro, não combinavam com as práticas clientelistas. Nesse sentido, o chaguismo foi um fenômeno político com significado oposto ao lacerdismo.

Quando foi governador da Guanabara, Lacerda deixou outra marca no campo político do Rio de Janeiro, o de político eficiente e pragmático. Foi quando prevaleceu a imagem de construtor de estado. Dessa forma, evitou estabelecer vínculos e pedir o apoio de outras correntes políticas que estivessem excluídas da burocracia estatal formal. Porém, tanto o discurso voltado para os grandes temas nacionais, quanto a linguagem tecnocrática de Lacerda, usadas em diferentes momentos de sua trajetória, fazem da cidade o seu espaço simbólico de representação e, se opõem ao padrão clientelista encarnado por Chagas Freitas.

Com esse estilo de fazer política, Lacerda buscou atrair o cenário nacional para o campo político do Rio de Janeiro. Chagas Freitas, por sua vez, utilizou práticas clientelistas, de modo similar a Amaral Peixoto, para penetrar nas zonas periféricas da capital e, mais tarde, atingir o interior do estado do Rio de Janeiro. Portanto, enquanto o lacerdismo procurou centralizar o debate político, o chaguismo se movimentou do centro para a periferia.

Ao contrário do campo político lacerdista, o campo político tenorista se firmou, fundamentalmente, em espaços de fronteira: Duque de Caxias, a Baixada Fluminense, as favelas, o Sertão Carioca. Nesse sentido, colocava a noção de capitalidade e a cidade cosmopolita como o outro. Pode-se dizer que o tenorismo representava o sertão da metrópole. Quando Tenório Cavalcanti começou a se firmar no cenário político nacional, tentou levar as representações simbólicas desses espaços fronteiriços para o centro do debate político. Esse movimento ficou mais claramente evidenciado durante as eleições para o governo do estado da Guanabara, porém, não se limitou a esse período. Nesse sentido, Tenório realizou o movimento inverso ao de Chagas Freitas, indo da periferia para o centro. Para isso, utilizou as práticas clientelistas, porém, de modo diverso da maneira como Amaral Peixoto e Chagas Freitas as manejaram. As práticas políticas manifestadas pelo deputado fluminense permitiram, inclusive, que ele atuasse de forma marginal ao sistema clientelista amaralista.

Portanto, a tônica de sua trajetória foi marcada por uma tentativa de colonização simbólica do centro pela periferia. Assim, penso que o espaço ocupado por Tenório Cavalcanti no campo político do Rio de Janeiro pode ser melhor definido quando se toma as

categorias centro e periferia como chave interpretativa. Neste caso, essas categorias são mais do que espaços geográficos, pois representam construções imaginárias do eu e do outro e, assim, traduzem certas noções de identidade. Além disso, tais categorias não se definem apenas por um conjunto de práticas, mas, sobretudo, por um conjunto de símbolos, valores e discursos. Cabe ressaltar que a chave clientelismo-capitalidade também opera com eficácia na análise do tenorismo, mas não é suficiente para explicar todos os elementos que conformam este fenômeno.

Nas páginas subsequentes desta Tese pretendo analisar de que maneira o fenômeno político expressado por Tenório Cavalcanti realizou esse movimento da periferia para o centro dentro do campo político do Rio de Janeiro. Para isso é importante atentar não apenas para a relação que Tenório estabeleceu com as instituições partidárias às quais pertenceu, como também é preciso analisar quais os códigos e quais as linguagens manejadas pelo parlamentar fluminense ao longo de sua trajetória política.

1.3.1 A politização da violência

Como observa Moacir Palmeira (1996), mais do que uma escolha individual o voto tem um significado de adesão. A adesão é um processo que vai comprometendo o indivíduo, a família ou o grupo social e não se restringe ao ato de votar. Nesse sentido, pesam as associações de caráter político que são anteriores ao voto. Pelo motivo de envolverem diversas unidades sociais, essas associações sugerem a formação de um eleitor socialmente construído. Sendo assim, o voto não é uma empreitada meramente individual que depende apenas do livre arbítrio. Em que pese o fato do voto secreto criar uma espécie de simbologia do indivíduo isolado que pode exercer livremente a sua escolha ao coloca-lo confinado na cabine eleitoral, no momento da votação o eleitor não se desata de todos os laços que o comprometem e o vinculam às demais unidades sociais. Portanto, é o contexto ao qual o indivíduo está inserido que mais pesa na tomada de decisão para a escolha do representante.

Em sua pesquisa sobre concepções de política entre populações rurais em alguns municípios de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, durante as eleições de 1988 e 1990, Palmeira definiu o momento eleitoral como sendo o "tempo da política". Segundo o autor, este momento representa o período em que os partidos, as facções ou os grupos políticos estão em conflito aberto e se identificam mais claramente perante a população. O "tempo da política" se refere ao período em que os chefes políticos buscam adesões e apoios,

procurando incluir o maior número possível de pessoas em seu grupo. A sociedade se divide em lados opostos e cada grupo tenta adquirir capital político para ter acesso a cargos e recursos dos mais variados tipos. Este processo acaba reordenando as relações sociais. Assim, para o eleitor, mais do que escolher um representante, o período eleitoral significa se posicionar de um lado da sociedade. Cada lado é ordenado a partir de laços de solidariedade que envolvem, sobretudo, relações de parentesco e sentimentos de lealdade.

A despeito do "tempo da política" ser um momento peculiar, pois é construído por uma reordenação da maneira como os atores se posicionam em relação às questões sociais, ele só existe porque há uma adesão, um compromisso, uma interação entre indivíduos e diversas unidades sociais que estão para além desse tempo. Palmeira afirma que esses processos interativos são múltiplos e podem ou não confirmar relações preexistentes. Como resultado, podemos ter o surgimento de conflitos e a redefinição de clivagens dentro de um espaço social. Em todo caso, o voto é o instrumento de reafirmação ou não dessas interações através de um acordo tácito ou da palavra explicitada publicamente.

De um lado, há a promessa do político em continuar distribuindo ou facilitando o acesso a recursos; de outro, há o pedido do eleitor que também se transforma em promessa com a retribuição do voto. Ao fim e ao cabo, prevalece a relação de confiança. Quanto mais adeptos envolvidos nessa relação, maior se torna o peso do compromisso e, consequentemente, maior se torna o valor do voto. Esta relação não envolve apenas uma troca de favores baseada em critérios racionais que conferem ao voto uma conotação mercantilizada, como se percebe na expressão "compra de votos". Ela pode também abranger valores como a honra, a lealdade, a amizade, a proteção e a sensação de pertencimento. Estes elementos ganham legitimidade, pois são capazes de gerar tanto ou mais inclusão do que a simples troca de favores.

As narrativas criadas sobre a vida de Tenório Cavalcanti expressam códigos culturais, valores, símbolos e crenças que funcionaram como filtros ao permitirem que estes elementos fossem assimilados pelos grupos sociais que se identificavam com ele. Foi essa forma de expressão que ajudou Tenório a construir a sua imagem pública como herói salvador ou, no dizer da passagem descrita no início deste capítulo, como "vingador das multidões". Boa parte da mitologia política construída em torno de Tenório remete-se à lembrança de suas origens e de sua trajetória. O próprio Tenório, fosse da tribuna do parlamento ou nas páginas de seu jornal, narrou inúmeras vezes a sua saga pessoal como forma de afirmação política. É o caso de uma memória que começou a se firmar ainda em vida. Dessa forma, o político ligava a construção de seu passado aos anseios e valores populares.

Numa votação parlamentar sobre a nova discriminação de rendas em favor dos municípios brasileiros, em julho de 1960, Tenório pediu a palavra e, como era de costume, fugiu inteiramente ao assunto tratado pela ordem do dia e passou a falar de si e das eleições da Guanabara. Assim começou o seu discurso:

> Com a autoridade de um autêntico filho do povo, descendente de lar humilde, venho dizer que, se meus pais fossem vivos e estivessem agora nas galerias desta câmara, certamente teriam lágrimas de emoção ao verem o caboclinho de quatorze anos de idade, o candanguinho alagoano que aqui chegou há trinta e seis anos. Longe estariam de pensar que pudesse ele ficar radicado, como ficou, no estado da Guanabara, com curso primário incompleto, a casar e fazer um curso de humanidades no Colégio Pedro II, tomando emprestados os livros de suas filhas, hoje formadas e casadas com Oficiais de nossas Forças Armadas. Longe estariam de imaginar que aquele candanguinho, filho de um lavrador e de uma costureira pudesse, depois do curso de humanidades, fazer seu curso de Direito na Faculdade Nacional da Universidade do Brasil e vir a ser o primeiro vereador do município de Iguaçu após a revolução de 30. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, jun./.jul, 1960, v.11, p.649).

Tenório continuou dizendo no discurso que foi secretário da mesa em Iguaçu, sub-prefeito do município de Caxias, delegado fiscal, deputado a Assembleia Legislativa e deputado federal mais votado, dando ao seu partido nove cadeiras em três eleições sem nunca ter pedido favores a UDN visando interesses pessoais. O parlamentar afirmou que, ao contrário, deu "pedaços do seu corpo, estilhaços de sua vida" em prol da liberdade do povo, inspirado no princípio de que só com o sangue é possível construir a liberdade e que só quem for capaz de arriscar a vida merece a liberdade. Após ratificar perante a Câmara dos Deputados o seu lançamento como candidato a governador pelo estado da Guanabara, prosseguiu narrando em sua oração o martírio de sua vida:

> Quis Deus, senhor presidente, o todo poderoso, que Tenório Cavalcanti não morresse nas emboscadas, nas trincheiras, nas horas de perigo, sofridas por amor ao povo, de cujo meio saiu, como fumaça que sai do fogo, por amor à democracia e à liberdade, que ajudou a construir com o sangue do seu corpo e as lágrimas do seu sacrifício! (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, jun./.jul, 1960, v.11, p.649).

Na sequencia do discurso o parlamentar falou sobre a sua fama de homem rico:

> Quis Deus, senhor presidente, que esse homem pudesse, com a sua carreira, dizer alto e bom som, na antiga capital da República, e hoje com toda força da sua eloquência e profunda emoção, que é um homem rico; e o diz de público, que candanguinho pobre na democracia, sem furtar, enriqueceu e é estimado pelo povo pobre que deseja esse homem rico, que confessa de público não se envergonhar de ser rico no regime democrático. Desejo que todo rico seja como Tenório, admirado

> pelo povo pobre. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, jun./.jul de 1960,v.11, p.649).

Cabe encerrar a referência a este discurso com a passagem em que Tenório falou da importância da mítica que havia em torno dele. Após dizer que era preciso resolver o problema da superlotação das cadeias da capital da República, assim declarou:

> É preciso que numa nação que vê a Justiça sofrendo afronta como esta, apareça um homem místico, de capa preta e lenço encarnado no pescoço, para que, com esta mística, com esta característica especial, crie, na alma do povo, pelo menos uma luz de esperança de que existe ainda no congresso um homem capaz de arriscar a vida para que não morram as últimas esperanças de um povo desesperado. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, jun./. jul, 1960, v.11, p.655).

Nestas falas Tenório Cavalcanti primeiramente se apresentou como um imigrante sertanejo comum, como milhares de outros que vieram para os grandes centros urbanos. Porém, conforme foram se passando as provações de sua vida, transcendeu esta imagem e transformou-se em uma figura mítica que desafiava a morte e se sacrificava em nome do povo. A trajetória de vida de Tenório Cavalcanti se tornou famosa, seus feitos foram transcritos em reportagens da revista *O Cruzeiro* que, em 1954, chegou a publicar um livro com as suas memórias narradas ao jornalista Arlindo Silva. Obviamente, o *Luta Democrática* também contribuiu decisivamente para a notoriedade de sua história de vida. Durante os seis primeiros meses de circulação o jornal publicou uma história em quadrinhos narrada em rimas. Incialmente, a história se chamou *Venci de revólver em punho* e depois *Vida, paixão e drama do Deputado Tenório*[17]. Um ano antes da morte do político fluminense, suas filhas, Maria do Carmo e Sandra, publicaram outras duas biografias intituladas *Tenório: o homem e o mito* (1986) e *Tenório, meu pai* (1986). Estes dois livros reproduzem algumas das narrativas publicadas pela revista *O Cruzeiro* e, portanto, serviram para ratificar a sua história. Para os objetivos deste trabalho não importa investigar detalhes ou fontes desconhecidas sobre Tenório Cavalcanti, importa sim a interpretação daquilo que se tornou notório e que contribuiu para a construção do fenômeno social e político.

Há uma forte coerência entre todas estas narrativas sobre a trajetória do político fluminense. Elas contam que Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque nasceu no município de Palmeira dos Índios, numa região chamada Bonifácio, interior do estado de Alagoas, no dia 27 de setembro – dia de São Cosme e Damião - de 1906. A data foi

[17] Em 1962, o *Luta Democrática* anunciou que a história de Tenório seria narrada em um programa da Rádio Difusora Duque de Caxias. (LUTA DEMOCRÁTICA, 31/7/1962, p.2).

amplamente explorada na construção de sua imagem pública. Tenório narrou que, ao nascer, um homem religioso, famoso na localidade, "dado à macumba e outras práticas de terreiro" (SILVA, 1954, p.13), disse que por ter nascido naquela data ele teria o corpo fechado a todas as maldades do mundo. E assim explicou a dádiva dos santos: "é talvez devido à proteção dos dois santos gêmeos que as balas parecem ter receio de me acertarem" (SILVA, 1954, p.13).

Após a morte de seu pai[18], assassinado provavelmente por causa de rixas por disputa de terras, a família se desfez de algumas propriedades e, assim, teve seus recursos de sustentação escasseados, se transferindo para a Serra da Mandioca, localidade próxima a Palmeira dos Índios. Tenório tinha apenas 14 anos na época e em função do abalo em sua estrutura familiar viu-se obrigado a abandonar os estudos para ir trabalhar em fazendas de parentes e compadres localizadas naquela região.

A cidade de Palmeira dos Índios e seu entorno de aldeias e lugarejos conformava uma região paupérrima. Em 1929 e 1930 foram produzidos dois relatórios sobre a cidade que se tornaram notórios nos meios intelectuais dos anos 1950 e 1960 graças à fama que o então prefeito, Graciliano Ramos, viria a ganhar mais tarde como escritor. Ambos foram publicados no livro *Viventes das Alagoas* (2007). No segundo relatório Graciliano Ramos narrou ao governador, Álvaro Paes, a situação dos "subúrbios" ou da região rural de Palmeira dos Índios. Segundo ele abandonada pelas administrações anteriores, mas, provavelmente, também atingida por secas e outras intempéries:

> Encontrei em decadência regiões outrora prósperas; terras aráveis entregues a animais, que nelas viviam quase em estado selvagem. A população minguada, ou emigrava para o sul do país ou se fixava nos municípios vizinhos, nos povoados que nasciam perto das fronteiras e que eram para nós umas sanguessugas. Vegetam em lastimável abandono alguns agregados humanos (RAMOS, 1930, p.216).

Essa descrição que, por méritos de seu autor, foge inteiramente à linguagem corriqueiramente burocrática empregada em relatórios, nos apresenta o cenário que certamente teria contribuído para que Tenório Cavalcanti abandonasse a região e viesse tentar a sorte no "sul do país".

Tenório veio para o Rio de Janeiro, em 1926, buscando melhores condições de vida. Inicialmente se abrigou numa pensão no centro da cidade. Porém, dentro de uma semana foi procurado por um parente, cabo de polícia, que recebeu instruções do padrinho de Tenório, Natalício Camboim de Vasconcelos, para que o abrigasse em sua residência no bairro da

[18] Seu pai se chamava Antônio Tenório Januário Cavalcanti de Albuquerque e a sua mãe Maria Cavalcanti de Albuquerque.

Penha, no subúrbio da capital; segundo Tenório: "um barraco paupérrimo" (SILVA, p.16)[19]. Trabalhou em vários empregos de baixa remuneração, foi lavador e carregador de garrafas de cerveja, faxineiro e ajudante de enfermeiro no Hospital dos Marítimos, copeiro, zelador de pensão e porteiro de hotel. Nessa época também se matriculou no curso de humanidades, primeiramente no Ginásio Guanabara e depois no Colégio Pedro II.

A sua situação era parecida com a de milhares de migrantes sertanejos que chegavam ao Rio de Janeiro, porém, Tenório tinha um padrinho influente. Sua filha, Maria do Carmo, conta que foi Natalício Camboim quem pediu ao engenheiro Hildebrando de Góis[20], para que lhe conseguisse um emprego como apontador de obras da estrada Rio-São Paulo, no trecho compreendido entre Campinho e Realengo (FORTES, 1986, p.47). Começou o trabalho em 1927 e após um ano exercendo essa função ocorreu o fato que mudou a sua vida: foi indicado pelo mesmo Hidelbrando de Góis para trabalhar como administrador da fazenda Santa Cruz, de Edgar Soares de Pinho, localizada no distrito de Duque de Caxias, que na época fazia parte do município de Nova Iguaçu. O proprietário o chamou para substituir o empregado que havia sido assassinado em conflito por posse e demarcação de terras. No novo trabalho Tenório teria que organizar um grupo de capatazes. Este grupo tinha como objetivo defender as terras de seu proprietário e combater os grupos invasores. A necessidade de proteção contra a violência possibilitou que Tenório estabelecesse uma ampla rede de relações pessoais para ajudá-lo. Para isso, trouxe parentes e amigos de sua terra natal e conseguiu formar um grupo fechado em laços de lealdade e honra[21]. Colocando em destaque o papel da violência na vida cotidiana, Tenório assim descreveu as condições de seu trabalho em seu livro de memórias:

> Caxias naquele tempo era um lugarejo inexpressivo, onde uns poucos milhares de aventureiros tentavam fazer fortuna a qualquer custo. Muitos bandoleiros haviam sido importados das plagas sertanejas para 'trabalhar' para políticos e donos de terras. Matar era simples questão de acionar o gatilho do revólver ou do rifle, sem

[19] O cabo de polícia se chamava Abdias de Holanda Cavalcanti. Em uma coluna do *Luta Democrática*, Tenório prestou homenagens a ele devido ao seu falecimento. Na coluna consta que Natalício Camboim lhe deu um emprego na Câmara dos Deputados. (LUTA DEMOCRÁTICA, 8/5/1963, p.3).

[20] Hidelbrando de Góes era diretor do Departamento de Portos, Rios e Canais e responsável pelas obras de saneamento da Baixada Fluminense.

[21] Mário Grynszpan (1990, p.78) observa que a presença de agrupamentos armados sob ordens de grandes proprietários ou chefes locais é observada em diversas localidades no Brasil, sobretudo, na época do coronelismo, que antecede o período de centralização política que colocou o monopólio da violência mais diretamente nas mãos do Estado. O autor faz alusão ainda ao trabalho de Wolf e Hansen sobre a formação da *caudillaje*, um sistema político existente durante as guerras de independência da América Hispânica que tinha como uma de suas características o emprego da violência pelos grupos armados formados como resultado das alianças entre a elite *criolla* com os *mestizos*. Ver: WOLF, Eric & HANSEN, Edward C. (s.n.t).*Caudillo politics*: a structural analysis, p.168-179).

> que os criminosos se preocupassem com as consequências. Diante disso, que tinha eu a fazer? – Meti o revólver no coldre e fui trabalhar na fazenda do Dr. Edgard de Pinho. (SILVA, 1954, p.20).

E mais adiante continua:

> Verdadeiras brigadas, armadas até os dentes trocavam balas, assumindo os acontecimentos o aspecto de verdadeira revolução. Eu chefiava uma dessas brigadas [...] Nenhum homem era visto sem o habitual 'Colt' ou 'Smith &Wesson' na cinta, circundada de balas. Acontecia algo semelhante ao que estamos acostumados a ver nos filmes sobre o desbravamento do Oeste americano. (SILVA, 1954, p.22).

As disputas por terra pautavam o cotidiano daquela região e eram a principal causa dos conflitos violentos. A pesquisa sobre a formação sócio-econômica da Baixada Fluminense, feita por Israel Beloch (1986), indica que a abertura da rodovia Rio- Petrópolis, inaugurada em 1928, acelerou bastante a atividade loteadora das terras marginais a esta estrada que corta o município de Duque de Caxias. Estas terras se valorizaram por estarem próximas à nova via de ligação com a cidade do Rio de Janeiro e, por isso, transformaram-se em palco de acirradas disputas, como nos narra este autor: "O processo de aquisição e domínio dessas terras semiabandonadas assumiu feição de verdadeira conquista pelas armas, em clima que fazia lembrar a ocupação das áreas virgens do oeste norte-americano." (BELOCH, 1986, p.24).

As fronteiras não eram legalmente demarcadas, a polícia não tinha autonomia para contestar o poder dos donos das terras e, em muitos casos, trabalhava na defesa de seus interesses pessoais. Como consequência, esses grupos armados se tornaram um ator muito importante na organização e estrutura das relações sociais, daí as alusões ao Sertão Nordestino e ao oeste americano nas declarações de Tenório Cavalcanti. Desde que assumiu o emprego na fazenda, Tenório se envolveu em inúmeros conflitos violentos. Essas histórias certamente foram contadas com uma alta dose de fantasia em seu livro de memórias, na revista *O Cruzeiro* e nas charges do *Luta Democrática*, porém, certamente este tipo de violência fazia parte das condições de vida da Baixada Fluminense. Muito antes da popularização midiática, essas histórias foram passadas através de gerações, por meio de história oral. Infelizmente, não tive acesso a fontes desse tipo, se é que elas existem. Em todo caso, importa retratar que a mistificação em torno de Tenório provém desta época, "Já nesse tempo se propagava a crença de que eu tinha o 'corpo fechado'. Hoje há em Caxias muitas pessoas que apostam que eu não morrerei de bala (...)" (SILVA, 1954, p.28). Sem dúvida, o estilo de vida de Tenório contribuiu para a propagação de uma lenda como essa. Ela veio a ter

uma grande valia para a sua afirmação política. Na cultura sertaneja a lenda do corpo fechado era bastante comum[22]. Além disso, a forte presença do cangaço, de assassinatos e tocaias fazia parte da vida de milhares de nordestinos, já acostumados com esses códigos que expressavam a violência nas relações sociais. Essa cultura migrou, junto com a população, para a Baixada Fluminense.

Os problemas com as autoridades locais e outros grupos armados, comandados por elites políticas adversárias, fizeram com que o seu patrão achasse melhor que Tenório abandonasse o emprego na fazenda em 1932. Nesse momento, Tenório já havia se casado com Walquíria Lomba - Zina -, filha de um próspero comerciante da região, Manoel Isaías Lomba[23]. Estabeleceram-se na área urbana de Caxias. Tenório abriu uma loja de material de construção, mas manteve contato com Edgard de Pinho através de um negócio ligado a venda de madeira e carvão proveniente de suas terras. Foi principalmente através dessa ligação que Tenório começou a entrar para o mundo da política. Esse momento foi fundamental em sua vida, pois lhe permitiu sair da condição de empregado e posicionar-se como sócio de seu antigo patrão.

Para Mário Grynszpan (1990, p.79), o próprio trabalho de Tenório como chefe de milícia facilitou essa mudança de *status*, haja vista que este era um emprego que requeria alta confiança. O autor se refere a um estudo de Blok[24] sobre os *campieri* na Sicília, no qual relata que estes guardas armados das grandes propriedades eram pessoas de prestígio. Assim, por meio de seus serviços fortemente reconhecidos pelos patrões, podiam enriquecer e obter acesso à terra. No Brasil, o cangaço também teria sido uma via alternativa para aquisição de poder, prestígio e riqueza.

Obviamente, não apenas o trabalho como capataz, mas também o casamento com uma mulher pertencente à elite local deram condições para que Tenório fosse mais reconhecido naquele meio. O fato é que ele saiu de uma posição social hierarquicamente inferior para outra em que se colocava como igual às pessoas da elite. Tenório se aproximou, por laços pessoais, da elite política que foi atingida pela Revolução de 1930, que se opôs ao governo Vargas. Aliando-se a pessoas influentes na política local ele começou a ser levado por Getúlio Moura, então chefe regional da UPF, em reuniões políticas, até que se filiou ao

[22] Ver, por exemplo, o conto "Corpo Fechado", no livro *Sagarana*(2001), de Guimarães Rosa.
[23] O sogro de Tenório entrou em processo de falência logo após o noivado. A partir daí, Tenório passou a ser o protetor daquela família. Porém, mesmo com a falência, o casamento com uma mulher pertencente a uma família tradicionalmente de elite lhe dava *status* social. (FORTES, 1986, p.64).

[24] Ver: BLOK, Anton. Coalitions in Sicilian Peasant Society. In: BOISSEVAIN, J. e MITCHELL J.C. (Org.).*Network Analysis Studies in Human Interaction*. Paris: Mouton, p. 151-165, 1973.

partido. Mais tarde Getúlio Moura tomou rumos diferentes dos de Tenório na política, mas o ajudou várias vezes quando foi acusado de cometer crimes. A UPF era o principal adversário do PPR, chefiado por Manoel Reis e que, com o apoio de Getúlio Vargas, elegeu o almirante Protógenes Guimarães para o governo do estado do Rio de Janeiro no pleito realizado outubro de 1935[25]. Tenório narrou que havia forte oposição entre os dois partidos no período precedente às eleições:

> Em Caxias, que era distrito de Nova Iguaçu, a polícia ficara nas mãos de Getúlio Moura, meu correligionário. Em compensação, a Prefeitura estava com os nossos adversários. O atrito entre policiais e administradores municipais, pela conquista do domínio político, era de estarrecer. Houve choques seríssimos entre os grupos regionais. (SILVA, 1954, p. 48).

Tenório teve uma rápida ascensão dentro da UPF e em 1936 se elegeu vereador para representar o distrito de Duque de Caxias na Câmara Municipal de Nova Iguaçu. No entanto, quando Protógenes Guimarães assumiu o Governo, a polícia teria passado a perseguir os seus correligionários: "A polícia fluminense foi substituída por investigadores do Departamento Federal que, em verdadeiros 'comandos', prendiam e espancavam os que não pertenciam às hostes governistas" (SILVA, 1954, p.50). Nesse mesmo pleito foi adversário do delegado Joaquim Peçanha, candidato apoiado pelo governo, mas que não se elegeu. Contudo, Tenório contou que, por ser candidato da situação, o delegado Peçanha foi favorecido por Protógenes Guimarães que o colocou como chefe de polícia, dando início a uma série de conflitos envolvendo o então vereador caxiense:

> Caxias foi entregue a um meu adversário, que ocupou posições-chave. Homem vingativo, iniciou a importação de capangas, trazendo-os do Norte do estado [...] Passei a ser diretamente visado pelos agentes de Polícia [...] Investigadores de Niterói, comandados pelo inspetor Zabreu, urdiram um 'flagrante', no qual eu aparecia como agitador subversivo e portador de arma de guerra. Prenderam-me e eu fui removido para Niterói [...] Duas semanas após minha prisão novo atentado atingiu um homem de minha confiança: Tito Pereira [...] por ser cabo eleitoral de meu partido [...] Com Joaquim Peçanha na chefia de Polícia, Caxias passou por uma fase de terror. (SILVA, 1954, p.49-51).

Sua filha, Sandra, também narrou a sua percepção sobre as rixas acirradas que se estabeleceram entre Tenório e Peçanha:

---

[25] A UPF, apoiada pelo então governador do Rio Grande do Sul Flores da Cunha, entrou com recurso na justiça denunciando as precárias condições em que se realizou este pleito, marcado por atos de violência. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) acatou o recurso e novas eleições foram marcadas para o mês seguinte, confirmando a vitória de Protógenes Guimarães pela maioria de um voto sobre o general Cristovão Barcelos, candidato da UPF. Ver: DHBB, 2010, verbete: UNIÃO PROGRESSISTA FLUMINENSE. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx).

> Essa eleição só serviu para aumentar mais ainda o ódio do delegado contra meu pai. O relacionamento entre os dois era péssimo, chegando às raias da violência desenfreada. Os primeiros a serem atingidos foram os amigos particulares de papai. Assassinaram Pedro Nolasco. Prenderam e torturam seus correligionários, empregados, cidadãos humildes que pagaram um elevado preço pela lealdade. (CAVALCANTI, 1986, p.77).

Após entrar para a política, não mais os chefes de milícia a mando de proprietários de terras, mas sim os delegados e chefes de polícia a mando do Estado passaram a ser seus principais inimigos. A mudança na situação foi resultado direto não apenas da transformação ocorrida da vida de Tenório, mas também da maior centralização do poder do Estado que se consolidou ainda mais a partir de 1937.

Em 10/11/1937 foi decretado o Estado Novo. Por conseguinte, o Poder Legislativo foi abolido. Apesar de ser oposição ao governo estadual, Tenório foi nomeado pelo prefeito de Nova Iguaçu, Ricardo Xavier da Silveira[26], como agente fiscal da prefeitura daquela cidade. Xavier da Silveira se tornou seu aliado político, intercedendo em seu favor nas vezes em que foi preso e o levando para frequentar reuniões com a elite política de Nova Iguaçu. Contudo, foi nesse período que os confrontos com a polícia tomaram proporções mais alarmantes.

O cargo de agente fiscal era um posto chave, pois permitia ao ocupante controlar recursos importantes, como a concessão de licenças e alvarás. Além disso, a função exigia a cobrança de impostos, inclusive o imposto territorial das propriedades cujos donos eram, em sua maioria, envolvidos com a política local. Supostamente o agente fiscal podia conceder proteção ou isenção em troca de favores ou, ao contrário, arrochar a aplicação da lei em cima de inimigos políticos fazendo valer o tradicional jargão muito usado na política: "aos amigos tudo, aos inimigos a lei". As fontes pesquisadas dizem muito pouco sobre a atuação de Tenório como fiscal da prefeitura[27]. Mas, provavelmente, o cargo contribuiu para a sua ascensão política, pois o colocou numa posição de destaque perante as elites locais.

Na época do Interventor Amaral Peixoto, Tenório descrevia os agentes de polícia como os seus principais perseguidores, principalmente o Secretário Segurança, Agenor Barcelos Feio, nomeado para o cargo em 1942. A política era lida desta forma, através da violência, das perseguições, das rixas entre aliados e não aliados. A imagem pública de Tenório é até hoje comumente associada a tiros, confrontos armados e assassinatos. Ao

[26] Ricardo Xavier da Silveira era advogado e filho de Joaquim Xavier da Silveira, que foi nomeado prefeito da cidade do Rio de Janeiro pelo então presidente Campos Sales, em 1901.

[27] As poucas informações sobre a época em que Tenório ocupou o cargo de agente fiscal podem ser encontradas, por exemplo, em: FORTES, 1986 e SILVA, 1954.

retratar a sua trajetória de vida, Tenório estava claramente fazendo uma espécie de culto à violência. A memória de seu próprio nascimento já fazia alusão a isso.

Entre 1928 e 1953, o seu livro de memórias apresenta 28 casos violentos nos quais esteve envolvido direta ou indiretamente. Foi preso inúmeras vezes nas penitenciárias do estado do Rio de Janeiro, teve que ficar foragido para não ser pego pela polícia outras tantas e, como gostava de enaltecer, colecionou 47 cicatrizes de balas no corpo por causa desses conflitos (BELOCH, 1986, p.66). Obviamente, Tenório dizia que só reagia aos atentados em legítima defesa. Acusava seus inimigos de todos os crimes e colocava a culpa de alguns assassinatos em outros. Impossível perseguir a trilha da verdade sobre esses ocorridos. Cabe atentar, no entanto, para o uso constante da violência como um código capaz de expressar as relações sócio-políticas.

Para Tenório Cavalcanti, as rixas políticas sempre motivaram as perseguições da polícia. Edgard de Pinho era ligado às elites políticas derrubadas em 1930. Tenório se aliou aos inimigos de Vargas. Foram eles que o levaram para a política e a eles se manteve fiel até 1960, quando abandonou o maior partido de oposição: a UDN. Mas, foi justamente o oposicionismo, sobretudo ao governo de Amaral Peixoto, que possibilitou a Tenório criar uma imagem de justiceiro do povo e, assim, conseguiu adeptos. Em suas memórias surgem inúmeras lembranças negativas sobre a polícia amaralista. Na passagem abaixo Tenório expos a sua visão sobre a atuação da polícia do estado na época em que se exilou em Alagoas após ser acusado do assassinato do delegado Joaquim Peçanha, o mesmo que derrotou nas eleições de 1936 e que se tornou um dos seus principais inimigos políticos durante o Estado Novo:

> Enquanto eu permaneci na minha terra natal, foi criada a Polícia Especial Fluminense, corporação de brutos que transformou o município num campo de concentração. O povo sentia profundamente nas carnes as garras da opressão, a tirania da polícia dominante, impondo absurdos sob o peso da violência extremada, contra a qual faliam os meios naturais de resistência popular. Numa tarde, 40 policiais especiais, vindos de Niterói espalharam-se pelas ruas de Caxias promovendo funestas desordens [...] Era um infernal 'pega pra capar', como se diz na gíria matuta [...] Tais métodos de fazer política, sob o patrocínio exclusivo do interventor fluminense, não se limitavam à cidade, mas foram transportados para a zona rural do estado, onde lavradores humildes que não se deixavam envolver pela política situacionista, pagavam pela neutralidade em tais assuntos. Eram barbaramente surrados e removidos a pontapés e coronhadas de revólver para a Delegacia de Caxias. (SILVA, 1954, p.83).

Em 1943, quando o distrito de Duque de Caxias se tornou município, Heitor Gurgel, primo de Amaral Peixoto, foi nomeado prefeito da cidade. O fato teria acirrado ainda mais as

disputas políticas com Tenório Cavalcanti - que na época ainda era fiscal da prefeitura - em função das boas relações que Ricardo Xavier da Silveira mantinha com Amaral Peixoto:

> Heitor Gurgel era nomeado Prefeito de Caxias, em substituição a Homero Lara [...] Heitor não se cansava de protestar honestidade como prefeito do município [...] prometia coisas fantásticas, com um cinismo incrível, enquanto rebocava de Niterói e do Rio, para ocupar funções públicas, uma malta de amigos indesejáveis [...] Deixou que rodassem as roletas e estimulou a instalação de tendas de jogatina. Foi o maior animador de mafuás não só em Caxias, mas também em todo o estado do Rio [...] Aos meus amigos foram oferecidos apetitosos cargos e dinheiro, desde que se bandeassem para o lado dos amaralistas.
> Conservaram-me numa função fiscal na prefeitura. Antes, Heitor Gurgel pretendeu condicionar minha permanência no cargo à minha adesão à sua política. Reagi energicamente. (SILVA, 1954, p.95-96).

A criação do município de Caxias aumentou o quadro administrativo e burocrático daquela região e, consequentemente, as autoridades locais ganharam mais capital político no controle de recursos e cargos públicos. Para Tenório, o poder de seus inimigos teria aumentado e, por isso, talvez fosse uma boa ideia para eles tentar aliciá-lo. Apesar de ter se aliado às elites políticas que combateram Getúlio Vargas após a Revolução de 1930, cabe perguntar por que Tenório Cavalcanti não aproveitou o seu *status* como uma liderança local para se juntar a máquina política que já vinha sendo formada por Amaral Peixoto, já que assim teria mais acesso a recursos do Estado que lhe possibilitariam consolidar ainda mais o seu poder. Outros políticos assim o fizeram. O caso mais exemplar é o de Getúlio Moura, o mesmo que o levou para a UPF e que, portanto, era aliado das elites políticas que se opuseram a Vargas após a Revolução de 1930 e ao governo do estado do Rio de Janeiro, primeiro com Protógenes Guimarães e depois com o Interventor do Estado Novo, Amaral Peixoto.

Getúlio Moura, que possuía sua base eleitoral em Nova Iguaçu, aderiu ao PSD de Amaral Peixoto tão logo começaram as articulações para a formação dos partidos políticos após o fim do Estado Novo. Foi eleito deputado federal por este partido sucessivamente nas eleições de 1945, 1950, 1954 e 1962, sendo que em 1958 disputou o cargo de governador do estado do Rio de Janeiro com Roberto da Silveira, candidato pelo PTB e para quem perdeu as eleições. Getúlio Moura se tornou um típico cacique da Baixada Fluminense mantendo um "curral eleitoral" através do controle de cargos, distribuição de favores e do manejo da máquina administrativa local[28]. Para isso, teve que estabelecer diversos trâmites através da articulação com outros políticos dentro do parlamento. Mas, por que Tenório não aceitou

[28] Ver: DHBB, 2010, verbete: MOURA, Getúlio de. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx .

mudar de lado? Não teria sido mais vantajoso para a sua ascensão política se associar ao governo? Para responder é preciso abordar não apenas a sua trajetória, mas, sobretudo, os capitais políticos que podia manejar até aquele momento.

Oportunidades não faltaram para o polêmico político de Duque de Caxias e o próprio Tenório contou em suas memórias que chegou a cogitar esta possibilidade durante uma conversa com Amaral Peixoto no Palácio do Ingá, em Niterói, sede da capital do estado fluminense:

> Disse-me Amaral que, assim que a guerra acabasse, o Brasil sofreria uma enorme transformação política e econômica, e desejava saber, antes, quais os amigos e inimigos da ditadura. Dissertou sobre Nova Iguaçu e Caxias, interpelando-me sobre a política nesses dois municípios fluminenses. Dei as informações que interessavam ao homem. Por fim ele declarou: - 'Preciso de você para organizar politicamente o município de Caxias em favor de um partido que pretendo formar, assim que o país retorne à normalidade constitucional'.
> Pediu-me Amaral que eu indicasse alguns nomes da fronteira, que pudessem colaborar no seu plano de organização partidária. Entre outros não me furtei a indicar o de Getúlio Moura, meu velho camarada (hoje líder de Amaral na câmara federal). (SILVA, 1954, p.96-97).

Tenório continuou a narração da conversa com Amaral explicando que só aceitaria ser seu aliado se lhe fossem dadas algumas condições um tanto exageradas. Obviamente essas condições o enalteciam como um defensor do povo:

> Assim, estabeleci como condição para minha adesão: água encanada para Caxias; a substituição de Heitor Gurgel na prefeitura do município; demissão de toda polícia local, que perseguia os meus amigos e espancava barbaramente o povo.
> Amaral levantou-se da cadeira e começou a passear. Por fim, disse-me, em tom ameaçador: - 'O senhor sabe que tem muitos inimigos em Caxias. Se o governo prestigiá-los, deixá-lo-á em sérias dificuldades. Já pensou nisso? (SILVA, 1954, p.97).

Getúlio Moura, como já foi dito, aceitou o convite e, assim, foi nomeado interventor no município de Nova Iguaçu, assumindo o mandato entre os meses de março e novembro de 1945, um mês após a queda do Estado Novo[29]. Tenório assim se referiu à adesão de seu, agora, ex-aliado:

> Getúlio Moura assumira, com o interventor, inclusive, o compromisso de aliciar-me, e suponho por isso não ter visto com bons olhos os ataques que, posteriormente a esses acontecimentos, desfechei contra a ditadura e a pessoa do seu representante no estado. (SILVA, 1954, p.98).

[29] Ver: DHBB, 2010, verbete: MOURA, Getúlio de. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx .

Outra fonte revela que o próprio Tenório procurou se juntar a base situacionista do governo mesmo após a sua decisão de seguir para a UDN. Assim está descrito neste relatório do arquivo Getúlio Vargas exposto no livro de Beloch:

> Tenório Cavalcanti procurou-me novamente. Está louco para aderir ao PTB, declarando que arrastará consigo trinta deputados da UDN. Disse que vai fazer seu primeiro discurso com a declaração de que não pertence mais a UDN, e sim ao PTB. Pede ao presidente a promessa de que dará água para Caxias, que tem uma população de 110.000 mil habitantes, com 260 fábricas, 22.000 casas etc. (C.M. Relatório secreto. CPDOC/FGV. ARQUIVO GETÚLIO VARGAS, doc. Número GV 53.00.00/33, apud BELOCH, 1986, p.92).

Em todo caso, Tenório ingressou na UDN após o fim do Estado Novo. Dedicou-se à instalação de um diretório do partido da oposição na rua principal da cidade (FORTES, 1986, p.112; SILVA, 1954, p. 99-100), um símbolo dos futuros conflitos que viria a ter com a polícia amaralista. Amaral Peixoto representava para a política do Rio de Janeiro, principalmente durante os anos 1940 e 1950, um padrão de atuação tão expressivo quanto o chaguismo viria a representar anos mais tarde. Aliás, vale lembrar, Chagas Freitas teve que eliminar o grupo amaralista para poder se firmar no interior do estado após a fusão com a Guanabara[30].

Conforme explica Aspácia Camargo (PEIXOTO, 1986, p.13-18), além de ter sido Interventor Federal no Rio de Janeiro durante o Estado Novo, Amaral Peixoto organizou a montagem da máquina pessedista, junto com Agamenon Magalhães, Nereu Ramos, Benedito Valadares e Fernando Costa. Foi presidente do PSD desde 1951 até a sua extinção decretada pelo Ato Institucional no 2, em outubro de 1965. Durante este período Amaral foi um dos principais articuladores da aliança PSD-PTB, visando, fundamentalmente, o pacto da transição idealizada por Vargas entre o *establishment* rural e o sindicalismo urbano. Como fiel da balança do varguismo se tornou uma liderança política influente e popular. Esta posição lhe rendeu o governo do estado do Rio de Janeiro em 1950, três mandatos de deputado federal - duas vezes pelo PSD (1945 e 1962) e uma pelo MDB (1966) - além de um mandato como senador por este mesmo partido (1970).

Assim como o chaguismo, o amaralismo se caracterizou pela articulação do poder do Estado com lideranças regionais através de códigos clientelistas. Além disso, conseguiu combinar a chefia política regional com a participação na política nacional, buscando sempre evitar os conflitos abertos a fim de estabelecer acordos para tentar superar ambientes de crise.

[30] Ver esta Tese, p.39.

Ao ser perguntado se a grande força do PSD havia sido o aproveitamento de forças locais, Amaral Peixoto assim respondeu:

> Eu sempre digo uma coisa que é muito verdadeira: a melhor política que fiz no estado foi não ter feito política como interventor. Passei todo o período me dando com todo mundo [...] até com famílias brigadas eu me dava [...] dei preferência aos prefeitos, ou através deles a uma figura exponencial que dominasse o município. Nem sempre era o prefeito a maior força. Sempre há um grupo importante, e em torno desse grupo eu procurava articular (PEIXOTO, 1986, p.235).

O código clientelista da articulação política, sempre destacado por Amaral Peixoto, representava para a política local exercida por Tenório, a expressão da violência, sobretudo, da violência policial a mando do Estado:

> Embora tendo sido o ditador deposto e seu genro chutado, a odiosa máquina ditatorial continuou montada, e funcionando, sombria e criminosamente, a eliminar os baluartes da resistência [...] Assim, a truculenta P.E. reiniciou seus crimes, chicoteando o povo, encarcerando amigos meus, baleando e assassinando quem ousasse levantar a bandeira da UDN. [...] Foi nesse ambiente desigual, intervalado de crimes perversos, que fizemos a campanha udenista. Reuni meus cabos eleitorais e dei ordem para que agissem com prudência, visto que se criara para nós um ambiente de clandestinidade. Era impossível aparecer acintosamente nas ruas a fazer propaganda que não fosse dos candidatos do PSD ou PTB (SILVA, 1954, p.114-115).

Nas eleições de 1945 para a Câmara dos Deputados o PSD foi amplamente vitorioso no estado do Rio de Janeiro. Compôs a maioria da Câmara com dez deputados eleitos, entre eles o próprio Amaral Peixoto, contra quatro da UDN, o segundo partido mais votado[31]. Em 1947, Edmundo de Macedo Soares foi eleito o primeiro governador do Rio de Janeiro após a queda do Estado Novo, numa coligação hegemônica que envolvia os três grandes partidos formados após o período ditatorial (PSD, PTB e UDN). O resultado da aliança se refletiu nas urnas. Macedo Soares foi eleito com 250.350 votos para um eleitorado de 280.384[32]. Apesar da coligação ter sido encabeçada pelo PSD, o governador não deixou de ter atritos com o maior articulista do partido, Amaral Peixoto, que assim se referiu ao seu governo:

> Desde o início já sentíamos algumas dificuldades, algumas restrições a determinados nomes. Quando eu indicava um juiz de paz ou um delegado, ele dizia: 'Mas você, um político, se preocupando com um detalhe desses?' Eu respondia:

[31] Ver: DHBB, 2010, verbete: PEIXOTO, Ernâni Amaral. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx.

[32] Ver: DHBB, 2010, verbete: SOARES, Edmundo de Macedo. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx.

> ‘Esses detalhes são essenciais na política, porque são esses homens que aguentam o partido no interior.’ (PEIXOTO, 1986, p 238).

Rompendo com Amaral e apoiando o presidente Dutra no âmbito federal, Macedo Soares acabou fortalecendo a UDN fluminense. Contudo, mesmo com essas divergências, Amaral Peixoto voltaria ao Palácio do Ingá no mandato seguinte (1951-1954). Desta vez, porém, foi eleito democraticamente, com total apoio do PTB e de Getúlio Vargas, o presidente eleito. Amaral derrotou Prado Kelly nas urnas - o candidato udenista apoiado por Macedo Soares - com 286.292 votos, equivalente a mais de 63% do total[33]. A vitória folgada do ex-interventor fluminense indicava que as bases políticas de sua máquina pública, montada durante o Estado Novo, ainda estavam consolidadas nos municípios do interior do estado. Foi justamente da imagem pública de construtor da máquina estatal que ele se valeu em sua campanha eleitoral:

> [...] o Edmundo cometeu alguns absurdos: demitiu um juiz de paz de Natividade que estava há trinta e tantos anos na função. Nós incorporamos esse homem à nossa caravana e o exibíamos nos palanques: ‘Este homem estava há trinta e oito anos como juiz de paz em tal lugar e foi demitido pelo governador Edmundo!’ O povo vibrava... Houve recursos políticos, não é? (PEIXOTO, 1986, p.243).

Um dos principais desafetos de Tenório Cavalcanti, o coronel Agenor Barcelos Feio, como secretário de Segurança Pública e secretário do PSD no estado do Rio de Janeiro, se tornou um cão de guarda na articulação da máquina amaralista, como revelou o próprio Amaral:

> Foi o homem que organizou tudo desde 45. Era muito político, passava o tempo todo no partido. Atendia aos chefes do interior, aos prefeitos, via o que eles queriam, mandava acompanhá-los à repartição competente. Atendia a todos com muita dedicação e mantinha uma correspondência muito grande. (PEIXOTO, 1986, p.244).

Feio e Tenório foram eleitos deputados estaduais nas eleições de 1947 pelo PSD e UDN, respectivamente[34]. Nesse período ambos os parlamentares faziam acusações recíprocas em relação a montantes de dinheiro arrecadados de forma ilícita, principalmente, com a

[33] Ver: DHBB, 2010, verbete: PEIXOTO, Ernâni Amaral. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx.

[34] Tenório foi eleito com 2.800 e, segundo afirmou em suas memórias, dois terços desse total se concentraram no município de Duque de Caxias (SILVA, 1954, p.132).

exploração de cassinos. Tenório narrou em seu livro de memórias que a violência pautava a relação entre os dois:

> Feio também foi eleito deputado estadual, e ambos fomos encontrar-nos na Assembleia Fluminense, onde, por algumas vezes, as sessões foram interrompidas, e em muitas delas o Presidente da Casa teve que se esconder debaixo da mesa, nas célebres sessões chamadas de 'mal-assombradas', porque se ouvia o barulho dos tímpanos, mas não se via a figura do presidente. (só aparecia o seu dedo acionando a campainha sobre a mesa). Em algumas dessas escaramuças fugiam do plenário os cronistas parlamentares. (SILVA, 1954, p.132).

Mais adiante contou como foi a reação de Feio ao ouvir as suas acusações sobre o favorecimento ilícito que o coronel recebia do jogo: "Feio constantemente ameaçava puxar sua arma para fazer cessar minha voz nessas denúncias". (SILVA, 1954, p.134). Não por acaso, nessa época é que Tenório passou a se apresentar com a famosa capa preta que lhe servia para encobrir a metralhadora "Lurdinha" e o colete de aço (FORTES, 1986, p.138-139). Data dessa época um episódio ocorrido nas portas da Assembleia Legislativa logo após Pedro Tenório, homem da guarda pessoal do parlamentar fluminense, ter sido acusado do assassinato do pistoleiro Homero de Carvalho. O caso foi assim relatado em suas memórias:

> A morte do famigerado pistoleiro, em fins do Governo Macedo Soares, determinou uma série de perseguições contra mim, que quase degeneraram num conflito armado de graves consequências [...]. Fui avisado por um colega, deputado fluminense, pelo telefone, para que não fosse a Niterói, porque na ponte de desembarque das frotas, havia um verdadeiro exército de investigadores [...]. Efetivamente, o policiamento era chefiado por Pedro Velasco [...] a quem eu, na Assembleia, um mês antes, havia denunciado como prevaricador [...] Deliberei, contudo, ir exercer o meu mandato, e uma tarde saltei em Niterói empunhando um 'Colt' 45, e levando uma metralhadora debaixo da capa preta." (SILVA, 1954, p.149-150).

Tudo indica, portanto, que nessas sessões os políticos se ameaçavam não só com palavras, mas também com balas. A peculiaridade do parlamentar fluminense se devia ao fato de que carregava armamentos pesados, armas de guerra propriamente. Para isso contava, além das imunidades parlamentares, com licença especial concedida, provavelmente, pelo general Góis Monteiro (BELOCH, 1986, p.72 ; SILVA, 1954, p.152).

Tenório reconhecia claramente a ampla capacidade de articulação da máquina política amaralista e não cansou de narrar a sua atuação em tom oposicionista, acusando a "gang de Amaral Peixoto" de conservar em postos-chaves e nas chefias de delegacias os seus inimigos, desde o fim do Estado Novo (SILVA, 1954, p.114):

> Todo mundo sabe, em Caxias, que Amaral Peixoto continuava mandando [...]. Era a eminência parda local: sem aparecer, manobrava a administração e conduzia a política. Nessa condição, mantinha-se como autor intelectual dessas barbaridades [...]. Caravanas de policiais varejavam os bairros pobres e prendiam operários, lavradores e pequenos comerciantes que mostravam simpatia pela UDN. O delegado comunicava-se de hora em hora com o Coronel Feio e Heitor Gurgel, dos quais recebia ordens, veladamente [...] E o pau começava a roncar. (SILVA, 1954, p.123).

O parlamentar fluminense expôs em suas memórias um tom de ressentimento com o governador Macedo Soares pelo fato deste não ter conseguido, mesmo declarando oposição a Amaral Peixoto, colocar em cargos públicos pessoas que o apoiavam, o que fortaleceria a candidatura de Prado Kelly nas eleições de 1950.

> Estava, portanto, o Sr. Macedo Soares, ao lado do Sr. Prado Kelly, apoiando-o pessoalmente, sem lhe poder dar uma graça governamental que pudesse favorecer sua candidatura, enquanto Amaral dispunha do D.N.E.R., Caixa Econômica, e todos os serviços estaduais por ele nomeados. (SILVA, 1954, p.156).

Mais adiante fez a sua análise sobre o resultado das eleições: "Como eu esperava, Amaral Peixoto foi eleito Governador. Era natural: eles tinham nas mãos todas as chaves da engrenagem política no estado, apesar de ocupar o Palácio do Ingá um correligionário nosso." (SILVA, 1954, p.163). Nessas mesmas eleições Tenório Cavalcanti foi eleito deputado federal pela primeira vez, quando obteve 9.072 votos e conseguiu a quarta e última vaga da bancada udenista no estado do Rio de Janeiro[35]. Não podendo dispor da máquina estatal, a narrativa de Tenório se colocava em oposição a ela. Nesse contexto, o voto era o principal objeto das rixas políticas. Teria sido essa oposição geradora da maioria dos conflitos armados envolvendo diretamente o deputado caxiense ou indiretamente, através de seus cabos eleitorais. Isso fez com que a política na Baixada Fluminense fosse muitas vezes disputada à bala.

Ao expor esse tipo de dinâmica social, Tenório estava contribuindo decisivamente para formar o seu próprio mito como homem que enfrentava as autoridades policiais em defesa do povo. Essa era uma maneira de conquistar capital político, como ficou evidenciado em um dos seus primeiros discursos na Câmara dos Deputados, quando respondia a Celso Peçanha - um de seus adversários políticos:

---

[35] Nessas eleições também foram eleitos pela UDN no estado do Rio de Janeiro: Edilberto de Castro (12.720 votos); Galdino do Vale (11.516 votos) e Soares Filho (9.764 votos). A votação de Tenório Cavalcanti foi superior apenas a do candidato pessepista, Flavio Castrioto. (TSE. Disponível em: http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:1328064881866260). No total de 17 cadeiras, o PSD obteve sete, o PTB cinco, a UDN quatro e o PSP uma (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1951, vol.1).

> Acusam-me dos mais bárbaros crimes. Não posso afirmar, da tribuna do parlamento brasileiro, que jamais matei, mas se assim procedi foi em defesa da sociedade e da vida. Sim, porque só não se defendem os santos; se assim agi foi para não morrer e disso não me arrependi, porque exerci realmente um direito que a lei me assegura e foi defendendo um direito meu que defendi a própria sociedade. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, março de 1951,vol.1, p.357).

Essa mesma linguagem também foi usada para expor as acusações sobre as perseguições policiais que seus correligionários sofriam. Numa delas lembrou, em tom de desabafo que, ainda quando era deputado estadual, denunciou aos parlamentares os policiais que espancaram e mataram dois secretários da UDN em Caxias. Disse ainda que era constantemente caçado pela polícia de Amaral Peixoto:

> Infelizmente, os jornais da capital da República, que não se cansam de me focalizar como criminoso ou protetor de criminosos, ainda não tiveram a preocupação, o cuidado de verificar que tenho quarenta e três cicatrizes produzidas por balas no corpo, recebidas em Duque de Caxias, de tocaia, e nenhum dos criminosos até hoje foi preso. Ainda há seis meses levei um tiro em plena face e o autor do crime anda armado e prestigiado pelas autoridades. Se ajo em defesa da minha vida, a imprensa logo me chama de bandido. Se não reagir, no entanto, estou sujeito a morrer brutalmente, de uma hora para outra, enquanto os criminosos se acobertam sob o manto tutelar da autoridade policial. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, abril de 1951, v.4, p.395).

Numa outra declaração, em tom inflamado, disse que a polícia cercou várias ruas de Caxias sob o pretexto de prender dois policiais que teriam mutilado outros dois homens que foram lhe procurar na Câmara dos Deputados. No entanto, revelou que bandoleiros e matadores de aluguel se misturaram aos policiais com a intenção de armar uma situação para assassiná-lo. Por isso, explicou, teve que entrar na cidade de metralhadora em punho com mais alguns capangas perguntando a esses homens se possuíam documentos que comprovassem que eram policiais e, caso não possuíssem, seu grupo os desarmava.

As denúncias de Tenório contra a polícia fluminense repercutiram amplamente na Câmara dos Deputados. Alguns deputados, como José Pedroso (PSD-RJ) e Francisco Saturnino Braga (PSD-RJ), disseram que a reação da polícia devia-se ao fato de que o deputado caxiense abusava das suas imunidades ao andar pelas ruas do seu município portando arma de guerra, o que provocava a ira de seus desafetos. Em sua defesa, porém, o então líder nacional do PSD, Gustavo Capanema, lembrou que o presidente da Câmara dos Deputados, Nereu Ramos (PSD-SC), tinha enviado uma carta ao governador Amaral Peixoto

pedindo garantias sobre a segurança do parlamentar fluminense[36]. Nesse momento, o deputado oposicionista Bilac Pinto (UDN-MG) pediu um aparte para relatar que ao chegar em Caxias com outros deputados da UDN, a fim de tomarem parte do que lá ocorria, presenciou o espancamento de um correligionário e parente de Tenório Cavalcanti na delegacia e assim concluiu:

> Isso revelou claramente que a orientação da polícia local é, de fato, no sentido de prender e flagelar os amigos desse parlamentar. [...] O fato que há pouco presenciei, da prisão de José Pereira e, ainda, a colocação de forças em torno da residência do deputado Tenório Cavalcanti, convencem-nos de que o que há, realmente, em Caxias, no momento, é a polícia contra o deputado Tenório Cavalcanti. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, abr, 1951, v.5, p.266-269).

Após esta interpelação, o ex-aliado de Tenório e agora da base governista, Getúlio Moura (PSD-RJ), contestou o parlamentar mineiro ao ler uma nota do secretário de segurança pública do estado do Rio de Janeiro em que era pedido o reforço do destacamento da política militar a fim de deter, desarmar e processar Tenório e seus capangas e, em seguida, narrou a sua versão dos fatos:

> O que é público e notório dispensa provas [...] Sua Exa, nos seus impulsos, cria situações as mais difíceis e as mais terríveis e o governo do estado, ciente de que as autoridades teriam sido afrontadas, desacatadas em Duque de Caxias e de que o deputado Tenório Cavalcanti, naquela altura, levou vantagem porque tinha superioridade em fogo, em bocas de armas perigosas, mandou, evidentemente, reforçar o policiamento também com metralhadoras (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, abr, 1951, v.5, p. 292).

Getúlio Moura disse ainda que a origem das ocorrências em Caxias deveu-se a detenção de Alcides Tenório Cavalcanti e Valter Cavalcanti Barbosa. Segundo Getúlio Moura, eles só teriam apanhado por terem o mesmo sobrenome de Tenório e assim continuou a explicação:

> A esse propósito, aliás, quero esclarecer à casa o que ocorre em Duque de Caxias. Indivíduos que lá chegam, quase sempre vindos do norte, procuram, desde logo, adotar um sobrenome que seja ou Tenório, ou Cavalcanti ou às vezes Tenório Cavalcanti [...] Esses indivíduos não são seus parentes e Sua Exa. sequer os conhece. Só procedem dessa maneira para formar cartaz. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, abr, 1951, v.5, p.286-287).

[36] Alguns dias depois, a carta enviada a Amaral Peixoto foi lida por Nereu Ramos na tribuna do parlamento, onde, de fato, pediu proteção ao deputado fluminense. O presidente da Câmara dos Deputados citou ainda, em seu depoimento, notícias de revistas e jornais, como *O Cruzeiro* e o *Diário da Noite*, que anunciaram a perseguição policial e o cerco à casa de Tenório Cavalcanti (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, maio de 1951, v.8, p.112).

A discussão dos parlamentares sobre o episódio e a declaração de Getúlio Moura indicam que, se por um lado, a violência da política local representava um risco de vida para os correligionários de Tenório Cavalcanti, por outro, essa aliança trazia proteção. A identidade relacionada ao nome do político fluminense era uma forma de gerar pertencimento a uma comunidade simbólica que, supostamente, estaria protegida das arbitrariedades da polícia que agia a mando do Estado. Assim, estaria se revelando uma semântica da violência formulada para explicar a realidade da vida política. Consequentemente, isso contribuía para a formação do capital político do parlamentar fluminense e reforçava a ocupação de seu espaço no campo político do Rio de Janeiro.

É preciso destacar, no entanto, que após a queda do Estado Novo, a formação desse campo político passava a estar intrinsecamente vinculada ao processo eleitoral e, consequentemente, ao voto. As eleições de 1945 foram as primeiras da história do país com significativa participação eleitoral. Teria contribuído para isso a atuação da Justiça Eleitoral, responsável pelo alistamento, votação, apuração e proclamação dos eleitos. O código eleitoral de 1950 estabelecia que o alistamento ocorria apenas por iniciativa do eleitor (acabando com o alistamento *ex-officio* que obrigava os representantes de órgãos públicos a alistarem seus funcionários). Assim, todo cidadão alfabetizado e maior de 18 anos deveria ir até o cartório eleitoral para tirar o título de eleitor. Cada eleitor deveria levar às seções eleitorais, além do título, a cédula eleitoral para votar.

A folha individual de votação (que continha as informações de cada eleitor, inclusive fotografia) e a cédula oficial (confeccionada pela Justiça Eleitoral e preenchida no ato da votação pelo eleitor) foram adotadas somente nas eleições 1955 para a presidência, sendo que somente em 1962 a cédula oficial foi implementada nas eleições para a Câmara dos Deputados. A cédula comum, adotada anteriormente, podia ser confeccionada e distribuída pelos partidos, pelos próprios candidatos ou pelos jornais aos quais muitos deles estavam associados. Isso contribuía enormemente para que os eleitores fossem coagidos no dia da votação e a violência se tornasse uma prática comum. Assim, portar a cédula de um candidato ou querer ter acesso a ela se tornava um risco ou, ao contrário, uma forma de proteção. O eleitor que fosse pego portando uma cédula de um candidato rival podia sofrer represálias. Nesse contexto, os cabos eleitorais se tornavam uma espécie de capangas dos políticos, pois controlavam a posse e a distribuição das cédulas. Não faltaram notícias no jornal *Luta Democrática* anunciando endereços onde poderiam ser encontradas cédulas de determinados candidatos, além de denúncias sobre cédulas distribuídas por delegados de polícia e eleitores sendo ameaçados por carregarem cédulas de candidatos aliados a Tenório.

Os eleitores não eram obrigados a votar numa única seção. Assim, havia inúmeras fraudes, como a falsificação de títulos ou títulos obtidos ilegalmente. Eleitores já falecidos ou com mais de um registro eram comumente inseridos no processo de votação. Além disso, caravanas de eleitores podiam, sem maiores dificuldades, serem conduzidas de uma seção para outra recebendo favores dos políticos em troca. Era prática comum o uso de transportes financiados pelos partidos ou candidatos, muitas vezes com o auxílio de comerciantes locais para conduzirem os eleitores para as seções eleitorais. Uma reportagem, referente às eleições de 1954 narrou que Tenório fretou dois ônibus para ajudar a levar os eleitores para as seções mais vazias (LUTA DEMOCRÁTICA, 5/10/1954, p.3). Desta forma, o controle sobre o processo eleitoral pelos partidos e pelos políticos era enorme e fundamental para se ganhar a eleição. Como consequência, havia constantes intervenções dos tribunais regionais nos processos eleitorais tentando minimizar os resultados fraudulentos das eleições.

Nesse contexto é que se constituíram os conflitos eleitorais entre a UDN, o PSD e o PTB no estado do Rio de Janeiro. Sendo os democratas a base da oposição à máquina político-administrativa controlada por Amaral Peixoto e apoiada pelo PTB de Vargas, compreende-se o fato de Tenório colocar-se na posição de perseguido político, denunciando a tortura e a prisão de seus eleitores e cabos eleitorais: "Em Caxias, como em todo o estado do Rio, quem não for amaralista, quem não for getulista, quem não for protegido pelo poder dominante é, hoje, julgado inimigo do governo, comunista, bandido." (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, maio de 1951, v.7, p.428). Nesse outro discurso parlamentar, o deputado fluminense narrou como seria a perseguição da "polícia política" amaralista aos correligionários da UDN:

> Nos corredores e portas desta casa estão dezenas de mutilados, estão cerca de 20 famílias de Duque de Caxias, que se transferiram para o Rio, sem poder voltar para seus lares, pois lá a polícia política os viola alta madrugada [...]. Prende-se e esbordoa-se um amigo de Pedro Tenório. O amigo declara que a cozinheira sabe do crime e que Tenório recebeu cinco mil cruzeiros. Prende-se a cozinheira. Esta diz que o copeiro também sabe. Prende-se o copeiro, que declara ser o crime também do chofer. Detem-se o chofer, que acusa o secretário da UDN local. Este é preso. Depois é a vez do vice-presidente do partido, do suplente de vereador, e de todos os outros elementos de que se compõe o partido no município. Nesta marcha só escaparão os afeiçoados dos dominantes que, armados até os dentes, apontam aos policiais as pessoas que não votaram no Sr. Amaral Peixoto e por isso precisam ser escorraçadas do município. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, maio de 1951, v.7, p.433).

Tenório denunciava que a polícia prendia e espancava trabalhadores na Baixada Fluminense acusando-os por crimes comuns banais (como portar um canivete), mas

acreditava que essas prisões e espancamentos eram realizados por motivos políticos. Mais adiante reforçou as suas intenções como parlamentar protetor do povo: "O que desejo é diminuir a pancadaria nas costas de tantos inocentes que em 3 de outubro julgaram que não era crime votar contra o Sr. Amaral Peixoto". (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, maio de 1951, vol.7, p.444). As lembranças dos tempos do amaralismo foram retratadas em sua coluna de jornal, intitula *Um anjo exilado*, publicada algumas semanas após as eleições de 1954:

> [...] eu e meus amigos correligionários de Duque de Caxias e dos municípios adjacentes fomos alvo das mais torpes e nefandas perseguições, empreitadas pela quadrilha que abocanhara a governança do estado do Rio.
> Ser-se udenista naquelas paragens [...] importava em comprar-se passagem para a eternidade. Compramos passes permanentes!
> [...] as façanhas dos janízaros a soldo do Palácio do Ingá eram consideradas por porta-vozes do desgoverno e por escribas venalizados, repressões a criminosos comuns e atos de legítima defesa! Mentindo à nação, os mandantes sanguinários e ladravazes invertiam os papéis e afirmavam estar defendendo a ordem pública! (LUTA DEMOCRÁTICA, 13/11/1954, p.3).

Em que pese o lado performático e carismático do deputado fluminense ao expor as acusações através de seu jornal e da tribuna do parlamento, vale destacar que Tenório procurava claramente colocar-se como um membro do partido político ao qual pertencia. Em função da contestação dos resultados eleitorais nas eleições municipais de 1950 em algumas cidades da Baixada Fluminense, a justiça eleitoral resolveu fazer um novo pleito dois anos mais tarde, em 1952. Tenório assim se referiu aos municípios de São João de Meriti e Duque de Caxias:

> Em Duque de Caxias e São João de Meriti, minha zona eleitoral, haverá eleições para prefeito. Comenta-se que a eleição vai ser livre em Caxias. Concorrem um candidato do PSD, um da UDN e um do PTB [...]. O pleito será decidido com essa eleição suplementar. O candidato da UDN [...] mostra-se desinteressado em disputar o pleito por não se sentir seguro, pois a autoridade policial da região é entregue a um homem absolutamente irresponsável. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, set, 1952, v.27, p.122).

Esse homem ao qual Tenório se referiu era o delegado Albino Imparato, que foi nomeado por Barcelos Feio, então secretário de Segurança do governado Amaral Peixoto e, como já foi dito, um dos principais inimigos políticos do deputado caxiense. Tenório contou que alguns vereadores da UDN foram para o lado do governo por medo das represálias (SILVA, 1954, p.172). Na época do delegado Imparato as perseguições aos seus correligionários teriam aumentado significativamente.

Albino Imparato foi o protagonista um episódio caracterizado como exemplar dessas contendas políticas envolvendo Tenório Cavalcanti e a polícia do estado do Rio. Cabe ressaltar que naquela época a campanha antigetulista da UDN começava a ganhar força no âmbito nacional. Portanto, não por acaso, o episódio teve maior impacto do que outros nos órgãos de imprensa da capital diretamente envolvidos com as questões político-partidárias (Beloch, 1986, p.77). Em agosto de 1953, Imparato e o seu assessor, Arnaldo Bereco, foram assassinados a tiros no centro de Caxias. Tenório foi prontamente acusado por seus inimigos políticos que usaram como alicerce o fato do deputado ter sofrido um atentado três dias antes, supostamente realizado por Bereco, a mando do próprio delegado Imparato, durante uma cerimônia cívica promovida pela prefeitura[37] (SILVA, 1954, p.179-181).

O caso foi amplamente divulgado na mídia. O delegado Wilson Frederici, que substituiu Imparato em Caxias, concluiu no inquérito policial que Tenório Cavalcanti e alguns dos homens que trabalhavam para ele foram os culpados pelo crime. Como resultado o juiz de Caxias, José Navega Crotton, emitiu um mandado de busca e apreensão à casa do político udenista, determinando ao delegado que prendesse os acusados. Em decorrência, a residência do deputado foi cercada por tropas policiais e do exército fortemente armadas. Como o caso teve repercussão nacional, acabou envolvendo diretamente a participação de importantes políticos, como o ex-ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha; e os ex-deputados federais, Nereu Ramos (PDS-SC) - presidente da Câmara dos Deputados - Afonso Arinos (UDN-MG) e o general Flores da Cunha (UDN-RS). Estes agiram contra a vontade do governador Amaral Peixoto e do secretário de segurança do estado Agenor Barcelos Feio, pois conseguiram suspender a ordem judicial, considerada inconstitucional pelo deputado Flores da Cunha.

Findo o acontecimento, Tenório soube utilizá-lo como uma forma de se promover politicamente. A mobilização desses políticos notáveis em sua defesa certamente contribuiu para que o caso ganhasse repercussão nacional. Mas, isso só foi possível porque Tenório também era parte integrante do parlamento e do quadro da UDN. Se não pertencesse ao partido e não fosse reconhecido pelos seus pares, sem dúvida, a história seria outra e talvez nem tivesse chegado a esse ponto[38]. Penso ser importante destacar essa noção de pertencimento, tendo em vista que a imagem pública de Tenório foi construída basicamente sobre o seu carisma. De fato, o parlamentar fluminense era uma figura carismática. Mas, isso

[37] Comemorava-se na Associação Comercial a data do nascimento do Duque de Caxias, patrono da cidade.

[38] Cabe destacar que a Câmara dos Deputados não concedeu licença para processar Tenório, mesmo tendo sido ele considerado culpado pelo delegado de Caxias.

não implicava uma existência isolada dos códigos de solidariedade social acionados não apenas pelos seus correligionários mas também, como fica exposto no episódio acima narrado, pelo seu partido político.

Em setembro de 1954, um ano após o atentado na casa de Tenório, o suicídio de Getúlio Vargas era constantemente relembrado na Câmara dos Deputados. Durante uma sessão ordinária, o deputado José Bonifácio (UDN-MG) reforçou uma acusação muito comum na época ao afirmar que o PTB estava usando o drama da tragédia para esconder os esquemas de corrupção que vinham sendo denunciados pela oposição: "É preciso de uma vez por todas acabar com o processo de se fazer do nome e da memória do senhor Getúlio Vargas, a esponja para apagar todas as imundices que estão ainda pululando e que se verificam no governo em que Sua Excelência presidia o país". (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, agosto/setembro de 1954,vol.15, p.787). Após esse discurso o suplente, Augusto do Amaral Peixoto (PSD-DF), irmão do então governador, respondeu ao deputado udenista: "Inclusive os assassinos de Duque de Caxias" (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, agosto/setembro de 1954,vol.15, p.787). A menção era claramente dirigida a Tenório Cavalcanti, que rebateu prontamente:

> Diz muito bem Vossa Excelência, porque só num país amaldiçoado, é que um deputado federal, para exercer o seu mandato, precisa usar uma capa preta e uma metralhadora. Mas nunca usei uma gazua para roubar o Banco do Brasil, como muitos daqueles que me acusam de pistoleiro (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ago /set, 1954,v.15, p.787).

Augusto do Amaral Peixoto replicou enfaticamente:

> Desafio o nobre deputado Tenório Cavalcanti a declarar se sabe alguma coisa a meu respeito [...] se meu nome consta em qualquer inquérito. Entretanto, acuso, daqui, Sua Excelência como o causador da morte do delegado Imparato, porque isto é o que consta do inquérito feito no estado do Rio. Acuso-o como um dos mandantes daquele assassinato e não me arreceio de Lurdinhas, nem de capangas. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ago./.set, 1954,v.15, p.787).

A peleja continuou ecoando no plenário do Palácio Tiradentes:

> Também acuso o Senhor Amaral Peixoto, como autor das 47 cicratizes de balas no meu corpo, todas de disparos pelas costas, cujos autores foram armados pelo irmão do bravo comandante Augusto do Amaral Peixoto – os Bereco, os Imparato, os Soares, os Climérios – armados pelo governo para tirar a vida de um parlamentar (...). Agora, se é preciso morrer para que não matem a liberdade do Brasil, eu matarei, para que não matem o Brasil. [...]. É o meu sentimento de brasileiro revoltado com 47 cicatrizes de balas nas costas, das mãos de sicários profissionais

> de um governo que hoje me acusa de pistoleiro, por não ter sido eu o Major Vaz[39]. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ago./set, 1954,v.15, p.787).

Todos esses conflitos armados e, sobretudo, os atentados sofridos em sua residência levaram Tenório a construir, após esse último episódio, uma casa no centro de Duque de Caxias com portas e paredes revestidas com aço e diversas passagens secretas. Esta casa ficou popularmente conhecida como "Fortaleza". Obviamente pode-se questionar se em torno de todos esses crimes e perseguições anunciadas havia, de fato, uma justificativa política ou se, em sua maioria, eram crimes comuns, fruto do envolvimento do grupo ligado a Tenório e da polícia com negócios ilícitos. Creio que seja impossível separar uma coisa da outra, pois as atividades políticas e o crime faziam parte do cotidiano da Baixada Fluminense naquela época. Se a política servia para acobertar ou amparar as atividades criminosas, ou seja, se os trâmites políticos as favoreciam, o crime, necessariamente, se politizava.

A linguagem usada por Tenório Cavalcanti para marcar o seu posicionamento político era manejada, sobretudo, como uma forma de se contrapor ao campo amaralista, caracterizado por suas práticas clientelistas. Neste caso, o clientelismo pode ser traduzido como uma categoria analítica que sintetizava o discurso de Tenório sobre a oposição. O clientelismo servia, portanto, para construir uma noção de alteridade política, para caracterizar a troca política dos outros, o atraso, a violência e a falta de ética nas práticas dos outros. Porém, como mostrarei a seguir, há diferentes tipos de trocas assimétricas na política que podem ser esclarecidas pela ideia de clientelismo. Algumas delas já foram destacadas, como o uso da violência. Que outros tipos de trocas assimétricas caracterizavam o campo político tenorista?

[39] O Major Rubens Vaz, da Força Aérea Brasileira (FAB), faleceu após o famoso atentado da Rua Tonelero, armado contra Carlos Lacerda.

- 1954 LUTA DEMOCRÁTICA Página 7

A VIDA DE TENÓRIO CAVALCANTI
NOS VERSOS ESPONTÂNEOS DE UM POETA POPULAR

Reprodução fotográfica 1 - O *Luta Democrática* apresentou um resumo da saga de Tenório Cavalcanti narrada em versos. (LUTA DEMOCRÁTICA, 1/5/1954, p.7).

LUTA DEMOCRÁTICA

ASSIM PENSAMOS...

A Alta Dos Preços Poderá Desencadear o Colapso Geral da Nação

A MARGEM DA LUTA

VENCI DE REVOLVER EM PUNHO

LUTA NA CÂMARA

POLITICA FLUMINENSE

APOIO AS CANDIDATURAS P. PINTO - A. TORRES

LUTA NO SENADO

Contra a Importação do Leite em Pó

Manifesto-se a Confederação Rural Brasileira — Solicitada a proteção nacional

Reprodução fotográfica 2 - Todos os dias era publicada uma parte da história em quadrinhos narrando a vida de Tenório Cavalcanti (LUTA DEMOCRÁTICA, 6/2/1954, p.3).

Reprodução fotográfica 3 - A história em quadrinhos buscava ressaltar o lado mítico da saga do político. A segunda figura mostra o *Lunário Perpétuo*, livro usado pelo feiticeiro que teria profetizado a transformação de Tenório em um herói salvador. A última figura mostra Tenório, ainda recém-nascido, recebendo a proteção dos Santos gêmeos, Cosme e Damião, juntamente a Doun, reproduzindo a forma como a imagem desses Santos é usualmente representada nas religiões afro-brasileiras. (LUTA DEMOCRÁTRICA, 9/2/1954, p.1).

Real! Vibrante! Emocionante!

A maior biografia já radiofonizada no rádio brasileiro!
A história de um homem que arriscou a própria vida na defesa de seu povo!
Ouça como nasce um líder!
Sinta porque TENÓRIO é ídolo!
Uma vida pautada em luta em favor do povo!

DIA 6 DE AGÔSTO, ÀS 22 HORAS

SENSACIONAL LANÇAMENTO
DA VIDA TUMULTUOSA DE

Tenório Cavalcanti

PELA RÁDIO DIFUSORA DUQUE DE CAXIAS

Uma arrojada promoção **COBRÁS** Artigos Domésticos S/A

Que tem sempre uma loja próxima a seu bairro

10 ENDEREÇOS PARA MELHOR SERVIR

RÁDIO DIFUSORA DUQUE DE CAXIAS

1590 K.I.S.

A EMISSORA DA LIBERDADE

Reprodução fotográfica 4 - Em 1962, o jornal anunciou que a Rádio Difusora de Duque de Caxias faria uma espécie de novela contando a saga de Tenório Cavalcanti (LUTA DEMOCRÁTICA, 31/7/1962, p.2).

Reprodução fotográfica 5 - A imagem de matador nunca foi ocultada pelo jornal. Pelo contrário, nesta propaganda, publicada em diversas edições, ela foi utilizada de forma jocosa para vender produtos. (LUTA DEMOCRÁTICA, 25/8/1957).

Reprodução fotográfica 6 - O jornal também promoveu a venda de uma aguardente com o nome de "Capa Preta" a fim de expressar a simbologia de Tenório Cavalcanti (LUTA DEMOCRÁTICA, 29/10/1955, p.4).

Reprodução fotográfica 7 - A imagem de Tenório Cavalcanti trajando a capa preta formava a sua identidade política. Nesta propaganda, vê-se que a sua foto não aparece como a dos demais candidatos. Bastava o vulto para identificá-lo. (LUTA DEMOCRÁTICA, 27/7/1958, p.9).

ATENÇÃO FLUMINENSES!

CEDULAS DO DEPUTADO TENÓRIO CAVALCANTI SÃO ENCONTRADAS COM:

Paulo Cavalcanti, candidato a Vereador por Niterói, à rua Soares de Miranda N.º 118 — Fonseca.

CASA DA RESISTENCIA DEMOCRÁTICA DE MACAÉ.

TRÊS RIOS — Dr. Guilherme Bravo — Rua Quinze n.º 366.

BOM JESUS — Sr. Miguel Jorge — Praça Governador Portella.

BARRA MANSA — Sr. Waldemar Coutinho — Candidato a Vereador — Rua Barão de Iguaçu, 141.

CAMPOS — José Araujo de Carvalho — Rua Salvador Corrêa, 193.

CAXIAS — Diretório Municipal da U.D.N.

CAXIAS — Sr. Amorim — Av. Rio Petrópolis, 2.093.

FRIBURGO — João Batista Pimentel — Rua Alberto Braule, 98.

MENDES — Dr Iberio.

NITERÓI — Carlos de Freitas Quintella.

SÃO JOÃO DE MERITI — Virgilio Azambuja Monteiro Candidato a vice-Prefeito — Sucursal — LUTA DEMOCRÁTICA.

PETRÓPOLIS — Diretório da U.D.N.

AREAL — Hotel Marinho.

QUISSAMAN — José Francisco de Oliveira.

Alfredo da Costa Matos — Candidato a Prefeito — Farmácia Matos.

PETRÓPOLIS — Dr. Araujo Góis — Rua Dom Pedro I, 477.

CÉDULAS — PETRÓPOLIS — Rua Barão de Tafé, 85 - apt. 22 — Santiago Scilla Melgarejo.

NILÓPOLIS: com sr. CELIO LOPES, Travessa São Matheus, 126.

NOVA IGUAÇU — José Martins Gomes — Av. São Jorge, 12 (Vila Taperi).

BARRA MANSA (VOLTA REDONDA) — José Geraldo da Costa — Rua Amaral Peixoto, 316 s/3.

NITERÓI — Dr. Araci Soares de Azevedo — Rua Coronel Guimarães, 475 — Engenhoca.

João Batista de Souza — Rua Francisca Sardinha, 774, Engenhoca.

Carlos de Freitas Quintela — Praça Fonseca Ramos, 12.

Alvaro Caetano — Rua Leite Ribeiro, 91.

Ouacir Pereira da Silva — Rua Miguel Frias, 220

Mendes & Irmão — Rua Coronel Guimarães, 372. Engenhoca.

Reprodução fotográfica 8 - Quando as eleições se aproximavam, o jornal anunciava os lugares onde podiam ser encontradas as cédulas de votação de Tenório Cavalcanti (LUTA DEMOCRÁTICA, 8/9/1954, p.3).

Onde poderão ser encontradas cédulas do deputado Tenório Cavalcanti

CAXIAS — Sucursal da LUTA DEMOCRÁTICA — Avenida Rio—Petrópolis, no antigo prédio da Prefeitura.

S. JOÃO DE MERITI — Sucursal da LUTA DEMOCRÁTICA — Rua da Matriz, 199.

NILOPOLIS — Sucursal da LUTA DEMOCRATICA — Rua Carmela Dutra, 1 988 e Rua Soares Neiva, 134.

NOVA IGUAÇU — Sucursal da LUTA DEMOCRÁTICA — Av. Marechal Floriano, em frente à Estação.

IMBARIÉ — Sucursal da LUTA DEMOCRÁTICA

NITERÓI (Zézinho) Verano Rosa — Rua Miguel Lemos 85 — Ponte da Areia — Tel.: 3427.

VOLTA REDONDA — Nicolau Gerofolo — Rua Gustavo Lira, 19 — Tel.: 2781.

BELFOR ROXO — Abelardo Tenório — Rua Rocha Carvalho, 1 427 - sala 3, tel.: 12.

MAGÉ — José Alves Cabral, Rua Municipal, 174.

VOLTA REDONDA — Manuel Moreno de Araújo — Grupo 104, porta 6 — Acampamento Central; Ermides Heitado, Rua 11, Casa 20; Dr. Francisco Maciel Silveira, Av. Amaral Peixoto, 352.

MARQUES DE VALENÇA — Delfim Brutt, Rua Visconde Ipiaba, 91; Moacir Henrique — Rua Humberto Petenha, 216.

BARRA MANSA — Raimundo Geraldo — Fôro.

VASSOURAS — Joaquim Machado, Rua Barão de Capivari, 10.

BARRA DO PIRAI — Juca Nogueira, Caixa Postal, 76 e Maneco Lima, UDN local.

CAMPOS ELISIOS — Rua Natal, 66 — Residência do candidato a vereador Pedro Batista, o popular "Pedrinho".

Reprodução fotográfica 9 - Mais um exemplo da divulgação feita pelo jornal sobre onde podiam ser encontradas as cédulas eleitorais de Tenório Cavalcanti. É possível verificar que havia postos de distribuição espalhados por diversos municípios do estado do Rio de Janeiro. (LUTA DEMOCRÁTICA, 2/9/1958, p.3).

1.3.2 Assistencialismo, coronelismo urbano e patronagem

Como foi mostrado até o momento, o reconhecimento perante as elites políticas que se opuseram a Getúlio Vargas desde 1930 e o posterior pertencimento ao maior partido de oposição, a UDN, marcaram o campo político no qual Tenório Cavalcanti se encaixava. Além disso, a violência foi uma maneira de construir a sua identidade política contra as práticas clientelistas do governo, das quais estava excluído. Mostrarei a seguir que o assistencialismo também foi operado pelo político fluminense visando a conquista de capital político. Certamente essa foi uma das principais forças que garantiram a estruturação do campo político tenorista.

Quando Tenório Cavalcanti se elegeu deputado federal pela segunda vez, em outubro de 1954, as suas práticas assistencialistas já eram tão conhecidas que foram narradas nesse refrão dos sambistas Moreira da Silva e Ribeiro da Cunha, no samba intitulado *Bamba de Caxias*:

> Arranjo emprego pra quem tá desempregado. Arranjo água pra quem tem cano furado. Sou pistolão e amigão de qualquer um, mesmo de quem tem dinheiro, mesmo de quem vive a vida sem nenhum. Eu sou protetor de quem é fraco e oprimido. Eu nunca fui fingido como alguns colegas meus. Graças a Deus eu sou homem respeitado, glória do meu estado, o maior e sem igual – e qualquer um quer ser meu cabo eleitoral (SILVA ; CUNHA, 1954).

A política assistencialista praticada por Tenório Cavalcanti também foi observada pelo jornalista Arlindo Silva no prefácio ao seu livro de memórias:

> O deputado udenista soube cultivar a estima e simpatia de grande parte da população do município. Atende a todos, dá remédios, dinheiro, roupas aos necessitados. Manda os pobres comprarem gêneros nos armazéns e marcarem a despesa na conta dele. Arruma emprego para os que pedem, e não hesita em admitir como empregado um "cabra" que chegou das caatingas do Norte, desde que seja leal e ligeiro no gatilho. (SILVA, 1954, p.11).

Na década de 1960, o político caxiense continuou manejando este capital político com firmeza. Luitgarde Cavalcanti Barros[40], uma de suas primas, conviveu com ele nesta época. Ao ser questionada sobre a relação de Tenório com o povo de Caxias, assim respondeu:

> [...] era um desfile de gente pobre vindo pedir coisa a ele. E Luciano, marido da sobrinha dele, ficava encarregado de encaminhar os atendimentos. A população contava com eles. Não era (só) dar dinheiro não. Quando o problema era dinheiro ele ajudava com dinheiro, quando o problema era vaga em hospital o Luciano ia [...] Tinha a rede médica que ele ajudou a formar, que ele protegia, protegia advogado, protegia gente da polícia da Central do Brasil. O próprio sobrinho dele, Manézinho Tenório – filho de Dona - era da Polícia Federal. Ele tinha um grupo de aliados muito forte em torno dele." (BARROS, 2010, p.7).

Vale destacar a importância dada por Luitgarde ao grupo de aliados constituído em torno de Tenório. Essas relações pessoais eram a base de sua rede assistencialista. Seu neto, Fábio Tenório, contou que mesmo depois de ser cassado o avô continuava recebendo pessoas no sítio em Caxias, aonde foi morar depois do Golpe:

> Continuou recebendo todos. Eu abria a minha porta todo dia e tinha uma média de quarenta a cinqüenta pessoas na varanda. Todos os dias! [...]. Eu era secretário particular dele, aí eu ia para a varanda perguntar a cada um: "o que era; qual era o assunto; quem queria falar, o que que era o que". E priorizava, com ele, conforme a importância do assunto. [...]. O clientelismo fazia parte da alma dele. [...]. Pediam tudo. Ele criou uma fundação, e nesta fundação ele criou uma escola, chamada Educandário Maria Tenório, que dava, como em um CIEP, aula de graça da creche ao supletivo. Então, era a contribuição dele para os filhos daquelas pessoas que ele deu as casas. As casas, para você ter uma noção, era uma conta de luz única; mil casas com uma só conta de luz. Então, ele pagava do bolso dele. Aí quando eu e meu irmão assumimos aquilo, eu vi que era uma loucura; até porque ele não tinha mais a entrada de dinheiro que tinha antes, o dinheiro estava indo embora. [...]. A fortuna que ele fez estava indo embora porque ele não tinha mais entrada. O jornal já tinha se acabado. [...]. Ele tinha muitas terras e começou a vender. A pessoa sentava com ele e dizia assim: "Ah, Deputado! Eu cheguei aqui em Caxias e não tenho nada" – eu não estou te falando da década de 50 e 60 não, estou te falando da década de setenta e pouco. Aí ele sentava e perguntava: "De onde você veio?" Se a pessoa dissesse que era do Norte ele já sentava diferente, já olhava de um jeito diferente. Se falasse que era de Alagoas ele já dava as calças (risos). Aí olhava para mim e falava: Meu filho, vai lá dentro e pega um lote de terra." Daí eu vinha com a pasta com os lotes de terra, ele pegava um lote de terra, assinava, dava para essa pessoa e falava: "Minha filha, vai lá, esse lote é na rua tal, lugar tal, o lote é seu. Você vai na casa de material de construção, procura não sei quem, já pega uns tijolos para começar a fazer e já fala com o seu marido para começar a plantar alguma coisa." Era esse o tipo de política. [...]. Fora almoço, fora jantar, fora comida, assistência médica - tinha ambulatório que ele dava de graça. (TENÓRIO CAVALCANTI, 2011, p.4-5).

[40] Atualmente Luitgarde Cavalcanti Barros é professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DPCIS/UERJ).

Apesar da alta dose de condescendência desses relatos, fica evidente a presença do código assistencialista e clientelista na memória dos entrevistados. A declaração de Fábio Tenório é interessante, pois menciona a "fortuna" e os lotes de terra adquiridos por Tenório Cavalcanti ao longo de sua vida, elemento fundamental para entendermos como as suas práticas assistencialistas se encaixavam na política da época.

Foi essa prosperidade que lhe permitiu construir um dos pilares de seu capital político: a realização das festas de Natal e de São Cosme e Damião. Esta última coincidia com a data de seu nascimento. Os festejos sempre eram usados como uma maneira de entrar em contato direto com a população local e também de ampliar as suas relações com as elites locais. Assim relatou Luitgarde Cavalcanti Barros ao ser questionada sobre as realizações festivas nestas datas:

> Ele dava um alto banquete para a classe dominante que o visitasse e ele próprio vinha distribuir os doces de São de Cosme e Damião [...] Para toda a criançada de Caxias! Nenhuma criança saía sem um pacote de bala, um pedaço de bolo. O Tenório fazia questão de pedir às crianças de Caxias para que fossem buscar dentro da casa dele. Tinha que ter presente para todas as crianças. Era o doce de Cosme e Damião e a festa do Natal [...] E ele gostava também de distribuir lápis e caderno para as crianças. (BARROS, 2010, p. 11).

Antes e depois das celebrações, os agrados de Tenório ao povo de Caxias eram tradicionalmente anunciados pelo seu jornal. O dia de São Cosme e Damião assim foi descrito em sua coluna intitulada *Ao povo Fluminense*:

> Todos os anos, neste dia em que a cristandade comemora os santos Cosme e Damião e em que Deus quis que eu viesse ao mundo, costumo distribuir aos necessitados da minha amada Duque de Caxias e do Distrito Federal, roupa e outros auxílios para que a alegria dos santos das crianças seja também sentida pelos que tem fome, frio e sofrem a amargura de necessitarem de tudo. É uma promessa que fiz de, neste dia, contribuir para mitigar o sofrimento em honra dos santos Cosme e Damião, meus protetores. (LUTA DEMOCRÁTICA, 27/09/1958, p.3).

Nesta mesma coluna, tentando se defender sem muito sucesso, Tenório disse que, por causa da aproximação das eleições, só faria caridade para as crianças – que não votam - à fim de não ser acusado por seus inimigos políticos de pretender comprar votos. Por descuido, o parlamentar deve ter esquecido que seus inimigos perceberiam que as crianças têm pais que votam. No entanto, mesmo assim apelou: "(...) peço a vocês homens do povo, gente sofredora que com suas dores e suas necessidades fizeram de mim seu líder, que não esqueçam minhas lutas e minha sinceridade de homem e parlamentar." (LUTA DEMOCRÁTICA, 27/09/1958, p.3).

Ainda sobre os santos protetores do deputado fluminense, assim anunciou a manchete do jornal: “Cosme, Damião, Doun e Tenório - O lendário deputado fluminense comemora hoje seu aniversário - Farta distribuição de doces às crianças, na nova e suntuosa residência de Caxias.”(LUTA DEMOCRÁTICA, 27/09/1956, p.1). A reportagem subsequente prosseguiu promulgando a celebração:

> A petizada da vizinha cidade terá hoje, das mãos de Tenório, farta distribuição de doces. O herói que luta pelos que não podem lutar [...] deixa hoje de lado sua “Lurdinha” – famosa, perde a facilidade da palavra com que empolga as multidões e com a capa preta cheia de doces e balas abraça enternecido as crianças pobres de sua terra adotiva. (LUTA DEMOCRÁTICA, 27/09/1956, p.1).

A casa de Tenório Cavalcanti se tornou uma base estratégica para a sua política assistencialista e foi uma das principais marcas de seu capital político. Nesse discurso parlamentar assim narrou a função de sua residência:

> Sentem as legiões de pernambucanos, alagoanos, sergipanos, que vêm como cadáveres ambulantes, tangidos pelo chicote da seca do Nordeste parar na porta da minha casa, onde milhares de tuberculosos do Norte clamam por um leito de hospital, sem que eu tenha para quem apelar (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, novembro de 1961, v.29, p.705).

Ao ser questionado sobre a sua fortuna em uma entrevista concedida a TV-Rio o deputado fluminense afirmou que não apenas os flagelados de Caxias, mas também do Distrito Federal, procuravam amparo na sua casa quando ocorria alguma calamidade: “Minha casa é suntuosa, tem piscina, largos salões, muitos cômodos, mas, a despeito de todo o seu conforto, é apelidada de ‘Fortaleza da dor’.” (LUTA DEMOCRÁTICA, 24/5/1959, p.5). Tenório se referia a algumas tragédias, ocorridas em Caxias e na capital, em que teria abrigado as vítimas em sua residência. Uma delas foi anunciada pelo seu jornal com subtítulo de *Fortaleza da dor*, referindo-se a uma enchente no município fluminense. A reportagem diz que o deputado se articulou com algumas instituições do governo para socorrer as vítimas. Isso revela que, quando necessário, Tenório deixava de lado a sua postura oposicionista para se tornar um articulador, acionando o Poder Executivo através dos tradicionais códigos clientelistas:

> A ampla e luxuosa residência de Tenório [...] transformou-se, após a catástrofe, em reduto de dor e desespero. Cerca de setenta famílias ali encontraram abrigo [...]. Não ficou apenas nestas providências o deputado Tenório. Usando de seu prestígio de parlamentar, tem se empenhado junto às repartições do governo, como sejam os

> SAPS, o IAPI e o IAPC para socorro das vítimas da impressionante catástrofe. (LUTA DEMOCRÁTICA, 7/4/1957, p.1).

Assim também ocorreu após uma explosão no depósito de munições de Deodoro[41]: "As portas da casa de Tenório Cavalcanti abriram-se para as famílias desabrigadas." (3/8/1958, p.3). Ao abrir as portas de sua própria casa para a população, o político caxiense queria mostrar que aquele espaço privado poderia ser também um espaço público quando a população assim demandasse:

> Minha casa, que deveria ser um oásis de paz para o repouso, após o sol à pino das refregas, é, ao mesmo tempo quartel-general das minhas lutas, a cruz vermelha dos feridos da alma e do corpo sem distinção partidária, o confessionário dos que tem alguma coisa a revelar, o pretório dos reclamam justiça. (LUTA DEMOCRÁTICA, 12/08/1958, p.3).

Tenório Cavalcanti só poderia realizar essa política assistencialista se realmente fosse um homem rico e de muitos contatos, assim revelam algumas fontes. Na mesma entrevista acima referida, o político afirmou: "Enriqueci mesmo. Tenho um jornal popular de grande tiragem, cuja venda avulsa me rende bastante dinheiro (...). Ando de Cadilac pelas favelas. É um estímulo aos que são pobres e podem ficar ricos, como eu, sem roubar". (LUTA DEMOCRÁTICA, 24/5/1959, p.5). Durante a campanha eleitoral de 1960, em outra entrevista concedida para esta mesma emissora de tv, Tenório afirmou ser o mais rico entre os quatro candidatos que disputavam o pleito (LUTA DEMOCRÁTICA, 9/9/1960, p.2). Diante dessas evidências sobre a fortuna do parlamentar fluminense, cabe questionar como ele teria construído o seu patrimônio. O próprio Tenório narrou em suas memórias que boa parte de sua renda foi inicialmente proveniente das terras que adquiriu quando Duque de Caxias ainda era uma área desvalorizada:

> De 1927 até 1934 ganhei uma centena de contos de réis na construção da Estrada Rio-Petrópolis, na venda de madeira e carvão da fazenda de que fui sócio, à margem da referida rodovia. Com esse dinheiro comprei muitos lotes de terrenos e construí várias casas, logo após o meu casamento. De lá para cá Caxias foi-se valorizando, e com isso meu patrimônio foi crescendo (SILVA, 1954, p.214-215).

Para entender como Tenório pode ter se beneficiado da valorização dessas terras é preciso descrever brevemente como se deu o processo de ocupação da Baixada Fluminense. Desde os anos 1930 até os anos 1960 a região passou por grandes mudanças relacionadas

[41] Bairro da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro.

com a sua estrutura sócio-econômica que, sem dúvida, contribuíram para alterar as relações de poder. Quais foram essas mudanças?

A Baixada Fluminense difere-se de outras áreas do interior do estado em função de sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro. O nome dado à região serve para indicar uma extensa área que vai de Itaguaí até a divisa com o Espírito Santo, porém, se tornou comum designar-se por Baixada Fluminense apenas a área da Baixada da Guanabara, dentro da qual se destacam os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis, justamente por causa de um desenvolvimento demográfico e econômico mais diretamente ligado à cidade do Rio de Janeiro.

Até 1930, em toda essa região havia apenas o município de Nova Iguaçu. Em 1931 foi criado o distrito de Duque de Caxias, convertido em município em 1943. Em 1947, a área referente a Nilópolis foi emancipada de Nova Iguaçu e São João de Meriti foi destacado de Duque de Caxias (BELOCH, 1986, p.17). Durante o século XIX até as primeiras duas décadas do século XX foi a grande propriedade que favoreceu a ligação da Baixada Fluminense com a capital através de ferrovias e rodovias para o escoamento de mercadorias. Porém, em que pese a existência de atividades econômicas ligadas à grande propriedade rural, a região viveu um período de decadência até a década de 1940 do século passado, fato que tornou a sua paisagem praticamente inalterada até esse período.

Da década de 1940 até a década de 1960, populações provenientes do Nordeste do país, mas também da capital da República e ainda de outras regiões do interior do estado do Rio de Janeiro, que se encontravam em decadência, forçaram o crescimento demográfico da Baixada Fluminense. Ao todo a população da Baixada Fluminense passou de 33.300 habitantes em 1920 para 140.600 em 1950 e 891.300 em 1960 (Beloch, 1986, p. 33). Esse crescimento foi muito maior do que aquele ocorrido na capital. Segundo Soares (1962, p.180), entre os anos de 1940 e 1950, o aumento da população da cidade do Rio de Janeiro – quadro urbano e suburbano – foi de 53%, enquanto nos chamados subúrbios periféricos - que se referem às cidades próximas à capital e entrecortadas pelas linhas férreas - o crescimento neste mesmo período alcançou 143%. Tal quadro já revelava o problema da ocupação espacial na cidade do Rio de Janeiro, cuja população pobre passaria a ocupar as favelas ou se deslocaria para as cidades vizinhas em função do aumento do custo de vida. Ainda na década de 1930, boa parte da Baixada Fluminense era constituída por áreas pantanosas e, portanto, alagadas e insalubres. Em 1936, o governo federal criou o Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense realizando várias obras de drenagem e de recuperação da região (SOARES, 1962,

p.159). Estas obras permitiram uma maior ocupação da Baixada, embora, a sua população mais pobre ainda sofra com problemas de saneamento básico até os dias atuais.

A intensificação da industrialização, sobretudo, a partir da década de 1940, aliada à decadência dos grandes proprietários rurais mudou completamente o perfil da região. Sem haver condições sócio-econômicas favoráveis à manutenção de grandes propriedades e com uma demanda populacional cada vez maior por moradia, começou a ocorrer um intenso e não planejado processo de loteamentos, que favoreceu a especulação desenfreada[42]. A população que passou a residir na maior parte desses loteamentos não tinha nenhuma ligação com as atividades agrárias. Foi nesta época que os municípios da Baixada Fluminense se caracterizaram como "cidades-dormitório", onde a população fixava residência, mas se deslocava para trabalhar no setor de serviços ou nas indústrias da capital. Portanto, a população urbana da Baixada Fluminense cresceu enormemente neste período e se integrou à região metropolitana do Rio de Janeiro. Entre 1922 e 1950, a área urbana de Nova Iguaçu, por exemplo, foi ampliada em quatro vezes (SOARES, 1962, p.182). O censo de 1950 já atestava que a função de "cidade-dormitório" caracterizava a maior parte da população deste município fluminense (SOARES, 1962, p.185).

O aumento da população urbana da Baixada Fluminense foi favorecido não apenas pelas políticas de saneamento e pelo o aumento de loteamentos para fixação de residências, mas também através da ampliação da rede ferroviária. No entanto, isso não significa que a modernização da Baixada Fluminense tenha ocorrido de forma homogênea. Nilópolis, São João de Meriti e parte de Duque de Caxias e Nova Iguaçu se transformaram mais claramente em núcleos urbanos integrados à região metropolitana do Rio de Janeiro, já outras regiões desses dois últimos municípios continuaram caracterizadas como regiões rurais. Nessas áreas, também houve um intenso processo de especulação imobiliária que resultou num frenético mercado de venda de lotes. Lavradores de outras partes do estado e do país migraram para lá atraídos pelas políticas públicas de melhoramento da região. Entre elas foi incentivada a retomada da citricultura, que já vinha se estabelecendo na região desde a primeira década do século XX. Em todo caso, esses melhoramentos não foram suficientes para ocupar toda a população que chegava. O enorme aumento da demanda de trabalho valorizou excessivamente os lotes de terras, o que fez com que a especulação se tornasse mais vantajosa do que a produção. A diferença em relação à área urbana é que muitos lotes rurais

[42] Nesse processo várias empresas foram criadas com a finalidade de comprar grandes propriedades abandonadas ou falidas. Assim, essas propriedades foram divididas em lotes que foram sendo vendidos aos poucos.

permaneceram inabitados e, com o tempo, passaram a ser fruto de sangrentas disputas entre grileiros e posseiros.

O radical impacto modernizador sofrido pela região da Baixada Fluminense ao longo dos anos 40,50 e 60 do século XX acabou abrindo as bases de sua estrutura sócio-política para novas formas de mobilidade e atuação. Para José Claudio Souza Alves, autor da Tese de Doutorado *Baixada Fluminense*: a violência na construção do poder (1998), a violência esteve intrinsecamente ligada à construção do poder na Baixada Fluminense. O autor entende que a violência fez parte das estratégias políticas de determinados setores e instituiu-se na construção das bases políticas não apenas do poder local, mas também nos grupos estabelecidos no plano estadual e federal. Nesse processo, a aquisição do monopólio do uso legítimo da força - que no entender de Weber (1982) constitui o fundamento do poder do Estado moderno - e o uso abusivo da violência como meio para fazer política, ou seja, para participar do poder ou para influir nos mecanismos de distribuição de poder, se confundiam. Havia uma linha tênue e imprecisa que separava o uso legítimo e o não legítimo da violência, fazendo com que a ordem pública e a ordem privada se misturassem o tempo todo.

Alves explica que após 1930 o coronelismo surgiu como um mecanismo viável para a manutenção do poder político dos grandes proprietários de terras da Baixada Fluminense. Porém, mais tarde, com o seu poder de mando diminuído, os coronéis passaram a depender mais diretamente da distribuição de recursos via poder público. A ampliação da população votante favoreceu a montagem do sistema. Enquanto os coronéis conduziam os contingentes eleitorais, o governo do estado controlava a alocação de recursos, de empregos e o uso da força policial.

Sendo a troca de favores e o uso da violência policial os dois pilares do coronelismo no interior do estado do Rio dos anos 1930, os delegados e os subdelegados de polícia se tornaram importantes prestadores de serviços para com os coronéis atuantes nos municípios. Estes atores sociais foram fundamentais para o impedimento da atuação política das oposições acobertando a perseguição aos inimigos políticos e negando direitos aos adversários. É preciso atentar, no entanto, que o coronelismo foi um sistema que encontrou seu ápice e sua decadência num período de transição de velhas para novas estruturas de poder. A Revolução de 1930 simbolizou a decadência da velha ordem oligárquica e a ascensão de uma estrutura de poder em que o Estado passou a centralizar mais as decisões políticas. Assim, ao mesmo tempo em que os coronéis da Baixada Fluminense tentavam manter seu sistema de troca de favores, articulando a população votante com o governo do estado, eles perdiam poder de barganha.

O aumento do núcleo urbano da Baixada Fluminense aliado ao crescimento desenfreado de loteamentos ocupados por uma população composta em sua maioria de trabalhadores que se deslocavam cotidianamente para trabalhar na capital da República, sobretudo a partir da década de 1940, inviabilizou a possibilidade do sistema coronelista continuar sendo a mola-mestra da política na região. Essa população urbana não dependia do antigo coronel para conseguir recursos de sustentação, porque não estava vinculada à grande propriedade rural. Os lavradores que se fixaram na região rural também não estavam vinculados a esses coronéis, pois não habitavam grandes propriedades. Nesse contexto de mudanças a figura desse antigo coronel foi perdendo a capacidade de controlar a distribuição de recursos. Isso fez com que as relações de poder se transformassem. Fundamentalmente, seria correto dizer que a política coronelista foi sendo paulatinamente substituída pela política de clientela, em que o governo negociava diretamente com os políticos a troca de votos por benefícios sociais de qualquer natureza, sem ter que passar pela figura do coronel. Assim, o clientelismo pôde se disseminar no meio urbano, sem estar vinculado à propriedade da terra. A despeito da importância dessa transformação nas relações de poder, é importante destacar que tanto o coronel quanto as lideranças que exerciam a política de clientela deveriam negociar com o Poder Executivo. Neste caso, era fundamental que fossem situacionistas, uma vez que a oposição ao governo lhes traria sérios impedimentos para continuarem controlando a distribuição de recursos.

Mesmo reconhecendo que o conceito de coronelismo foi formulado especificamente para explicar as relações de poder no mundo rural, tendo como base a sujeição do eleitorado ao grande proprietário de terras, Beloch (1986, p.77,103-107) trabalha com a hipótese de que as relações de poder expressadas por Tenório Cavalcanti podiam ser esclarecidas através do conceito de "coronelismo urbano". Segundo o autor, Tenório teria algumas características em comum com os antigos coronéis da República Velha, como a capacidade de conduzir uma massa de eleitores utilizando-se, fundamentalmente, desses mecanismos assistencialistas descritos acima. O conceito serviria para esclarecer as relações de poder numa fase de transição entre o mundo rural e o mundo urbano. Numa região em que os serviços públicos eram deficitários ou mesmo ausentes, haveria mais espaço para a realização desse tipo de prática. Contudo, duas características fogem inteiramente ao conceito de coronelismo exposto nesta Tese[43].

[43] Ver esta Tese, p.28.

Em primeiro lugar, o sistema coronelista estava exclusivamente atrelado do mando exercido pelo coronel em sua propriedade rural, da qual dependia intrinsecamente o modo de vida de uma massa de trabalhadores. Portanto, o conceito de "coronelismo urbano" é um tanto paradoxal. Como foi visto, Tenório foi adquirindo lotes de terra na região de Duque de Caxias que mais tarde se valorizaram. Porém, essas propriedades diferiam completamente da grande propriedade rural administrada pelo coronel, não apenas pelo tamanho menor como também pela sua função na estrutura sócio-econômica. Entre os anos 1940 e 1960, as terras loteadas da Baixada Fluminense serviram mormente como moradia para operários que iam trabalhar nas indústrias e no comércio da capital. Nas áreas rurais, as propriedades sofreram intensa atividade de grilagem, de modo que as disputas com posseiros resultaram em uma série de conflitos violentos, como se verá mais adiante nesta Tese. É provável que o político caxiense tenha utilizado suas propriedades para abrigar os migrantes que vinham para a Baixada Fluminense e assim, arrebanhar eleitores utilizando-se largamente da troca de favores. Porém, penso que seria um equívoco conceituar esse tipo de atuação política como parte de um sistema coronelista, pois Tenório nunca foi um grande proprietário de terra.

Em segundo lugar, Tenório Cavalcanti fez oposição tanto ao governo estadual, quanto ao governo federal, até 1960. O coronelismo, no entanto, só se sustentou em função da aliança com o Poder Executivo. Mesmo que o parlamentar fluminense tivesse se aliado à máquina política amaralista, suas práticas seriam melhor caracterizadas como clientelistas, haja vista que um deputado situacionista atua diretamente dentro do poder público, não sendo um intermediário, como o coronel. Em todo caso, era limitada a sua capacidade de articulação com o governo, assim como a possibilidade de ser favorecido por máquinas partidárias que se utilizavam de métodos clientelísticos. Vale destacar que o próprio Beloch coloca em seu livro que uma das principais características da força política dos coronéis estava na possibilidade, concedida pelo Estado, de nomeação dos delegados e subdelegados de polícia. Porém, estes eram justamente os principais inimigos de Tenório. Além disso, seus dois rivais mais conhecidos, Joaquim Peçanha e Agenor Barcelos Feio, não foram nomeados por coronéis e sim diretamente pelo governo estadual, já dentro de um sistema que seria melhor definido como clientelista.

Em que pese esses problemas conceituais na utilização do termo "coronelismo urbano", Beloch entende que as evidentes deficiências dos serviços públicos prestados em toda a região da Baixada Fluminense propiciaram as condições ideais para o surgimento de lideranças carismáticas, como foram muitos coronéis. Com a sua capacidade de compreender os anseios das massas e de se comunicar com elas, o líder carismático atuaria de forma

praticamente independente das estruturas de poder. Assim, Tenório poderia exercer sua capacidade de controle sobre o eleitorado sem depender inteiramente da máquina pública. Sem dúvida, o conceito de carisma se aplica ao tipo de atuação política exercida pelo deputado caxiense, porém, ele não serve para aproximar a sua atuação política do coronelismo pelas razões que acabei de mencionar.

Beloch procura ainda definir a categoria "coronelismo urbano" como um amálgama de elementos entre o populismo e o coronelismo que serviria para caracterizar um momento de transição entre as duas formas. A ideia toma como base a passagem do mundo rural para o mundo urbano seguindo uma linha interpretativa estruturalista demasiadamente generalizante e, assim, pouco eficaz para contextualizar adequadamente o fenômeno tenorista dentro de uma análise heurística. Como buscarei mostrar no segundo capítulo desta Tese, o populismo é mais um conceito através do qual certas ideias sobre a política brasileira são reificadas e serve, sobretudo, para explicar a realidade social dos anos 1950 e 1960. Sendo assim, faz sentido defini-lo como um estágio posterior ao coroneslimo do ponto de vista cronológico, contudo, creio que a relação entre os dois conceitos acaba na datação histórica. Por conseguinte, é um equívoco determinar o "coronelismo urbano" como uma fase de transição entre outros dois conceitos que não possuem relação.

Mário Grynszpan (1990), diversamente de Beloch, utiliza o conceito de patronagem a fim de definir uma das bases do fenômeno tenorista. As relações socais de patronagem ou patrão-cliente são regidas, sobretudo, através da pessoalidade. Desta forma, o conceito serve para especificar um conjunto de relações em que o acesso a bens, recursos, empregos ou posições sociais é negociado em troca de lealdade, deferência, proteção, serviços ou votos. É importante destacar que a patronagem se diferencia das relações de clientela na medida em que os laços afetivos ou as relações de parentesco são tão ou mais importantes do que propriamente os objetos de interesse da troca. Na relação de clientela a troca pode se dar também entre indivíduos que não se conhecem, prevalecendo, assim, as relações impessoais.

Dentro de um sistema de relações de patronagem, o mundo é dividido entre amigos e inimigos. Aos amigos oferecem-se concessões e favores dos mais variados tipos, já aos inimigos reservam-se as regras impessoais. Assim, as leis podem ser manipuladas tanto para perseguir os inimigos, quanto para proteger os amigos, fazendo com que códigos morais, como a violência ilícita, o empreguismo e o nepotismo convivam, dentro de um mesmo contexto, com o direito, as regras e procedimentos universais e as lutas por demandas coletivas. Desta forma, prevalecem as obrigações interpessoais baseadas na confiança e na reciprocidade. Em síntese a patronagem seria uma forma de identificar pessoas pertencentes a

um espaço social, garantindo-lhes reconhecimento perante o grupo e abrindo-lhes possibilidades de ascensão social.

Para Grynszpan, as biografias sobre Tenório expõem os primeiros laços de patronagem que caracterizaram a sua trajetória ao narrarem a ascendência nobre de sua família. Luitgarde Cavalcanti Barros também menciona a importância dada por Tenório às suas origens: "Ele era um grande sertanejo, descendente dos Holanda de Albuquerque Tenório Cavalcanti. Ele enchia a boca com isso!" (BARROS, 2010, p.9). Essa condição familiar lhe possibilitou ser favorecido pelo seu influente padrinho, Natalício Camboim, que, acionando contatos, lhe arrumou o emprego na Rodovia Rio-Petrópolis e, posteriormente, o emprego na fazenda de Edgard de Pinho. De fato, a dinâmica amigo x inimigo pautava toda a visão de mundo do político caxiense. Em uma de suas colunas, Tenório respondeu a um artigo publicado por Assis Chateaubriand em que foi chamado de "jagunço na grande província mediterrânea", em referência ao episódio do cerco policial a sua casa após o assassinato do delegado Imparato:

> [...] cercado de inimigos que desejavam e desejam as posições que conquistei no âmbito municipal, tive de enfrentar dezenas de emboscadas, concretas e abstratas para não me deixar despojar de meus direitos. E tinha que ser assim mesmo porque descendo de uma família em que há brasão de fidalgo e façanhas de cangaceiros.
> Minha afoiteza e persistência repelindo toda sorte de inimigos projetou-me no cenário estadual e foi ainda a resistência a um exército policial (100 soldados comandados por um major) que abriu as portas da simpatia do povo na capital da República e em outros estados.
> A UDN, como a Câmara Federal, defendeu-me da tocaia amaralista ideada e posta em prática por este sórdido criminoso que é o Sr. Barcelos Feio. (LUTA DEMOCRÁTICA, 20/8/1954,p.3).

O trabalho como chefe de milícia ofereceu as condições necessárias para conseguir certo *status* que lhe possibilitaria, mais tarde, se tornar sócio de seu ex-patrão e, assim, passar a conviver com as elites locais. Além disso, foi naquele momento que Tenório começou a montar uma guarda formada por homens que lhe eram leais, em geral, parentes e amigos vindos do Nordeste. A lealdade e o parentesco são características fundamentais para manter as relações de patronagem. Durante toda a sua trajetória política essa guarda pessoal continuou sendo uma das bases de seu capital político: "O Sr. Getúlio Vargas, que nunca levou um tiro de tocaia, tem o seu Gregório[44] [...] para garantir-lhe as costas e eu, que possuo 43 cicatrizes de balas, todas elas disparadas de emboscada, tenho direito a eles." (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, abril de 1951, v.5, p.289). Esses mesmos homens que lhe

[44] Gregório Fortunato, vulgo "Anjo Negro", foi chefe da guarda pessoal do presidente Getúlio Vargas, tendo sido o principal suspeito pelo famoso "atentado da Rua Tonelero" contra Carlos Lacerda.

defendiam foram algumas vezes destacados para proteger outros políticos com os quais veio a estabelecer relações de compadrio, como foi o caso de Getúlio Moura. Este político assim pronunciou na discussão sobre o uso de armas por Tenório nas ruas de Caxias: "Sempre andei sozinho e desarmado, mesmo altas horas da noite em Duque de Caxias."(ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, abr, 1951, v.5, p.290). E Tenório respondeu em seguida: "Exato. Já recebeu muitos tiros na minha presença e, não fora meu revólver, V. Exa hoje seria cadáver." (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, abril de 1951, vol.5, p.290). Ao ser perguntada sobre a lenda do "corpo fechado" que alimentava o mito construído sobre Tenório Cavalcanti, Barros também mencionou a importância das amizades para a sua proteção:

> Pois é. Exatamente. Mas para a gente ele dizia que o corpo fechado dele era a retidão dos amigos fiéis. Porque se ele estivesse no meio de traidores ele já tinha morrido, mas ele sempre teve homens muito leais. Morreu muita gente em lugar dele. Muita gente serviu de escudo pra ele, voluntariamente. E aí ele protegia a viúva, os órfãos. Quando alguém morria por ele, ele assumia aquele compromisso, botava os filhos para estudar, empregava. (BARROS, 2010, p.9).

Grynszpan destaca que Tenório Cavalcanti precisou do suporte e da mediação de pessoas bem relacionadas para se afirmar localmente. Sem esta ampla rede formada por amigos, parentes e pessoas da elite local com as quais estabeleceu relações de compadrio, ele jamais conseguiria ascender rapidamente na política. Para o autor, foram, portanto, os vínculos e lealdades pessoais que pesaram decisivamente nas suas escolhas políticas e que o levaram a compor as fileiras oposicionistas no interior do estado do Rio:

> O que parecia estar predominantemente em jogo nas decisões e filiações políticas de Tenório, ao invés da opção por um partido, uma determinada proposta, era a adesão ao grupo identificado com seu círculo de relações pessoais, seus parentes, seu patrão, o que implicava, ao mesmo tempo, em assumir publicamente a oposição ao grupo adversário. A visão que aqui se tinha era a da política como dividida em bandas opostas, de tal forma que a vinculação a uma delas, mais do que representar a definição dos amigos, envolvia também, num mesmo e indissociável processo, a determinação dos inimigos. [...] Em sua política, em seu grupo, ao invés de uma organização de militantes, o que se observava era uma densa rede de relações pessoais, de amizade, parentesco e patronagem, trançada pela reciprocidade, a dependência, a lealdade e a deferência [...]. Buscando, assim, atingir Tenório, seus adversários agrediam também aqueles que a ele se ligavam. (GRYNSZPAN, 1990, p.81).

Grynszpan também observa que a polarização da política entre lados opostos levou Tenório a caracterizar os seus inimigos como estrangeiros. Assim o político caxiense se referia ao secretário de Segurança Agenor Barcelos Feio, que veio do Rio Grande do Sul, onde apoiava o governo federal e se opunha ao governador Flores da Cunha. Contudo, cabe

ressaltar que Tenório e seus homens também vieram de fora da Baixada Fluminense e também eram caracterizados como estrangeiros num sentido pejorativo pelos seus inimigos. O que estava em jogo, portanto, era a tentativa de construir identidades sociais baseadas em códigos de pertencimento e aceitação a determinados grupos.

Penso que os conceitos de patronagem, compadrio e parentesco manejados por Grynszpan servem perfeitamente para analisarmos alguns aspectos da trajetória política de Tenório Cavalcanti, principalmente, aqueles relacionados à fase que vai dos anos 1930 até, talvez, o início dos anos 1950. Porém, quando Tenório criou o jornal *Luta Democrática*, em 1954, creio que a patronagem já não seja a melhor forma de revelar a expressão política do deputado fluminense. Mesmo assim, sem dúvida, é possível enxergar relações de patronagem ao longo de toda a trajetória política de Tenório Cavalcanti. As declarações de Barros e de seu neto, Fábio, descritas no início deste subcapítulo, apontam para isso. Contudo, se tentarmos dar uma amplitude demasiada a um conceito na elucidação de um fenômeno social, corremos o sério risco de tornar frouxa a sua eficácia explicativa.

O assistencialismo exercido por Tenório Cavalcanti encontrou nas relações pessoais, na patronagem, no parentesco e em diversos outros códigos de pertencimento, uma boa maneira de fortalecer o seu capital político justamente pelo fato de que ele não estava diretamente ligado a relações clientelistas estabelecidas através do contato com máquinas partidárias. Foi assim que passou a ser visto como um defensor de inúmeros migrantes nordestinos que chegavam na Baixada Fluminense sem emprego, sem moradia ou qualquer outro tipo de amparo. Cabe ressaltar que o campo político tenorista é melhor definido a partir de relações de força em disputa com outros grupos. A sua dinâmica de funcionamento somente adquiriu sentido desta forma. Tenório se protegeu no interior de seu grupo de amigos quando entendeu que esta seria a melhor maneira de enfrentar seus opositores ou foi levado a tomar esta atitude em função das forças que atuavam contra o seu grupo. Contudo, o político caxiense se aproximou do governo e estabeleceu relações de clientela quando percebeu que esta atitude poderia fortalecer o seu capital político.

VULTOS DA DEVOÇÃO POPULAR

"Cosme e Damião no Céu, e Tenório na Terra" – Diz um Admirador do Deputado Fluminense

Cosme, Damião e Tenório

MORREU

Trágico Acidente; Outr

Furtou Várias Cent

Queixa Apresentada à

do "American Express

Ligue diariamente

às 20 horas, para saber

TENÓ

sobre a sucessão presid

Reprodução fotográfica 10 - A imagem de Tenório Cavalcanti estava associada a dos Santos gêmeos Cosme e Damião (LUTA DEMOCRÁTICA, 27/9/1955).

Cosme, Damião, Doun e Tenório com a sua famosa capa preta

COSME, DAMIÃO, DOUN E TENÓRIO

O Lendário Deputado Fluminense Comemora Hoje Seu Aniversário – Farta Distribuição de Doces às Crianças, na Nova e Suntuosa Residência de Caxias

Reprodução fotográfica 11 - No dia de seu aniversário Tenório Cavalcanti costumava distribuir doces e outros presentes às crianças e, assim, fazia do assistencialismo uma das marcas de seu capital político (LUTA DEMOCRÁTICA, 27/9/1956).

TENÓRIO, NASCIDO DIA DE COSME E DAMIÃO E AS CRIANCINHAS

Reprodução fotográfica 12 - As fotos acima mostram momentos da festa de aniversário de Tenório Cavalcanti, quando o deputado fluminense passeava pelas ruas de Caxias acenando para a população. (LUTA DEMOCRÁTICA, 28/9/1958, p.1).

LUTA DEMOCRÁTICA

O ANIVERSÁRIO DE TENÓRIO É SEMPRE UM GRANDE ACONTECIMENTO PARA CAXIAS

A LABRE CONCEDE AO ANIVERSARIANTE O DIPLOMA DE RADIOAMADOR — "SHOW" NA SEDE DA UDN LOCAL — RECEPÇÃO NA RESIDÊNCIA-FORTALEZA — COMÍCIO-MONSTRO NA PRAÇA 23 DE OUTUBRO — UM BÓLO PESANDO CERCA DE 30 QUILOS

Reprodução fotográfica 13 - O aniversário do político caxiense era amplamente divulgado através de seu jornal. As fotos mostram Tenório sendo homenageado como radioamador na sede da UDN de Caxias. (LUTA DEMOCRÁTICA, 30/9/1958, p.5).

A "LUTA" MÉDICA

XXIII – A Acupuntura à luz de modernas teorias científicas

(Continuação)

O A predominância do sistema nervoso em terapêutica (Marian)

O ANIVERSÁRIO DE UM LUTADOR

TENÓRIO faz anos, hoje, dia de São Cosme e São Damião, os santos gozadores dos pequenos. A vida de Tenório tem sido uma sucessão de batalhas renhidas, lutando sempre e em diversíssimos de armas contra inimigos poderosos, encastelados na política ou no dinheiro. Na vida aberta ou cambiante até aqui, até a consagração do reconhecimento do povo, é parque defendeu sempre as boas causas — a causa do homem sobre a coisa do injustiçado, a causa da solidariedade. E se assim sempre vitoriosa é porque, antes de tudo, Tenório é um lutador, rebelde, pai de família exemplar, cuja amizade ninguém pode ser aventurado orgulhar-se de ter.

Com a corpo cheio de cicatrizes, a testemunhar as lutas de vida e morte em que se empenhou ao longo, o aniversário de Tenório vem encontrá-lo forte ainda, entregue de corpo e alma à missão quase difícil de toda a sua existência, reformando a moda e o calor de uma, a orgulhosa Unida de outrora e as intervenções intervencionistas de fora-fora, tudo isso transformado numa feia história que por fazidos conhecidos a verdade sobre o "Crime do Sacopã".

A data natalícia de Tenório, fecundo gobernador de Caxias, talhou-se assim, vem hoje revestida por quantos amam a verdade e cultuam acima de tudo a integridade da Justiça, que é a grande conquista da sociedade, a despeito de seus imperfeições.

Ele não compareceu só ao clube de seu nome, onde seria homenageado, à noite, mas sua bela de cada dia prossegue a sua aniversário na Vila São José entre os milhares de eleitores de Monsenhor de Caxias, que ele salvou da derrota e da miséria, dando-lhes habitação, alimento e assistência médico-social, até que fiquem bem grandes na sociedade e vivam uma vida normal.

COOPERATIVAS E LEI BANCÁRIA

João Alves Borges

A VERDADE

ASPECTOS POLICIAIS E JUDICIÁRIOS

TRÁFEGO A BOQUE DE CAXIAS

FLORIANO DE LEMOS

MÚSICA

AINDA BERLIOZ E O REGENTE DE ORQUESTRA

(Continuação)

INSTITUTO NACIONAL DO CANCER DISPÕE DE NOVAS APARELHAGENS

Festejado ontem o 1º aniversário da gestão do professor Cyo Pinheiro Guimarães no Serviço Nacional de Tuberculose

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DE FINANÇAS

Departamento da Renda Imobiliária

EDITAL

Reprodução fotográfica 14 - No alto da página o editor-chefe do *Luta Democrática*, Santa Cruz Lima, escreveu uma coluna em homenagem ao aniversário de Tenório Cavalcanti. (LUTA DEMOCRÁTICA, 27/9/1959, p.3).

Expectativa de Nova Catástrofe em Caxias

MORTOS NO TEMPORAL

CASAS AMEAÇANDO DESABAR, FAMÍLIAS EM PÂNICO E AO RELENTO

Depois da Explosão, o Dilúvio — Vinte Mil Casas Ameaçadas — A Residência de Tenório, Fortaleza da Dôr — Auxílio Das Autoridades e de Particulares — Os Bombeiros Privam-se de Seu Jantar Para Dá-lo Aos Flagelados

Reprodução fotográfica 15 - A reportagem acima diz que a “Fortaleza” de Tenório Cavalcanti foi usada para abrigar as vítimas de uma enchente no município de Duque de Caxias. (LUTA DEMOCRÁTICA, 7/4/1957, p.1).

"LUTA DEMOCRÁTICA" ADVERTIU O GOVÊRNO

A NOVA EXPLOSÃO

JÁ ERA ESPERADA PELA POPULAÇÃO

O ministro da Guerra foi enganado ou se faz indiferente ao sofrimento do povo

LUTA DEMOCRÁTICA

TODOS NÃO SERIAM IGUAIS

...m a lei 1390, de 3/7/1951

ESSE DIPLOMA, QUE DEVEMOS A AFONSO ARINOS, INCLUI ENTRE AS CONTRAVENÇÕES PENAIS A PRÁTICA DE ATOS RESULTANTES DE PRECONCEITOS DE RAÇA OU DE CÔR

SEM DEMAGOGIA, UM DEMOCRATA SINCERO

Vote para senador em AFONSO ARINOS

Ainda não podem ser avaliadas as conseqüências da catástrofe – Continuam as explosões – Duas pessoas mortas, no corre-corre – Multidão foge para a casa de Tenório, em Caxias, que está abrigando numerosas famílias

LUTA DEMOCRÁTICA não circulará amanhã

PREÇO DO EXEMPLAR Cr$ 1,50

12 PÁGINAS

TENÓRIO DISSE: "CARIOCA, RECORTE ESTA CÉDULA E VOTE NO MEU REPÓRTER"

PARA VEREADOR

WALDIR JOSÉ MANSURE

Reprodução fotográfica 16 - Após uma explosão no depósito de armamentos e munições de Deodoro, o jornal divulgou que Tenório Cavalcanti acolheu os desabrigados atingidos pela tragédia em sua residência de Caxias. (LUTA DEMOCRÁTICA, 2/10/1958, p.1).

NEGLIGÊNCIA DO GOVÊRNO DEIXA MILHARES DE OPERÁRIOS

SEM LAR E SEM PÃO

DOIS MIL BARRACOS INUNDADOS EM VIGÁRIO GERAL

Não funcionam, há três meses, as bombas de sucção do Rio Meriti — Crianças em promiscuidade com os ratos dos pântanos — Fome e pavor nos semblantes, na expectativa de novas chuvas — O deputado Tenório Cavalcanti consola os aflitos e alerta as autoridades, pedindo que sejam tomadas providências

LUTA DEMOCRÁTICA

ENVIADO À JUSTIÇA

O NOVO PROCESSO CONTRA PRESTES

Outros líderes comunistas indiciados

TEMPO VESUVIO

ACUSADA DE FURTO PELO MARIDO

A jovem, que foi presa no aeroporto, afirma ser bígamo o seu companheiro — Candidato a vereador, ameaçou-a de morte

PREÇO DO EXEMPLAR Cr$ 1,50

Matou a mulher e feriu o rival a bala

Desespêro de um doleiro ao encontrar a espôsa de braço com o escrevente da Polícia — (Leia texto na página 7)

Reprodução fotográfica 17 - Tenório, de capa preta e chapéu, entre a população desabrigada após uma enchente em Vigário Geral. O jornal procurava mostrar o deputado caxiense como um intermediário entre a população desassistida e o governo. (LUTA DEMOCRÁTICA, 18/9/1958, p.1).

1.3.3 O advogado do povo

Tenório Cavalcanti se formou em advocacia pela Faculdade Nacional de Direito em 1944 (FORTES, 1986, p.104). Esse diploma lhe trouxe novas possibilidades de ascensão, pois ele soube usar o título como uma forma de adquirir capital político. Sua filha descreveu, com certa dose de condescendência, que logo após se formar o político caxiense construiu um escritório em cima da garagem de sua casa para atender o público:

> Com boa vontade e criatividade, Tenório tentava atender ao povo carente inventando soluções ou simplesmente dando conselhos. Aquele escritório era um tribunal de pequenas causas, onde se resolvia desde a briga de vizinhos a desentendimentos entre marido e mulher. No final do mês, chegavam a sua porta balaios de frutas, cestos de ovos, leitões ou galinhas. Eram esses os honorários. (FORTES, 1986, p.105).

Obviamente sua atuação como advogado se confundia com a de político e, mais tarde, ambas viriam se juntar a função de jornalista. Alguns anos antes de fundar o seu jornal, Tenório conheceu o advogado criminalista, Hugo Baldessarini, que veio a ser o primeiro redator-chefe do *Luta Democrática*. Foi este advogado quem o chamou para defender Araci Abelha, acusada de matar o marido no famoso "Crime da Machadinha." (FORTES, 1986, p.107). Os fatos foram amplamente divulgados pela mídia da época, sendo o primeiro caso de repercussão nacional em que Tenório se envolveu.

Outro caso, mais famoso ainda, marcou definitivamente a imagem de Tenório Cavalcanti como advogado criminalista: o "crime do Sacopã", quando defendeu o tenente Bandeira que era acusado pelo assassinato de Afrânio Lemos, cujo corpo foi encontrado no interior de um carro na rua Sacopã, em 6 de abril de 1952. Em 1954, o tenente foi condenado a 15 anos de prisão. Nos anos seguintes à condenação o deputado fluminense contribuiu decisivamente para que o crime continuasse em evidência utilizando o seu jornal e outros órgãos de imprensa. Já em 1959, divulgou da tribuna do parlamento a ajuda concedida pelos repórteres Ubiratan de Lemos e Indalécio Wanderley, ambos da revista *O Cruzeiro*, no desvendamento do caso e na divulgação dos novos fatos que iam surgindo (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, setembro de 1959, vol.17, p.176). Em 1960, quando o acusado obteve liberdade condicional, as páginas do *Luta Democrática* deram ampla

repercussão ao caso. Isso ajudou o então candidato ao governo da Guanabara a promover a sua candidatura.

Esses casos judiciais deram notoriedade ao político fluminense e o ajudaram a ganhar popularidade. Mas, a imagem de advogado do povo foi sendo construída em torno de fatos anunciados pelo *Luta Democrática* que o colocavam em contato direto com a população. Assim pronunciou em plena campanha eleitoral para o governo da Guanabara:

> Caxias não é tão longe do Rio. E mas depressa chega-se ali para falar com Tenório do que para ser atendido pelo criado todo enfarpelado, na porta da residência em Copacabana, de um desses políticos orgulhosos. Quando a violência policial atinge a um homem do povo, ele pode se socorrer na minha pessoa, pois sabe que não transijo com a prepotência e obtive o diploma de bacharel, à custa de tanto sacrifício para defender o homem do povo, o joão-ninguém, o inquilino do chão social, das arbitrariedades de que comumente é vítima.
> Neste jornal que dirijo aqui no Rio de Janeiro, venho pondo a minha pena à serviço sempre das causas populares. Através dele o trabalhador, a dona-de-casa de um lar modesto encontram, sem dificuldade, o espaço para a sua queixa ou reclamação. [...]
> Quem for a Caxias, cidade onde moro, a meia hora do Rio de Janeiro, presenciará o espetáculo triste, de uma fila enorme, de dia e de noite à porta da minha residência. São patrícios [...] em busca de orientação, conselho ou auxílio. [...]. Garanto com a fiança de trinta anos de esforços, que não consentirei que juízes vendam decisões e transformem o martelo de aço com que batem na cabeça do humilde, em martelo de algodão para alisar a cabeça dos poderosos desalmados." (LUTA DEMOCRÁTICA, 15/5/1960).

Para a realização desse trabalho assistencial, Tenório Cavalcanti contava com uma ampla rede de amigos, ajudantes, funcionários e secretários. A partir de 1954, as páginas de seu jornal lhe serviram para difundir as suas ações, influenciando julgamentos, acusando culpados e protegendo aqueles que lhe interessavam. Assim, se tornou comum as pessoas lhe pedirem ajuda em casos judiciais, como mostra esta carta de um funcionário público: "Como humilde servidor da Prefeitura do Distrito Federal (...) venho, mui respeitosamente, pedir a Vossa Excelência uma ajuda quanto à defesa do injusto processo que estou respondendo na 7ª Vara Criminal." (LUTA DEMOCRÁTICA, 1/8/1954, p.3). O próprio jornal promovia campanhas de caráter popular em defesa dos direitos do povo. A reportagem, cuja manchete era *Luta Democrática vai acabar com as prisões ilegais no carnaval*, divulgou a promessa de que colocaria um advogado de plantão para evitar as prisões ilegais no carnaval da capital da República:

> [...] dentro do nosso programa de ação democrática, entraremos em ação no carnaval para pôr um ponto final nas prisões ilegais de inocentes efetuadas durante

> os festejos carnavalescos. Nesse sentido, comunicamos aos nossos leitores que manteremos nos próximos dias de carnaval, das 11 as 17 horas, um advogado de plantão, à Rua do Rosário (no x, tel x) a fim de impetrar *habeas corpus* em favor de todos aqueles que forem presos arbitrariamente e sem motivo legal [...] o povo poderá brincar a vontade que a *Luta Democrática* não permitirá que ele sofra violências." (LUTA DEMOCRÁTICA, 27/2/1954).

Contudo, as questões mais comuns em que o advogado-deputado se via envolvido eram aquelas referentes a disputas entre posseiros e proprietários ou grileiros, tanto nas favelas da capital como nas fazendas do interior do estado do Rio de Janeiro. Assim destacou a manchete *Metralhadoras, fuzis e granadas no despejo do morro do Ati (...) Tenório Cavalcanti, com procuração das famílias despejadas, fez sustar a criminosa derrubada*. A reportagem subsequente descreveu o fato protagonizado pela polícia militar:

> O nosso diretor, Tenório Cavalcanti, recebeu do deputado Breno da Silveira, procuração de todos esses infelizes para discutir em juízo e promover ação penal contra os criminosos que, em nome da justiça, praticam tais arbitrariedades.
> De posse dessa procuração o deputado Tenório Cavalcanti já providenciou no sentido de fazer sustar a criminosa demolição. (LUTA DEMOCRÁTICA, 1/4/1954, p.5).

A manchete *Ação de Tenório sustou o despejo a cano de metralhadora e bomba de gás*, se referiu à articulação do parlamentar junto ao então governador da Guanabara, Sette Câmara, e ao coronel, Jacques Júnior, para sustar a ação de despejo no morro São João, na cidade do Rio de Janeiro: "Uma comissão de favelados do Morro São João, quando todas as tentativas haviam falhado e já não restavam esperanças, procurou o líder popular no comitê central." (LUTA DEMOCRÁTICA, 27/7/1960, p.1). A defesa dos moradores de favelas foi um dos motes de Tenório Cavalcanti nas eleições de 1960 para o governo do estado da Guanabara. Em sua coluna intitulada *Urbanização de favelas*, o deputado exaltou a sua trajetória de lutas nesse campo:

> Quantas vezes, em plena madrugada, arranquei das torturas policiais bravos líderes dos morros, acusados do crime de se rebelarem contra a expulsão desumana de milhares de crianças, mulheres e velhos dos seus modestos barracos. (LUTA DEMOCRÁTICA, 5/5/1960, p.3).

A favela do Mangue, em Caxias, se tornou um dos redutos eleitorais de Tenório Cavalcanti por ter sido ali construída a Vila São José, a principal obra social a qual o nome do deputado caxiense esteve vinculado. A construção da vila ocorreu após as enchentes que assolaram a cidade em dezembro de 1958. Mas, no primeiro semestre de 1959, muitos moradores ainda moravam no Mangue. Na coluna intitulada, *Aves de rapina no Mangue de*

Caxias, Tenório narrou que a Companhia de Melhoramentos de Caxias tentava tomar e lotear as terras da referida favela. Assim, alertou: "Colocamo-nos contra esses tubarões. Erguemos contra eles a nossa voz, os nossos braços e o nosso peito (...).A grande área do Mangue de Caxias (...) não cairá nas mãos rapineiras dos grileiros." (LUTA DEMOCRÁTICA, 22/9/1959).

A intervenção de Tenório em ações de despejo de posseiros e seu posicionamento público contra grileiros também se estenderam às zonas rurais da Baixada Fluminense e do interior do estado do Rio de Janeiro. Assim expôs a manchete sobre os episódios da fazenda São Lourenço, em Xerém: *Sangueira em Xerém evitada por Tenório*. (LUTA DEMOCRÁTICA, 28/8/1961). A reportagem relatou que Tenório se articulou com o juiz Hélio Albernaz para evitar a ação de despejo. Abaixo da foto que mostra Tenório com os lavradores a legenda menciona:

> Dois lavradores de sentinela aguardando os policiais, e o velho Vitorino, preso arbitrariamente, assinando, ao lado de Tenório, a procuração que nomeia o parlamentar fluminense seu defensor. Conseguiu a suspensão dos despejos por dez dias e impetrou mandado de segurança. (LUTA DEMOCRÁTICA, 28/8/1961).

Os correligionários de Tenório Cavalcanti também eram colocados pelo jornal como defensores dos posseiros. Assim mostrou essa outra reportagem cuja manchete era: *Grileiro de metralhadora em punho ameaça os lavradores*. A notícia revelou que quarenta lavradores, representando 133 famílias residentes na fazenda Piracema - localizada no 2º distrito de Duque de Caxias - estiveram na redação do *Luta Democrática* para denunciar a ameaça de expulsão das terras onde viviam há mais de 25 anos. Os lavradores disseram ao jornal que antes de ocuparem as terras da fazenda trabalhavam numa indústria de carvão próxima à localidade. Porém, quando o trabalho se encerrou devido à extinção da floresta, receberam do administrador da propriedade a oportunidade de se fixarem ali para morar e plantar. No entanto, disseram que há oito anos apareceu um grileiro identificando-se como dono de loteamentos feitos depois da chegada dos lavradores. Em função disso, os posseiros abriram uma ação judicial, mas, o juiz responsável decretou parecer contrário e estabeleceu um prazo para retirada das famílias. Sem terem para quem apelar, diz o periódico, os lavradores procuraram o candidato a prefeito de Caxias, Joaquim Tenório Cavalcanti[45] - parente do deputado fluminense - que tomou a si a tarefa de defender os seus interesses e mantê-los nas

[45] Joaquim Tenório Cavalcanti não foi eleito no pleito de 1958. Porém, venceu as eleições de 1962, tendo exercido seu mandato de prefeito entre 1963 e 1967.

terras que conquistaram. “Se depender de mim – afirmou o político – nenhum lavrador abandonará a Fazenda Piracema.” (LUTA DEMOCRÁTICA, 12/9/1958, p.5).

Após as eleições de 1958 para o governo do estado do Rio de Janeiro, em que Tenório Cavalcanti se aliou a Getúlio Moura, o jornal anunciou a ação dos políticos diante dos episódios ocorridos na fazenda Piracema: *Tenório e Getúlio Moura amparam os perseguidos pelos grileiros*. A reportagem assim descreveu:

> Três mil fluminenses vão ter seu grande problema resolvido – terra para lavrar, casa para morar e água para beber – graças a Getúlio Moura e Tenório Cavalcanti que, através de seus serviços jurídicos vêm tomando medidas para que a pobre gente, expulsa pelos grileiros que resolveram tornar-se donos dessas terras, consiga viver em paz na terra que semeou. (LUTA DEMOCRÁTICA, 14/9/1958, p.7).

Procurei mostrar neste primeiro capítulo alguns dos principais aspectos que marcaram a atuação de Tenório Cavalcanti no campo político do Rio de Janeiro. A análise se concentrou no que aqui considero como sendo a primeira fase de sua trajetória política. Constituem os principais pontos dessa fase: a vinda para o Rio de Janeiro, em 1926; o emprego na fazenda em Duque de Caxias, de 1928 a 1932; o envolvimento com a elite política local que se opunha a Vargas; o primeiro cargo político como vereador, em 1936, pela UPF; o emprego como fiscal durante o Estado Novo; a eleição como deputado estadual, em 1947, já pela UDN e, posteriormente, como deputado federal em 1950.

A análise se baseou, fundamentalmente, no seu livro de memórias, nas biografias de suas filhas, Maria do Carmo e Sandra, em seus discursos na Câmara dos Deputados e em trechos do seu jornal *Luta Democrática*. O uso das fontes não seguiu uma ordem cronológica amarrada, já que a própria divisão temática do capítulo não se adequaria a essa montagem. A pesquisa foi em grande parte desenvolvida com base em construções sobre o passado. Descrevi de que forma Tenório Cavalcanti foi definindo a sua identidade política, formando uma ideia de coesão e aproximação com determinados grupos, ao mesmo tempo em que se conflitava com outros. Nesse sentido - seguindo a acepção de Hobsbawn - o tenorismo seria uma invenção construída a partir de processos identitários, de modo que o seu passado foi enquadrado - agora na definição de Pollak - a partir de suas visões de mundo, os seus valores, os seus discursos e a suas estratégias políticas.

Ao longo dessa primeira fase de sua trajetória Tenório Cavalcanti identificou o amaralismo como o seu inimigo político número um. Era aquele que representava o oposto de sua própria identidade política, o outro. O campo político de Amaral Peixoto foi caracterizado, sobretudo, pelo uso da máquina pública durante os anos em que governou o

estado do Rio de Janeiro, primeiro como interventor nomeado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo e depois como governador eleito, em 1950, pelo PSD. O amaralismo expressava-se através do clientelismo, utilizando-se de conchavos e negociações com os chefes políticos locais e colocando a máquina pública para funcionar a favor deles. Para Tenório esses métodos estavam também associados ao uso indiscriminado da violência policial contra os seus correligionários. Contudo, o político caxiense usaria essa mesma fórmula contra os seus inimigos, justificando, obviamente, a sua própria proteção e a proteção de seus aliados.

Mas, o tenorismo não se expressou apenas através da violência. Procurei mostrar que o seu espaço no campo político do Rio de Janeiro também foi construído através do assistencialismo e de sua imagem pública como advogado do povo. Assim, atuou de forma marginal ao sistema clientelista amaralista, mas, foi favorecido por ele em determinadas situações. Esses capitais políticos foram manejados com a ajuda de amigos, parentes, cabos eleitorais, aliados políticos e, após a queda do Estado Novo, do partido ao qual se filiou. A UDN ajudou a construir o tenorismo, mas, ao mesmo tempo foi construída por ele. Tenório expressou na Baixada Fluminense o oposicionismo udenista a Amaral Peixoto. Para isso, contribuíram os fortes vínculos pessoais que estabeleceu desde a década de 1930 com a elite política local que se opunha a Getúlio Vargas.

Os laços de pertencimento ao seu grupo político-partidário e a busca pelo reconhecimento dos membros desse grupo foram decisivos para a formação da identidade política de Tenório Cavalcanti. Desta forma, ele buscou conquistar eleitores e principalmente votos. A retórica do sacrifício, muito usada em seus discursos, não se opunha ao pragmatismo das disputas eleitorais. Ao contrário, o sacrifício como valor só ganhou importância na medida em que foi possível tecer alianças e estabelecer relações de troca.

Vale destacar ainda que os conceitos de clientelismo, coronelismo, assistencialismo e patronagem operam bem quando se quer evidenciar certas práticas relacionadas ao campo político tenorista ou diferenciar estas práticas de outras que não podem ser identificadas com este campo. Contudo, tão importante quanto fazer este exercício de definição sobre a *práxis* tenorista foi mostrar que as relações políticas construídas em torno de Tenório Cavalcanti foram sustentadas por trocas assimétricas, ou seja, por relações de poder desiguais entre grupos. O simples fato de se colocar como representante político exigia do deputado fluminense a necessidade de mobilizar recursos cuja aquisição estava para além da capacidade de seus eleitores. Isso não significa, no entanto, que estas relações desiguais

obstaculizassem por completo a invenção de formas de participação no poder mais igualitárias.

Como se verá no próximo capítulo, o predomínio de tais relações assimétricas em contextos democráticos não exclui a possibilidade de reconhecimento político de grupos subalternos e tampouco anula o conflito entre grupos que se colocam em posições hierarquicamente distintas em relação ao acesso ao poder. A análise se concentrará mais especificamente no papel do jornal *Luta Democrática* como intermediador não apenas entre Tenório e o seu público, mas também, de modo geral, entre as instituições estatais (e o sistema político) e as demandas sociais.

TENÓRIO DENUNCIA O MAIOR ÊRRO JUDICIÁRIO DE TODOS OS TEMPOS: O CRIME DO SACOPÃ

BANDEIRA INOCENTE

FOI JOVENTINO GALVÃO QUEM MATOU AFRÂNIO DE LEMOS

REQUERIMENTO A MESA DA CÂMARA — TENÓRIO PROMETE DESTRUIR O PROCESSO PELA BASE — VARIAS FIGURAS ENVOLVIDAS NO CRIME — APÊLO À POLICIA DE TODOS OS ESTADOS DO BRASIL PARA A CAPTURA DO CRIMINOSO

PREÇO DO EXEMPLAR
CrS 2,00
8 PAGINAS

MÁRIO VIANA LEVOU PONTAPÉS...

DESFORRA DAS VEDETAS CARIOCAS

Batidas as paulistas por 2 x 0 — Sensação no Maracanã — Renda de mais de um milhão — Sururu em campo ao faltar um minuto para o término do jogo — Conchita, um espetáculo à parte

LUTA DEMOCRÁTICA

TEMPO VESUVIO
INFORMA:

ABANDONADA PELO AMANTE, MATOU-SE

HA OITO MESES VIVIA COM O BICHEIRO QUE A DEIXOU

Reprodução fotográfica 18 - O jornal deu ampla repercussão ao caso do tenente Bandeira, quando Tenório defendeu o acusado. (LUTA DEMOCRÁTICA, 1/9/1959, p.1).

QUERIA FECHAR AS PORTAS DA PENITENCIÁRIA A TENÓRIO, PARA QUE NÃO FALASSE COM BANDEIRA

NEGADA A UM DEPUTADO FEDERAL

A LEITURA DO PROCESSO QUE UM REPÓRTER EXIBIU NA TELEVISÃO

O defensor de Bandeira aceitou, finalmente, a procuração que será usada na reabilitação do ex-oficial da Aeronáutica – Tenório manifesta seu respeito pela Justiça e sua aversão pelos corruptos e feimosos – Palavras que valem ouro para quem as pronuncia – Uma testemunha que compromete o marginal Vinagre, envolvido no crime do Sacopã – A punição do comissário Rui Dourado

MORTO

NUM QUARTO DE HOTEL O CONTRABANDISTA DE ARMAS

QUERIA MORRER A VIÚVA

PREÇO DO EXEMPLAR CrS 2,00 8 PAGINAS

LUTA DEMOCRÁTICA

SEIS MORTOS NO DESASTRE COM UM AVIÃO DA FAB

O aparelho caiu logo após a decolagem — Fôra encarregado de localizar uma aeronave da Cruzeiro do Sul

GRÁTIS TERRAS JUNTO A BRASÍLIA

Início da construção naval no Brasil

TEMPO VESUVIO INFORMA

VAI À "CORTINA DE FERRO"

Reprodução fotográfica 19 - Tenório usou o caso como uma forma de se promover politicamente (LUTA DEMOCRÁTICA, 23/9/1959, p.1).

500 LAVRADORES ESPERAVAM A TROPA ARMADA DE METRALHADORAS

SANGUEIRA EM XERÉM

EVITADA POR TENÓRIO

Conseguiu a suspensão dos despejos por 10 dias e impetrou mandado de segurança

O SENHOR BADGER SILVEIRA, TAMBÉM CANDIDATO AO GOVÊRNO DO ESTADO DO RIO, ESTÊVE NAS PROXIMIDADES DA FAZENDA E FELICITOU TENÓRIO PELAS MEDIDAS TOMADAS — TUDO LEVA A CRER QUE O DESPEJO É UMA FARSA — O JUIZ ALBERNAZ AGIU COM HUMANIDADE — O DESPEJO SERIA UM ESTRATAGEMA PARA EVITAR EFEITOS DA REFORMA AGRÁRIA

DOMINGOS 10 CRUZEIROS

O govêrno vai desapropriar a antiga fazenda São Lourenço

LUTA DEMOCRÁTICA

Jânio Quadros reuniu o Ministério

LACERDA PROVOCA UMA CRISE POLÍTICA

PUNIDA A TRIPULAÇÃO DO JATO

TEMPO VESUVIO

INFORMA

Fundador de Bauru morreu atropelado

ESTAVA PARADO À MARGEM DA RODOVIA, QUANDO FOI COLHIDO

Reprodução fotográfica 20 - Tenório na foto do canto superior direito, de terno e gravata, segurando o documento que lhe legitimava como defensor dos lavradores de Xerém. O deputado se envolveu em diversos conflitos entre posseiros e grileiros. (LUTA DEMOCRÁTICA, 20-21/8/1961, p.1).

2 “TENÓRIO É!”: O POPULISMO E O LUTA DEMOCRÁTICA

> Não depende de estações de televisão, de rádios, de jornais, de campanhas publicitárias. Tenório é! Ninguém o manipulou ou criou, como mito, apoiado neste ou naquele grupo econômico, criado, feito, produzido, como em linha de montagem, como quem fabrica panelas, motores ou aspiradores de pó [...] Tenório construiu a sua própria legenda e foi o povo quem o levou e o sustenta à sua frente, como líder autêntico. (LUTA DEMOCRÁTICA, 11/9/1962, P.5).

Ironicamente esse trecho, que ressalta que Tenório não dependia da mídia, foi tirado de seu próprio jornal. Cabe atentar, no entanto, que a imagem popular de líder autêntico não se sustentaria sem que o periódico funcionasse também como um canal de articulação com a população. Um mito criado em cima de uma personalidade pública não se escora apenas com propaganda política. É preciso produzir práticas materiais e simbólicas que beneficiem o cotidiano da sociedade (FERREIRA, 2001, p.88).

Para os fins deste capítulo interessa entender como o *Luta Democrática* inventou formas de adesão popular que ajudaram Tenório Cavalcanti a construir a imagem de defensor do povo. A prioridade da análise recairá sobre as notícias e as seções do jornal cujo objetivo era divulgar as reclamações e as reivindicações da população. Assim, pretende-se mostrar não apenas que a maneira como o *Luta Democrática* interagia com o seu público leitor era parte integrante da imagem construída em torno do parlamentar fluminense mas, sobretudo, que essa interação teve como resultado a invenção de mecanismos de representação, noções de pertencimento, autorreconhecimento e inclusão social. Esses elementos que ajudam a entender o papel de uma liderança popular no processo de incorporação política das classes trabalhadoras e, consequentemente, evidenciam as formas de expressão da cidadania brasileira que se consolidava na época.

2.1 **Breve análise teórica sobre o populismo na política brasileira**

Após o fim do Estado Novo, em 1945, a incorporação das classes trabalhadoras à política surgiu como um dos principais temas a serem tratados pelo novo período democrático que se instalava no Brasil. A importância do assunto devia-se ao fato de que o país iniciava naquele momento um maciço processo de industrialização e a maneira como as classes trabalhadoras são incorporadas a tal processo deixa marcas profundas na cultura política de um país e afeta os desdobramentos futuros. Portanto, as análises sobre o período conhecido como República de 46 consideram que o mundo do trabalho é o objeto fundamental para se pensar a respeito da construção da cidadania e da democracia no Brasil. O necessário apoio popular expresso pelo voto de um vasto contingente populacional era o principal fator diferencial em relação à inclusão social que já vinha sendo colocada em prática, sobretudo, durante o Estado Novo[46]. É preciso destacar ainda que, vinculado ao direito do voto, surgia também a competição partidária, a liberdade de expressão e manifestação política, próprias de um Estado democrático que, por mais imperfeito que fosse, começava a se consolidar.

As primeiras análises sobre a incorporação das classes trabalhadores nos recém-inaugurados regimes democráticos da América Latina não foram muito otimistas. Durante os anos 1950 e início dos anos 1960, alguns intelectuais latino-americanos utilizaram o termo populismo como uma maneira de explicar a existência de uma democracia representativa bastante frágil no continente e a consequente ocupação do espaço político por lideranças carismáticas seriamente afetadas por arroubos autoritários. O populismo seria, portanto, a consequência e também a causa da fragilidade e da instabilidade das instituições políticas nacionais, caracterizando um estágio pré-democrático.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), que mais tarde viria a se transformar no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), congregou um seleto grupo para pensar os problemas brasileiros e subsidiar o governo com novas ideias

[46] O processo de incorporação política, social e econômica das classes trabalhadoras, sobretudo as do meio urbano, é um fenômeno comum que começou a se reproduzir em toda a América Latina, com mais força após a crise de mundial de 1929. No Brasil, esse processo se aprofundou com o Estado Novo e ganhou conotações bem diferentes após o seu fim.

para o desenvolvimento nacional. Num esforço cívico que também tinha a pretensão de formar uma *intelligentsia* e, assim, tentar esclarecer ideologicamente as forças progressistas da população, esse grupo tratou de inúmeros temas relacionados à política nacional[47]. Dentre os intelectuais que integraram o grupo vanguardista, Hélio Jaguaribe e Alberto Guerreiro Ramos foram os que atentaram para o fenômeno do populismo no Brasil. De modo geral, a perspectiva teórica desses intelectuais teve forte influência de Marx, mas também da filosofia existencialista formulada por autores como Ortega y Gasset e Karl Mannheim. Com esta base os autores isebianos distinguiram a experiência civilizacional brasileira elaborando conceitos que procuravam entender os motivos que obstaculizavam o encaixe do país na nova ordem capitalista que começava a se delinear a partir de 1930, mas que ganhou força, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial. Nessa perspectiva o Brasil teria passado por um período abrupto de modernização, deixando de ser um país agrário para tornar-se urbano-industrial. Como resultado desse processo as massas de trabalhadores não teriam conseguido se organizar em torno de canais institucionais, como teria ocorrido nos países desenvolvidos, dando condições ao aparecimento de formas políticas consideradas como desencaixadas, não funcionais e atrasadas em relação à nova fase sócio-econômica.

O ensaio intitulado *Que é o Ademarismo?*[48] (CADERNOS DE NOSSO TEMPO, 1954) foi pioneiro no debate sobre lideranças populares na democracia brasileira. Procurando entender o fenômeno político expressado por Adhemar de Barros, o estudo toma por base a conquista do governo do estado de São Paulo e a projeção do político paulista como candidato a sucessão presidencial. Sem caracterizar o fenômeno como algo isolado e efêmero a análise procura explicá-lo como sendo o resultado de um processo de desenvolvimento sócio-econômico e da estrutura do poder nacional que veio se consolidando a partir da Revolução de 1930. Interessava a Jaguaribe caracterizar o populismo como um fenômeno novo para se pensar o Brasil urbano. Nesse sentido, era diferente da tradicional política de clientela, cuja dinâmica estava baseada na atuação das máquinas partidárias mormente concentradas sobre o eleitorado rural.

O populismo adhemarista dependia fundamentalmente da capacidade do líder político em ativar o partido a fim de forjar uma "falsa" identidade entre as classes sociais concentradas no mundo urbano-industrial. Essa "falsa" identidade podia ser controlada pelo

[47] Para mais informações sobre a criação do ISEB, ver: PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*: entre o povo e a nação. Tradução de Maria Julia Goldwasser. Vol. 16. São Paulo: Ática, 1990.

[48] O artigo é de publicação coletiva do IBESP. Mas, provavelmente, foi escrito por Hélio Jaguaribe. A publicação data do primeiro semestre de 1954. Portanto, é anterior ao suicídio de Getúlio Vargas.

carisma de Adhemar de Barros, visto que a nova fase histórica na qual o país estava se encaixando se caracterizava pela ausência de valores e ideologias representativas das classes sociais progressistas (os setores urbano-industriais constituídos pela burguesia industrial, a classe média dos setores técnicos e administrativos e o proletariado). No lugar de classes sociais, esclarecidas sobre o seu lugar na história, existia um ator social sem identidade, caracterizado como sendo o "homem-massa". Este era alienado em relação às suas reais condições de existência. Além disso, este ator não tinha capacidade de formular um projeto ideológico autêntico, condizente com a realidade nacional e com a possibilidade de se adaptar ao progresso.

Nessa perspectiva, o líder populista ocupava justamente esse espaço deixado pelo vazio ideológico. Ele era um oportunista vinculado às forças sociais retrógradas (basicamente constituídas pelas oligarquias e a burguesia interessada na manutenção da dinâmica colonialista) e sem capacidade de incentivar uma aliança entre as classes sociais ligadas ao desenvolvimento. Jaguaribe chamou atenção para o fato de que nem sempre fenômenos populares, como era o caso do adhemarismo, estavam associados a fenômenos progressistas de esquerda, podendo assumir um caráter reacionário, cujo resultado era o populismo.

É importante ressaltar que, do ponto de vista do autor isebiano, o Estado não era o ator que representava a política populista. Ela se caracterizava como um fenômeno descolado de qualquer entidade representativa fortemente institucionalizada e surgia da incapacidade das classes progressistas em se adaptarem ao processo de desenvolvimento industrial. Portanto, a esperança em colocar as classes progressistas no rumo certo do desenvolvimento estava toda voltada para a criação de um "Estado Funcional" que centralizaria as funções de planejamento, coordenação e controle das políticas de desenvolvimento.

Uma perspectiva teórica parecida com a de Jaguaribe foi utilizada por Guerreiro Ramos no livro *A crise do poder no Brasil* (1961). No texto, políticos como Vargas, João Goulart, Jânio Quadros e Adhemar de Barros são entendidos como líderes carismáticos capazes de incluir no jogo político parte da classe média pequeno-burguesa e, sobretudo, a massa de operários recém-emancipada das condições de trabalho no campo e que migrava para as cidades em função do rápido processo de modernização sócio-econômica pelo qual passava o país. Essa massa era desprovida de formação ideológica, sendo esta a principal característica que a diferenciava do operariado de origem europeia, já experimentado na longa tradição industrial de lutas. Porém, para Guerreiro Ramos, o fenômeno da massificação se estabelecia sobre todas as classes sociais e não apenas a operária. Sem capacidade de organização para tomarem as rédeas da política e sem vocação para exercer a representação

partidária, as classes sociais dominantes também apelaram para lideranças capazes de agir politicamente. Assim, a análise se assemelha bastante a interpretação de Marx sobre a formação do "Estado Bonapartista" presente em *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte* (1982), em que o autor alemão justificou o aparecimento do fenômeno pelo caráter frágil e dúbio com que as classes sociais se expressavam politicamente naquela conjuntura da história francesa. Essa leitura sobre o ensaio de Marx foi bastante utilizada por vários intelectuais que se propuseram a interpretar o fenômeno populista, marcadamente Francisco Weffort.

Guerreiro Ramos entendia, portanto, que o populismo era um fenômeno político de massa fruto de uma fase de transição da estrutura política e econômica da sociedade brasileira[49], em que as classes sociais ligadas ao processo de desenvolvimento ainda eram desprovidas de uma consciência ideológica plena para entender as relações de dominação. Desse modo, essas classes eram facilmente levadas a tomar posições políticas contrárias aos seus próprios interesses. Nesta fase transitória, que congregava elementos próprios de um Brasil arcaico com um Brasil moderno, as classes dirigentes dos partidos, sem capacidade de ação e sem conseguir controlar a massa apenas através da política de clientela criada pelas máquinas partidárias, tinham que apelar para o carisma de lideranças políticas populares. É importante observar que, apesar de Guerreiro Ramos ainda considerar o populismo um fenômeno capaz de explicar a realidade nacional, ele o relaciona com algo especificamente político e não propriamente social. Ou seja, o populismo era uma forma de comportamento das classes dirigentes que não correspondia a formulações ideológicas que já começavam a serem tecidas pelas próprias classes sociais progressistas. Muito provavelmente por escrever num momento histórico em que os movimentos sociais organizados em torno das classes trabalhadoras eram mais evidentes, o autor percebeu uma capacidade embrionária das classes trabalhadoras em formularem a sua própria política ideológica. Neste caso, o populismo funcionava como uma espécie de obstáculo pequeno burguês que impedia que a sociedade se emancipasse da política.

Em que pese o pioneirismo desses estudos, eles caracterizaram os discursos e o simbolismo utilizado pelos políticos chamados populistas como "verborragia pseudo-social" (CADERNOS DE NOSSO TEMPO, 1954, p.24) e as manifestações de massa como expressão confusa e primária em contraposição a expressão ideológica manifesta pela consciência de classe. Para evitar o crescimento do fenômeno populista era necessário unir as

[49] A passagem de uma economia dependente de base agrário-exportadora para uma fase moderna de expansão urbano-industrial remete-se, basicamente, ao período que vai de 1930 a 1964.

classes sociais progressistas em torno de um projeto ideológico comum que passou a ser designado como nacional-desenvolvimentismo. Esse projeto ideológico baseava-se na concepção de que o desenvolvimento nacional englobava temas de interesse comum entre diversos setores de classe que compunham tanto a burguesia industrial, como também os setores modernos do Estado e o operariado. Para que esse projeto se realizasse faltavam instituições políticas comprometidas com o desenvolvimento nacional e capazes de captar as demandas próprias da nova sociedade civil que se configurava em torno do novo mundo industrial. O objetivo dessas instituições era libertar a forças produtivas dos obstáculos ao desenvolvimento impostos pelos setores ligados ao atraso. Não se tratava, porém, de partidos políticos comprometidos com certos segmentos sociais, mas de instituições globais, representantes de amplos segmentos sociais ansiosos por uma maior democratização de oportunidades.

No fim dos anos 1960, outra corrente de intelectuais, desta vez concentrada na Universidade de São Paulo (USP) e, mais tarde, no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), voltou a pensar a incorporação das classes trabalhadoras brasileiras utilizando o conceito de populismo[50]. Naquele momento, a questão que motivava os analistas era pensar os motivos que desencadearam o Golpe de 1964. O ponto central da busca recaiu sobre a ausência de estudos que enfocassem o espaço ocupado pela classe operária brasileira no contexto pré-Golpe. Assim, essa nova corrente manejou o conceito, sobretudo, para pensar as relações de trabalho mais diretamente vinculadas ao movimento sindical (os isebianos, diversamente, adotaram uma perspectiva de análise mais global sobre o mundo do trabalho). Essa mudança de perspectiva de análise levou esse novo grupo de intelectuais a entender a estratégia de cooptação e aliança entre setores específicos de classes sociais distintas, que esteve na base de todo o pensamento isebiano e de boa parte da esquerda nacionalista pré-Golpe de 1964, como sendo um obstáculo para a criação da verdadeira identidade da classe operária brasileira. Além disso, esses novos intelectuais identificaram o Estado centralizador criado por Vargas em 1930 como sendo o principal entrave para a emancipação operária.

Em 1968, Leôncio Martins Rodrigues publicou o artigo *Classe operária e sindicalismo no Brasil*. A intenção do autor era fazer uma análise comparativa das classes operárias e do sindicalismo brasileiro e europeu nas fases iniciais da industrialização.

[50] Cabe destacar que essa nova corrente intelectual pensava a partir de uma conjuntura política completamente diversa da anterior. Este novo cenário era marcado pelo Golpe de 1964, pela descrença nas forças progressistas de esquerda que vinham atuando ao longo da República de 46 e pela maior influência de novos grupos esquerdistas, inclusive marcados por novas perspectivas do movimento comunista internacional.

Segundo Rodrigues, nos países de antiga industrialização a iniciação política do movimento operário se deu através de reivindicações que colocavam em questão o regime de propriedade inerente a esfera da produção capitalista. Este foi o ponto chave para que toda a articulação política da classe operária daí resultante encontrasse alternativas sociais próprias. Assim, as ideologias socialistas, anarquistas e comunistas estiveram enraizadas diretamente na esfera fabril, ou seja, no *habitat* da classe operária. No Brasil, de outro modo, a ampliação da participação política das classes trabalhadoras se efetuou sob a tutela do fenômeno populista. Na concepção do autor isso significa dizer que a sua atuação não foi orientada pela crítica ao sistema social e ao regime de propriedade, mas, pelo desejo de integração ao mercado consumidor, proveniente da modernização capitalista e da urbanização. Como consequência, as suas reivindicações não foram autênticas e sim inventadas por atores externos, como as lideranças políticas paternalistas vinculadas ao Estado e oriundas das classes que dominavam o sistema sócio-econômico.

A substituição, durante os anos 1930, da mão-de-obra estrangeira, politicamente mais esclarecida e tecnicamente mais qualificada, por trabalhadores nacionais provenientes do meio rural e consequentemente menos preparados para a luta contra o capital industrial, criou as condições para que o Estado tomasse as rédeas do processo de incorporação das classes trabalhadoras ao sistema político, social e econômico, organizando um modelo fortemente controlador das associações operárias. A proibição das greves e da pluralidade sindical, o reconhecimento das lideranças sindicais sob o comando do Ministério do Trabalho e a criação do imposto sindical, foram os principais elementos garantidores desse sistema tutelar de cidadania criado a partir de 1930 e consolidado com o Estado Novo. Para Rodrigues, estes aspectos foram determinantes para a consolidação de uma cultura política da classe operária brasileira, haja vista que mesmo a relativa independência perante as instituições governamentais e a reconquista do direito de greve após o Estado Novo não criaram as condições para que o movimento operário buscasse maior autonomia em relação ao Estado. A defesa do imposto sindical foi o melhor exemplo dessa cultura política que buscava a proteção estatal mesmo tendo liberdade de atuação política. Por outro lado, o Estado, visando o desenvolvimento, também tinha interesse na proteção do trabalho a partir dos direitos sociais, como aposentadoria, férias e fixação do salário em certos setores industriais.

O autor explica que tais fatores desviaram as expectativas do sindicalismo brasileiro do âmbito da fábrica e da relação direta com a classe patronal para a esfera dos poderes públicos. Este modo de articulação política das questões trabalhistas com o Estado contribuiu para inserir na agenda das classes trabalhadoras brasileiras demandas que escapavam às

relações de produção e de trabalho e se relacionavam com os problemas mais amplos dos grandes centros urbanos que afligiam a massa da população pobre habitante das localidades periféricas. Assim, problemas de moradia, transporte, assistência social, educação, passaram a ser tratados do mesmo modo que os temas estritamente de natureza profissional. Portanto, no Brasil, houve uma fusão política da classe operária do setor industrial com grupos heterogêneos, que envolviam trabalhadores braçais de variados segmentos não industriais, empregados subalternos prestadores de serviços públicos, trabalhadores de pequenas oficinas e do setor terciário, além de comerciantes e vendedores autônomos, constituindo uma massa pobre designada como "classes populares". Por causa da dispersão, da falta de coesão e da condição de semimarginalidade ante o sistema industrial, esses atores sociais não puderam construir um movimento sindical forte, nos moldes europeus, o que impediu a sua capacidade de pressão sobre os grupos empresariais.

Em síntese, Rodrigues entende que faltava às classes trabalhadoras brasileiras movimentos coletivos organizados de forma autônoma, provenientes de uma vida associativa e de uma capacidade de articulação política concentrada em polos profissionais. A dispersão política das massas resultou em grandes movimentos políticos desarticulados, capazes de gerar apenas resultados imprevisíveis e de conotação mais impulsiva do que objetiva e racional. Por um lado, a forma de inserção das classes trabalhadoras no sistema político pós-1945 lhes ofereceu uma enorme capacidade de alterar a conjuntura política, sobretudo através do voto. Por outro lado, porém, minou a sua capacidade de colocar-se como sujeito histórico consciente do resultado de suas atitudes, tornando-se alvo fácil para a promoção de manobras políticas das lideranças populistas. O populismo era orientado exclusivamente para despertar nas massas desejos de ascensão social através do consumo, anseio típico da modernização capitalista, e não a mudança nas relações de produção. Assim, o populismo colocava ricos e pobres em oposição, mas não burgueses e proletários[51]. A argumentação do autor ainda era fortemente baseada na ideia da ausência de elementos fundamentais para que a classe trabalhadora brasileira conquistasse o seu papel de sujeito histórico, como consciência ideológica e capacidade própria de organização e de ação. Até os idos de 1964 ela ainda não

[51] Uma interpretação sobre o populismo bastante parecida com a Rodrigues foi feita por Octávio Ianni (1968). Este autor também chamou a atenção para falta de identidade dos atores sociais que compunham a sociedade civil brasileira e, sobretudo, a maneira como o populismo impedia a explicitação do conflito entre o capital e o trabalho. A obra de Ianni teve maior repercussão que a de Rodrigues, principalmente, fora do meio acadêmico. Contudo, por já ter sido bastante abordada, dei preferência ao resgate da obra de Rodrigues. Menos falada, mas, de importância também crucial para o debate a respeito das classes trabalhadoras brasileiras. Sobre a obra mencionada, ver: IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

era aquilo que deveria ser, ou seja, um ator social organizado nos moldes do movimento operário europeu.

No final dos anos 1970, Francisco Weffort, em seu ensaio *O populismo na política brasileira* (1978), chamou a atenção para o fato de que o sistema populista representava algo mais do que simplesmente a manipulação das classes populares pelos grupos dominantes ou meramente um fenômeno alimentado pela emotividade das massas e a falta de princípios dos líderes políticos, sendo também um modo de expressão das insatisfações de diversos grupos sociais. Weffort também identificou a revolução de 1930 como o momento chave para a construção da política populista. Naquele contexto de crise das oligarquias o governo começava a se mostrar mais sensível às pressões populares, porém, sem deixar de tentar exercer um certo controle autoritário sobre elas. Primeiramente essa atitude dúbia se sustentou no autoritarismo institucional da ditadura Vargas durante o Estado Novo (1937-1945) e, num segundo momento, ela se baseou no autoritarismo paternalista ou carismático exercido pelas lideranças de massas do período democrático (1945-1964), incluindo aí o próprio Vargas em seu segundo governo, Juscelino Kubitschek, João Goulart, além de governadores como Adhemar de Barros e Jânio Quadros, apenas para citar alguns exemplos. Weffort destaca que cada uma dessas lideranças exerceu a política populista de modo muito particular, porém, em comum tiveram o interesse pela conquista do voto popular e a compreensão das aspirações populares fundamentalmente concentradas no meio urbano. No entendimento do autor o fenômeno populista demarcava uma grande arena de negociação entre lideranças políticas que visavam o poder e entre essas lideranças e as classes populares.

Não obstante a emergência das massas como ator central no sistema político populista, principalmente após 1945, na concepção de Weffort essa participação ainda não caracterizava uma autonomia de classe, questão cara aos intelectuais daquele período. No entanto, ao se pautarem pelas medidas que supostamente encontravam menor resistência e maior apoio popular, a decisões políticas das lideranças populistas acabaram por criar uma noção de reconhecimento capaz de legitimar a cidadania de diversos grupos sociais até então marginalizados. Cabe atentar que, na visão do autor, as lideranças populistas não inventaram uma força social chamada “classes populares”, mas sim puderam perceber alguns aspectos do comportamento deste ator até então pouco reconhecido.

Diversamente de Rodrigues, Weffort não tentou comparar a tradição europeia de luta de classes com a emergência das classes populares no Brasil e, tampouco, interpretou as classes sociais brasileiras como carentes de elementos capazes de construir a sua própria identidade. De outro modo, a argumentação deste último autor se pauta pelas características

peculiares dos atores sociais brasileiros. Ele chamou atenção para o fato de que havia nas classes sociais brasileiras uma enorme heterogeneidade. Tanto nos segmentos operários e subalternos quanto nos dominantes, existiam distinções notáveis no que se refere às condições de vida e às relações de trabalho, além das diferenças regionais ou marcadas pela dicotomia campo-cidade e capital-interior. Essas diferenças marcantes não levaram Weffort a interpretar as classes sociais brasileiras buscando elementos que demonstrassem uma coesão na organização e no comportamento político de cada grupo separadamente. Porém, por mais impreciso que seja, o conceito de classes populares ou massas populares era útil para apreender certa coerência na atuação política de um gigantesco contingente populacional que ocupava os escalões sociais e econômicos inferiores nas diferentes áreas do sistema capitalista brasileiro, especialmente vinculadas à economia urbana.

A estes segmentos urbanos a política varguista forneceu a legislação trabalhista como elemento de negociação política. Desde 1930 foram eles que mais tiveram capacidade de exercer pressão sobre o governo, criando assim uma tradição de lutas e reivindicações sociais e políticas. Ao usar a legislação trabalhista para se apresentar perante a população como um doador ou um protetor, Vargas criou uma das características mais marcantes do populismo, ou seja, a personificação da política. O líder popular era sempre alguém que estabelecia algum tipo de relação com o poder público a fim de oferecer algo que favorecesse as massas: uma lei, uma melhoria na qualidade de vida ou mesmo a esperança de dias melhores. Se por um lado, a posição de doador ou protetor colocava o líder populista acima da população, estabelecendo com ela uma relação paternalista e consequentemente assimétrica, por outro, a reivindicação de um determinado direito por parte de um cidadão o colocava numa posição de igualdade, visto que a sua cidadania passava a ser reconhecida ao adquirir significado e importância política. A igualdade se estabelecia através de uma relação de identidade entre o líder, representante do Estado ou de uma classe social dominante, e as massas.

Weffort resgatou o tradicional tema da origem rural do operariado brasileiro. Na sua concepção, a entrada do migrante na vida urbana foi, por si só, o primeiro passo para a transformação do indivíduo submetido às relações tradicionais de submissão existentes nos potentados do interior do país em cidadão social e politicamente ativo. Essas novas massas migraram à procura de novas oportunidades de trabalho e pressionaram o Estado fundamentalmente em busca de ascensão social e de ampliação de sua capacidade de consumo e, por fim, por uma maior participação nos assuntos de Estado. Estas foram aspirações básicas e decisivas para a construção da cidadania brasileira.

A inovação da análise de Weffort em comparação com os estudos anteriores sobre o populismo foi interpretar a atuação das classes populares urbanas, sobretudo após 1945, como sujeito histórico capaz de atuar com uma relativa liberdade em relação a uma estrutura política e econômica que vinha se consolidando desde 1930. Para o autor, os líderes populistas não eram simplesmente a expressão de uma estrutura social e de uma formação ideológica indefinidas e, tampouco, eram senhores da história capazes de manipular ao seu capricho as demandas e os anseios populares. Eles foram capazes de atender a pressões reais forjadas entre as próprias classes trabalhadoras.

Em que pese a inovação na análise de Weffort ao conceber certa autonomia ao campo político em relação à estrutura social e econômica, o autor entendia que um dos fatores centrais que permitiu ao regime populista continuar atuando como modo de articulação entre as classes sociais foi que ele não alterou a estrutura de poder existente no meio rural. Enquanto funcionou como uma transação entre diversas classes sociais e o Estado, o populismo teve êxito. Porém, a partir dos anos 1960, quando foi colocada em pauta a discussão sobre as reformas de base (especialmente a reforma agrária) os movimentos sociais começaram a ganhar autonomia, de modo que os seus interesses não mais podiam ser atendidos através de uma aliança policlassista. A sugestão de mexer com o regime de propriedade até então existente não era compatível com uma política que procurava se conformar aos interesses de todas as classes sociais. Isso demonstra que Weffort entendia o Estado brasileiro daquele período como um ator social decisivo para entender como se dava a acomodação dos interesses das classes sociais. Era ele que obstaculizava a possibilidade de intensificação da luta de classes.

Assim como fez Guerreiro Ramos, O ensaio *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte* (1982) também foi resgatado por Weffort. O seu intuito, porém, foi caracterizar o Estado brasileiro entre 1930 e 1964 como uma entidade meio real e meio mistificadora. Se, por um lado, o Estado foi capaz de atender aos anseios populares e alargar a noção de cidadania de amplos setores até então marginalizados, por outro, ao fazer isso, ele obstruiu a visão da classe operária para os seus reais interesses e camuflou a defesa de interesses pequeno-burgueses que se beneficiavam com a proteção do regime de propriedade capitalista. Como resultado da não ruptura entre o capital e o trabalho, as classes ligadas ao capital se beneficiaram com o Golpe Militar, que criou as possibilidades para um capitalismo mais competitivo, porém, menos inclusivo.

É importante destacar ainda que, para Weffort, se até 1945 o Estado brasileiro foi o principal culpado pela falta de autonomia da classe operária, após a democratização do país o

Partido Comunista, ao se aliar a Vargas, passou a funcionar como uma espécie de aparelho ideológico desse Estado. Assim, as lideranças políticas que compunham o movimento de cúpula do PCB foram as responsáveis pela continuidade do pacto populista e pela consequente falta de visão da classe operária sobre os acontecimentos que acarretaram no Golpe de 1964, haja vista que impediram, de modo não consciente, o surgimento de um movimento plenamente espontâneo do operariado.

Ainda no final dos anos 1970, José Álvaro Moisés ressaltou a existência de autonomia da classe operária brasileira em relação ao Estado numa determinada conjuntura histórica. Em *Greve de massa e crise política* (1978), o autor fez uma análise sobre os motivos que levaram as classes trabalhadoras brasileiras a insurgirem numa série de mobilizações durante o segundo governo Vargas, cujo ápice foi a greve dos 300 mil em São Paulo (1953/54). Naquele período o modelo conciliador de gestão política criado por Vargas em 1930 estava em crise, pois não tinha mais capacidade de responder aos interesses das classes trabalhadoras e tampouco das classes dominantes que formavam, sobretudo, as correntes políticas de direita. A partir de 1953 agravou-se a crise econômica e aumentaram o custo de vida e a taxa de inflação, o que criou enormes dificuldades para a manutenção de uma política de compromissos entre as classes. Assim, Vargas perdeu o apoio decisivo de setores da burguesia industrial ligados à direita, centrada na UDN, e de segmentos do movimento operário vinculados ao PCB.

A crise colocou no cerne da opinião pública uma discussão sobre a distribuição de renda que tornava mais explícito o conflito entre as classes. A imprensa começava a acusar Vargas de tentar iludir as massas com os seus discursos em prol dos trabalhadores e contra o imperialismo praticado pelos grandes grupos econômicos internacionais. Noticiava-se que o presidente não tinha condições de resolver a crise que resultava numa série de greves espalhadas por todo o país há meses. Acuado e sem apoio, Vargas, numa tentativa desesperada, apelou para um reforma ministerial cuja principal novidade foi a escolha de João Goulart para ocupar o Ministério do Trabalho que, logo após a sua posse, propôs aumentar o salário mínimo em 100%. A proposta repercutiu negativamente na imprensa, que anunciou que a medida causaria demissões em massa, já que os empregadores não teriam como arcar com o aumento repentino de suas folhas salariais, além de um aumento abrupto do custo de vida. Pesou também o fato de que o novo Ministro do Trabalho não era querido pelos setores da direita liberal e conservadora, sobretudo, entre os militares que decidiram manifestar publicamente seu descontentamento através do chamado "Manifesto dos Coronéis". A resposta do presidente foi imediata, exonerou Goulart do cargo. Porém, a

despeito de todo o movimento oposicionista, concedeu o aumento em primeiro de maio. A medida foi decisiva para que fosse desencadeada uma série de pesadas reações da direita e dos militares contra Vargas que, num gesto trágico, suicidou-se e, assim, adiou o Golpe Militar que viria acontecer dez anos mais tarde. Em todo caso, a escolha de João Goulart para o Ministério do Trabalho foi fundamental para a manutenção da política de conciliação exercida por Vargas, uma vez que o político era visto como um mediador capaz de forçar a classe patronal a fazer concessões ao movimento sindical, antecipando-se assim, às suas demandas. Mesmo sendo mal visto pelas classes dominantes, que o acusavam de estar sempre do lado dos trabalhadores, ao se colocar como mediador Goulart impedia um conflito de classes mais aberto e direto.

Segundo Moisés, a estratégia política conciliadora adotada por Vargas vinha falhando antes da reforma ministerial. O fracasso se configurou desde o momento em que certos movimentos grevistas passaram a acusar o Estado de não saber como defender seus interesses junto aos patrões. Inicialmente, críticas dos trabalhadores da indústria têxtil de São Paulo foram direcionadas à Delegacia Regional do Trabalho sob a alegação de que a instituição ignorava as condições de vida dos trabalhadores. A perda de legitimidade do Estado na defesa dos direitos trabalhistas resultou em tentativas de acordos diretos entre patrões e empregados, sobretudo, no que dizia respeito a questões salariais. Como as negociações entre as partes não tiveram eficiência, outros movimentos grevistas, que também encontravam dificuldades em estabelecer acordos tratando diretamente com os patrões e sem poder contar com a ajuda do Estado, começaram a se solidarizar, sendo apoiados pelo PCB e por pequenos agrupamentos de esquerda.

O autor indica que conforme novas categorias profissionais foram aderindo ao movimento grevista, começaram a surgir divergências entre setores ligados às lideranças sindicais, que buscavam estabelecer um acordo antes que a greve tomasse proporções maiores, e movimentos oriundos das bases, que radicalizaram os protestos porque não aceitavam as propostas sugeridas. Estes movimentos de base provavelmente foram influenciados por grupos divergentes dentro do próprio PCB ou mesmo por uma tendência espontânea da classe operária de ir para a ação. Era mais radical e, embora diversificado, conseguiu centralizar as suas demandas através da Comissão Intersindical de Greve.

Mesmo com o fim da greve, o surgimento dessa estrutura paralela, capaz de definir tendências e tomar decisões dentro do movimento sindical oficial, foi a grande novidade que resultou daquela conjuntura política e que marcou o sindicalismo brasileiro dos anos subsequentes. Mais tarde esse movimento foi substituído pelo Pacto de Unidade Intersindical

(PUI) que, por sua vez, ajudou a formar o Pacto de Unidade e Ação (PUA), sendo este movimento um dos pilares do ilegal Comando Geral de Trabalhadores (CGT) durante o governo Goulart. Essa estrutura paralela foi a base do populismo adotado por Jango, mas ao mesmo tempo, representou uma maior fidelidade às bases e, consequentemente, às demandas das classes trabalhadoras.

No entanto, Moisés entende que em nenhum momento essa estrutura paralela conseguiu se emancipar de fato do Estado. Isso ocorreu porque quando essas estruturas paralelas conseguiram se sobrepor à estrutura oficial dos sindicatos, elas próprias assumiram a condição institucional de subsidiárias do Estado, constituindo uma espécie de circulação das elites da classe trabalhadora. Assim, a emergência do conflito só foi capaz de surtir efeito sobre a ação da classe operária num momento de crise aguda do pacto populista. Quando voltou a prevalecer uma situação de aquiescência, a estrutura do poder consolidada desde de1930 se sobrepôs à ação da classe.

A conclusão de Moisés sobre as consequências daquela conjuntura de insurgência das classes trabalhadoras é um tanto paradoxal. Por um lado, ela mostrou uma capacidade ímpar de criar um movimento espontâneo de bases, independente do Estado, que poderia dar início à derrocada do pacto populista. Por outro lado, ela criou as condições para que o movimento sindical se renovasse e, assim, desse continuidade a uma política de compromissos policlassistas centralizada no Estado. Ou seja, reforçou a tradição populista iniciada em 1930. "As coisas precisam mudar para continuarem as mesmas"[52], poderia dizer o autor.

A questão central que envolve toda a produção acadêmica dessa corrente intelectual paulista, que aqui foi representada por Leôncio Martins Rodrigues, Francisco Weffort e José Álvaro Moisés, é a da busca pelos elementos que no contexto anterior ao Golpe de 1964 impediram o desabrochar de uma sociedade civil brasileira emancipada em relação ao Estado e com autonomia em relação ao seu comportamento e organização. A resposta seguiu uma única linha: a ausência de dinamismo e autonomia da sociedade brasileira foi explicada pela politização via Estado que vinha sendo articulada desde 1930, através de algo que convencionou-se chamar de populismo.

Mesmo Weffort, que procurou enxergar uma certa inclinação do populismo em representar as demandas populares, percebeu que havia uma mistificação nessa capacidade e que, na verdade, nada podia substituir as aspirações criadas dentro de espaços sociais autônomos e emancipados da política estatal. Este é o ponto em que a escola uspiana se difere

[52] A frase é uma alusão ao filme *O Leopardo*, 1963. Direção de Luchino Visconti.

da escola isebiana. Para estes últimos, o populismo era uma ideologia não autêntica e o Estado poderia se tornar um aliado das classes sociais progressistas para a construção de uma ideologia realmente representativa de seus interesses, constituindo, assim, um modelo de nacionalismo ligado às políticas de desenvolvimento industrial. Os primeiros, em comunhão com a tradição do pensamento de esquerda pós-Golpe de 1964, diversamente, encararam o Estado como um obstáculo a formulação das demandas das classes trabalhadoras. Nesse sentido, a legislação trabalhista era entendida como contraproducente para a construção de uma racionalidade política, oriunda do universo fabril, que colocasse operários e empresários em diálogo aberto e direto. Além disso, a união policlassista, entendida como benéfica pelos isebianos, passou a ser vista pelos uspianos como massa amorfa sem capacidade de criar uma identidade própria, em contraposição à classe, esta sim capaz de publicizar o conflito entre capital e trabalho e encaixar os atores sociais em seus respectivos espaços. Portanto, para os isebianos o país só encontraria a sua verdadeira identidade capaz de encaixa-lo numa fase histórica de desenvolvimento pleno quando as classes sociais progressistas, incluindo setores do Estado, estivessem ideologicamente comprometidas. Para os uspianos, faltava à classe operária descobrir as contradições inerentes ao sistema capitalista brasileiro e, assim, perceber os seus verdadeiros interesses.

Tanto num caso quanto no outro, os autores aqui mencionados elaboraram uma espécie de sociologia da ausência. Assim, ao invés de concentrarem a sua atenção nos elementos que constituíam as relações políticas do período populista, esses autores optaram por descrever aquilo que estaria faltando em tais relações. Ao invés de tentarem descrever o mundo que estava sendo construído a partir dessas relações, buscaram descrever o mundo que não estava sendo construído em função dos obstáculos ou das deficiências dos partidos, das classes sociais, do espaço público, enfim, da modernidade brasileira incompleta. De um lado, essa modernidade era marcada pelos fantasmas do atraso, sendo estes consubstanciados em relações sócio-culturais fortemente arraigadas em formas passadas, como o clientelismo, o patriarcalismo e o patrimonialismo. De outro, ela era esmagada pela emergência de um Estado que incorporou a racionalidade e a burocracia impessoal de modo autoritário e sem deixar lastro na sociedade civil, a grande vítima dessas interpretações. Havia, sem dúvida, uma noção purista do que deveria ser a sociedade civil: ou seguidora de um projeto ideológico hegemônico plenamente e idealmente formulado, ou arraigada num mundo fabril que se pensava poder florescer com total autonomia e espontaneidade.

Estudos mais recentes fizeram uma reavaliação crítica do conceito de populismo. Uma extensa bibliografia acadêmica vem se dedicando a interpretar a maneira como se deu a

incorporação das classes trabalhadoras brasileiras à vida social. Essa reflexão é crucial para se compreender o processo de modernização do país, especialmente no que diz respeito a maneira como vem se desenvolvendo o sistema político e a participação dos trabalhadores nesse sistema. Seria enfadonho e mesmo desnecessário tentar reproduzir aqui uma longa lista com os diferentes enfoques que foram dados ao tratamento da matéria. Cabe ressaltar, no entanto, alguns pontos relevantes levantados por alguns autores e a capacidade de síntese de outros.

Em artigo publicado numa coletânea que se propôs a discutir o populismo, Jorge Ferreira (2001) procura dissecar os elementos que compõem o conceito. Primeiramente, o autor esclarece que o populismo se inseriu na própria cultura política nacional ao fazer parte do vocabulário político de uma época. O autor enfatiza que entre 1945 e 1964 o termo "populismo" ou "populista" esteve presente nos meios de comunicação de massa para caracterizar a legitimidade de uma liderança popular perante as massas. Assim, buscava-se utilizá-lo para descrever a representatividade. Portanto, o termo não tinha a conotação pejorativa, adquirida posteriormente, que traz o sentido da manipulação, da mentira e da demagogia.

Ferreira também elabora uma crítica a obra de Francisco Weffort, chamando atenção para o fato de que a construção acadêmica do conceito de populismo - para a qual o autor paulista foi um dos principais colaboradores - contribuiu para se criar uma noção abstrata da palavra, sem correlação com aspectos relacionados à cultura política do país. Para o autor, Weffort colaborou para disseminar a noção de que a política no período entre 1930 e 1964 foi marcada por um sentido exageradamente hegemônico, tendo em vista que o termo populismo servia para explicar uma acomodação pacífica entre todas as classes e os grupos políticos dominantes. Desta forma, colocou no mesmo saco a atuação política de lideranças carismáticas tão díspares como João Goulart, Adhemar de Barros e Jânio Quadros. Ao fazer isso Weffort foi incapaz de analisar as relações existentes entre líderes políticos e projetos políticos. Seria insensato considerar, por exemplo, que a aliança de Leonel Brizola e João Goulart à tradição política trabalhista tenha pouca importância na caracterização dessas lideranças como populistas quando os comparamos com a tradição de direita ligada a Jânio Quadros ou as influências políticas sofridas por Adhemar de Barros. Para Weffort não havia distinção entre essas lideranças, pois todas se dirigiriam ao povo como massa, sem apontar para os conflitos de classe imersos nessa palavra. Assim, tanto faz se eram de direita ou de esquerda, pouco importa a maneira como as suas performances se configuraram a uma

determinada cultura política e torna-se irrelevante analisar a aliança que estabeleceram com os partidos ou com projetos políticos.

Ferreira menciona Miguel Bodea[53] com o objetivo de destacar como este autor critica a relação que Weffort estabeleceu entre o líder populista e as massas populares. Weffort entendia que o pacto populista, firmado através do Estado, desarticulou a relação dos partidos com as classes sociais. Assim, o líder populista era sempre alguém que já se encontrava em alguma função pública, de forma que pudesse manejar recursos para criar uma relação direta com as massas. Bodea, por sua vez, demonstra, com base em vasta pesquisa empírica, como Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini, João Goulart e Leonel Brizola - notórias lideranças trabalhistas - tiveram que se firmar na estrutura partidária regional antes de se projetarem no cenário político nacional. Ou seja, para Bodea a ascensão dentro do partido precedeu e deu suporte à relação carismática estabelecida entre o líder e as massas populares. Sem se articular dentro do partido, estabelecendo relações com os delegados nas convenções partidárias, estas lideranças jamais teriam desenvolvido um prestígio junto às massas.

Ferreira questiona ainda a ideia de que a popularidade de Vargas após 1945, expressada no conhecido movimento designado como "queremismo", foi fruto apenas de uma forte propaganda política criada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo. Para o autor, essa concepção - amplamente difundida através dos jornais ligados a direita liberal - parte do princípio de que o povo assistia inerte a essa propaganda, sendo hipnotizado por ela quase que num passe de mágica[54]. Sem conseguir assimilar as manifestações públicas a favor de Vargas, a direita liberal explicou o seu prestígio pela incapacidade crítica das massas, compostas por indivíduos analfabetos - em sua maioria - ignorantes, sem cultura e sem educação. Portanto, a solução consistia em impedir as manifestações pela força, já que não se podia mudar a curto prazo uma mentalidade manipulada pela propaganda varguista. Contudo, Em fins dos anos 1990, explica o autor, muitos pesquisadores[55] recusaram as propostas de análise que privilegiavam a manipulação e a tutela estatal dos trabalhadores após 1930. A fim de entender de que maneira certos segmentos ou grupos sociais interpretaram essa propaganda tais autores priorizaram as

[53] Ver: BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1992.

[54] As principais críticas ao DIP o relacionavam com os mecanismos de propaganda utilizados pelos regimes autoritários da Alemanha nazista e da Itália fascista.

[55] Uma das principais referências indicadas por Ferreira é o artigo de Maria Helena Rolim Capelato. Ver: CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, M. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. Ferreira cita também uma obra sua. Ver: FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*: o imaginário popular. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

pesquisas sobre o imaginário, as ideias, as crenças, as experiências, os códigos de afetividade, as estratégias políticas e os elementos histórico-culturais dos receptores.

Para explicar essa série de elementos vinculados à cultura política popular as novas pesquisas têm procurado trabalhar com os métodos baseados da História oral, na História das ideias ou das mentalidades e na história cultural. Mas, ao invés de tentarem buscar a identidade pura das classes sociais, esses estudos procuram entender as classes a partir da relação conflituosa que os atores sociais estabelecem entre si. Assim, cabe destacar que as identidades não se constroem através da oposição de conceitos abstratos usados para explicar a realidade social de forma hegemônica, porém, se formam sobre interações, negociações, concessões e disputas constantes.

Esses novos estudos sobre a incorporação política dos trabalhadores no período compreendido entre 1930 e 1964 adotam como principal referencial teórico as ideias do historiador inglês E.P Thompson sobre a formação da classe operária inglesa (1987). Thompson sugere pensar a incorporação da cidadania às massas trabalhadoras atribuindo-lhes um papel de sujeito que age a partir de um vasto campo de possibilidades. Sua proposta analítica não concebe as estratégias políticas de maneira teleológica, no sentido de que podem ser desviantes ou não em relação a um modelo previamente estabelecido. Assim, a cidadania vai sendo construída de acordo com a maneira com que as classes trabalhadoras percebem e dão sentido a questões relacionadas à sua inserção no mundo e a forma como manejam os elementos que estão ao seu dispor.

Ferreira (2001, p.102) observa que ao mobilizar Thompson para pensar as classes trabalhadoras no Brasil entre 1930 e 1964, não se pode incorrer no erro inverso dos primeiros teóricos do populismo, ou seja, dar um peso excessivo à sociedade civil e ignorar o Estado. A intervenção estatal naquele período de fato ocorreu e está muito bem documentada. O próprio Thompson, sugere o autor, utiliza o recurso da “interpelação” ou “chamamento” para explicar que quando o Estado chama a sociedade tentando seduzi-la com os seus discursos, suas práticas e suas leis, isso não implica, necessariamente, em um atendimento passivo, que segue exatamente a receita proposta pelas instituições políticas governamentais. Portanto, são as relações, nem sempre iguais, entre o Estado e a sociedade que devem ser analisadas para se repensar o designado período populista. Se os trabalhadores responderam ao chamado do Estado varguista é porque eles identificaram na ideologia trabalhista interesses comuns que encontravam raízes nas ideias, nos valores, nas crenças e nos códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores antes de 1930. (FERREIRA, 2001, p.103).

Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa (2001), em artigo publicado na mesma coletânea que se propôs a discutir o populismo, entendem que os estudos que pretendem repensar a participação política dos trabalhadores enfrentam alguns desafios. Do ponto de vista metodológico, a preocupação está em não criar generalizações e paradigmas que simplifiquem demasiadamente a complexidade histórica, subordinando-a a modelos teóricos pré-fixados. Em contrapartida, faz-se necessário colocar os estudos de caso em diálogo com análises macroestruturais para que não se produza uma concepção de história exageradamente fragmentada e que contemple apenas pesquisas empíricas baseadas em casos particulares, porém, sem capacidade de estabelecer conexões mais amplas. O outro desafio está em pensar a participação política dos trabalhadores abandonando ideias puristas sobre a formação da sociedade civil. Esse desafio implica em aceitar a ideia de que não existe nem um movimento social autônomo, nem um movimento social heterônomo. O que existe são relações sociais estabelecidas através de acordos e conflitos. Abandonar esses conceitos sugere colocar em questão certas concepções cristalizadas por análises anteriores, como as disfunções provenientes de algumas dicotomias: atraso versus moderno, Estado forte versus sociedade civil fraca. Estas concepções trabalhavam com a ideia de que seria preciso superar por completo um passado para que a história continuasse progredindo. Nessa perspectiva, o populismo foi elaborado como um conceito que predeterminava uma dominação de classe, sem que os autores pesquisassem com mais cuidado as ideias, as visões de mundo, os discursos representativos, as ações e o comportamento dessas classes. Desse modo, Silva e Costa creem que ao invés de realçar supostas ausências ou desvios da história dos trabalhadores no período populista, faz-se necessário reavaliar os temas da democracia, da cidadania e da participação política dos trabalhadores.

Nesse sentido, os novos estudos buscam analisar mais a fundo quais eram as motivações dos trabalhadores, como viviam e como se expressavam em relação ao mundo. Em linhas gerais, eles buscam compreender processos interativos e espaços de negociações e de conflitos mais plurais entre os diversos atores sociais em contato, abandonando, assim, uma perspectiva que interpretava as relações de poder estabelecidas entre esses atores de modo mais hegemônico e mais assimétrico, com pouca ou nenhuma capacidade de tomada de decisão para os grupos entendidos como menos poderosos ou subalternos, já que esses seriam mais suscetíveis a manobras de manipulação e controle político. Assim, as novas análises deixam de lado uma perspectiva sobre o poder mais estrutural e funcional e recaem sobre uma concepção em que o poder é constituído por disputas travadas pelos atores sociais em relação aos recursos simbólicos e materiais existentes em um determinado contexto. Essa

mudança de ponto de vista levou as novas abordagens a atentarem para aspectos mais conjunturais, enquanto que as antigas se prendiam a esquemas teleológicos, pois adotavam a noção de vir a ser, como se os fatos estivessem intrinsecamente ligados a um fim pré-determinado.

Influenciados pelo trabalho de John D. French (2001), os autores destacam que a garantia legal dos direitos trabalhistas e o seu reconhecimento público no período populista exigiam mais do que trabalhadores dóceis ou gratos em relação a um projeto político estatal. Ao contrário, essas garantias resultavam em cidadãos politicamente independentes e participantes da esfera pública. Seguindo esta mesma linha de abordagem, os autores também citam French[56] a fim de enfatizar, dentre outros aspectos, que as relações entre os trabalhadores e as lideranças carismáticas populistas não pode ser pensada partindo-se do princípio de que havia apenas passividade e subordinação, pois cada uma das partes atuava a seu modo para definição dos termos dos acordos e da composição do sistema político. Sobretudo o voto teria sido estrategicamente utilizado pelos operários paulistas, no contexto analisado por French, para se posicionarem contra os políticos que não contribuíram para o êxito de suas greves e a favor daqueles que deram apoio ao movimento.

O trabalho de Teresa Caldeira[57] também é citado com o intuito de destacar a análise sobre as relações pessoais entre representantes políticos e trabalhadores. Para Caldeira, a intermediação institucional não se opõe às relações pessoais. Quando os trabalhadores, moradores de periferias urbanas, solicitavam a intervenção dos políticos a fim de que as leis fossem aplicadas e os direitos reconhecidos, estavam exercendo sua cidadania. Da mesma forma, ao darem voz ao povo os políticos populistas estavam reconhecendo o direito de participação política dos cidadãos. Assim, não se pode partir do princípio de que a relação pessoal, por si só, perverte o sentido abstrato da cidadania, corrompe os limites entre o público e o privado e anula a impessoalidade universal das regras jurídicas que regem as relações entre o Estado e a sociedade. É claro que o estabelecimento de relações diretas entre cidadãos e representantes do Estado podem ser permeadas por privilégios. Não atentar para este fato seria ingenuidade. Contudo, isso não anula o fato de que elas impliquem também no reconhecimento da dignidade do trabalhador, criando assim, uma noção de pertencimento e de inclusão na esfera pública. Em suma, o fato de haver relações pessoais não implica anular

[56] Ver: FRENCH, John D.*O ABC dos operários*: conflitos e alianças de classe em São Paulo (1900-1950). São Paulo: Hucitec, 1995.

[57] Ver: CALDEIRA, Teresa. *A política dos outros*: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo, Brasiliense, 1984.

a dimensão pública e coletiva das demandas dos trabalhadores. Outros estudos[58] indicados por Silva e Costa abordam mais diretamente o tema da capacidade reivindicativa dos trabalhadores, tanto em relação a questões políticas mais gerais como em relação a questões econômicas específicas das relações de trabalho.

Em síntese, Silva e Costa atentam para o fato de que o período que vai de 1930 a 1964 foi um momento capital para a compreensão da história das classes trabalhadoras brasileiras. Porém, precisa ser reavaliado, principalmente, no intuito de superar a ideia da fragilidade da sociedade civil. Com base nessa importante observação, cabe questionar por qual motivo muitos estudos sociológicos impõem, quase que de modo aleatório, um limite temporal para as análises sobre a organização e o comportamento da sociedade civil e a sua relação com as instituições políticas, a construção da cidadania e da democracia no país. É como se estes temas só aparecessem após a Ditadura Militar, sem estabelecer lastro com o passado.

Mais recentemente intensificaram-se os estudos sobre a vida social e política na Primeira República[59]. Muito embora os primeiros teóricos do populismo já chamassem atenção para a transição, ocorrida em 1930, de um sindicalismo mais autônomo e espontâneo - que se consolidava desde os anos 1910 através de tradição anarquista - para um sindicalismo burocrático e dependente do Estado, a perspectiva das análises recentes é bem diferente e com base mais empírica[60]. Em todo caso, está na hora das Ciências Sociais (re) descobrirem a República de 46. Para tal, muitas lacunas ainda devem ser preenchidas e a única maneira de fazer isso é trabalhando de forma inovadora em cima de fontes ainda pouco exploradas.

A escolha das fontes historiográficas é determinante para delinear os contornos do objeto que se quer analisar. O uso de diferentes fontes implica em diferentes maneiras de reconstruir o processo histórico. Os jornais, sobretudo aqueles considerados como populares e sensacionalistas, ainda têm sido pouco explorados pela área das Ciências Sociais como fonte histórica a partir da qual é possível reconstruir narrativas, ideias, valores, visões de mundo, identidades sociais, campos políticos e ideologias que compuseram o período que vai

---

[58] Ver: MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1999. Ver também: SANTANA, Marco Aurélio. O "novo" e o "velho" sindicalismo: análise de um debate. *Revista de Sociologia e Política*, no 10/11, 1998.

[59] Um dos pioneiros desse resgate histórico foi José Murilo de Carvalho. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

[60] Em linhas gerais pode-se dizer que os antigos estudos se baseavam na definição de uma matriz estrutural que desse conta de explicar as mudanças sócio-políticas, já os novos trabalhos empenham-se em entender fatores de ordem estritamente política ou cultural, sem a preocupação de associa-los a uma estrutura pré-determinante.

de 1930 a 1964. Essas fontes podem revelar noções de pertencimento e mostrar formas de sociabilidade normalmente incapazes de serem regatadas apenas através da análise de fontes produzidas por vias institucionais formais ou mesmo em pesquisas que se dediquem exclusivamente aos discursos produzidos dentro de certos grupos sociais, como por exemplo, os operários de uma fábrica.

No próximo subcapítulo pretendo mostrar como as seções e colunas do jornal *Luta Democrática* serviram como um espaço de mediação entre Tenório Cavalcanti e o público. Dessa forma, o jornal contribuiu não apenas para ampliar as bases da representação política do parlamentar fluminense, como também ajudou a divulgar as demandas sociais e a construir cultura popular do período analisado.

2.2 **A voz do povo no Luta Democrática**

No contexto da redemocratização brasileira, iniciada em 1946, quando vários jornais apareceram com o objetivo de mostrar uma nova realidade social que se apresentava no país, especialmente a capital da República foi um espaço privilegiado para a criação de discursos e a propagação de ideias e valores através da mídia impressa. Assim, esta é uma fonte fundamental para se pensar a incorporação das classes populares ao processo de modernização brasileiro e especialmente ao sistema político. Além disso, através da imprensa é possível analisar os conteúdos e as expectativas sobre o exercício da cidadania no país.

A imprensa de caráter liberal e conservador teve forte presença na antiga capital. Sua influência foi de tal modo que os discursos e ideias propagadas através dela a respeito da chamada "Era Vargas" (1930-1945) e de sua evidente continuidade até 1964 marcaram significativamente as gerações posteriores. Em linhas gerais, essa imprensa caracterizou esse período como um obstáculo para o funcionamento de uma ordem política entendida como moderna[61]. O peso dessa concepção sobre a história das classes trabalhadoras brasileiras é tão grande a ponto de se tornar desnecessário demonstrar a sua presença nos debates políticos contemporâneos, sendo que em alguns contextos ele se confunde com uma concepção esquerdista, inclusive aquela que influenciou o Novo Sindicalismo do final dos anos 1970.

[61] Neste caso, o moderno seria um mundo sindical organizado em função da evolução natural na sociedade de mercado, sem nenhuma participação do Estado.

A linha editorial do jornal *Luta Democrática* podia oscilar entre uma defesa de caráter mais estatista sobre os direitos trabalhistas e uma postura mais liberal sobre o mundo do trabalho. Afinal, este era um jornal que tinha que atuar no mesmo campo político dominado pelo liberalismo udenista. Já na primeira edição do periódico foi publicado o artigo intitulado *Sindicalismo e Previdência*, em que Abstal Loureiro versou sobre o papel dos sindicatos, valorizando o seu caráter de classe e a sua relação com o Estado:

> [...] o dirigente sindical torna-se desse modo valioso elemento de ligação entre os trabalhadores e os poderes públicos. Daí a conceituação de que o sindicato é órgão de elaboração com o Estado, seja ele de empregados ou de empregadores. Não pode o presidente ou líder sindical adotar outra conduta política senão aquela que esteja em consonância com os interesses da sua classe. (LUTA DEMOCRÁTICA,3/2/1954, p.6).

Em contrapartida, um artigo de Geraldo Mesquita, intitulado *Sindicalismo e Democracia*, publicado na quinta página do jornal alguns meses após a sua criação, expressou a visão liberal sobre os sindicatos brasileiros:

> Nos dias modernos é impossível separar a teoria sindical da democrática, pois ambas se completam na atual estrutura do Estado. A verdadeira democracia repousa na liberdade sindical. Como exemplo ilustrado temos o sistema democrático inglês, em que a democracia é o prolongamento da vida sindical [...] A vida sindical inglesa é algo de ser imitada pelos povos amantes da liberdade e da democracia. Infelizmente, tal elogio não podemos fazer ao sindicalismo brasileiro, muito incipiente, amorfo e desorientado. A culpa de semelhante situação pertence ao governo e aos próprios trabalhadores. Ao primeiro porque fascitizou o movimento; aos outros porque não tiveram inteligência para reagir, ou melhor, de discernir entre o bom e o mau sindicalismo. Evidentemente viveu o trabalhador um longo período discricionário, sendo-lhe tomado o direito de lutar pelos seus próprios interesses. Ao pai dos trabalhadores cabia lutar pelos seus filhos, dar tudo para ele. Criou-se a mentalidade paternalista, que ainda viceja e prolifera, agora, na pessoa do falso líder sindical – o pelêgo. Mas, os senhores da Reação têm as suas reservas para com a liberdade sindical. O direito das classes dirigentes propicia escamoteações jurídicas que empanam o postulado democrático. Dizendo-se reguladores das leis procuram nos regulamentos degenerar o princípio puro da liberdade democrática, transformando o sindicalismo num mito, numa brincadeira do Ministério do Trabalho, para não me referir a propina do compulsório imposto sindical, fruto de um dia de trabalho, de uma jornada de sacrifícios imensos. O fenômeno sindical, di-lo a Sociologia, é espontâneo e pertence ao grupo profissional. Nós não o construímos e nem o inventamos, vem lentamente, através de um processo histórico em que o grupo aos poucos vai-se integrando e participando dos meios e vida da sociedade da qual faça parte. Surgida a consciência do grupo, transforma-se ele em célula da sociedade, os seus componentes tomam ciência do papel a ser desempenhado, procurando, intransigentemente, defendê-lo e sustentá-lo como instinto de conservação da espécie. (LUTA DEMOCRÁTICA 20/5/1954, p.5).

A posição dos atores sociais em relação às linhas ideológicas que se estabelecem em certos contextos nem sempre é claramente definida. Apesar dessa postura ideológica dúbia do jornal *Luta Democrática,* a maneira como seu público leitor colocou as suas demandas,

questionamentos e reclamações em suas páginas, assim como a forma como o próprio jornal procurava mostrar os fatos, dão forma ao tipo de identidade social que se construía naquele contexto. O que pretendo mostrar nas páginas seguintes deste capítulo é que a imprensa popular, em especial o jornal *Luta Democrática*, mostrava uma dinâmica da vida social e política um tanto diferente desses cânones estabelecidos pelo conflito ideológico que se firmou no contexto entre 1930 e 1964. Penso que analisar essa questão é crucial para entendermos melhor a cidadania que nos forma.

Carla Vieira de Siqueira (2002) analisa o importante papel que os jornais populares *O Dia*, *Última Hora* e *Luta Democrática* desempenharam durante o segundo governo Vargas (1951-1954) como intermediários entre o público e os líderes políticos aos quais estavam ligados (Adhemar de Barros/Chagas Freitas, Getúlio Vargas e Tenório Cavalcanti, respectivamente). Com ampla circulação e capacidade de criar uma comunicação de massa, esses jornais suplantaram os pequenos jornais populares. Ao utilizarem um jornalismo de perfil empresarial unido a outro de perfil marcadamente político, representaram o surgimento da indústria cultural brasileira. A autora destaca que a linguagem utilizada pelos três jornais mesclava o sensacionalismo e a política, manejando diversos símbolos e códigos culturais.

A linguagem sensacionalista forjou a identificação dos políticos apoiados pelos jornais com as classes populares. Assim, este tipo de linguagem se tornou um elemento fundamental para que estes políticos desempenhassem o papel de defensores do povo e disseminassem a retórica populista. A autora observa ainda que a linguagem sensacionalista e populista exerceu um papel importante para que as classes populares pudessem compreender ou mesmo construir uma identidade capaz de explicar a sua inserção no contraditório processo da modernização brasileira. Ao estabelecer um diálogo com a população politicamente excluída e ao criar um espaço de representação e repercussão dos acontecimentos, essa linguagem foi capaz de reatualizar valores tradicionais e traduzir novas demandas, conferindo-lhes sentido. Desse modo, a imprensa sensacionalista se tornou um canal privilegiado para a negociação de valores e demandas referentes aos grupos sociais subalternos.

Mas, quais seriam os elementos constitutivos desse tipo de linguagem caracterizada como populista e sensacionalista? Uma das marcas do populismo, relata Siqueira, era a comunicação com uma parcela ampla da população. A imprensa popular destacava variados temas voltados para diversos setores das classes mais pobres e da classe média, genericamente denominados como povo. Nesse sentido, as colunas e as seções desses jornais enfatizavam a ação truculenta da polícia com as classes populares, os direitos dos

trabalhadores e as demandas sociais, abrindo espaço permanente para o registro de reclamações e reivindicações. Ao relatar o cotidiano e, sobretudo, a conexão dos direitos formalmente instituídos com as demandas apresentadas pelo público leitor, esses jornais estabeleciam uma relação de troca, de comunicação direta ou indireta entre a população e as instituições políticas.

O sensacionalismo, por sua vez, colocava em destaque o excepcional, aquilo que fugia ao comum, que alardeava de forma exagerada um momento de crise e que devia fundamentalmente apelar para as sensações, provocar emoção e indicar uma relação de proximidade com o fato reconstruído a partir de uma memória dessas sensações. Além disso, a linguagem sensacionalista era marcada pela dramatização do cotidiano e procurava relatar uma realidade que fizesse sentido para o público leitor. Sem essas características, este tipo de jornalismo jamais seria capaz de se popularizar. A representação do popular era construída pelo tom trágico ou cômico dado à notícia, o que levava o leitor a se envolver emocionalmente com os fatos e a conferir-lhes uma interpretação parcial e subjetiva. Por fim, a narrativa dramática das notícias sensacionalistas tinha um caráter moralizador que lhe dava legitimidade perante o público leitor, pois trazia até ele a ideia de envolvimento e de autorreconhecimento.

A estética da dramaticidade utilizada pelos jornais sensacionalistas transgredia a linguagem racional e séria com que tradicionalmente eram tratados os assuntos políticos, especialmente pela mídia que se dizia mais imparcial e objetiva. Dessa forma, os fatos políticos passavam a ser tratados como fatos dramáticos capazes de interpelar a subjetividade dos leitores. Unindo o apelo emocional a uma forma radical de defesa dos direitos, esses jornais puderam funcionar como a principal ferramenta de comunicação entre as lideranças políticas populares e o público. Assim, construíram uma ideia de identidade e de pertencimento entre as partes.

De forte tradição no Rio de Janeiro, a imprensa sensacionalista e popular veio se consolidando ao longo do século XX como um veículo de expressão de diversas camadas sociais, especialmente os trabalhadores. Siqueira cita como exemplo o jornal *Correio da Manhã*, fundado em 1901 na antiga capital da República. Além de notícias sobre crimes e fatos dramáticos ligados ao cotidiano urbano, este periódico dedicava especial atenção a eventos e festas populares e ainda abria espaço para as reivindicações das classes trabalhadoras. Este era o caso da seção *Pelos Subúrbios*, que relatava notas e reclamações dos moradores que viviam nas regiões cortadas pela Estrada de Ferro Central do Brasil. O *Jornal do Brasil*, conforme destaca a pesquisa de Eduardo Silva (1988), também possuía uma seção

inteiramente voltada para as reivindicações da população mais pobre. A coluna intitulada *Queixas do Povo* permitiu ao autor interpretar a incorporação da massa à cidadania política através do relato dos problemas cotidianos, dos dramas e sentimentos da população.

O discurso político de teor mais ideológico nem sempre esteve vinculado à imprensa sensacionalista. Siqueira observa que pelo menos até o final dos anos 1920 esse papel foi desempenhado mais claramente pelos jornais operários, especialmente aqueles formados pelos trabalhadores fortemente influenciados pelo anarquismo. Na década de 1930, sobretudo a partir do Estado Novo, conforme demonstra o trabalho de Angela de Castro Gomes (2007), o discurso em prol da incorporação social das classes trabalhadoras foi fundamentalmente construído por programas de rádio vinculados a órgãos governamentais, em especial o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Segundo esta autora, esses programas manejavam a linguagem dos direitos e da legislação trabalhista resgatando, de modo velado, o discurso propagado por lideranças trabalhadoras através da imprensa, ainda na Primeira República.

Após o Estado Novo, com a volta do regime democrático, a liberdade de imprensa permitiu que circulassem alguns pequenos jornais populares. Siqueira cita como exemplos *O Radical*, *O Popular*, o *Diário Trabalhista*, o *Voz Operária* e o *Imprensa Popular*. Os dois últimos serviram ao PCB e os outros três adotaram uma postura de apoio ao governo, muito embora, exercessem também um papel crítico sobre determinadas situações. *O Popular* servia diretamente aos interesses do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Contudo, relata a autora, o sucesso do *Última Hora*, *O Dia* e *Luta Democrática*, contribuiu para que os jornais menores perdessem espaço e fossem a falência. Estes três periódicos de grande circulação foram exemplos de uma imprensa reformulada, marcada pelo nascimento da indústria cultural brasileira.

Como observa Fernando Lattman-Weltman (1996), alguns jornais acompanharam as transformações macroestruturais pelas quais passava a sociedade brasileira, sobretudo, a partir dos anos 1950. O forte processo de industrialização e o consequente deslocamento de um enorme contingente populacional para os grandes centros urbanos, aliados a um período de relativa estabilidade democrática, geraram as possibilidades para o nascimento de uma indústria de consumo de massa. Nesse contexto, não apenas a mídia impressa, como também o rádio, a televisão, o cinema e o disco de vinil - recém criado - passaram a seguir as regras da produção para o consumo de um número cada vez maior e mais variado de pessoas.

Seguindo a terminologia de Habermas, este autor indica que os anos 1950 representaram para a história da imprensa brasileira a passagem do “jornalismo literário” para

o “jornalismo empresarial”. O primeiro tipo foi caracterizado pelo engajamento político das reportagens, de modo a priorizar a divulgação de ideias e opiniões políticas em detrimento do lucro. Já o segundo tipo buscou a venda fácil, visando prioritariamente o lucro. Assim, suas características principais eram a objetividade da notícia, a divulgação de informações claras, a diversidade temática e a construção de manchetes grandes e que ocupavam bastante espaço em relação ao texto. O período representou, portanto, uma época de transição entre esses dois tipos de jornalismo, em que os grandes jornais da época alternavam características de ambos. Houve mudanças nas estruturas dos jornais, sobretudo, em relação aos investimentos em novas técnicas de gerenciamento para aumentar a tiragem, o que acarretou no desaparecimento de alguns deles. A tradição do jornalismo político, porém, foi mantida e se adaptou à conjuntura da época, que era marcada pelo nascimento da democracia de massa.

Além dos três jornais pesquisados por Siqueira, pode-se citar o *Tribuna da Imprensa*, vinculado a Carlos Lacerda, como exemplo de jornalismo de transição que mesclava aspectos modernos e tradicionais. A disputa por maiores recursos financeiros, aliada ao clima de crise política durante o segundo governo Vargas acabou gerando conflitos abertos entre os grandes jornais. Caso notório foi a campanha acusatória feita por Lacerda, em 1952 e 1953, através de seu jornal, de que o *Última Hora* estaria sendo favorecido ilegalmente ao receber recursos do Banco do Brasil. O sucesso imediato do jornal ligado a Vargas foi visto com grande apreensão não apenas por Lacerda como também pelos outros grupos oposicionistas, como o grupo Roberto Marinho, que publicava o jornal *O Globo*, e o grupo Assis Chateaubriand. Com o apoio da UDN no Congresso Nacional foi aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o empréstimo de dinheiro do Banco do Brasil a empresas de comunicação ligadas a Samuel Wainer, que dirigia o jornal *Última Hora*. O PTB e o PSD, partidos que apoiavam Vargas, reagiram imediatamente à ação da UDN e criaram uma CPI paralela para investigar o repasse de recursos do Banco do Brasil para toda a imprensa. As investigações parlamentares, encerradas em novembro de 1953, concluíram que houve irregularidades nas transações de créditos do Banco do Brasil com diversas empresas jornalísticas, não apenas as do grupo Wainer. No entanto, não ficou provado, como queria a oposição, que Vargas praticou tráfico de influência a fim de favorecer o jornal *Última Hora*, o que poderia resultar no seu *impeachment*. O caráter eminentemente político das acusações deixava transparecer que a mídia impressa ganhava um espaço cada vez maior não apenas no crescente mercado capitalista brasileiro, mas, sobretudo, na construção do cenário político nacional.

Por serem veículos de massa de significativa penetração na população torna-se crucial analisar o espaço que esses jornais dispuseram para as reivindicações dos trabalhadores e as denúncias sociais. Além disso, se quisermos entender os caminhos pelos quais enveredou a participação política das classes populares na República de 46, é importante investigar a relação entre o tom sensacionalista das manchetes e a cultura popular. Para os fins desta pesquisa faz-se mister atentar mais diretamente o espaço ocupado pelo jornal de Tenório Cavalcanti naquele contexto.

O *Luta Democrática* abriu a sua sede na capital da República no ano de 1954 e começou a circular no dia 3 de fevereiro. Logo após a fundação foi inaugurada uma sucursal no município de Duque de Caxias e nos anos subsequentes estabeleceram-se outras sucursais no bairro de Campo Grande (Zona Oeste da capital), nos municípios de São João de Meriti e Magé, pertencentes à região da Baixada Fluminense e em Niterói. Assim, é razoável supor que o periódico conquistou um bom público leitor não apenas na capital como também nos municípios do interior do estado do Rio de Janeiro e, sobretudo, na região da Baixada Fluminense[62].

A tiragem do *Luta Democrática* no seu primeiro ano de circulação era de 20 mil exemplares, metade da tiragem do *Tribuna da Imprensa*. Já o *Última Hora* e *O Dia*, jornais maiores, tinham uma tiragem de 92 mil e 90 mil exemplares, respectivamente. O jornal de Tenório cresceu bastante nos anos seguintes, chegando a atingir 117 mil exemplares, em 1958, e 130 mil, em 1960. Assim, ficou atrás apenas de *O Dia* e *O Globo*, os dois maiores daquele período (SIQUEIRA, 2002, p. 101 apud Anuário Brasileiro de Imprensa). Os dados brutos isolados sobre a tiragem do *Luta de Democrática* não representam, necessariamente, o seu número de leitores e tampouco oferecem uma precisão sobre a repercussão de suas notícias na opinião pública. No entanto, se analisarmos a sua linguagem, é possível sugerir hipóteses sobre o tipo de representação política que Tenório exercia, ou seja, como ele se posicionava sobre as demandas sociais e qual o espaço que ocupava na esfera pública brasileira.

Sendo o principal veículo de propaganda política de Tenório Cavalcanti o *Luta Democrática* se tornou um importante meio para a sua afirmação no campo político do Rio de Janeiro. Nas eleições de outubro de 1954, ano em que o jornal foi criado, Tenório Cavalcanti ampliou a sua votação em quase 33 mil votos em relação a 1950, sendo, assim, o deputado federal mais votado do estado do Rio de Janeiro. Este fato evidencia a importância

[62] Em 1958, o *Luta Democrática* já circulava em cidades de outros estados, como São Paulo e Belo Horizonte.

do periódico para a sua ascensão política. Cabe ressaltar, no entanto, que essa ascensão se realizou porque o jornal servia como uma ferramenta de mediação direta entre Tenório e seu público leitor. Sem abrir espaço para as reivindicações populares, a propaganda em cima do parlamentar fluminense, mesmo com o seu fortíssimo peso simbólico, não se sustentaria.

As seções dedicadas às reclamações do público leitor foram uma das principais ferramentas de intermediação utilizadas pelos jornais de massa a fim de criar vínculos entre as lideranças políticas e a população. Estas seções eram uma espécie de serviço público, funcionando como um canal aberto entre a população e as instituições políticas, que obviamente levavam a repercussão das reclamações em consideração para a tomada de decisões. Segundo Siqueira, o jornal *Última Hora* foi o pioneiro nessa empreitada durante a República de 46 ao instalar urnas em lugares de grande movimentação popular da capital durante o ano de 1951, para que os transeuntes depositassem as suas reclamações. A ideia das urnas tinha como objetivo fazer com que a população pudesse publicizar as suas demandas ao passar por uma estação de trem, indo ou voltando do trabalho, ou fazendo compras num mercado popular, sem a necessidade de ter que se deslocar até as repartições públicas. As queixas coletadas nas ruas eram publicadas na seção diária *Fala o povo na UH*. De forma parecida funcionava a *Tendinha de reclamações*, que recebia queixas que iam desde infrações às leis trabalhistas até problemas locais como falta d'água e luz.

Outras seções seguiam a mesma lógica, porém, sem uma instalação física nos bairros. Como exemplo, pode-se citar a seção *Patrulha da UH*, que tentava fazer com que o jornal desempenhasse a função de vigília, como a polícia. Outro exemplo era a seção *Bilhete*, onde a reclamação do leitor era publicada junto com a resposta de uma autoridade política. Já os *Tribunais Populares* foram instalados em vários bairros da capital a fim de que júris, formados por donas-de-casa e trabalhadores locais, denunciassem o aumento abusivo dos preços. A ideia estava em consonância com a política de congelamento de preços recentemente criada pelo Ministro da Fazenda, Horácio Lafer, para tentar conter a inflação. Parte da medida do Ministro visava a punição dos especuladores de gêneros alimentícios. Ao denunciarem o desrespeito aos preços tabelados e o desaparecimento de certos gêneros alimentícios dos mercados, os *Tribunais Populares* permitiam que a população reivindicasse as suas demandas e, ao mesmo tempo, ajudasse o governo na aplicação de sua política econômica. Por fim, cabe citar as seções *Problemas e Reivindicações* e *Coluna do Trabalhador*. Criadas em 1954, ambas se dedicavam a expor problemas, anunciar greves e esclarecer dúvidas da classe trabalhadora. É claro que por ser um jornal ligado a Getúlio Vargas, o *Última Hora* procurava usar as reclamações como uma maneira de propagandear as

medidas tomadas pelo governo, como foi o caso dos *tribunais populares*. No entanto, as denúncias não mostravam uma população apática e subserviente ao Estado, pois as instituições políticas governamentais também eram criticadas.

O jornal *O Dia* também inovou ao criar os *Comandos Parlamentares*. A atividade consistia em levar uma equipe de jornalistas, sempre acompanhada por um deputado ou um senador, a repartições públicas ou outros locais com suspeitas de irregularidades. Segundo Siqueira, as denúncias dos *Comandos Parlamentares* repercutiram no Congresso e conquistaram grande popularidade na época. Obviamente, os parlamentares escolhidos aproveitavam os *Comandos* como uma forma de propaganda política, sendo que o próprio Tenório Cavalcanti chegou a participar de alguns. Porém, a partir de 1954, quando Chagas Freitas lançou-se com força total no cenário político do Rio de Janeiro, *O Dia* resolveu suspender a atividade a fim de não dar brechas aos políticos que não pertencessem à base aliada de Adhemar de Barros.

O *slogan* estampado na primeira página de todas as edições do jornal *Luta Democrática* sugeria um estilo combativo e ao mesmo tempo procurava passar a ideia de que Tenório Cavalcanti era um defensor do povo: *Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar*. Em seu primeiro ano de circulação o jornal dedicou um bom espaço ao seu público leitor e ao público que desejava atingir, ou seja, as classes trabalhadoras. Assim, o periódico destinou colunas e notícias fundamentalmente voltadas para reivindicações trabalhistas e denúncias sociais dos mais variados tipos.

Com publicação cotidiana, a coluna *Consultório Trabalhista: conheça seu direito*[63] tinha como objetivo explicar, de forma didática, os direitos trabalhistas e a responder dúvidas enviadas pelos leitores sobre questões trabalhistas. As respostas sempre mencionavam os artigos da CLT a fim de aconselhar os trabalhadores de como agir nas situações. Diversas eram as questões colocadas pelos leitores. Num dia o pintor Joaquim de Souza, após explicar os termos de seu acordo de trabalho com uma empresa construtora de imóveis, perguntou se o seu contrato era por tempo determinado ou indeterminado e quais os direitos que lhe caberiam caso fosse despedido injustamente. Como de praxe, a resposta indicava o artigo da CLT referente o caso (LUTA DEMOCRÁTICA, 17/2/1954, p.6).

Em outra oportunidade, o empregado de um armazém de café, chamado João de Oliveira, esclareceu que certa vez veio a saber que um companheiro de trabalho não

[63] A coluna foi publicada apenas nos primeiros meses de circulação do jornal. Junto com ela o seu autor também publicava a coluna *Justiça do Trabalho*, cujo conteúdo era o mesmo. Ao lado dessas colunas havia também a seção *Pautas de Hoje*, anunciando ações em litígio na justiça do trabalho.

conseguira obter a sua aposentadoria por invalidez por não ter completado o período de carência. Questionou o que era período de carência, qual a razão dessa norma existir e se o instituto previdenciário tinha razão ao deixar de conceder a aposentadoria ao seu colega. Na resposta o jornal esclareceu as normas que regulavam o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC), ao qual a categoria do trabalhador estava vinculada (LUTA DEMOCRÁTICA, 21/2/1954, p.3). Já Antônio da Silva, trabalhador numa fábrica de calçados, informou que há poucos meses tinha se tornado associado do sindicato de sua categoria de trabalho e como nenhum de seus colegas soube lhe explicar direito o que era contrato coletivo de trabalho, uma das prerrogativas do sindicato, gostaria que o jornal lhe esclarecesse esta dúvida. Novamente a questão foi esclarecida com base na CLT e foram citados exemplos de normas que poderiam constar nos contratos coletivos (LUTA DEMOCRÁTICA, 27/2/1954, p.6).

Essas colunas indicam que mesmo um jornal que se inseria claramente no campo oposicionista, não podia abrir mão de dedicar um bom espaço para questões relacionadas aos direitos trabalhistas se quisesse ser popular. Não se tratava, obviamente, de uma submissão involuntária à força política de Getúlio Vargas e do PTB, mas sim de uma sensibilidade para operar uma linguagem que estava se tornando comum às classes trabalhadoras brasileiras. As colunas mostravam operários dispostos a conhecer a legislação trabalhista para negociar com os patrões e defender seus direitos. Não eram, portanto, operários passivos, esperando serem protegidos pela lei.

A oposição explorou amplamente as notícias sobre problemas sociais e greves como forma de alardear a crise política e econômica que se desenrolou ao longo do ano de 1954. No entanto, o jornal de Tenório não utilizou este artifício para atacar o projeto trabalhista, mas para reforçar a necessidade urgente de sua ampliação através de um governo que deveria ser mais correto e menos corrupto do que aquele que estava no poder. Logo em sua primeira edição o periódico marcou esta posição ao publicar a manchete *A mulher trabalha mais de oito horas diárias! O Ministério do Trabalho estará a par das irregularidades?* A reportagem subsequente expressou:

> A Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho a quem esta afeta a fiscalização do trabalho da mulher, vem de há muito permitindo que comerciantes e industriais desta capital prorroguem o trabalho de suas empregadas e operárias por mais de oito horas diárias, dispensando a apresentação do acordo coletivo assinado entre as partes [...] e não exigindo que as mesmas sejam submetidas a exame médico, conforme determina clara e taxativamente a Consolidação das Leis do Trabalho [...] A nosso vê, tal decisão fere frontalmente a lei e se opõe aos interesses dos trabalhadores. (LUTA DEMOCRÁTICA, 3/2/1954, p.6).

Seguindo essa mesma linha, outra manchete denunciou: *A medicina do trabalho no Brasil vive fora das oficinas e fábricas*. E assim esclareceu:

> A legislação trabalhista, no Brasil, trouxe realmente benefícios, mas tem sido desvirtuada pela exploração política que, afastando-a das finalidades humanas para as quais foi criada, insiste em realizar obra de fachada. O imediatismo dos governantes ávidos de popularidade, fechou-se os olhos e deveres comezinhos, principalmente no que se refere aos trabalhos insalubres aos quais a lei concedeu maior remuneração, mas esqueceu de preservar a saúde e a vida do trabalhador (...) Não se conhece no Departamento de Higiene do Ministério do Trabalho, um só cartaz recomendando cautela àqueles cujo ofício possibilita os ataques do saturnismo e da tuberculose. (LUTA DEMOCRÁTICA, 17/10/1954, p.5).

Da mesma forma a notícia referente à manchete *As leis trabalhistas sem fiscalização*, culpou o governo por não saber organizar de forma eficiente o trabalho dos inspetores fiscais. Além disso, acusou Vargas de viver apenas da propaganda da legislação trabalhista, haja vista que os seus verdadeiros criadores teriam sido Lindolfo Collor, Waldemar Falcão e Salgado Filho, que se basearam em princípios elaborados antes de 1930 (LUTA DEMOCRÁTICA,31/3/1954, p.3).

Foram inúmeras as convocações de greves e assembleias anunciadas pelo jornal de Tenório ao longo do ano de 1954. Diversas categorias expuseram nas páginas do periódico as suas reivindicações. A maioria delas pedia o cumprimento da legislação trabalhista e o reajustamento salarial referente à decisão do governo tomada em 1º de maio, que decretou o aumento do salário mínimo em 100%. Essas notícias não apresentavam uma sociedade civil apática e engessada por um Estado fortemente regulador. Tampouco, parecia haver uma espécie de "acordão" policlassista capaz de dar uma solução aparente aos problemas do mundo do trabalho. Se a questão sobre a criação de um movimento autônomo não se colocava para os trabalhadores da época, como sugeria a pauta dos teóricos do populismo, não era por falta de consciência de classe, mas pelo simples fato de que se o Estado existia, enquanto personagem político apto a negociar, ele deveria ser colocado em cena, mesmo que fosse para criticá-lo.

A notícia sobre uma greve dos trabalhadores da indústria de massas alimentícias, acompanhada pelo *Luta Democrática* durante alguns dias, pode evidenciar estas questões. Waldemiro Luiz da Silva, presidente do sindicato da categoria, assim declarou ao jornal a respeito da greve decidida em assembleia: "Não estamos pedindo os moinhos dos patrões, mas apenas um aumento de salários para não morrermos de fome". O movimento grevista seria viabilizado através de um pacto firmado entre os trabalhadores em massas alimentícias e

os da indústria do açúcar para defesa de interessem comuns. Por intermédio de Waldemiro, os trabalhadores também registraram no jornal uma crítica à inoperância da Federação de Alimentação, haja vista que o seu presidente, Antônio Guimarães, teria se tornado inimigo dos trabalhadores após assumir o cargo de presidente do Tribunal do Trabalho, órgão destinado a administrar os impasses entre patrões e empregados. Prossegue a reportagem mostrando a organização do movimento, que criou uma comissão de piquetes para coordenar os trabalhadores nas fábricas, e divulgando que os grevistas comunicaram às autoridades a decisão tomada pela assembleia a fim de que o movimento não fosse declarado inconstitucional (LUTA DEMOCRÁTICA, 5/2/1954, p.3). Dois dias depois o jornal anunciou a data da greve e reforçou que as negociações com os patrões e com o Estado não progrediram. A manchete assim relatou a decisão: *A zero hora de amanhã a greve do trigo. Os operários recusaram a proposta de adiamento da parede*. A notícia seguiu mostrando mais uma declaração do presidente do sindicato, Waldemiro Luiz da Silva: "Se os patrões não recuarem na intransigência iremos à greve à zero hora do dia 8. Não é possível esperar mais". A participação do Estado nas negociações foi narrada da seguinte forma: "O Ministério do Trabalho esperava conseguir mais um adiamento do caso, tendo o Sr. Gilberto Cockratt de Sá apresentado uma proposta nesse sentido aos trabalhadores na mesa redonda realizada no Departamento Nacional do Trabalho (DNT), que foi recusada unanimemente" (LUTA DEMOCRÁTICA, 7/2/1954, p.1).

Outra notícia relatou que o Ministério do Trabalho enviou ao Sindicato dos Empregados em Marcenarias um ofício ameaçando-o com o decreto 9070, que regulamentava a ação de greve, permitindo-a somente após esgotadas as possibilidades de acordo entre empregados e empregadores na Justiça do Trabalho. Essa atitude provocou grande reação nos meios sindicais. Uma comissão formada por vários sindicatos impetrou mandato de segurança. Tal comissão compareceu ao Senado para reclamar da aplicação do decreto e das violências policiais praticadas contra os grevistas. O presidente do Sindicato dos marceneiros e o presidente do Comitê de greve informaram ao jornal que consideravam injustificável a intromissão do Ministério do Trabalho. Relataram ainda que a greve só teria fim caso o novo salário mínimo fosse estendido a toda a categoria. Por fim, explicaram que os patrões se mostraram acessíveis aos entendimentos, muito embora a atitude do sindicato patronal tenha impedido a concretização dos mesmos (LUTA DEMOCRÁTICA, 4/5/1954, p.2).

É claro que interessava ao *Luta Democrática* jogar contra o Ministério do Trabalho, já que o jornal se inseria no campo oposicionista. Contudo, mesmo descrevendo o governo como autoritário e coercitivo, as duas reportagens supracitadas mostravam um movimento

operário atuante e consciente de seus interesses. Em todo caso, o Ministério do Trabalho, fundamentalmente através de seu órgão mediador - o DNT - teve ampla participação e foi bastante chamado naquele ano para resolver os conflitos entre empregados e empregadores, nem sempre com êxito. Um bom exemplo deste cenário de negociações foi relatado na cobertura da greve dos trabalhadores dos bondes da capital durante o segundo semestre de 1954. O jornal deu ampla cobertura ao desenrolar dos conflitos entre os empregados e os proprietários da *Light*, a concessionária que administrava o serviço público. Em nota o Sindicato dos Trabalhadores em empresas de carris urbanos assim se pronunciou contra a postura patronal da *Light*:

> [...] Durante toda a discussão das reivindicações trabalhistas promovidas por este sindicato ficou evidenciado seu espírito de concórdia e transigência, assim como a de todos os trabalhadores que representa. Além de diminuírem a sua pretensão inicial, aceitaram a proposta conciliatória apresentada pelo Diretor do Departamento Nacional do Trabalho, depois de terem concedido todos os prazos que foram solicitados. Enquanto assim procediam os trabalhadores, a empresa a tudo se negou para conciliar [...] pois a ela, *Light*, só interessa uma coisa, aumentar o preço das passagens [...] toda crise que culminou com a suspensão da assembleia sindical pela Polícia Civil e, consequentemente, condução direta dos trabalhadores para a chefatura de polícia foi motivada simplesmente pelo fato dos trabalhadores não concordarem em condicionar os novos salários a aumento de tarifa. [...] O apelo dirigido ao patriotismo e ao espírito ordeiro dos trabalhadores deveria ser encaminhado a *Light* [...] Os trabalhadores em carris urbanos reafirmam que o atendimento de suas justas e legais reivindicações pode e deve ser realizado sem aumento tarifário, ficando esclarecido que a ação governamental – inclusive a da Polícia Civil – deve ser concentrada na empresa. (LUTA DEMOCRÁTICA, 26/9/1954, p.2).

Após as negociações ficou acordado um pequeno aumento nas passagens, para que fossem atendidas as reivindicações dos trabalhadores. Em outro caso, o presidente do Sindicato dos empregados em hotéis e estabelecimentos congêneres do Rio de Janeiro declarou ao jornal que, após sucessivas e fracassadas tentativas de acordo com os patrões em mesas redondas no DNT, a "greve dos garçons" decidiu em assembleia que as suas reivindicações a respeito de um possível reajuste salarial seriam levadas à Justiça do Trabalho por meio de um dissídio coletivo (LUTA DEMOCRÁTICA, 20/10/1954, p.1).

Algumas notícias também apelavam para manchetes sensacionalistas e de duplo sentido a fim de noticiar os casos. A manchete *Ameaçam o povo com pão dormido*, referia-se a uma reação do sindicato patronal das panificadoras em represália às exigências de aumento salarial dos empregados com base no novo salário mínimo. O sindicato patronal ameaçou suspender o trabalho noturno para economizar dinheiro caso o aumento fosse concedido e, assim, as padarias só forneceriam pão fresco a partir das sete da manhã. Neste horário,

esclarece a reportagem, a maioria da população já estaria a caminho do trabalho. Portanto, se quisesse comprar pão mais cedo, teria que consumir pão dormido. Continua a notícia dizendo que muitos donos de panificadoras discordavam da orientação do sindicato, não apenas pelo prejuízo evidente, mas também a fim de evitar que os 6000 padeiros noturnos da capital levassem a questão ao Ministério do Trabalho (LUTA DEMOCRÁTICA, 17/2/1954).

Outro exemplo de negociação, que mostrou o poder de tomada de decisão dos trabalhadores, pode ser evidenciado através do relato das ações dos empregados da Esso Standard. Alberto Bettanio, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Comerciais de Minérios e Combustíveis Minerais, declarou ao *Luta Democrática* que os empregados da referida empresa alegaram que, caso não conseguissem chegar a um acordo com os patrões para obterem o mesmo aumento salarial conferido por outras companhias do ramo, entrariam em dissídio coletivo com a Esso (LUTA DEMOCRÁTICA, 31/10/1954, p.2).

Já o presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio, José Luiz Batista Guimarães, disse ao jornal que recorreria ao Tribunal Regional do Trabalho pleiteando aumento de salário, haja vista que o governo não ouviu o conselho da categoria para não anunciar ao público o congelamento dos preços a fim de evitar uma consequente disparada dos mesmos, encarecendo assim, o custo de vida (LUTA DEMOCRÁTICA, 25/4/1954, p.1). Na notícia referente à manchete *Burla à Legislação Trabalhista na Construção Civil*, o presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Vicente Orlando, disse que entregou ao Ministro Alencastro Guimarães um memorial no qual fez sérias denúncias contra os empreiteiros e subempreiteiros, já que estes, além de não recolherem o imposto sindical, davam preferência aos operários que não possuíssem carteira profissional. Por fim, o sindicalista pediu ao titular da pasta do trabalho que mandasse exercer rigorosa fiscalização, autuando os empreiteiros e subempreiteiros encontrados fora da lei (LUTA DEMOCRÁTICA, 16/9/1954, p.2).

Outra denúncia, criticando a total inflexibilidade do patrão, foi relatada por uma comissão de motoristas, encabeça por Lélio Cardoso, da empresa de ônibus *Chavantes*. Foi relatado que o proprietário, João Valticimas, obrigava seus funcionários a trabalharem 12 horas diárias e não 8, como estabelecia a legislação trabalhista. Caso o motorista se recusasse a cumprir tal carga horária, era imediatamente dispensado sem receber "um níquel" de indenização. Além disso, o funcionário disse que o proprietário cobrava-lhes multas ilegais pelo que considerava baixo rendimento de trabalho e dificultava ao máximo a assinatura da carteira profissional. Lélio concluiu a sua queixa desta forma:

> A tudo isso suportamos para não ficarmos desempregados e vermos nossas famílias passarem fome. Esperamos que, desta feita, as violências de João Valticimas, tenham paradeiro com as providências que certamente serão tomadas. Basta um fiscal do Ministério do Trabalho dar um passeio na empresa *Chavantes* para encontrar muitas irregularidades e saber que as leis trabalhistas estão sendo burladas pelo homem que está rico com o suor de seus empregados. (LUTA DEMOCRÁTICA, 13/11/1954, p.4).

Todo momento de crise, como foi o final do segundo governo Vargas, é mais propício a tensões sociais. Contudo, as notícias sobre greves, conflitos e negociações envolvendo empregados, empregadores e o Ministério do Trabalho, assim como o espaço aberto às reivindicações trabalhistas continuaram presentes no *Luta Democrática* durante o todo período democrático. Em fins de 1958, Waldir José Mansure, repórter do *Luta Democrática* - que foi candidato a vereador pela UDN do Distrito Federal no pleito de outubro daquele ano - passou a escrever a coluna *Ronda Sindical*. A coluna se pautava, sobretudo, pelo anúncio de greves, mesas-redondas, reuniões e assembleias de trabalhadores, enfatizando sempre os motivos de suas reivindicações. Já em sua primeira publicação, o repórter anunciou o convite que recebeu do sindicato dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico do Rio de Janeiro para o comparecimento na reunião de diretores sindicais, trabalhadores e militantes operários, com o objetivo de discutir as medidas em prol do aumento do salário-mínimo.

Em 1960, esta coluna passou a se chamar *Luta Sindical* e, posteriormente, o genro de Tenório Cavalcanti, Humberto Francesconi, assumiu a função, mudando o nome da coluna para *Movimento Sindical*[64]. Nessas publicações as notícias envolviam ameaças de greves caso os patrões não cumprissem a lei, disputas travadas no Tribunal Regional do Trabalho, exigências por reajuste salarial, reivindicações para a obtenção de contrato coletivo de trabalho, dentre outras questões[65]. O presidente do sindicato dos pescadores, Marcílio Dias, declarou com satisfação o acordo para a realização do primeiro contrato coletivo de trabalho para a sua categoria (LUTA DEMOCRÁTICA, 2/8/1960, p.5). Já o dirigente sindical Arnaldo Rodrigues Coelho anunciou a realização de uma mesa-redonda entre empregados e empregadores da construção civil a fim de chegarem a um acordo sobre o aumento salarial dos trabalhadores (LUTA DEMOCRÁTICA, 4/9/1960, p.12). Um representante do Sindicato

[64] No início dos anos 1960 também foi criada a coluna *Sindicalismo no Estado do Rio*, de Irene Wanderley.

[65] As questões referentes aos direitos dos aposentados e pensionistas da previdência social também ganharam destaque nas páginas do *Luta Democrática*. Ainda em 1960 o general Jaime Ferreira, presidente do Comitê Nacional de Defesa da Previdência Social, passou a escrever a coluna *Bom dia, trabalhador*, onde abordava os direitos, reivindicações, conquistas e necessidades da classe.

dos Marceneiros se queixou ao jornal sobre um inspetor do trabalho que ao invés de fiscalizar as empresas que burlavam as leis do trabalho, defendia os interesses patronais (LUTA DEMOCRÁTICA, 6/9/1960, p.3).

Ainda na década de 1960, Tenório Cavalcanti levou ao ar a Rádio Difusora de Caxias[66]. O político e líder sindical Waldemar Viana, eleito deputado estadual pela Guanabara nas eleições de 1960, tinha um programa nessa rádio. Mais tarde, o colunista Humberto Filho passou a publicar no jornal informações sobre o programa de Waldemar Viana. Durante a campanha eleitoral de 1962, Humberto Filho assim escreveu:

> Lembramos aos companheiros que esta coluna e o programa sindical e trabalhista, realizado todas as quartas, às 20 horas, na Rádio Difusora de Duque de Caxias (da Organização Tenório Cavalcanti), continua à inteira disposição dos trabalhadores e dirigentes sindicais para quaisquer denúncias contra os que desrespeitam as leis trabalhistas. Portanto, não vacile, venha denunciar os infratores para o seu próprio benefício. As portas continuam abertas na "Emissora da Liberdade." (LUTA DEMOCRÁTICA, 12/9/1962, p.5).

O que se percebe em todas essas notícias e colunas é que havia trabalhadores razoavelmente organizados, conscientes de seus direitos e aptos a negociar, porém, críticos aos patrões e ao papel desempenhado pelas instituições que representavam o Estado na defesa dos trabalhadores. Nestes casos, o Estado não era entendido como uma entidade paternalista, cuja função era proteger sindicatos frágeis e incapazes de agir contra os patrões. Portanto, por mais que a estrutura política da época colocasse o Estado exercendo uma função de suporte para os trabalhadores e para os sindicatos, estes não apresentavam um discurso submisso a ele. Mesmo porque esta função do Estado, na prática, não necessariamente ajudava a consolidar a ação coletiva dos sindicatos e, às vezes, favorecia a classe patronal. Desta forma, o Estado era também pressionado pelos trabalhadores ou para sair de uma negociação ou para entrar nela. Em síntese, é possível perceber que os sindicatos eram conscientes de seu papel estratégico numa ordem social já fortemente regulada pelo mercado. Contudo, essa consciência não lhes levava a querer buscar uma ação coletiva estritamente autônoma.

O espaço dedicado às questões trabalhistas constituiu-se em um dos pilares fundamentais do caráter popular do *Luta Democrática*. Não se pretende, com esses exemplos, desconstruir toda a argumentação que os teóricos do populismo formularam sobre a classe trabalhadora do período 1930-1964. Afinal, os jornais apresentavam apenas narrativas que não podem ser simplesmente traduzidas como a expressão da realidade dos operários e suas

[66] Segundo o depoimento de Lídia Cunha a Israel Beloch, essa emissora de rádio possuía alto-falantes espalhados pela cidade de Caxias. (BELOCH, 1986, p.167).

organizações. Porém, creio que seja possível questionar alguns dos postulados propagados através daqueles teóricos. O *Luta Democrática* oferecia uma abordagem alternativa, que mostrava interpretações sobre a realidade social de uma época, seus impasses, seus dilemas e a sua forma de abordar os problemas.

A fim de expor tais questões, o *Luta Democrática* não se prendeu apenas ao mundo do trabalho, sendo que as suas notícias e colunas abrangiam outras formas de expressão sobre a cidadania que se construía na época. Merece destaque o espaço aberto aos problemas relacionados a regiões periféricas da cidade e aos municípios do interior do estado do Rio de Janeiro, menos falados do que a capital. Ainda em suas primeiras edições o jornal criou a seção *Notícias Fluminenses*, com uma página inteira dedicada às cidades da região. Duque de Caxias e os demais municípios da Baixada Fluminense ganharam atenção especial, embora a seção procurasse abordar, dentro do possível, aspectos de todas as cidades do estado do Rio de Janeiro. Havia publicações sobre os bastidores da política local, abordando questões sobre as relações partidárias, votações de leis nas Câmaras Municipais e revelações sobre esquemas de corrupção. Além disso, havia também inúmeras denúncias sobre o mau funcionamento dos serviços públicos e problemas urbanos, como aqueles relacionados aos transportes públicos, calçamento e iluminação de ruas, saneamento básico - principalmente o problema da falta d'água -, saúde, educação e muitas informações sobre crimes, acidentes e tragédias naturais. Por fim, às vezes eram destacados eventos culturais locais. Normalmente, ao relatar os problemas dos municípios, o jornal também cobrava atitudes das autoridades. Numa das seções, a cidade de São João de Meriti, pertencente a Baixada Fluminense, foi relatada da seguinte forma:

> Município de setenta e seis mil habitantes, São João de Meriti sofre com absoluta falta de higiene e descaso sanitário. Aqui não há esgoto nem água encanada. A frente das residências há valetas onde toda sorte de detritos se acumulam e apodrecem [...] A luz de Meriti é adquirida da Light porque o Estado não lhe ajuda em nenhum sentido. A população cresce constantemente sem nenhum amparo das autoridades locais. (LUTA DEMOCRÁTICA, 23/2/1954, p.2).

Neste mesmo dia a parte dedicada a Nilópolis, outra cidade da Baixada Fluminense, começou com a seguinte indagação: "Deserto de Sahara?" e assim denunciou:

> Tem-se a impressão de que não existe em absoluto em Nilópolis alguém responsável pelos destinos do município. Numa minguada área de terra de apenas nove quilômetros quadrados, com cinquenta mil habitantes, bastaria um pouco de boa vontade por parte do Prefeito para proceder a distribuição de água por meio de carros-pipas, a exemplo de outras cidades fluminenses em situação idêntica. (LUTA DEMOCRÁTICA, 23/2/1954, p.2).

A seção *Notícias Fluminenses* teve vida curta, porém, o espaço aberto aos municípios do estado continuou existindo no jornal. Surgiram outros nomes, como *Municípios Fluminenses*, *Do outro lado da Baía*[67], mas a temática continuou a mesma. As reclamações dos leitores também ganharam destaque em algumas dessas seções. Um morador de Guapimirim[68] reclamou ao jornal que as correspondências que chegavam ao seu distrito demoravam, no mínimo, trinta dias para serem entregues pelos Correios. O leitor aproveitou para dizer que além dessa irregularidade o "povo trabalhador" de Guapimirim ainda sofria com a falta de luz, transportes, escolas e hospitais (LUTA DEMOCRÁTICA, 22/9/1954, p.3). Além das queixas individuais, também era comum o jornal relatar a ida de comissões de moradores de um determinado local para fazer reclamações. Os moradores da Vila São Luiz, localizada em Duque de Caxias, protestaram contra o Prefeito da cidade, Braulino de Matos Reis[69]:

> Apelam os moradores da Vila São Luiz ao prefeito Braulino de Matos Reis no sentido de ele cuidar, pelo menos um pouco, do bairro. A quantidade de buracos e de lama é tal que chega a impedir o trânsito e o tráfego, com prejuízos para esta vasta zona. (LUTA DEMOCRÁTICA, 13/5/1954, p.3).

A ocupação do espaço rural e urbano entre os anos 50 e 60 do século XX foi extremamente problemática no Brasil. Neste período, enormes contingentes populacionais, provenientes principalmente do Nordeste do país, migraram para o Rio de Janeiro sem que houvesse políticas públicas eficazes com o objetivo de alocar adequadamente esta população. Como resultado surgiram diversos conflitos relacionados à questão da terra, que se espalharam desde as favelas da capital, passando pelo Sertão Carioca, a Baixada Fluminense, chegando até às regiões mais periféricas do estado. Denúncias sobre a atividade de grilagem ocuparam as páginas do *Luta Democrática* durante todo o período aqui analisado. Normalmente eram noticiadas disputas entre grileiros, mancomunados com os poderes públicos e amparados pela polícia, contra posseiros.

A seção *Municípios Fluminenses* trouxe a seguinte manchete sobre o município de Duque de Caxias: *Desmoralizada a justiça de Caxias*. A reportagem subsequente assim expôs: "Os grileiros no município de Caxias gozam de imunidades inconcebíveis e usam a

[67] Esta coluna era escrita por Fernando Caldas.

[68] Distrito que na época pertencia ao município de Magé.

[69] Braulino de Matos Reis governou o município de Duque de Caxias na gestão 1952-1955.

polícia a seu talante em violenta perseguição a legítimos posseiros, que lavraram a terra há mais de 15 anos." A notícia relatou que uma comissão formada por 9 lavradores foi à redação do jornal para esclarecer um conflito com grileiros. O relato revela que cerca de 150 lavradores ocupavam, com as suas famílias, a região onde se encontrava a fazenda do Pilar, em terras pertencentes ao proprietário com o sugestivo nome de Américo Vespúcio. Prosseguiu a informação dizendo que, conforme a Constituição, bastariam 10 anos de ocupação para que os posseiros se tornassem proprietários legítimos. O juiz Navega Cretton concedeu o direito de posse aos lavradores com base nesta legislação. Porém, mesmo após o decreto, os grileiros Emílio João Carlos Orvitz - vulgo alemão - e Orlando José Ferreira, usaram a violência policial para fazer despejos na região sem provas de posse. Em função desta atitude, os lavradores registraram uma Associação no cartório de Caxias a fim de fortalecer e legitimar a disputa, que já se estendia na justiça com acusações sobre os grileiros e sobre os policiais envolvidos na ação de despejo (LUTA DEMOCRÁTICA, 24/2/1954, p.2).

Em outra reportagem, o lavrador do bairro de Santa Cruz[70], Cesário de Melo, disse ao jornal que apelou para o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) a fim de que se examinasse os documentos daqueles que se apresentaram como donos de glebas na região. Disse ainda que posseiros com mais de 60 anos em suas terras encontraram dificuldades para a legalização das mesmas, o que, segundo ele, não acontecia com os "grupos abastados" (LUTA DEMOCRÁTICA, 1/7/1959). O jornal também publicou algumas denúncias sobre empresas de loteamentos que atuavam de forma ilegal, sobretudo, no município de Duque de Caxias (LUTA DEMOCRÁTICA, 24/5/1959, p.8).

Não era apenas nas zonas mais afastadas do centro urbano que aconteciam as disputas por terras. Estes conflitos também eram bastante comuns nas favelas da capital. A manchete *A Câmara Municipal desapropriou o morro da União*, narrou a alegria dos favelados que foram à Câmara Municipal do Rio de Janeiro comemorar a votação favorável em relação ao projeto de lei sobre a desapropriação da referida localidade. A reportagem contou que os moradores estavam satisfeitos com os representantes do povo e elogiou a atuação do Legislativo (LUTA DEMOCRÁTICA, 3/7/1954, p.3). Outra notícia relatou que uma comissão formada por 10 moradores do morro do Borel, na Zona Norte da capital, compareceu à redação do jornal para fazer a seguinte declaração:

[70] Bairro localizado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

> Os moradores daquele populoso bairro vêm sofrendo por parte de supostos proprietários daqueles terrenos tenaz perseguição. As pessoas que se dizem proprietárias das terras alegaram, perante o Juiz da 13ª Vara Criminal, que os habitantes do morro estavam vendendo lotes por cem cruzeiros, o que não é verdade [...] os favelados do morro do Borel, auxiliados pelo Ministro Seabra Fagundes[71], a quem o morro deve parte de seus melhoramentos, construíram um cinema no qual os filmes exibidos diariamente são oferecidos às crianças. Por intermédio de *Luta Democrática*, a comissão constituída de homens pobres faz um apelo às autoridades competentes no sentido de que sejam providenciadas algumas melhorias para aquele habitado morro cuja população, composta na maioria de operários e aposentados, não possui recursos suficientes para fazer dotar o morro dos necessários requisitos de higiene" (LUTA DEMOCRÁTICA, 28/10/1954, p.5).

Ainda sobre o morro do Borel, outra reportagem descreveu um acordo firmado entre os moradores, a chefia de polícia e a prefeitura visando a construção de moradias por intermédio da Fundação Leão XIII, cujo fiador e representante era Tenório Cavalcanti. A reportagem referente à manchete *Estaria dando mão forte aos grileiros*, narrou que moradores de diversas favelas cariocas estiveram na Câmara Municipal para protestar contra um possível conchavo do chefe de polícia, Menezes Côrtes, com a atuação de grileiros (LUTA DEMOCRÁTICA, 6/9/1955, p.2).

Essas notícias deixam claro que o problema da ocupação da terra, nos anos 1950 e 1960, de forma alguma se limitava ao campo, sendo também um problema gravíssimo dos grandes centros urbanos, cuja história tratou de vincular mais diretamente às questões relacionadas ao mundo fabril. Os problemas e demandas das favelas foi um dos temas que mais esteve presente nas páginas do *Luta Democrática* durante todo o período aqui analisado. Dentre as questões relacionadas ao tema, foi mencionado neste trabalho que as queixas contra as atividades de grilagem eram bastante comuns e sempre estavam associadas a atos de violência praticados, em geral, pela polícia. Cabe destacar, no entanto, que as denúncias contra a violência praticada nestas localidades nem sempre estavam diretamente relacionadas à questão da posse de terra, passando também pela questão do controle e da organização do território. A manchete *Policial tenta dominar o morro pela violência*, fez alusão a uma comissão do morro do Jacarezinho que esteve na redação do jornal para denunciar um fiscal da guarda municipal que praticava atos de violência contra os moradores. A reportagem expôs que os repórteres do jornal foram ao Jacarezinho e presenciaram mais de cinco mil pessoas reunidas para exigir a retirada do policial do local. (LUTA DEMOCRÁTICA, 16/5/1959, p.1). Outra manchete anunciou: *Retorna a polícia mineira*. A notícia narrou que trabalhadores "rudes e impiedosos" resolveram fundar uma organização de natureza repressiva no morro do Turano, cuja finalidade era acabar com os marginais.

[71] Miguel Seabra Fagundes foi Ministro da Justiça no governo Café Filho.

Além dos problemas relacionados à violência, os moradores de favelas da cidade do Rio de Janeiro também costumavam ir à redação do *Luta Democrática* para denunciar diversos problemas relacionados à saúde, saneamento básico, transportes, educação, iluminação e calçamento de ruas. Em 1960, a favela se tornou um dos principais temas do debate político nas eleições para o estado da Guanabara. Todos os candidatos se arriscaram em tentar apresentar soluções para os problemas sociais encontrados nas regiões mais pobres da cidade. Neste ano o *Luta Democrática* ampliou ainda mais o espaço para tratar do assunto. Num dia a seção *Ronda Política*, acostumada a lidar com temas relacionados aos bastidores da política, resolveu abandonar o seu principal objeto de debate para escrever sobre as favelas. A fim de criticar os baixos investimentos nas comunidades pobres do estado do Rio de Janeiro, assim pronunciou:

> A verba orçamentária (30 milhões) para tais serviços é ridícula. O que pretende a SERFHA[72] é dar início a uma campanha truculenta contra milhares de pessoas que, sem recursos para pagar o aluguel de uma casa, têm mesmo é que construir os seus barracos nos morros. Que fiquem de sobreaviso os favelados, até porque não será nunca com aparato policial que se resolverá humanamente o problema das favelas (LUTA DEMOCRÁTICA, 13/5/1960).

Naldir Laranjeiras, candidato a deputado do estado da Guanabara pelo Partido Republicano (PR), começou a escrever a coluna *Favelas* quando se aproximava as eleições de 1960[73]. Nesta coluna, o político apresentava soluções para os problemas destes locais no campo do trabalho, da habitação, da saúde e da educação. No exemplo a seguir, o candidato procurou expressar as suas ideias sobre as mulheres solteiras moradoras das favelas:

> Localizado o trabalhador que mora nas favelas, restariam as pessoas sem possibilidade de tornar-se proprietários. Quem são essas pessoas? Uma grande parte é de mulheres que não tem amparo de um chefe de família, por serem solteiras, desquitadas ou viúvas. O trabalho da mulher é muito importante e nem sempre é bem aproveitado. Aquelas que não têm filhos pequenos trabalham em fábricas. As que não podem sair de casa, lavam roupa para fora. Seria interessante que houvesse amparo para construir-se uma grande lavanderia com entrega à domicílio e que utilizasse o trabalho dessas mulheres. A lavanderia poderia ter uma creche [...] Quantas são as mulheres das favelas que lavam para fora, em simples tinas ao sol e têm de sair por aí, com grandes embrulhos para entregar o produto de seu trabalho? A simples organização dessa pequena indústria daria emprego a muitas moças e senhoras das favelas. A mulher se sentiria mais valorizada e poderia manter seus filhinhos que, infelizmente, as vezes, não conhecem os pais. A pior coisa para uma mulher nova é precisar de dinheiro. Tem que se entregar a um ou vários homens

[72] Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas.

[73] Naldir Laranjeiras aproveitou o espaço que tinha no jornal para se dedicar também à coluna *Educação e Cultura*. Naquele pleito ele se elegeu deputado estadual com 8.438 votos. (SARMENTO, 2008, p.94).

> para poder sustentar seus filhos. Avilta-se, revolta-se, prostitui-se, quando poderia ter uma vida honesta (LUTA DEMOCRÁTICA, 1/7/1960, p.1).

Outras colunas e notícias do *Luta Democrática* se dedicaram a denunciar variados tipos de problemas e demandas sociais. Algumas delas abriram espaço para as queixas dos leitores e outras publicavam as ideias de colunistas sobre um tema ou em defesa de uma determinada categoria profissional. Nos seus primeiros meses de circulação o jornal criou as colunas *Como Pensa o Leitor* e *Tribuna do Leitor*, esta última editada por Saldanha Marinho. Nestas colunas eram expostas, em geral, reclamações sobre diversos problemas sociais e políticos[74]. O leitor, José Eustachio Nobre, resolveu reclamar dos vereadores da capital: "Tinha a impressão que o cargo de vereador era um sacrifício público, mas mudei de opinião, pelo que estou vendo é um maná em vez de mandato árduo. Até os bicheiros apresentam-se para legisladores da cidade em polvorosa" (LUTA DEMOCRÁTICA, 19/2/1954, p.1). Outro leitor assim se pronunciou sobre a situação do transporte de barcas:

> Amigos da Luta Democrática. Saudações. Escutando diariamente pelo auto-falante instalado na Cantareira, o seu reclame luta pelos que não podem lutar, venho por meio desta solicitar sua luta em defesa das passagens das barcas [...] Espero sua reação, agradece o leitor. (LUTA DEMOCRÁTICA, 31/3/1954, p.3).

A coluna intitulada *As lamúrias do velho Napoleão*, expôs as queixas de um tenente aposentado sobre o abuso realizado pelos donos de pequenas hospedarias do centro da cidade do Rio de Janeiro, que cobravam caro e ofereciam maus serviços para a grande quantidade de habitantes da capital que, usualmente, procuravam esses lugares para dormir. A coluna assim descreveu a reclamação do leitor:

> O sono dos párias e dos solitários mal assalariados desta mimosa cidade do Rio de Janeiro está hoje também sendo objeto da mais vil exploração, monopólio que é – por mais incrível que pareça – de um grupo de comerciantes inescrupulosos que vive à margem do comércio hoteleiro, desfrutando a indústria das hospedarias mais vulgarmente chamadas "biroscas", espalhadas por todo centro urbano. Essa grave queixa contra a situação de calamidade econômica que atravessamos foi-nos relatada pelo velho pernambucano, Napoleão de Souza Velho [...] que conhece a fundo a vida pobre da nossa cidade. Antigamente – disse-nos ele – havia na rua da Misericórdia uma hospedaria que alugava "corda" para dormir a 300 réis. Era o seguinte: havia um banco muito comprido, encostado à parede em que o hóspede se sentava, tendo a frente uma corda e, debruçado, dormia até às seis horas da manhã, quando o espanhol retirava a corda do gancho e todos caíam se não estivessem prevenidos. Havia uma fila de bancos no salão e, alta noite, ficavam todos lotados. Na "corda" dormiam indivíduos os mais diferentes, inclusive boêmios da Lapa que perdiam dinheiro no jogo ou que eram depenados por mulheres vadias. A polícia

[74] A coluna *Como Pensa o Leitor* também costumava publicar opiniões afinadas com a linha editorial do jornal.

> quase sempre fazia boa safra de ladrões que apanhava na "corda" (LUTA DEMOCRÁTICA, 23/2/1954, p.3).

Após a narrativa sobre a antiga hospedaria, Napoleão rogou o seu protesto pela imprensa. Criticou os comerciantes espanhóis que dominavam o ramo das "biroscas" e o descaso dos fiscais da Prefeitura:

> Os espanhóis das "biroscas" são, em geral, caguetes da polícia e entregam ladrões que dormem tranquilamente, intrujões e tudo, embora, também sejam useiros e vezeiros em comprar roubos. Cobram vinte e cinco cruzeiros por uma cama no salão com toda a sujeira de percevejos e lençóis que só mudam de semana em semana, para todos os hóspedes, mesmo que o do dia não seja o mesmo da véspera. [...] Veja só, um pobre diabo como eu pago por uma cama suja, cheia de percevejos, num salão de "birosca" tanto quanto um "barnabé" milionário letra "O" da prefeitura num hotel fiscalizado de classe. (LUTA DEMOCRÁTICA, 23/2/1954, p.3).

Na *Tribuna do Leitor*, Saldanha Marinho recebia as queixas por cartas, telefonemas ou através de visitas à redação do jornal. Dessa forma, o colunista explicou o sentido de sua coluna:

> Encontra-se a disposição dos interessados para suas queixas e reclamações. A seção é dos leitores. Queiram, portanto, revelar o que se passa em seu bairro, sua repartição ou em qualquer outro lugar, em prejuízo da coletividade, que registraremos com o máximo prazer (LUTA DEMOCRÁTICA, 12/3/1954, p.6).

Neste mesmo dia e nos dias subsequentes os leitores expuseram diversas reclamações. Moradores de Piedade apelaram às autoridades municipais a fim de solucionarem o problema da falta d'água neste tradicional bairro do subúrbio carioca (LUTA DEMOCRÁTICA, 13/3/1954, p.6). Um funcionário público, que se identificou como "Barnabé letra I", se queixou das elevadas taxas cobradas pelo IPASE[75] para o financiamento de casa própria no bairro de Jacarepaguá[76].

As colunas e as seções dedicadas às queixas da população sempre ocuparam um bom espaço no *Luta Democrática*. Em 1960, quando Tenório Cavalcanti se lançou candidato ao governo do estado da Guanabara, o jornal criou as colunas *Queixas da Cidade*, que apresentava cotidianamente reclamações de moradores de bairros pobres e periféricos da Velhacap e da Baixada Fluminense; *Coluna do Povo*, escrita por José Caetano de Araújo; e *Tribuna do Povo*, esta última assinada por Benjamin Farah, então deputado federal pelo PSP,

[75] Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

[76] Bairro localizado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

partido que na época fazia parte da base aliada de Tenório Cavalcanti. Farah expunha em sua coluna, publicada aos domingos, proposições em andamento no legislativo voltadas para os interesses dos funcionários públicos, militares, trabalhadores e estudantes, focalizando os problemas relacionados com o novo estado da Guanabara[77].

Em uma de suas colunas José Caetano de Araújo elogiou, juntamente com Tenório Cavalcanti, a campanha de vacinação contra a poliomielite que vinha sendo realizada pela Secretaria Estadual de Saúde e apoiada pela Sociedade dos Amigos do Méier[78] (SAME) da qual o citado colunista era um dos fundadores. Neste mesmo dia, o colunista levou as congratulações da Sociedade dos Amigos de Olaria[79] ao diretor do 11º distrito de limpeza urbana pela ação que vinha desenvolvendo no sentido de atender a diversas reivindicações daquela entidade.

Algumas categorias profissionais também foram bastante representadas nas páginas do *Luta Democrática*. Cabe destacar os problemas relacionados ao atendimento médico-hospitalar para os associados aos institutos de previdência social[80]. A notícia que seguiu a manchete *O drama de um padeiro* revelou que Dona Edith Ferreira Soares, irmã do padeiro, Nilo Luiz Ferreira, esteve na redação do jornal para se queixar da atitude da junta médica do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Segundo Dona Edith, a referida instituição não reconheceu o problema de saúde mental que o seu irmão vinha sofrendo nos últimos três meses, negando-lhe, assim, o pedido de aposentadoria. A reclamante revelou ainda que o padeiro, casado e pai de cinco filhos, foi afastado do serviço devido ao seu problema e, portanto, além de não poder trabalhar, não recebia mais salário (LUTA DEMOCRÁTICA, 28/4/1954, p.5). Antônio Oliveira também se queixou do atendimento recebido por este mesmo instituto e endereçou uma carta ao jornal pedindo ajuda a Tenório Cavalcanti. A carta foi publicada na coluna *Como pensa o leitor*:

> Tendo conhecimento que o senhor defende o fraco que não sabe lutar, da mão do forte, venho por meio desta lhe pedir um grande favor, pois me acho doente das

[77] Ainda no início dos anos 1960 foi criada a coluna *Na luta de cada dia*, cujo objetivo também era expor denúncias sobre problemas dos bairros do novo estado.

[78] Tradicional bairro do subúrbio carioca.

[79] Outro bairro tradicional do subúrbio carioca.

[80] Os problemas relacionados à saúde pública, em geral, também constituíram uma temática comum nas páginas do *Luta Democrática*. Em 1960, Artur Henrique criou a coluna *Problemas Sociais da Tuberculose*, em que escrevia sobre as dificuldades encontradas pelos tuberculosos que precisavam se tratar na rede pública de saúde. O colunista descrevia ainda os procedimentos corretos a serem a adotados pelos hospitais ao receberem os doentes.

> vistas a uns 13 anos [...] E levando atestados do médico particular que estou me tratando, os médicos do IAPI atendem-me com pouco caso. Por duas vezes escrevi ao Sr. Getúlio Vargas e não tive respostas. (LUTA DEMOCRÁTICA, 9/3/1954, p.3)

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC) também foi criticado por um senhor que esteve na redação do jornal para denunciar que a sua esposa foi mandada embora sem atendimento após sofrer uma parada cardíaca e ter que esperar várias horas na fila de espera (LUTA DEMOCRÁTICA, 15/5/1959, p.5).

A categoria policial também ganhou o seu espaço na coluna de Sylvio Ribeiro Ferreira, Comissário de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública e candidato a deputado pelo PRT nas eleições de 1960 do estado do Guanabara. Em tom de campanha eleitoral o político descreveu o objetivo de sua coluna:

> Continuarei como vigilante da classe policial na fiscalização dos critérios de enquadramento do plano de reclassificação. Promoverei estudos para o financiamento da casa própria aos funcionários da polícia, envidarei esforços para que haja entrosamento perfeito entre justiça, advogados e polícia. (LUTA DEMOCRÁTICA, 2/8/1960, p.3).

Outros temas contribuíram enormemente para a popularização do *Luta Democrática*, de modo que várias formas de expressão da cidadania puderam ser apresentadas no jornal. Em fins de 1951, o governo Vargas, através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criou a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP). A esta instituição foi designada a tarefa de assegurar a livre distribuição de mercadorias e serviços essenciais ao consumo da população, sempre que deles houvesse carência. A COFAP se comprometia a fiscalizar os estabelecimentos comerciais e a tabelar os preços máximos dos revendedores, visando controlar o abastecimento de mercadorias e serviços em todo o país. Por ter esta função a COFAP passou a ser uma espécie de órgão de defesa do consumidor e, portanto, respondia pelos interesses desse segmento. O *Luta Democrática* não poupou críticas ao funcionamento do órgão em seu primeiro ano de circulação. Denunciou os aumentos de preços e acusou a COFAP de não zelar pelos consumidores. As críticas se espalharam pelas diversas seções do jornal. A seção *Municípios Fluminenses* denunciou no espaço dedicado ao município de Nilópolis:

> Este jovem florescente município continua lutando contra sérios problemas que até hoje não tiveram solução. Assim é que seus habitantes são vítimas de toda sorte de explorações da parte de alguns comerciantes desonestos. Aqui não existe tabelamento de preços. A famigerada COFAP só existe na imaginação. Por aqui

> nunca passou a fiscalização da tal COFAP. Os preços são extorsivos. Os gêneros são da pior qualidade. (LUTA DEMOCRÁTICA, 24/2/1954, p.2).

As críticas contra os aumentos de preços das mercadorias essenciais tomaram conta de todo o país e se tornaram um prato cheio para a exploração política por parte da oposição. Elvira Lacerda, então esposa de Carlos Lacerda, foi uma das coordenadoras de movimento organizado por donas de casa cujo objetivo era funcionar com uma sentinela dos aumentos de preços e da ausência de mercadorias nos supermercados. A manchete *Dona COFAP onde está a banha?* referiu-se a uma passeata das donas de casa da cidade do Rio de Janeiro. A notícia reproduziu as palavras de Olga Novais, integrante da Comissão Feminista de Combate à Carestia, em seu depoimento nas escadarias da Câmara Municipal:

> A fome ronda de há muito os nossos lares. Na fisionomia de nossos filhos nota-se os sintomas básicos da sub-nutrição. Nossos maridos trabalham de sol a sol para receberem um salário incompatível com a dignidade humana. Os mais comezinhos princípios de conforto não podem entrar em nossas casas, pois o dinheiro mal dá para a comida cotidiana e miserável. Vivemos permanentemente sob o espectro negro e ameaçador da miséria. (LUTA DEMOCRÁTICA, 30/04/1954, p.1).

A reportagem anunciou ainda que a passeata das donas de casa cariocas se dirigiu até o Palácio do Catete levando cartazes criticando a atuação da COFAP e com o objetivo de entregar um abaixo-assinado, com milhares de assinaturas, exigindo o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e o aumento imediato dos salários fixados pela Comissão de Salário Mínimo.

As seções sobre religiões também conquistaram um amplo espaço no *Luta Democrática*. Elas se tornaram constantes ao longo do período aqui analisado. Inicialmente foi criada a seção *Luta Democrática e as religiões*, em que eram contempladas várias religiões, entre elas, a Umbanda, o Candomblé, o catolicismo, o espiritismo e o protestantismo. Esta seção não costumava abrir espaço para os leitores, possuindo um caráter mais pedagógico, já que procurava explicar conceitos e tradições de cada segmento religioso. Este formato não mudou muito até 1960, quando foi criada a coluna *Nos Domínios da Fé*, com provável autoria de Narciso Cavalcanti[81]. Esta coluna se dedicava a publicar notícias sobre eventos e encontros de diversas religiões e crenças. Ações de solidariedade também costumavam fazer parte do repertório de ações dos adeptos, como neste exemplo sobre uma enxurrada que atingiu várias cidades do Norte e Nordeste:

[81] Narciso Cavalcanti foi candidato a deputado estadual da Guanabara nas eleições de 1960 e também tinha uma coluna que abordava os problemas dos moradores das favelas cariocas.

> A confraternização espiritual suburbana da Umbanda, com o apoio de outras organizações, por nosso intermédio, lança um apelo a todos os irmãos umbandistas e amigos da Umbanda no sentido de que ajudem como puder os nossos irmãos flagelados, vítimas das enchentes que atormentam nossos irmãos do Norte. (LUTA DEMOCRÁTICA, 3/4/1960, p.9).

Prosseguiu o apelo dizendo que os donativos poderiam ser entregues durante a festa de Ogum a um líder umbandista ou a Tenório Cavalcanti na redação do jornal. Outro exemplo de espaço dedicado a um grupo social considerado excluído, porém, bastante representativo foi a coluna chamada *Problemas do negro brasileiro*. Esta coluna foi criada em 1958 por João Cabral Alves, que se identificava como fundador e presidente da *União dos homens de cor dos Estados Unidos do Brasil*.

Também merecem destaque três colunas dedicadas à interpretação da lei e da justiça. Logo em 1954, o advogado criminal e redator-chefe do *Luta Democrática*, Hugo Baldessarini, elaborou a coluna *Retrato do Crime*. O autor assim se pronunciou a fim de explicar o seu objetivo:

> Luta Democrática é um jornal de combate, que tem por objetivo criticar de forma construtiva tudo que representa erro, abuso ou violência. No setor criminal, como dissemos no primeiro número, recusamo-nos fazer a propaganda do crime e a apologia do criminoso, não querendo dizer com isso que pretendemos exaltar o agente da lei, que seja da polícia ou da justiça [...] Fiel a essa posição, procuraremos analisar o crime, técnica, científica e psicologicamente, situando crime e criminoso no seu meio peculiar [...] Por outro lado, manteremos, diariamente, uma coluna destinada a atender a consultas sobre qualquer assunto relativo à polícia e à justiça criminal, prontificando-nos a atender profissionalmente àqueles que sejam vítimas de algumas injustiças, fornecendo graciosamente o serviço dos nossos advogados. Podem, pois, consultar-nos por escrito ou profissionalmente que a todos atenderemos. (LUTA DEMOCRÁTICA, 5/2/1954, p.3).

O jornal *Luta Democrática* ganhou fama por causa de suas manchetes e notícias sobre crimes bárbaros anunciados, às vezes, num teor tragicômico: "Assassinado pela esposa quando estrangulava o sogro." (LUTA DEMOCRÁTICA, 14/10/1960, p.1). "Português, querendo livrar-se da mulher, tentou enforcar-se com a gravata na delegacia." (LUTA DEMOCRÁTICA 1/9/1955, p.3). Assim, não deixa de ser curioso que Hugo Baldessarini recusasse, em sua coluna, "fazer a propaganda do crime e a apologia do criminoso". No entanto, é preciso levar em conta que o estilo sensacionalista dessas manchetes tinha a intenção de provocar no leitor uma noção de autorreconhecimento, ou seja, de que aqueles fatos faziam parte de sua própria realidade, não sendo, ao contrário, uma distorção dela.

Desse modo, é possível entender que uma coluna cuja intenção era a de corrigir o crime e dar assistência aos criminosos, vinha bem a calhar.

A coluna *Aspectos judiciários e policiais do estado do Rio de Janeiro* também possuía um caráter mais formal e didático, porém, se voltava exclusivamente para o comportamento da polícia. Um número explicou o que caracterizava um abuso de autoridade policial (LUTA DEMOCRÁTICA, 2/7/1959). Outro número resolveu aconselhar os policiais a não consumirem bebidas alcoólicas durante o horário de trabalho (LUTA DEMOCRÁTICA, 8/7/1959, p.3). Já a coluna *Justiça sem toga*, escrita pelo ex-deputado federal pelo PRT, Bruzzi de Mendonça, procurava mostrar uma didática diferente. Contava, através de relatos sobre a vida cotidiana, como os cidadãos e as autoridades interpretavam as leis e a justiça de acordo com diferentes padrões morais. O colunista costumava destacar que a legislação tinha diferentes pesos para os mais pobres e os mais abastados. Uma das colunas descreveu a história de Severino:

> Severino é um infeliz. Morava num barraco de favela na jurisdição do 24º Distrito Policial. Um dia um senhorio resolveu cortar a luz do barraco no peito e na raça. Assim fez. Quando o Severino chegou em casa e soube do ocorrido, brigou com a mulher: - 'Como é que você deixou ele entrar? Você não sabe que a Constituição assegura a inviolabilidade do domicílio?' Para dar maior ênfase à lição de Direito Constitucional, Severino andou dando uns empurrões na esposa. Foi aí que entrou em cena a polícia para resolver a questão. O Severino exultou: -'Agora é que a polícia vai processar meu senhorio por crime contra a economia popular. Onde já se viu cortar a luz de um inquilino que está em dia?' Mas, que nada! A polícia processou o Severino por lesões corporais contra a sua mulher e ainda apreendeu uma bicicleta que ele tinha para passear aos domingos, como qualquer bacana. O nosso amigo ficou desconfiado que a polícia não gostava dele e veio pedir proteção ao Tenório. Este encaminhou-o ao ministro Falcão para que ele exigisse das autoridades policiais mais respeito às garantias do cidadão. Vai daí que o Severino chegou para o senhorio eufórico: - 'Olha, agora o negócio é diferente. O ministro da justiça está do meu lado. Daqui só saio se for indenizado'. O leso senhorio nada disse, nem lhe foi perguntado. Foi saindo e voltou de noite em companhia de vários tiras. Um deles, que se intitulou comissário no 24º DP, depois de tentar convencer o Severino, chamou a mulher deste e foi dizendo: - 'Olha aqui, minha velha. Teu marido não tem juízo e vai se dar mal. Mas a senhora ainda pode se sair bem. Toma um conto de réis e larga ele. Vai procurar onde morar com as crianças porque ele nós vamos despejar à galega. A mulher pensou, pegou o dinheiro e foi embora... É para vocês verem, a polícia, em vez de prender ladrão, agora está fazendo desquites! (LUTA DEMOCRÁTICA, 13/5/1960, p.3).

Severino procurou primeiramente se amparar na lei para resolver o seu caso. Porém, percebeu que a polícia, ao invés de ajudá-lo, o perseguiria. A polícia não fazia isso pelo crime cometido contra a sua esposa, mas pelo fato do proprietário do barraco onde morava ser protegido por ela. Então, Severino resolveu apelar para as autoridades que supunha estarem acima da polícia. Neste caso, esta autoridade era Tenório Cavalcanti, que o levou ao ministro

da justiça. Segundo a interpretação de Severino, Tenório faria valer a lei a seu favor e, assim, a polícia lhe daria proteção. Mas, ao que tudo indica, seu apelo não repercutiu e a polícia pôde continuar representando o lado até então considerado mais forte no conflito. A lei não esteve presente no desfecho do caso, mas ela serviu para que a polícia chegasse até Severino e o acusasse por um crime - o de lesão corporal contra a esposa - que provavelmente não teria importância caso não pudesse ser usado como pretexto pela polícia. Ao fim e ao cabo, prevaleceu a máxima: "aos amigos tudo, aos inimigos a lei".

Em outra coluna Bruzzi de Mendonça narrou mais um exemplo em que a lei, amparada por noções de moral, favoreceu o mais forte. O autor contou como foi o julgamento do caso de uma mulher acusada de assassinato.

> As mulheres andam bárbaras. Antigamente eram os maridos que, por qualquer lesão à honra castigavam um paletó de madeira nas distintas. Mas, como dizia o saudoso Noel, no século do progresso o revólver teve ingresso para acabar com a valentia. O sexo fraco começou a matar e gostou. Daí vieram: Araci Abelha, Zulmira Galvão, etc. Até chegar aos recentes casos da 'louca da Penha' - sim, porque só loucura explica tanta selvageria da rádio-atriz que fez tiro ao alvo com o marido, fantasiada de homem - e da chamada 'virgem-assassinada'. Este último caso é que é gozado. Não se sabe porque uma certa imprensa tem protegido um bocado a moça. Só o apelido de virgem antes do exame já é uma defesa indireta, à qual não deve estar estranho o jovem e brilhante advogado Antônio Evaristo de Moraes Filho, o Evaristinho. Neste conto da juventude enganada pela vítima existem uma série de detalhes chatos, como por exemplo o dinheiro, o cheque, etc. Mas, deixa isso para lá, Zé! O gozado é o imparcial relatório feito pelo investigador encarregado de levantar a vida pregressa da moça. Diz coisas assim: 'A jovem foi durante todo tempo do depoimento assistida pelo conforto espiritual propiciado pela solidariedade materna, o que bem revela os sólidos laços afetivos que unem aquela família. Por outro lado, revelou uma firmeza de caráter e uma sensibilidade impressionantes nesse transe que lhe perturbou a vida de adolescente...' Se não é exatamente isto, é quase isto. Agora, vocês imaginem um investigador com tais pendores literários fazendo o relatório do caso de um 'João da Silva' qualquer. A coisa iria sair mais ou menos assim: 'O acusado, durante todo o depoimento, pediu que lhe deixassem falar com uma preta velha, que ele dizia ser a sua mãe. Provavelmente, o perigoso marginal, marcado pelos estigmas de todas as taras, queria solicitar-lhe um dólar de maconha. Nem mesmo os paternais conselhos que o doutor delegado com o seu tradicional espírito evangélico lhe propiciou, conseguiram afastá-lo de sua cínica negativa'. É diferente, não é? (LUTA DEMOCRÁTICA, 27/7/1960).

A coluna descreveu que o pertencimento da moça acusada a uma família de elite lhe garantiu reconhecimento perante a justiça. Assim, seu *status* de cidadã lhe foi dado pela família a qual pertencia. Para o indivíduo pobre seria diferente. Ele era, a princípio, desamparado e, no máximo, pertencia a uma religião estigmatizada pelas instituições oficiais, controladas pela elite. A sua família, diversamente do que ocorria com o indivíduo da elite, não lhe garantia um *status* de cidadão. Por isso, ele precisava que representantes do Estado fossem seu protetor e conselheiro.

As reclamações trabalhistas também faziam parte das histórias narradas pela *Justiça sem toga*. Na coluna seguinte o autor descreveu o caso de um operário da fábrica Bangu que foi lesado em seus direitos por não conseguir a assistência do Estado, a fim de que este lhe garantisse gratuitamente um perito contábil para analisar a queixa que apresentou contra o seu patrão. Neste caso, o patrão aproveitou-se de uma deficiência dos serviços públicos e usou a seu favor uma lei feita para proteger o trabalhador.

> [...] Operário pedir atestado de pobreza chega a parecer gozação. Mas eles podem [...] É aí que começa a brincadeira. O perito não aparece, o empregado desespera e vai ser candango em Brasília, o advogado deixa a questão para lá e o empregador fica com o seu rico dinheirinho. Por isso é que quando um operário tem razão e o patrão não pode negar, vai logo apelando para a perícia. Ainda ontem o dr. Eduardo Cossernelli, advogado da fábrica Bangu, fez uma gracinha dessas. Foi entrando na audiência e dizendo: -'Nós achamos que as contas do empregado não estão em ordem. Nós requeremos uma justiça contábil'. Isso, trocado em miúdos, quer dizer: - 'Você, empregado, vai entrar pelo cano e, quando estiver desesperado, nós o forçaremos a aceitar qualquer acordo'. Será que lá em Brasília, os deputados não nos mandam uma leizinha acabando com a malandragem? Sim, porque depois que aprenderam o golpe, os patrões não vão perder mais nenhuma causa. (LUTA DEMOCRÁTICA, 19/5/1960, p.3).

Nesta outra coluna foi narrada a moralidade de um operário que resolveu cobrar um aumento de seu patrão com uma peixeira:

> Quem andou matando e, por sinal, matando mal foi o Tito Dias Lins. Sábado, o Tito, desesperado de conseguir convencer seu patrão a lhe dar um aumento de 25%, resolveu cobrar o dito com a ponta da peixeira. O pobre João dos Santos, que é porteiro do edifício onde reside o patrão, resolveu bancar o mocinho e desarmar o Tito e entrou de gaiato. Sim porque o Tito leva este negócio de luta de classes às últimas consequências e foi logo tacando a faca no João que, do seu ponto de vista, seria um traidor da classe operária, a serviço dos interesses patronais. (LUTA DEMOCRÁTICA, 3/8/1960, p.3).

Por fim, cabe destacar as informações prestadas pelo jornal em relação ao voto e ao processo eleitoral. Como já foi mencionado nesse trabalho, inúmeras denúncias de fraudes eleitorais foram expostas nas páginas do *Luta Democrática*[82]. Além disso, próximo às eleições, o jornal costumava publicar instruções ensinando aos leitores como votar e como se portar na seção eleitoral. Assim mostrou esta reportagem referente às eleições de 1958:

> Ao entrar no recinto da mesa receptora, apresentará o título eleitoral. Não deve ofender-se se o presidente da mesa e os fiscais de partido conferirem o retrato que está no título com aquele que está na folha de votação. [...]. Irá depois, votar nos cargos para os quais são exigidas as cédulas únicas: governadores e vice-governadores, senadores e suplentes e prefeitos e vice-prefeitos. Mostrará ao presidente as que tiver trazido de casa, ou, se não tiver trazido, usará as que o presidente lhe der. [...]. Em seguida, o presidente da mesa lhe entregará, então, um

[82] Ver esta Tese, p. 69.

> envelope voltando o eleitor à cabina para colocar no mesmo as cédulas comuns para deputado federal, deputado estadual e vereador de sua preferência. [...] Não será permitido: [...] Votar ou tentar votar mais de uma vez, ou em lugar de outro. Oferecer, prometer, solicitar ou receber dinheiro, dádiva ou qualquer vantagem para obter ou dar voto ou para conseguir a abstenção. Pode ainda o fiscal de partido solicitar do presidente a verificação da existência de cédulas dos candidatos do seu partido na cabina indevassável e, não existindo, as colocar pessoalmente. (LUTA DEMOCRÁTICA, 20/9/1958, p.9).

No dia do pleito eleitoral de 1958, a coluna intitulada *Duque de Caxias Society e adjacências*, escrita por Kleber Lopes, informou ao eleitor:

> Falando ainda em eleição, não deixe de votar no seu candidato por falta de cédulas. Corte um papel branco, sem pauta no tamanho 7x10 centímetros e escreva à máquina: para deputados estadual, deputado federal ou vereador e abaixo o nome do seu candidato. Essa cédula é válida (art.78, 1º do Código Eleitoral). (LUTA DEMOCRÁTICA, 3/10/1958, p.4).

O processo eleitoral democrático era uma novidade para a sociedade brasileira da época. Em tempos de eleições, as cédulas comuns, distribuídas livremente, e os títulos eleitorais adquiriam um fortíssimo peso simbólico, sendo capazes de situar e identificar os cidadãos no mundo, assim como ocorria com a carteira de trabalho. Na véspera do pleito eleitoral de 1954, o *Luta Democrática* estampou a manchete: *O tarado não pôde ser preso porque tinha um título de eleitor*. A reportagem subsequente relatou que um homem acusado de cometer abuso sexual contra uma criança alegou na 27ª DP, em Bangu, que de acordo com a lei não poderia ser preso, já que era eleitor. Em seguida, mostrou o seu título para o comissário de polícia (LUTA DEMOCRÁTICA, 2/10/1954, p.1). Supostamente, o título de eleitor poderia lhe conceder imunidades! Independente da veracidade ou não do caso ou da falta de sanidade mental do autor do crime, o enunciado evidenciou o peso simbólico do título eleitoral naquele contexto.

Procurei mostrar neste capítulo o modo como foram se construindo noções de cidadania através do jornal *Luta Democrática*. A análise colocou em destaque as seções e colunas dedicadas às queixas e reclamações populares e as ideias e interpretações dos colunistas, muitos deles políticos pertencentes à base aliada de Tenório Cavalcanti. Esse conjunto de opiniões, tornado público, revela não apenas a maneira como a população compreendia a legislação trabalhista vigente na época, como também mostra tentativas de interação com as instituições públicas. Como resultado desta análise sobre os discursos pronunciados no jornal a respeito da realidade social e política obtêm-se vestígios sobre a expressão da cultura popular de uma época, pois o que se relata são valores, códigos morais e

estratégias que conformam uma gramática política coletiva. Propositalmente, a figura de Tenório Cavalcanti foi pouco abordada no capítulo, cujo título, *Tenório é!*,poderia sugerir o contrário. Minha intenção foi mostrar que o político caxiense não poderia construir a sua imagem sem que houvesse em seu jornal um espaço público de mediação com a população.

É claro que muitas queixas pediam a intervenção de Tenório Cavalcanti junto aos órgãos públicos como uma forma de facilitar a resolução dos problemas. Mas, de modo algum, isso indica uma dependência exclusiva em relação ao líder político para solucionar as questões. Ao expor as demandas sociais publicamente, o jornal *Luta Democrática* contribuía para gerar formas de reconhecimento e pertencimento, ao mesmo tempo em que dava contornos mais definidos ao campo político no qual Tenório Cavalcanti estava inserido. Cabe ressaltar que o deputado fluminense não podia ter controle absoluto sobre o conteúdo dos discursos produzidos em seu jornal, uma vez que estes discursos tinham autores próprios. É claro que o jornal tinha domínio sobre a escolha do conteúdo que publicava. Porém, não tinha autoridade sobre a produção deste conteúdo. Isso indica que o pertencimento a este ou aquele campo político não era uma opção exclusivamente individual, já que isso dependia de certo reconhecimento por parte de outros. Ao cabo, o público que compunha as páginas do *Luta Democrática* dava contornos à feição do eleitorado de Tenório Cavalcanti.

A breve análise sobre a complexa seara do populismo sinaliza que é insuficiente tentar entender a representatividade de lideranças políticas sem atentar para as formas de mediação que as colocava em contato com os grupos sociais com os quais dialogavam. Assim, é preciso procurar indícios sobre o imaginário, os códigos culturais, os símbolos, valores, crenças, ritos, mitos e comportamentos utilizados por aqueles que ouviam essas lideranças a fim de interpretarem os significados de seus discursos. O resultado disso não leva a desvendar falsas formas de autorrepresentação política, mas verdadeiras maneiras de se interpretar relações capazes de gerar identidades sociais e noções de pertencimento político. Não é fácil desconstruir um legado conceitual sobre o mundo do trabalho que foi elaborado por cerca de quarenta anos, como foi o populismo. Ainda mais porque esta herança transitou entre a academia e o debate político, se inserindo na própria cultura política nacional. Portanto, é preciso dar continuidade ao debate crítico sobre o conceito que, como procurei mostrar neste capítulo, já vem sendo feito há cerca de quinze anos.

LUTA
DEMOCRÁTICA
Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar
Diretor-Responsável: TENORIO CAVALCANTI
Redator-Chefe: SANTA CRUZ LIMA
ANO II — RIO DE JANEIRO, DOMINGO, 25 DE SETEMBRO DE 1955 — N.º 502

Reprodução fotográfica 21 - Este era o *slogan* que vinha estampado na primeira página de todas as edições do *Luta Democrática*: "Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar". (LUTA DEMIOCRÁTICA, 25/9/1955, p.1).

CONTINUARÁ A POLÍTICA SOCIAL DE VARGAS — AFIRMA CAFÉ FILHO (TEXTO NA 2ª PAGINA)

"VOU COM GETULIO!"

O INFELIZ TRABALHADOR DEU UM TIRO NO PEITO

VOLTOU IMPRESSIONADO DA MISSA CELEBRADA PELO BISPO DE MAURA

LUTA DEMOCRÁTICA

A GRANDE TAREFA

O POVO REZOU POR GETÚLIO

MATOU-SE COM O VENENO QUE DESTINAVA AO AMANTE

FIM TRÁGICO E INEXPLICÁVEL DE UMA VIÚVA

Ele Recusara a Gemada, Sem Saber Que Continha Formicida — Embora Acabrunhada Desde a Morte do Espôso, Havia Arranjado um Novo Amor

Partido Social Progressista

TENTOU MATAR-SE NA RUA PONDO FOGO AS VESTES

WASHINGTON, 31 (A.F.P.) – "Nós, Chineses, Não Seremos Escravos Muito Tempo", Declarou a Sra. Tchang-Kai-Chek, no Congresso da American Legion

Reprodução fotográfica 22 - O estilo sensacionalista do *Luta Democrática* também dava o tom das notícias políticas, como mostra esta edição que noticiou a missa de sétimo dia em homenagem a Getúlio Vargas. (LUTA DEMOCRÁTICA, 1/9/1954, p.1).

DECLARA O LIDER SINDICAL:

LUTA DEMOCRÁTICA É O "MURO DE LAMENTAÇÕES" DOS OPERÁRIOS

O sr. Arnaldo Rodrigues Coelho, presidente do sindicato dos trabalhadores na construção civil, promete agir contra os maus patrões

Em reportagem vista, este jornal teve ocasião de ver [illegible] Rodrigues Coelho contra firmas construtoras faltosas. Dentre elas, ele cita a L. Quintaes que, consequentemente, está sendo compelida a prestar contas na Justiça do Trabalho.

LUTA DEMOCRÁTICA ouviu palavras do presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do Estado da Guanabara, "teve sido o muro de lamentações dos operários aqueles, que são, em última análise, os mais sacrificados pelas constantes e reiteradas ações dos empregadores".

A referida empresa costuma faltar à verdade e vedeira em não respeitar os direitos dos seus empregados, previstos a CLT e o que é mais grave, as próprias estabilidades.

O sr. Orestes é de opinião de que deve estado de coisas não pode mais persistir. "Existem [illegible] reclamos contra [illegible] de trabalhadores à [illegible] fora de que se [illegible] ção - vítimas que são dos empregadores da L. Quintaes".

— "Imagine, senhor repórter — prosseguiu — que até uma firma-fantasma foi responsável pela L. Quintaes, inexistente, com o objetivo de fraudar a boa-fé dos operários.

Quanto à insalubridade, porque ainda concedida a pagar 40 por cento, correspondente à taxa até agora a firma não se dignou a fazê-lo, embora haja portaria de nº 222, de 6 de agôsto de 1962, compelindo a empresa a pagar a todos os que trabalham em serviços insalubres, relacionadamente em tabela.

No dia 15 do corrente ramalhete, às 15 h. uma audiência de conciliação entre os representantes do sindicato e da citada firma na 1ª Junta, ocasião em que ela terá que apresentar o resultado do inquérito mandado instaurar contra os referidos trabalhadores, que não têm procedido de acôrdo com os serviços de tabela.

Além destas causas existem, ainda, as que se relacionam com a falta de pagamento de [illegible] adicional-insalubre, referente ao mês de março, salários atrasados [illegible] indenizações etc.

Como último golpe desferido contra os trabalhadores, a L. Quintaes transferiu numerosos operários que trabalhavam no setor de cerca, para o Consórcio Chadud e outro grupo, para a SERVIX Engenharia, onde aí foram avisados que só seriam admitidos com baixa na carteira, o que significaria perder os anos de casa. É natural que o sindicato se coloque em defesa dos mesmos e está batalhando na Justiça contra mais esse golpe que lhe atinge patrimônio.

Face às irregularidades de desrespeito às Leis Trabalhistas, o sr. Arnaldo Rodrigues Coelho vai agir com maior energia contra essa ilegal exploradora.

Além da empreiteira em causa, outras figuram na "lista-negra" do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil da Guanabara, que oportunamente serão denunciados neste jornal

Sr. Arnaldo Rodrigues Coelho

Reprodução fotográfica 23 - Durante todo o período da República de 46 o jornal objetivou funcionar como um canal de expressão das demandas sociais da classe trabalhadora. (LUTA DEMOCRÁTICA, 14/5/1964, p.3).

Reprodução fotográfica 24 - Além da coluna diária escrita por Tenório Cavalcanti, a terceira página do *Luta Democrática* continha colunas que abordavam as questões políticas e sociais do estado do Rio de Janeiro. Este era o caso das colunas *Flashes de Caxias* e *Municípios Fluminenses*. (LUTA DEMOCRÁTICA, 8/9/1954, p.3).

TENÓRIO-ESPERANÇA DOS DESESPERADOS

UM APÊLO DO POVO DE ITAGUAÍ PARA SER ENCAMINHA-
DO AO DIRETOR DA CENTRAL — Rep. de E. Luiz Duque Estrada

Reprodução fotográfica 25 - O Jornal mostrava Tenório como um intermediador entre a população e o poder público. (LUTA DEMOCRÁTICA, 14/5/1954, p.5).

3 TENÓRIO CAVALCANTI E O ANTIELITISMO

> Vossa Excelência há de convir que é dever do poder público olhar não apenas pela gentalha, mas também examinar a situação da ralé. Porque temos ralé, canalha e gentalha. A ralé infelizmente não vota e, por isso, só tem direito a xadrez. A canalha, a gentalha pode votar e é mais ou menos amparada. Precisamos, principalmente, olhar pela sorte desses infelizes, inclusive dos malandros das capitais, que também são humanos. Não é com prisão que se resolverá o problema do mendigo das grandes cidades. [...]. Infelizmente, meu caro colega, estamos num país em que existe uma classe que realmente trabalha em todos os setores de atividade; a dos desempregados, a classe dos que não tem trabalho; a dos que vivem dos que trabalham; e a dos que não deixam os outros trabalhar. Houve no Brasil um prefeito que procurou resolver o problema dos desempregados [...]. Chamava-se Pedro Ernesto. Não há ninguém que se preocupe com o problema real do Brasil – o amparo do material humano, a começar pelos desfavorecidos da sorte. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, abril de 1951,vol.2, p.176).

3.1 O paradoxo udenista ou o udenismo popular?

O Jornal *Luta Democrática* foi fundamental para estabelecer uma nova forma de comunicação entre Tenório Cavalcanti e os seus eleitores. Depois que o periódico foi criado, o raio de atuação política do deputado fluminense passou a englobar diversos segmentos sociais, representados em seções e colunas voltadas não apenas para os problemas locais da capital e das cidades do interior do estado do Rio de Janeiro - sobretudo, da Baixada Fluminense - mas também, destinadas a dar conta das questões políticas que se inseriam no debate nacional.

O resultado das eleições de 3 outubro de 1954, oito meses após a criação do *Luta Democrática*, expressou claramente a influência do periódico no aumento do eleitorado de

Tenório Cavalcanti. Neste ano, além de ter sido o deputado federal mais votado do Rio de Janeiro, Tenório obteve o maior aumento percentual de votos entre todos os candidatos reeleitos, conforme mostra o quadro abaixo:

Ampliação do número de votos entre deputados federais reeleitos nas eleições de 1954 no Rio de Janeiro

Nome do deputado federal	**Votos recebidos em 1950**	**Votos recebidos em 1954**	**Aumento percentual de votos**
Tenório Cavalcanti (UDN)	9.072	42.060	363,6%
Getúlio Moura (PSD)	12.280	30.862	151,3%
Celso Peçanha (PTB)	14.018	31.332	123,5%
Francisco Saturnino Braga (PSD)	16.236	19.253	18,4%
Edilberto de Castro (UDN)	12.720	13.951	9,7%
José Pedroso (PSD)	12.482	13.022	4,3%

Fonte: TSE. Disponível em:http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:1328064881866260.

No pleito de 1954, o governo do estado do Rio de Janeiro passou das mãos de Amaral Peixoto para Miguel Couto Filho. Ambos tinham como base a aliança PSD-PTB. A UDN, por outro lado, vinha consolidando cada vez mais a sua característica oposicionista[83]. Nesse sentido, é mais fácil explicar os aumentos percentuais obtidos por Getúlio Moura e Celso

[83] A UDN apoiou o candidato José Carlos Pereira Pinto, da Aliança Popular Fluminense – composição que incluía além da UDN, o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Republicano (PR).

Peçanha, que tiveram o apoio da máquina político-administrativa, do que o de Tenório Cavalcanti. É importante frisar ainda que Getúlio Moura disputou votos diretamente com Tenório Cavalcanti, já que ambos tinham suas bases eleitorais na Baixada Fluminense[84]. Em parte este aumento percentual dos dois candidatos deveu-se ao grande crescimento populacional ocorrido naquela região ao longo dos anos 1950. Contudo, ainda assim não se pode dizer que este tenha sido o fator preponderante para explicar o maior aumento percentual de Tenório Cavalcanti entre todos os candidatos, inclusive os da base governista[85].

A UDN fluminense elegeu 4 deputados federais nos pleito de 1950, passando para 6 em 1954, o mesmo número de eleitos pelo PSD, seu maior rival no estado. O PTB, por sua vez, ficou com 5 do total de 17 cadeiras. A diferença de votos entre Tenório Cavalcanti e os outros candidatos udenistas do estado foi bastante significativa, como se pode ver no quadro abaixo:

Votação dos candidatos eleitos da UDN no estado do Rio de Janeiro nas eleições de 1954

Nome do deputado federal	Votos recebidos em 1954
Tenório Cavalcanti	42.060
Prado Kelly	23.919
Alberto Torres	16.497
Edilberto de Castro	13.951
Raimundo Padilha	13.314
Bartholomeu Lisandro	9.878

Fonte: TSE. Disponível em: http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:1328064881866260

Tenório Cavalcanti recebeu quase o dobro do número de votos de Prado Kelly, que havia sido o candidato udenista derrotado por Amaral Peixoto nas eleições de 1950 para governador do estado do Rio de Janeiro. Prado Kelly também era um dos principais representantes da oposição a Getúlio Vargas no estado fluminense. Apoiou a Revolução de 1930. Porém, nas eleições de 1935 para o governador se contrapôs as forças governistas

[84] Getúlio Moura concentrava votos mais especificamente no município de Nova Iguaçu, enquanto Tenório tinha sua base no município de Duque de Caxias.

[85] O ex-secretário de segurança pública do estado, Agenor Barcelos Feio, também disputou votos com Tenório na Baixada, se elegendo pela legenda do PSD, com 22.682 votos (TSE. Disponível em: http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:1328064881866260).

como líder da bancada da UPF na Câmara dos Deputados. Nessa época recebeu o apoio do governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, um dos principais opositores de Vargas. A partir deste momento Prado Kelly foi consolidando sua identidade política como uma peça central da ala oposicionista no estado do Rio de Janeiro.

Após o Estado Novo Prado Kelly foi um dos fundadores da UDN. Nas eleições de 1945, para a Assembleia Nacional Constituinte, foi o candidato mais votado do partido no estado Rio de Janeiro. Durante o mandato se tornou líder da bancada udenista do estado e em 1948 foi eleito presidente nacional da UDN[86]. Portanto, ao longo desses anos, Prado Kelly teve uma sólida base política em seu apoio. Além disso, este udenista construiu a sua identidade política ligada ao tradicional elitismo bacharelesco do partido da oposição. Maria Victória Benevides (1981, p.214) observa que durante a 3ª Convenção Nacional da UDN, em 1948, Prado Kelly afirmou em seu discurso as afinidades da classe média com a democracia capitalista. Desta forma, segundo a autora, ele estava identificando a "mística da classe média" com as formas do liberalismo clássico. Na prática a identificação com a classe média era construída, sobretudo, através do combate à corrupção e ao comunismo, mas, a ideia englobava também valores elitistas e puristas sobre a política.

O discurso de Pardo Kelly estava em consonância com a imagem pública e a história da UDN desde a sua fundação, em 1945, até a sua extinção, em 1965 - após a decretação do Ato Institucional Número 2 pela Ditadura Militar. Essa identidade com a elite e com os valores e anseios da classe média trouxe consequências negativas para a ascensão eleitoral do partido da oposição, concedendo-lhe uma vocação derrotista. Obviamente, a necessidade de ganhar eleições fez com que a UDN adotasse estratégias diferentes que variaram de acordo com as conjunturas políticas em cada estado e também no âmbito nacional. Contudo, conforme atesta Glaucio Soares, manteve-se a identificação com a classe média nos grandes centros urbanos com pouca penetração nas classes trabalhadoras, sendo que nas zonas rurais e nas pequenas cidades o partido dividiu com o PSD - com desvantagem - o eleitorado controlado pelas oligarquias. (SOARES, 2001, p.96). Este autor ainda afirma que:

> A UDN, perdendo repetidas vezes o voto popular, foi incapaz de se transformar num partido popular; ao contrário, se reafirmou como partido antipopular e antipopulista [...] a mentalidade elitista e iluminista da UDN a impediu de captar as aspirações e anseios populares para transformar-se em sua representante. (SOARES, 2001, p. 102).

[86] Ver: DHBB, 2010, verbete: KELLY, Prado. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx

Apesar de Tenório Cavalcanti ter estabelecido fortes laços com parte da elite política que veio a integrar a UDN após a queda do Estado Novo e em que pese o fato de ter pertencido a este partido de 1945 até 1960, o político caxiense não construiu sua base eleitoral junto aos setores médios da população. Seus eleitores eram oriundos das classes mais pobres. Esse eleitorado pertencia a centros urbanos em que a classe média era muito reduzida e também a cidades pequenas de características rurais. Dessa forma, Tenório conseguiu superar, por uma ampla margem, os índices eleitorais de seus adversários pessedistas.

Como foi visto no primeiro capítulo, parte do capital político de Tenório Cavalcanti foi construído, fundamentalmente, através da linguagem da violência, do assistencialismo e do envolvimento em conflitos políticos em que ele exerceu o papel de advogado e parlamentar. No segundo capítulo foi visto que o *Luta Democrática* forneceu elementos para expandir este capital político, incluindo diversos segmentos sociais oriundos das camadas mais pobres da população. É importante lembrar que nos anos 1950, a Baixada Fluminense começava a ganhar características de "cidade-dormitórios". Assim, era repleta de loteamentos onde moravam proletários que iam trabalhar na capital. Esse extenso grupo também compunha o eleitorado do parlamentar fluminense. Neste momento cabe analisar se o jornal contribuiu para ampliar os limites institucionais da UDN ou, ao contrário, se contrapôs às principais correntes ideológicas que compuseram o partido e às suas estratégias políticas. Para tal analisarei os discursos políticos enunciados por Tenório na Câmara dos Deputados e em seu periódico, em diferentes conjunturas políticas.

Tenório Cavalcanti foi um caso desviante da UDN ou seria mais adequado dizer que ele ajudou a fundamentar as bases populares de um partido tradicionalmente elitista? Há um consenso na bibliografia existente sobre a UDN[87] de que o partido foi composto por diversas correntes políticas que no decorrer do processo democrático se posicionaram de forma muito diferente em relação às pautas que preencheram os debates políticos de cada conjuntura. A despeito desta característica, essa mesma bibliografia entende que o antigetulismo foi um dos principais fatores de união entre essas diversas correntes.

Benevides (1981, p.224-225) trabalha com a hipótese de que essas correntes formavam várias UDN's. Em cada conjuntura política prevaleceu a posição de cada uma delas. A diferença mais relevante se deu entre os udenistas "históricos" e os "realistas". Os

[87] Tomo como base para esta análise os livros de SOARES (2001) e BENEVIDES (1981).

primeiros eram formados pelos chamados bacharéis[88], considerados "autênticos" representantes dos valores formadores do partido, sobretudo o moralismo e a identificação com as elites. Já os "realistas" eram considerados "pragmáticos" nos acordos políticos estabelecidos para ganhar eleições. Na verdade, o pragmatismo faz parte de qualquer partido que dependa das eleições para chegar ao poder. Não era possível, contudo, conceber a existência de um grupo autêntico do PSD, já que o pragmatismo político era hegemônico dentro deste partido. Portanto, Havia um maniqueísmo presente no campo político udenista. De um lado, a autenticidade e a pureza dos princípios, de outro, a transigência nos acordos.

Para Benevides, a atuação opositora e acusatória da UDN ao segundo governo Vargas, sobretudo a partir de 1952, consistiu em três grandes temas: a desgraça para o país com a volta do ex-ditador; as denúncias frequentes de corrupção administrativa, sendo que o moralismo udenista aparecia como a marca ideológica do partido; e a necessidade de intervenção militar contra a desordem social, caracterizando o golpismo e o elitismo udenista. A autora afirma que estes temas eram usualmente levantados no Congresso pela famosa "Banda de Música", grupo formado por bacharéis ligados à UDN que faziam oposição ferrenha ao governo[89]. Entre eles estavam, Adauto Lúcio Cardoso, Afonso Arinos, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto e José Bonifácio (BENEVIDES, 1981, p.84). Carlos Lacerda só entrou para a Câmara dos Deputados em 1955. Porém, durante todo o período do segundo governo Vargas, o político carioca fez oposição ferrenha ao ex-presidente através das páginas de seu jornal, *Tribuna da Imprensa*. Assim, contribuiu para fazer ecoar o tom da "Banda de Música" para além do parlamento.

As colunas diárias que Tenório Cavalcanti escrevia no *Luta Democrática*, assim como o editorial deste periódico, também se pautavam pela crítica ferrenha ao Governo e à figura do Presidente Getúlio Vargas. Elas eram escritas num tom que estava em consonância com o discurso da "Banda de Música" e do *Tribuna da Imprensa*. No entanto, o jornal de Tenório se caracterizava por adotar uma linguagem popular. Já em sua primeira edição marcou a sua posição em versos escritos pelo colunista conhecido pela alcunha de Zé Alagoano:

> Alerta! Alerta Zé Povo:
> Vamos ver se isto endireita!

[88] Os bacharéis udenistas eram homens da elite, com extensa formação cultural - especialmente na área jurídica - e caracterizaram a UDN como um partido de notáveis.

[89] É importante frisar que, embora os bacharéis usualmente se identificassem com o legalismo, alguns integrantes deste grupo eram adeptos da tática golpista. Assim, defenderam o Golpe de 1964 em nome da luta contra o comunismo. Neste caso, a ética dos fins justificava o golpe e a instalação de um regime ditatorial provisório visando a retorno à normalidade dos meios democráticos. São nuanças que configuraram o campo político que constituiu o partido da oposição.

> Foi fundada hoje esta folha,
> Jornal que mete a marreta.
> Ele em tudo se define: pertence a Baldessarini e ao
> homem da Capa Preta.
> Tenório e Baldessarini,
> A quem no momento eu louvo, fundaram este jornal
> Para a defesa do povo
> E dar combate cerrado
> A quem for interessado
> Na volta do Estado Novo. (LUTA DEMOCRÁTICA, 1954, p.1)

A volta de Getúlio Vargas ao poder foi diversas vezes narrada pelo jornal como sendo a volta do caudilho, do ditador avesso aos preceitos democráticos e incentivador da luta de classes e da desordem social. Tenório soube utilizar estes símbolos para identificar-se com a UDN.

A UDN também se caracterizou como sendo o partido da "eterna vigilância". O termo fazia alusão à necessidade de denunciar sistematicamente esquemas de corrupção envolvendo o governo. Essa foi uma das principais táticas utilizadas na campanha antigetulista. O *Luta Democrática* reproduziu essa estratégia para se identificar com a UDN, sobretudo no cenário nacional. Assim, usou e abusou da simbologia sobre a corrupção durante o segundo governo Vargas. A coluna escrita por Tenório intitulada *A arte de furtar*, exemplificou bem a questão. A narrativa foi construída em torno de temas como desvios de verbas, sonegação de impostos e impunidade (LUTA DEMOCRÁTICA, 10/2/1954, p.3). Já a coluna *O lamaçal da corrupção* lembrou o conhecido termo "mar de lama", utilizado pelos udenistas para caracterizar a corrupção no governo Vargas (LUTA DEMOCRÁTICA 9/7/1954, p.3). Também em consonância com as acusações da UDN em relação à política econômica do governo e a má administração dos órgãos públicos, o jornal direcionava frequentes críticas a Carteira de Exportação e Importação (CEXIM) e a Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil, ao Fundo Sindical e aos institutos de Caixa e Previdência. No âmbito estadual o Palácio do Ingá era considerado "uma sucursal do Catete" (LUTA DEMOCRÁTICA, 18/8/1954, p.3). Nesse sentido, Amaral Peixoto e seu secretário de segurança, Agenor Barcelos Feio, recebiam constantes acusações de corrupção e de envolvimento com o jogo.

Em relação à postura dos políticos udenistas quanto à política salarial do governo Vargas, Benevides (1981, p.85) afirma que a UDN combateu os aumentos de salário mínimo em nome da estabilização monetária. A partir de 1º de Maio, data em que Vargas anunciou a concessão de 100% do aumento do salário mínimo, a maioria das colunas de Tenório

enfatizou que a medida era demagógica, aumentaria em níveis alarmantes o custo de vida e provocaria o desemprego em massa[90]. Assim, denunciou em *O engodo do salário mínimo*:

> O Sr. Getulio Vargas vem de golpear fundo a estabilidade do regimen, provocando a luta de classes, fomentando a anarquia, pregando a desordem e convulsionando a economia nacional, numa arrogante demonstração revolucionária. Ludibriou as massas trabalhistas com a ilógica elevação do salário mínimo [...]. As pequenas indústrias não suportarão o peso de tamanha desgraça e as de maior porte terão de reduzir o mais possível os quadros de seus operários [...]. Toda a vida do país está agravada! Desde anteontem começaram a subir, demasiadamente, os custos de todas as necessidades, elevação que já se acentuava continuamente há meses! Uma onda de desemprego não poderá ser impedida, tendo como resultante o enervamento das massas atiradas à miséria, advindo fatalmente a subversão da ordem pública. (LUTA DEMOCRÁTICA, 05/5/1954, p.3).

Tenório priorizou a questão do aumento do custo de vida, muito mais importante para as classes mais pobres, em relação à estabilidade do sistema financeiro. Na verdade, ao atacar a política salarial do governo Vargas, Tenório não saiu da linha do discurso udenista, abordando temas como o perigo do "enervamento das massas" e da "subversão da ordem pública". Porém, destacou as consequências negativas para o operariado, público que, em geral, ficava fora da alçada do partido de oposição. Neste mesmo dia a manchete do jornal alardeou: *Desemprego em massa em todos os estados – grande número de empregados está sendo dispensado e o povo anda apavorado com a elevação dos preços*.

Em *Consequências de uma desumanidade*, Tenório disse que a medida do governo burlou a Constituição, já que a competência para legislar sobre o salário-mínimo era exclusiva do Congresso Nacional: "ferindo em cheio a Constituição, o Sr. Getúlio Vargas tornou-se, assim, o Stalin nacional." (LUTA DEMOCRÁTICA, 7/5/1954). Ainda sobre o aumento do salário mínimo, acusou em *A derrocada fatal*:

> O povo já sabe que esse decreto foi feito menos para atender ao proletariado do que para salvar os institutos que, em insolvência, carecem de renda para cobrir as despesas eleitorais do PTB [...]. Depreende-se a gravidade da precipitada resolução, desde que não foi ela precedida do congelamento dos preços, como bem advertiam os sindicatos dos trabalhadores que estão subordinados às manobras demagógicas do Ministério do Trabalho. [...] Tendo irrefutável finalidade eleitoral o decreto majoritário, muito antes do pleito de 3 de outubro, evidenciará ter sido contraproducente, pois ficarão insatisfeitas as reivindicações das classes trabalhistas. [...] Uma vez proclamada a incontestável inconstitucionalidade, com a suspensão imediata de sua execução, seguir-se-á a consequente apresentação de impeachment, em virtude de ficar comprovada a usurpação de poderes. (LUTA DEMOCRÁTICA, 8/5/1954).

[90] Tenório leu estas colunas na tribuna da Câmara dos Deputados. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, maio de 1954, vol.5).

Finalmente, em *O espectro do desemprego* procurou desqualificar a política trabalhista varguista:

> A miséria ronda os lares das massas populares [...] Não existindo no país seguro desemprego, porque o pseudo governo trabalhista jamais disso cuidou [...]. Raro é o trabalhador que não possua a seu encargo a subsistência de uma ou mais pessoas, acontecendo que elevado número sustenta famílias numerosas. O cruel 'pai dos pobres' disso não cogitou, quando menosprezando as acertadas advertências dos chefes militares lavrou, contra a realidade dos fatos, o decreto da discórdia. (LUTA DEMOCRÁTICA, 12/5/1954).

As greves resultantes da crise política e econômica que se desenrolou ao longo do ano de 1954 foram exploradas pela oposição como uma forma de alardear o caos e a desordem social. Este cenário de crise serviu para reforçar outra ideia bastante comum aos quadros da UDN: a intervenção militar como uma forma de manter a estabilidade das instituições democráticas em nome da manutenção da ordem. Benevides (1981, p.86) afirma que a partir de 1953, sobretudo, com a nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho, a UDN e os militares - representados pela Cruzada Democrática - afinaram os seus discursos no combate a Vargas. Tenório não poupou elogios à atuação dos militares na política nacional e principalmente ao Manifesto dos Coronéis - documento assinado por 82 coronéis e tenentes-coronéis, em Fevereiro de 1954, com o intuito de protestar contra a atuação do governo, o descaso com as Forças Armadas e especificamente criticar a proposta de aumento do salário mínimo. Na coluna *Os tubarões penhorados agradecem*, Tenório assim pronunciou:

> A consequente desordem que tudo abalará será ensejo para o golpe político governamental, se as classes armadas renunciarem o dever de sustentáculos da ordem civil e da vigilância dos preceitos constitucionais. (LUTA DEMOCRÁTICA, 12/5/1954, p.3).

A intervenção militar para conservar a ordem social pautou a estratégia política udenista durante toda a trajetória do partido, culminando com o Golpe de 1964. Em nome da legitimidade do sistema seria correto derrubá-lo. A vocação golpista era o que unia a UDN às Forças Armadas. O partido da "eterna vigilância" incorporou vários militares aos seus quadros. Como exemplo pode-se citar o Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato apoiado pelo partido nas eleições de 1945 e 1950. Além dele, pode-se citar ainda Juarez Távora, candidato udenista no pleito de 1955. Essa adesão era reforçada pelo temor da ascensão das massas ao poder e o medo da ameaça comunista. Com a crise de Agosto, que se agravou após o atentado contra Carlos Lacerda e que resultou na morte do major Rubens Vaz, sucederam-se notícias no *Luta Democrática* afinadas com a oposição e com a Cruzada Democrática a favor

da intervenção militar e do impeachment de Vargas. Sobre o atentado, Tenório profetizou na coluna *O Brasil exige!*, publicada no mesmo dia em que o jornal anunciou que a renúncia de Getúlio Vargas foi pedida no Clube Militar:

> E nesta hora de suma gravidade em que a nação está aturdida pelo clímax dos desmandos governamentais, a providência divina está apontando aos brasileiros os homens que sustentarão a trajetória de sua recuperação moral e cívica [...]. Aí estão as manifestações intraduzíveis das classes armadas, coesas, irmanadas pelos mesmos sentimentos do idealismo que evitará o soçobramento da nacionalidade. (LUTA DEMOCRÁTICA, 15/8/1954, p.3).

Diante desses discursos cabe questionar se não era um tanto paradoxal o jornal de Tenório Cavalcanti apoiar publicamente a ideologia udenista e, ao mesmo tempo, defender uma maior inserção das classes populares no processo político e econômico. Se partirmos do princípio marxista de que a ideologia está intrinsecamente ligada aos interesses e concepções de mundo ligadas a uma classe social e que a UDN era um partido representante da classe burguesa, é correto dizer que existia sim um paradoxo. Neste caso, a ideologia servia para manter a ordem através da dominação de uma classe sobre as outras. Alardeava-se a ideia da crise. As mudanças que favoreceriam as classes dominadas eram entendidas como prejudiciais. Mas, o objetivo final era não alterar a estrutura das relações entre as classes.

As gerações de teóricos do populismo que vai dos anos 1950 ao final dos anos 1970, dizia que as lideranças populares lançavam ideias utópicas sobre a possibilidade de transformação social ou mesmo de subversão da ordem, mas que, em todo caso, encontravam afinidade com os anseios das classes dominadas. Porém, pelo fato dessas ideias não se correlacionarem com a realidade que estruturava as relações sociais, elas acabariam formando uma espécie de falsa consciência de classe. Essa concepção foi questionada pelos pesquisadores que se propuseram a fazer uma análise crítica sobre o conceito do populismo. A argumentação toma como base a necessidade de se conhecer mais a fundo os interesses das classes sociais ou dos diversos grupos que compunham cada classe, sem se ater a concepções puristas e teleológicas que se baseiam em modelos históricos que ganham *status* universalistas. Nesse sentido, questiona-se até que ponto os anseios supostamente utópicos que galvanizavam as massas eram, de fato, irreais e alienados em relação a uma estrutura de poder e, ao fim e ao cabo, porque eles não podiam ser considerados como reais interesses de classe. Afinal, quem tinha mais legitimidade para expressar esses interesses? O que importa não é tentar encaixar o discurso de classe em uma teoria pré-concebida sobre qual deveria ser a correta correlação entre as classes. Se o discurso não se encaixa na teoria, pior para a teoria.

Importa, portanto, entender como determinados discursos ou visões de mundo, por mais paradoxais e incoerentes que pareçam, condicionaram o comportamento e a tomada de decisões coletivas. O primeiro passo a ser seguido é abandonar categorias puras como falso e verdadeiro, real ou utópico e seguir a análise sobre valores culturais, éticas e formas de representação coletiva. Foi isso que busquei fazer no capítulo 2.

Tenório era da UDN e o *Luta Democrática* era de Tenório. Mas, o parlamentar e o seu jornal eram ou não eram udenistas? Em sua coluna intitulada *Tentativas Baldadas*, ele reforçou o vínculo de seu jornal com o partido:

> Há cerca de nove anos executo as instruções dos dirigentes udenistas, defendo sem tibiezas o elevado programa de meu partido e venho combatendo todos os ataques que lhe são movidos. [...]. Fundei a Luta Democrática para melhor servir às causas da UDN, desde que carecia o partido de mais um órgão de imprensa que se infiltrasse em todos os municípios fluminenses e fosse um ponto de apoio nos pleitos eleitorais. (LUTA DEMOCRÁRICA, 31/10/1954, p.3).

O que está em jogo na análise do campo político tenorista é a necessidade de estabelecer vínculos com as duas partes em que se apoiava a sua base política: o partido e o eleitorado. Isso não deve ser visto como um paradoxo, mas como um jogo de negociação política. A ideologia udenista extrapolava os limites institucionais do partido, se relacionava com as Forças Armadas e com imprensa[91]. Em sua análise sobre a UDN e o udenismo, Benevides segue a concepção de Gramsci[92], para quem um partido político não pode ser compreendido apenas através de suas articulações internas e de sua movimentação dentro do governo. Assim, é fundamental levar em consideração também as relações de adesão e conflito que se estabelecem com grupos sociais mais amplos.

Tenório, diversamente de Lacerda, não era considerado um líder de grande influência dentro do partido. Ele não representava a tendência mais intransigente da UDN, apenas a seguia. Neste caso, pode-se dizer que era um lacerdista, um adepto da "Banda de Música" no fim do segundo governo Vargas. Contudo se, por um lado, a intransigência lacerdista era contestada por alguns udenistas mais moderados, por outro, ela era aceitável. O populismo tenorista, por sua vez, era mais rejeitado justamente porque os grupos predominantes do partido acreditavam que todo discurso político popular era demagógico, dominado por

[91] Além do *Tribuna da Imprensa*, o jornal *Estado de São Paulo* era considerado um dos principais adeptos do udenismo.

[92] Ver: GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

lideranças carismáticas que se encontravam no PTB de Getúlio Vargas. Mas foi justamente tentando se apropriar desse campo adversário que o tenorismo procurou se afirmar.

De acordo com Benevides (1981, p.182-184), provavelmente pela influência da ala designada como Esquerda Democrática, o programa da UDN - criado em 1945 - incluía posições progressistas de apoio aos direitos trabalhistas, tais como: autonomia sindical, direito de greve, pluralismo sindical, participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e instituição de conselhos de gestão nas fábricas. Além disso, o programa registrava uma postura favorável à Reforma Agrária, amparo ao trabalhador rural, defendia o ensino público gratuito e a Previdência Social. A Convenção Nacional realizada em 1951 reforçava os pontos básicos do programa de 1945. Contudo, a radicalização da oposição ao governo fez com que a convenção de 1953 priorizasse o moralismo em detrimento a política social. Assim, os pontos prioritários do partido passaram a ser o combate aos prevaricadores e a moralização administrativa, sendo que a luta pelo barateamento do custo de vida e o amparo ao trabalhador rural apareciam apenas em quinto lugar na lista de prioridades.

Em seus primeiros anos de atuação na Câmara dos Deputados, Tenório Cavalcanti fez discursos e chegou a apresentar projetos de lei em consonância com o progressismo udenista. Defendeu principalmente a assistência ao trabalhador rural: "Enquanto não se concretiza o amparo da previdência social ao trabalhador rural, urge que minoremos as suas mais prementes necessidades, no tocante à assistência médica e hospitalar." (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, março de 1951, vol.1, p.358). Porém, desde aquela época o parlamentar fluminense procurava se diferenciar da ideologia trabalhista de Vargas, do PTB e de seus partidários. Em uma das sessões da Câmara dos Deputados, em que se discutia o problema das favelas da capital, assim se pronunciou:

> Iria perguntar aos líderes do Partido Trabalhista Brasileiro a noção que têm da realidade da capital da República; eles, que são trabalhistas e, como nós, representantes do povo [...]Sr. Presidente, um deputado vem para aqui com poderes delegados pelo povo. Quem vota, portanto é povo. Logo, quem não vota não é povo. [...] Essa gente não tem representante [...] o Partido Trabalhista Brasileiro representa cinco por cento da população da capital da República, cinco por cento! E verificamos que residem nas favelas do Rio de Janeiro sete por cento da população [...]. A maioria desses favelados são párias que vêm chicoteados pela fome, pelo abandono criminoso que se vota ao interior do Brasil [...] escapam da fome crônica da roça, caem nas garras da tuberculose do Rio. [...]. E assim é o Brasil dos que não são trabalhistas." (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, abr, 1951, v.4, p.266).

Em outra sessão, Tenório criticou a corrupção nos institutos de previdência e defendeu a ampliação dos benefícios aos trabalhadores mais pobres:

> Dir-se-á que os leprosos, os tuberculosos, são amparados pelo Estado [...], mas os filhos desses desgraçados, a família desses infelizes, com a ausência do lar de seu chefe, quando mais precisa de auxílio e da proteção do Estado, exatamente nesta hora, não tem o apoio das instituições de previdência. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, maio, 1951, v.5, p.462).

Neste mesmo debate o deputado Roberto Morena (DF), líder da bancada do PRT na Câmara dos Deputados e aliado tradicional dos comunistas, disse que a CLT, apesar de extensa e detalhada, não era aplicada à realidade dos trabalhadores. Tenório respondeu ao deputado defendendo os excluídos do trabalhismo:

> Se V.Exa parte da realidade, aconselharia a que partisse, não dos trabalhadores, porque os homens que mais devemos lamentar não são os trabalhadores, são os sem trabalho. Destes ninguém se lembra, nestes ninguém fala. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, maio , 1951, v.5, p.466).

A questão da defesa na intervenção estatal na economia polarizou bastante a UDN. Alguns de seus quadros chegaram a defender a exclusividade do monopólio estatal na economia, outros defendiam uma economia mista, porém, com o controle estatal sobre a entrada de capital privado. De certo modo, isso não era tão contraditório para um partido liberal da época em função da conjuntura político-econômica internacional, em que o planejamento estatal fazia-se presente em praticamente todas as economias industrializadas do mundo. Tenório Cavalcanti se aliou a essas propostas. Em um de seus discursos defendeu a exclusividade da venda do carvão nacional em território brasileiro. O deputado petebista Fernando Ferrari (RGS) o aparteou para dizer que, apesar de ter as mesmas preocupações quanto à defesa dos interesses nacionais, estava convencido de que o carvão estrangeiro era melhor do que o nacional. Tenório rebateu a crítica com ironia:

> Perfeitamente, é melhor. Estou até para me convencer de que o homem estrangeiro é melhor que o homem brasileiro; estou até para me convencer que o chiclet americano é melhor que o chiclet de Cascadura, estou até para me convencer de que tudo que é estrangeiro, inclusive a língua, é melhor [...] estamos numa fase em que precisamos libertar-nos do domínio estrangeiro, teremos de proporcionar facilidades à produção nacional. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, sessão extraordinária, mar, 1952, p.62).

As posições políticas tomadas por Tenório nem sempre eram coerentes com uma agenda progressista. Em todo caso, o deputado fluminense procurava, frequentemente, se colocar em defesa dos mais pobres e dos excluídos. Já em fins de 1952, o deputado Mário

Altino (PTB-DF) apresentou um projeto de lei para a implementação do imposto progressivo sobre rendas e transações comerciais. Tenório retrucou a proposta:

> [...] o imposto lançado sobre o rico, o comerciante, o industrial, vai forçar o aumento do custo das utilidades, cujo preço aumentado quem vai pagar, por força do imposto, é exatamente o consumidor, o pequenino [...]. Se o deputado Mário Altino, representante do Partido Trabalhista, meditasse que com essa lei iria sem querer, direta ou indiretamente, dilacerar os músculos dos próprios trabalhadores que ele defende, já por demais anêmicos e opilados, certamente não teria subscrito o projeto (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, out./.nov, 1952, v.39, p.449).

Tenório Cavalcanti não conseguiria se firmar como uma liderança política local e nacional se não recebesse o apoio de seu partido. Porém, se os seus discursos políticos, também enunciados através de seu jornal, não o identificassem de alguma maneira com o seu eleitorado, ele não poderia atingir altos índices de votação. No fim do segundo governo Vargas, quando a ala mais radical da UDN tomou posições mais conservadoras, Tenório seguiu este rumo provavelmente em apoio não apenas a UDN fluminense, mas também a UDN da Guanabara, comandada por Carlos Lacerda. Através do *Luta Democrática* apoiou o golpismo e fez campanha aberta contra o governo. Contudo, vale lembrar, mantinha as colunas *Consultório Trabalhista* e *Justiça do Trabalho*[93] - canais abertos para as classes trabalhadoras - e cobrava a ampliação e a aplicação dos direitos trabalhistas. O jornal chegou a exigir, inclusive, o aumento do salário mínimo para as categorias não atingidas pelo decreto governamental.

Não obstante o forte vínculo de Tenório com a ala mais radical da UDN, o político de Caxias tentava manejar o trabalhismo sem se ater à figura de Vargas e do PTB. Após a morte de Getúlio ganharam importância os debates sobre o legado deixado pelo ex-presidente. Assim, Tenório escreveu sobre os que se opunham ao governo Café Filho em *A má fé dos necrófilos*:

> [...] os opositores são de duas categorias. Aqueles que por ignorância, longe de compreender a realidade dos fatos, alimentam a mística de que o falecido presidente Getúlio possuía dom divinatório e erigiu sozinho a legislação trabalhista, engodo de há muito desfeito com provas irrefutáveis; e os que tomaram parte do regabofe governamental, auferindo escusos proventos do regime de corrupção e degradação que passará à história como "era gregoriana" (LUTA DEMOCRÁTICA, 15/9/1954, p.3).

Este desabafo indicava que para construir uma identidade política popular, desapegada da imagem de Vargas, Tenório não podia deixar de contemplar no seu discurso a

[93] Ver esta Tese, p.138.

adesão às conquistas associadas ao ex-presidente. Esta aproximação só ganha sentido na medida em que considerarmos a inserção do deputado no contexto político vivenciado pelo país. Tenório era uma liderança popular sustentada pelo voto numa democracia recém-inaugurada. Sua base eleitoral era formada, grosso modo, pela população pobre de Caxias e dos demais municípios fluminenses. Portanto, o elitismo udenista em nada lhe favorecia. Não podia abrir mão de discursar para seus eleitores, por mais que tentasse reproduzir em seu jornal os valores e o ideário do partido da oposição. Neste sentido, o trabalhismo foi manejado como uma forma de estabelecer um diálogo com essa parcela da população. Essa posição política deu margem a certa ambiguidade, que foi claramente expressada na observação feita por um dos auxiliares de Carlos Lacerda: "Tenório era o verdadeiro PTB dentro da UDN."[94]. Outro exemplo de caráter dúbio é a descrição de Beloch, segundo a qual o *Luta Democrática* foi, com sua linguagem popular e os apelos sensacionalistas, "uma Tribuna da Imprensa dos pobres" (BELOCH, 1986, p. 100).

Se, por um lado, o discurso político do parlamentar fluminense mesclava o antigetulismo com a defesa dos direitos trabalhistas, por outro, é preciso ressaltar a tese de Benevides (1981), segundo a qual havia espaço dentro da UDN para posicionamentos políticos díspares. Alguns "realistas" sempre defenderam uma agenda política mais popular, porém, resolveram tecer alianças políticas com o governo. Os grupos mais radicais, como a "Banda de Música", liderada por Lacerda, se uniram aos "bacharéis" na oposição ao governo, porém, encarnavam o tradicional elitismo udenista e procuravam se manter puros, ou seja, afastados de qualquer coligação com os partidos governistas. A despeito dessas diversas tendências, ao que parece, Tenório não se alinhou exclusivamente a nenhuma delas. Sendo mais correto dizer que combinou aspectos destoantes, porém, dentro das possibilidades oferecidas pelo seu próprio partido.

No entanto, se essas características inerentes ao capital político de Tenório Cavalcanti criavam certa dubiedade em relação ao seu posicionamento dentro da UDN, o mesmo não se pode afirmar sobre o posicionamento dos eleitores que resolveram apoiá-lo. Seria equivocado dizer que coerentemente as classes trabalhadoras, os pobres e os excluídos, deveriam apoiar apenas o PTB e a classe média e as elites a UDN e, se não o fizeram, é porque não tinham consciência política para tal. Nesse sentido, discordo da seguinte afirmação de Beloch em sua análise sobre o eleitorado de Tenório:

---

[94] Ver: DHBB, 2010, verbete: CAVALCANTI, Tenório. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx

> A flagrante despolitização do seu eleitorado permitia que Tenório sustentasse essa dualidade básica: udenista ferrenho, antipopulista e conservador nas questões nacionais, e, ao mesmo tempo, beneficiário político das massas pobres da periferia, cujas reivindicações mais elementares agitava em suas campanhas. Para as suas bases sociais, atrasadas política e ideologicamente, as siglas partidárias tinham reduzido significado e as atitudes na grande política pouco impacto. (BELOCH, 1986, p.127).

Não se trata de diferenciar um discurso nacional, feito para o partido, de um discurso local, feito para o eleitorado. Seus eleitores não eram reféns de suas habilidades como líder popular e em 1954 poderiam ter apoiado Barcelos Feio, Getúlio Moura ou Celso Peçanha. Se o fizessem, seria correto dizer que eram mais politizados? Creio que não. A descrição de Beloch parece seguir a mesma linha interpretativa de Francisco Weffort em sua análise sobre as lideranças populistas: elas realmente tinham identidade com as classes populares, porém, desvirtuaram os seus autênticos interesses. Mais uma vez cabe perguntar: quem tem legitimidade para dizer quais são esses interesses? O voto é uma escolha que se impõe dentro de um limite de possibilidades. O que podia diferenciar o local do nacional era, prioritariamente, a capacidade que os atores sociais tinham para se articularem dentro de uma determinada conjuntura e não o nível de consciência política que supostamente adquiriram. O mesmo eleitor que se identificava com Tenório porque achava que ele lhe garantia proteção contra a violência policial no âmbito local, podia também preferir o político caxiense porque ambos se identificavam através da linguagem sobre os direitos trabalhistas no âmbito nacional. Neste caso, não há contradição, não há paradoxo. Assim, pelo resultado das urnas, pode-se inferir que os eleitores viam em Tenório Cavalcanti, mais do que nos candidatos do PTB e do PSD, a possibilidade de resolverem os seus problemas e conquistarem as suas demandas. O que os levou a essa escolha? Um conjunto de símbolos, significados e práticas políticas que se tem procurado mostrar nas páginas desse trabalho.

HANOI, 1 (A. F. P.) — TERMINARAM AS OPERAÇÕES DE LIBERTAÇÃO, EM SAM BON, DOS PRISIONEIROS DA UNIÃO FRANCESA CAPTURADOS NO VIET NAM

Diálogos Nas Ruas...

A PARANÓIA DO PODER

NOS BASTIDORES

A CONDENAÇÃO É GERAL

SANEAMENTO EXTENSIVO

CONGRESSO NACIONAL

EM HOMENAGEM A GETULIO VARGAS FORAM SUSPENSOS OS TRABALHOS

POLÍTICA DOS ESTADOS:

"Os Povos Fortes e Viris Não se Deixam Abater Pelas Vicissitudes", Declarou o Presidente da União Democrática Nacional

MUNICIPIOS FLUMINENSES

ASSEMBLEIA FLUMINENSE

Revogada, Finalmente, a Lei N. 2.114

CAMARA DE VEREADORES

ATENÇÃO FLUMINENSES!

Cédulas do Deputado Tenório Cavalcanti são encontradas com:
— Paulo Cavalcanti, candidato a Vereador por NITERÓI, à rua Soares de Miranda, 118, Fonseca.
— Oswaldo Freitas, à rua Araruama - Bela Floresta - MAGÉ.

Reprodução fotográfica 26 - Durante o ano de 1954 Tenório Cavalcanti fez severas críticas aos governos estadual e federal em sua coluna diária publicada no jornal (LUTA DEMOCRÁTICA, 2/9/1954, p.3).

3.2 **Os anos JK**

O *Luta Democrática* sempre procurou dar um toque popular a UDN. Nas eleições de 1954 para o governo do estado do Rio de Janeiro o jornal deu amplo apoio ao candidato José Carlos Pereira Pinto, da Aliança Popular Fluminense. A composição incluía, além da UDN, o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Republicano (PR). Durante a campanha eleitoral Tenório Cavalcanti percorreu o interior do estado fazendo vários comícios juntamente com outros políticos que compunham a referida coalizão:

> Verdadeira consagração da Aliança Popular Fluminense. Alberto Torres e Tenório Cavalcanti empolgam as multidões. Entusiasmo sem igual pelas candidaturas de Pereira Pinto e Horácio de Carvalho. O povo disputava com calor as cédulas dos candidatos oposicionistas [...]. Oradores populares, discorrendo com exaltação em todo o percurso da caravana têm atacado a ação macabra dos atuais detentores do governo fluminense (LUTA DEMOCRÁTICA, 17/9/1954).

Havia a necessidade de explorar a relação direta dos políticos com a população em locais públicos. O chamado corpo-a-corpo era um diferencial para a construção da imagem pública de políticos populares. Na coluna intitulada *Ânsia de Libertação* Tenório escreveu: "Aglomerados nas praças públicas temos encontrado todas as classes sociais" (LUTA DEMOCRÁTICA, 18/9/1954). Assim também apregoou Pereira Pinto em seu discurso: "do seio das massas surgem sempre oradores populares expondo os sofrimentos que vêm curtindo as populações urbanas e rurais." (LUTA DEMOCRÁTICA, 18/9/1954). A presença dos políticos no espaço público também servia para ridicularizar o adversário, como mostra outra coluna de Tenório, intitulada *Cavalgada das Bruxas*: "Enquanto Amaral mal desempenha o papel de *clown*, os que formaram a Aliança Popular conquistam os corações fluminenses." (LUTA DEMOCRÁTICA, 19/9/1954). Em consonância com a ideologia udenista a campanha frisava a necessidade de combate à corrupção para uso correto e justo do dinheiro público. Ao mesmo tempo, pedia para não votarem nos herdeiros de Vargas. Mas, em que pese o poder de comunicação presente nesses artifícios retóricos, era maior a força da coalização adversária, que tinha o apoio da máquina partidária. Assim, venceu o candidato da situação, Miguel Couto Filho.

Posteriormente ao suicídio de Getúlio Vargas, novas eleições presidenciais foram marcadas para 3 de outubro de 1955. A UDN criticava ostensivamente o apoio de comunistas

a chapa composta por JK e Jango, numa aliança que envolvia PSD e PTB. O partido oposicionista tentou quebrar essa união se aproximando da ala dissidente do PSD no apoio à candidatura do ex-governador de Pernambuco, Etelvino Lins. A articulação foi formalizada na Convenção Nacional de abril.

Etelvino Lins representava o lado popular da UDN**.** Sua breve campanha foi preenchida com *slogans* do tipo "pão e vergonha", "sou popular porque sou do povo" e se identificava dizendo ser "honesto e pobre como você" (BENEVIDES, 1981, p.95). Porém, o que estava em jogo para UDN, mais do que encontrar um candidato popular, era inviabilizar a candidatura de Juscelino Kubitschek, criando uma chapa envolvendo a UDN e o PSD. Como se sabe, a aliança não vingou e acabou sendo escolhida a chapa Juarez Távora e Milton Campos. Mesmo assim, o *Luta Democrática* tentou popularizar a campanha colocando em destaque a participação de Tenório e Jânio Quadros em comícios pró-Juarez: "Tenório, a atração das massas. Jânio, o orador dramático. A UDN é como o boi, não sabe a força que tem." (LUTA DEMOCRÁTICA, 04/9/1955, p.3). Porém, a campanha teve pouco apelo popular e se restringiu ao combate ao apoio dos comunistas à oposição. Tenório Cavalcanti seguiu o tom das críticas escrevendo diversas colunas em seu jornal. Em *Agravada a situação*, associou fortemente a figura de Luiz Carlos Prestes a Jango e Kubitschek (LUTA DEMOCRÁTICA, 10/9/1955, p.3). Já em *Escravos de Moscou* assim se pronunciou:

> Engajados às hostes que obedecem cega e fanaticamente as ordens indiscutíveis do imperialismo moscovita [...]. Juscelino Kubitschek de Oliveira e João Belchior Marques Goulart, vulgo Jango, escravizaram-se à 'linha justa' que tem por objetivo primacial a derrocada do nosso regime democrático. (LUTA DEMOCRÁTICA, 04/9/1955, p.3).

Contra o "perigo da aliança comunista" foi pedido o voto dos católicos, como expressou a manchete: *Se sois católicos e acreditais no remorso, não esqueçais Juarez e Milton Campos*. A reportagem subsequente assim prosseguiu:

> Cariocas! Levai amanhã duas cruzes para a cabine indevassável. Depositai uma no nome de Juarez e a outra no de Milton Campos. [...] Elas que simbolizam as vossas dores, serão por eles carregadas pelo calvário da vida pública para amenizar o peso das vossas aflições. (LUTA DEMOCRÁTICA, 01/10/1955, p.2).

Em seguida às eleições a UDN voltou a acionar a chave do golpismo para contestar os resultados eleitorais, de modo que apelou aos militares. Questionou-se não apenas a validade dos votos comunistas, pois eram afiliados a um partido ilegal, como também o fato de

Juscelino não ter conseguido a maioria absoluta dos votos[95]. Tenório publicou várias colunas em apoio a estas posições udenistas, mas, ao fim apenas lamentou a derrota em sua coluna intitulada *O futuro a Deus pertence*:

> Pelos resultados que aí estão chegando têm-se a impressão de que o eleitorado brasileiro não nos ouviu, não quis atender ao nosso apelo, ao chamamento do Brasil e está inclinado a viver como está e a morrer como está vivendo.
> Nós cumprimos o nosso dever. [...]. Se o povo não nos ouviu e amanhã se estorcer de remorso por não ter trocado um melhor destino com a arma do voto, expulsando da vida pública os que fazem da política a ciência das transações, a culpa não é nossa (LUTA DEMOCRÁTICA, 7/10/1955, p.3).

Após sucessivas derrotas nos pleitos presidenciais de 1945, 1950 e 1955 a vocação derrotista da UDN se consolidou ainda mais. Apesar das suas características elitistas, a UDN, assim como qualquer outro partido, não poderia abrir mão do voto popular num sistema democrático que se ampliava cada vez mais. Com a vitória de Juscelino Kubitschek e João Goulart no pleito de 1955 a UDN se viu cada vez mais isolada. A hegemonia PSD-PTB no governo fez com que o partido oposicionista não recebesse nenhum Ministério durante o governo JK. Além disso, na Câmara dos Deputados, o bloco de oposição reunido (UDN-PDC-PL) não alcançou um terço das cadeiras. Esta quantidade de parlamentares que não permitia ao bloco, por exemplo, derrubar um veto presidencial (BENEVIDES, 1981, p.102). Sem conseguir participar do poder, a UDN continuou fazendo pesadas críticas ao governo, tanto no parlamento, com a "Banda de Música", como através da imprensa. Porém, alguns de seus correligionários concluíram que esse ataque não resultaria em votos se o partido não mudasse as suas estratégias em relação às coalizões eleitorais. Dessa forma, ganhou força nas convenções nacionais a posição defendida pelos "Chapas Brancas", da ala realista, segundo a qual o partido teria que se popularizar e buscar alianças com PSD e PTB nos estados.

Benevides (1981, p.103) afirma que uma postura mais pragmática não entrou em contradição com aqueles que continuavam criticando ferrenhamente o governo. Ao contrário, a atuação opositora da "Banda de Música" aumentou o poder de barganha dos "Chapas Brancas" para tecer alianças. Além disso, o pertencimento a uma das alas não excluía a possibilidade de criar afinidades com a outra. A ocupação de postos de relevo no partido por representantes das duas alas exemplifica bem esta situação. Carlos Lacerda, adepto da

[95] Diante da ameaça do golpe militar, o general Henrique Teixeira Lott liderou o movimento que ficou conhecido como 11 de Novembro. Este movimento foi uma espécie de contragolpe para garantir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart.

"Banda de Música", foi líder da UDN na Câmara dos Deputados e Juraci Magalhães, favorável aos "Chapas Brancas", foi presidente do partido.

Juraci foi eleito em 1957 e passou a adotar o *slogan* "A UDN não é populista, mas faz questão de ser popular" (BENEVIDES, 1981, p.105). Seguindo essa linha foram criadas as "Caravanas da Liberdade" na campanha para as eleições de 1958. O movimento se propunha a fazer comícios populares pelo interior do país. A capacidade de Tenório em manejar uma linguagem mais popular para o partido da oposição veio, portanto, a ter maior utilidade com a ascensão desse novo projeto partidário. Assim declarou Lacerda em sua campanha de popularização da UDN:

> E a gente ainda levava de quebra um Tenório, que entusiasmava as massas, contando aquelas histórias e com aquela capa, que tinha uma audiência enorme no interior. Você pode imaginar o que era a legenda do Tenório Cavalcanti no interior: os sujeitos ouviam o Tenório uma hora e meia, duas horas, um discursos interminável onde ele ia engatando uma coisa na outra. De vez em quando dizia coisas muito engraçadas e sobretudo nas cidades mais humildes encantava aquela gente. Afinal, era a primeira vez que ouviam um sujeito da UDN falando feito matuto e com "ar de povo". (LACERDA, 1978, p.198-199).

Para mostrar como a UDN poderia ser popular no Rio de Janeiro, Lacerda não poderia evocar, por exemplo, a imagem de Prado Kelly. Era preciso mencionar Tenório. A agenda política defendida pela UDN passou a ser mais progressista no Parlamento e nesses comícios, abrindo espaço para propostas como a participação dos trabalhadores nos lucros, a defesa da Petrobrás e a democratização da propriedade. Contudo, alerta Benevides (1981, p.107), o partido recuou em vários outros temas de caráter progressista. Vetou todos os projetos de extensão da legislação trabalhista ao campo, em função da força política que os proprietários de terras tinham no partido.

O *Luta Democrática* se harmonizava perfeitamente à linha idealizada por Juraci Magalhães. A ideia de uma UDN popular se encaixava como uma luva no ideário político de Tenório Cavalcanti. Ainda em 1956, a coluna intitulada *De um observador parlamentar* assim descreveu tal transformação:

> A UDN deixou de vez de lado a cartola, o fraque, as peças incômodas e difíceis de carregar e refrescou-se nas lágrimas do negro que não é aceito numa escola, do trabalhador que sofre no Nordeste abandonado [...] do triticultor nacional que vê o seu trigo apodrecer enquanto o trigo estrangeiro corre pelas máquinas dos moinhos dominando alvissareiro os mercados [...]. A tese de que o Brasil estava em perigo porque estava crescendo demais caiu por terra. Hoje os udenistas querem é progresso nacional no campo da exploração do petróleo, da produção do trigo, do milho, do arroz, do café e do cacau. (LUTA DEMOCRÁTICA, 22/4/1956, p.3).

Após as eleições estaduais de 1958, quando a UDN conseguiu eleger 11 governadores, 362 deputados federais e renovar 1/3 do Senado, Tenório defendeu em sua coluna, *O grande efeito cívico*, que Juraci Magalhães era o responsável pela guinada da UDN nas urnas, de modo que elogiou a sua gestão como presidente do partido:

> Sob a sua direção, pôs-se termo ao udenismo de gabinete e com ele o receio de levar-se o partido às massas a fim de auscultar-lhes os anseios e necessidades, possibilitando melhor entendê-las. Os próceres udenistas mais ligados à luta heroica do povo brasileiro por melhores dias, os que em toda a sua vida política não perderam o contato com as classes menos favorecidas pela fortuna, com o operariado na sua disputa por um lugar ao sol, passaram a ser ouvidos, convocados para servirem de traço de união entre a UDN e o povo. (LUTA DEMOCRÁTICA, 19/10/1958, p.3).

O *Luta Democrática* aproveitou o momento de popularização da UDN para se identificar ainda mais fortemente com uma postura antielitista. Ao longo do governo JK destacaram-se alguns colunistas, cuja principal característica era a construção de um discurso político contra as elites. Alguns desses colunistas se candidataram nas eleições de 1958. Portanto, pode-se dizer que parte da identidade udenista foi construída através da maneira como esses discursos foram manejados no *Luta Democrática*.

LUTA DEMOCRATICA

Cinco Comícios-Relâmpagos Pró-Juarez, em S. Paulo, Com Frio e Chuva

Penha, Vila Maria, Santana, Lapa e Pinheiros – Multidões de 5 a 10 Mil Pessoas Ouviram e Aplaudiram os Oradores – Tenório, a Grande Atração Das Massas – Jânio, o Orador Dramático – O General é Enérgico e Nada Promete Aos Correligionários, Mas Perseguirá Sem Descanso, os Aproveitadores – O Termômetro e o Chuvisqueiro Não Influem no Entusiasmo Cívico do Povo Paulistano – A U. D. N. é Como o Boi, Não Sabe a Força Que Tem

Reprodução fotográfica 27 - Em 1955, Tenório Cavalcanti buscou popularizar a campanha de Juarez Távora à presidência da República. (LUTA DEMOCRÁTICA, 4/9/1955, p.3).

3.2.1 O antielitismo udenista nas palavras de Índio, Mário Guimarães, Sancho Sem Pança, Dom Chicote e Tenório

O primeiro colunista a aparecer no jornal seguindo esta linha popular foi Jair Martins, que adotava a alcunha de Índio. Era jornalista, radialista, funcionário público e tinha um programa na TV Tupi do Rio de Janeiro, chamado *O Índio não tem bandeira*[96]. No *Luta Democrática* escrevia a coluna *Da Bancada da Imprensa* e nas eleições de 1958 foi eleito vereador do Distrito Federal pela legenda UDN. No dia do aniversário de Getúlio Vargas, Índio criticou em sua coluna intitulada, *O Senhor esteja contigo, Getúlio!*, aqueles que julgava serem os falsos herdeiros do trabalhismo propagado pelo governo:

> Hoje, trabalhador amigo, sem lágrimas fingidas ou elogios de agência nacional, o Índio reverencia respeitosamente, a memória do presidente Getúlio Dornelles Vargas. E pergunta: onde se enrustiram os bajuladores, os puxa-sacos profissionais, os trabalhistas do asfalto e dos cadilacs, os engrossadores palacianos [...], os que se arrumaram fazendo marolas no mar de lama, que levaria de roldão o varão ilustre de São Borja? Estarão naturalmente, alguns, nos seus sítios ou fazendas, sorvendo capitoso vinho e tafulhando para o buxo flácido, suculentas peixadas. (LUTA DEMOCRÁTICA, 19/4/1957, p.3).

A morte de Getúlio Vargas o redimiu de qualquer deslize político. Sua herança passou a ser disputada por todos aqueles que tentavam se identificar com o povo e a UDN também entrou nessa disputa. No dia do trabalho, Índio assim se pronunciou:

> O trabalhador que não teve pão o ano inteiro, terá circo inteiramente de graça, ou melhor, pago pelo fundo sindical. Pelo menos hoje, trabalhador amigo, os trens da central e os calhambeques da Leopoldina correrão dentro do horário. [...] O Ícaro das Alterosas recitará, então, para o trabalhador, o surrado *jingle*: darei ao Brasil 50 anos de progresso em apenas um lustro. A agência nacional espargirá por todo o Brasil os perdigotos do dr.Jussa. [...] Para isso, trabalhador amigo, tu és sangrado na própria carne [...], sofres descontos extorsivos dos institutos, ditos de previdência [...]. Continuas sempre pobre e esquecido pelos teus falsos defensores, os trabalhistas de *boites*. [...] Jango, Nonô de Diamantina, Alzirão, Jafet, Lafer, Lutero [...] todos condôminos desta casa de cafés finos do luar de novembro, continuam cada vez mais milionários, sorvendo grandes talagadas de uísque à meio dólar[97][...]. Enquanto isso, pobre, ingênuo, sacrificado, mas honesto trabalhador, continuarás, amassado nos trens [...], beberás cachaça falsificada e comerás o pão que o diabo amassou. [...] Até quando?! (LUTA DEMOCRÁTICA, 1/5/1957, p.3).

---

[96] Ver: DHBB, 2010, verbete: MARTINS, Jair. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx

[97] A expressão "uísque a meio dólar" remete a um escândalo envolvendo o então Ministro da Fazenda, José Maria Alkmin, em um esquema para facilitar os negócios de importação de um empresário.

Mário Guimarães, advogado e eleito suplente de deputado federal do Rio de Janeiro pela UDN no pleito 1954, também tinha a sua coluna no *Luta Democrática*. Em 1955, ele assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados e em 1957 se tornou vice-líder da UDN na Câmara. Nas eleições de 1958, foi eleito novamente suplente de deputado federal do Rio de Janeiro pela legenda da UDN[98]. Seguindo a linha da popularização do discurso udenista e da crítica aos herdeiros de Vargas, Mário Guimarães assim expôs a sua visão sobre o dia do trabalho:

> No Brasil assistiremos ao cortejo de um povo ameaço pela fome, a ouvir discursos bonitos dos que os exploram [...]. Falsos líderes a falarem nas reivindicações dos trabalhadores durante o dia, enquanto à noite, esbanjam nas *boites* o dinheiro fácil, obtido por meios escusos, à custa e em nome dos trabalhadores explorados. O povo está cansado de leis que não são cumpridas, de institutos de previdência que só funcionam para distribuir empregos rendosos às grã-finas e aos playboys, protegidos dos políticos [...]. Os apartamentos de Copacabana estão cheios de pessoas bem vestidas que ganham dos Institutos, enquanto os que para ele contribuem vivem em barracões espalhados pelas favelas e andam maltrapilhos, inspirando até a piedade dos que se beneficiam do seu sacrifício. (LUTA DEMOCRÁTICA, 1/5/1957, p.3).

Ainda sobre as comemorações desta mesma data, a seção *Ronda Política*, também publicou a sua crítica ao governo:

> O Jotaká deitou falação no campo do Vasco, agarrando-se à memória de Vargas [...]. E, como se estivesse em outro mundo, afirmou que os preços já estão começando a baixar...
>
> - Eu, hein, Rosa! Isso é que é coragem de afirmar um absurdo!
>
> Em qualquer esquina há um desmentido frontal ao discurso de Jotaká. Aí estão as feiras-livres, as casas comerciais e até mesmo os camelôs para desmentir a afirmativa pitoresca, porque só mesmo como piada se poderá considerar aquela audaciosa afirmativa, que serve apenas para demonstrar como Jotaká vive divorciado do povo [...] devemos lembrar aquela legenda que os nossos amigos motoristas a frete costumam garatujar no para-choque de seus caminhões: 'pobre vive de teimoso'. (LUTA DEMOCRÁTICA, 4/5/1957, p.3).

Durante o governo JK, Tenório Cavalcanti também reforçou o combate aos herdeiros de Vargas, dizendo que eram maus representantes e desvirtuados do ideário trabalhista. No primeiro dia do trabalho após a posse do novo governo, escreveu em sua coluna:

> Sabemos que os pelegos do Fundo Sindical, abutres que se alimentam do suor operário, convertem o 1º de Maio, em todo o país, em uma série de homenagens pessoais aos seus supostos protetores [...]. O protetor dos desavergonhados pelegos,

[98] Ver: DHBB, 2010,verbete: GUIMARÃES, Mário. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx

> ladrões do dinheiro do trabalhador, é hoje o sr. João Goulart, que transformou o operário, contribuinte obrigatório dos Institutos, em escravo de vagabundos exploradores. [...] Os milhões tirados à força do pobre, não foram transformados em benefícios para a classe desfavorecida. Não se vestiu o nu, não se deu de comer a quem tem fome. Não se amparou o velho, não se recuperou o desajustado, não se protegeu a infância. Não se prodigalizou ao trabalhador o recurso necessário para a aquisição de uma casa para si e para os seus [...]. Descobrimo-nos nesta data em homenagem ao cidadão que sai dos trapiches e das caldeiras, dos teares e dos volantes das forjas e das oficinas, cheirando a óleo e a carvão. E, olhando-os, pedimos-lhes que afastem de seu caminho os seus exploradores, pois quem não tem vocação para o servilismo não pode escravizar-se à tutela de falsos salvadores. Joguem os trabalhadores de sobre os ombros a poeira da ruína a que os levou o patrão liberal dos pelegos e sintam o estalo da liberdade a reintegrá-los na consciência universal. (LUTA DEMOCRÁTICA, 1/5/1956).

Nesse discurso Tenório atacou um dos principais pilares do trabalhismo varguista: o imposto sindical. A contribuição compulsória estava diretamente atrelada ao empregado filiado a alguma categoria profissional regulamentada pelo Estado, com o fim de ser revertida em políticas sociais de amparo ao trabalhador. Essa obrigatoriedade foi veementemente criticada pela imprensa liberal da época (jornais como *O Estado de São Paulo* e *Tribuna da Imprensa*), mas também pelos movimentos de esquerda ligados aos comunistas e aos anarquistas. A crítica se voltava, sobretudo, para os pelegos que, ao se consolidarem em postos chaves nas organizações sindicais a fim de entrarem em acordos com Estado em troca de benefícios privados, funcionavam como um obstáculo à ação coletiva espontânea dos trabalhadores. Assim, o imposto sindical era visto por esses segmentos sociais como algo coercitivo. Obviamente, aqueles que não estavam associados à base aliada do governo viam o imposto sindical também como uma maneira dos partidos governistas abocanharem uma parcela bastante considerável de votos. Visando esse eleitorado, Tenório Cavalcanti tentava caracterizar o imposto sindical como algo maléfico para a inclusão social e política dos trabalhadores. Não valia a pena dar dinheiro nas mãos dos pelegos sem a garantia de que esse dinheiro seria corretamente aplicado em políticas sociais. No discurso de Tenório, esse eleitorado se somava aos milhares de desempregados, excluídos do modelo de cidadania atrelado à regulamentação das categorias profissionais[99].

Em outra coluna, intitulada *Cambalhota na Curibeca*, criticou o mau uso do dinheiro da previdência social. Essa crítica também foi feita frequentemente pela oposição ao longo do governo de Juscelino Kubitschek:

> Sabem os contribuintes dos Institutos e Caixas de aposentadorias e pensões que a obra assistencial ampliada e reorganizada por Getúlio Vargas, de há muito constitui

[99] Sobre este assunto, ver o conceito de "cidadania regulada" em: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*: a política social na ordem brasileira. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

> um engodo, para banquete permanente de pelegos e negocistas, repimpados em gordas sinecuras, beneficiados com toda sorte de favoritismo. (LUTA DEMOCRÁTICA, 1/10/1958, p.3).

Assim como em 1954, a jogada política de Tenório Cavalcanti consistia em caracterizar-se como autêntico defensor dos trabalhadores, mesmo em discursos em que atacava a política social varguista. Durante o governo JK, porém, usou o fortíssimo peso simbólico do ex-presidente que cometeu suicídio para exaltar a sua imagem e desqualificar aqueles que se identificavam como os seus herdeiros, chamando-os constantemente de necrófilos. Assim escreveu em *Joio do Trigo*:

> As trombetas roufenhas e ridículas que conclamam o eleitorado proclamando-se herdeiros do espírito e da obra de Getúlio Vargas, entendem que se dirigem a multidões de otários. [...]. É essa tropilha, renunciante de todos os escrúpulos sem nenhuma participação ter tido nas realizações memoráveis de Getúlio Vargas e que só concorrera para as confutar, maculando-as, que se arvora em continuadora da política trabalhista, através de uma série de contrafações!
> Fácil é ao eleitorado separar o joio do trigo. Nada fizeram também pela estrutura de leis complementares da Constituição Federal, tais como as que regularão o direito de greve, a participação do proletariado nos lucros das empresas, a previdência social, a ansiada reforma agrária [...] nada empreenderam até hoje em benefício dos que lutam pela subsistência. (LUTA DEMOCRÁTICA, 28/9/1958).

A tentativa de identificar o partido da oposição com um discurso progressista também foi fortalecida por Mário Guimarães na coluna *Programa de Trabalho*:

> Temos insistido na tecla de que os nossos homens públicos precisam cuidar menos de política , na sua concepção vigente no Brasil e mais dos problemas do interesse do povo [...] é indispensável que temas de interesse popular sejam abordados, de forma que ninguém ignore como pensam os partidos a respeito dos assuntos de interesse nacional. É o que agora, vem fazendo a UDN. Resolveram os seus dirigentes expressar de público a necessidade de uma definição do governo a respeito das notícias que circulam em órgãos autorizados no sentido de que se pretende pôr de lado o monopólio concedido a Petrobrás para a exploração do petróleo brasileiro; ao mesmo tempo em que o diretório nacional ratificou a posição partidária de apoio a essa tese nacionalista [...], mas não ficou nessa atitude a União Democrática Nacional, reclamamos o exame imediato dos projetos de código de trabalho, do estatuto de previdência social, do salário móvel, da reforma agrária, das diretrizes e bases da educação e tantas outras proposições de interesse geral que estão com o seu andamento paralisado nas gavetas de certos deputados. (LUTA DEMOCRÁTICA, 24/5/1957, p.3).

Em plena campanha eleitoral de 1958 para a Câmara Municipal do Distrito Federal, Índio ratificou seus laços com Tenório Cavalcanti na luta contra os "falsos trabalhistas" em sua coluna intitulada *Mensagem ao trabalhador*:

> Estou empenhado numa verdadeira batalha, como soldado de Tenório Cavalcanti, no Distrito Federal. Estou percorrendo os subúrbios da minha terra, subindo os morros e penetrando nas favelas, procurando esclarecer as massas porque devem votar contra os sacerdotes deste santuário de proxenetas do trabalhador, que vivem agachados, tocaiados e enrustidos atrás do retrato de Vargas. [...]. Juntamente com Tenório pretendo invadir os redutos desses trabalhistas de matéria plástica, onde milhares de brasileiros vivem sendo cozidos em banho maria ou temperados no fogo lento da demagogia, sem luz, sem água, sem escolas, sem saneamento, esquecidos dos poderes públicos. (LUTA DEMOCRÁTICA, 10/7/1958, p.3).

No dia seguinte, na coluna *Trabalhistas de Araque*, chamou o PTB de "partido dos ricos que vive do voto do pobre":

> O PTB é o partido dos ricos, que vive do voto do pobre. Repare o trabalhador que todos os seus maiorais são homens muito bem plantados na vida e estão sempre montados em automóveis de alto preço que, pelo seu luxo, chegam a xingar a nossa mãe. João Goulart, Babi Bocaiúva [...] Leonel Brizola, Carlos Jereissati, San Tiago Dantas, Lutero Vargas (...) e muitos outros cavalheiros que se dizem amigos do trabalhador [...] arrotam e transpiram dinheiro por todos os poros. Há de fato alguns milionários trabalhistas, cuja fortuna foi recebida por herança pois são grandes latifundiários, senhores de engenho e proprietários de cachos de fazendas. Fazem trabalhismo no asfalto da Cinelândia, na porta da Colombo ou nos cafofos da Avenida Atlântica. A maioria, porém, é trabalhista de safadeza. De araque! (LUTA DEMOCRÁTICA, 11/7/1958, p.3).

Como mostram as passagens supracitadas, os colunistas do *Luta Democrática* se esforçaram para identificar a UDN como um partido antielitista. Índio reforçou essa característica ao criticar o novo chefe de polícia do Departamento Federal de Segurança Pública, Amaury Kruel, por querer combater os bicheiros. Assim publicou em *Não seja cruel, general Amaury Kruel!!!*:

> O general Amaury Kruel vai começar muito mal sua gestão na nossa Scotland Yard. Atacará justamente uma classe que representa, dentro da coletividade brasileira, um de seus setores mais virtuosos [...] os bicheiros, em nossa modesta, porém sincera, opinião, são os homens mais honestos que habitam o reinado do alado Califa Kubi-Cheik. Sultão de Brasília. [...] detenha os ladrões, assassinos, vigaristas, pungistas, ventanas e os exploradores da bolsa do povo. Livre, porém, a cara dos pobres bicheiros. (LUTA DEMOCRÁTICA, 23/5/1957, p.3).

Em outra coluna, intitulada *Eles também são filhos de Deus!* Índio criticou os proprietários de empresas de ônibus, chamando-os de *tubarões*, que queriam aumentar as passagens e defendeu os trabalhadores e os passageiros que usavam o transporte público (LUTA DEMOCRÁTICA, 15/9/1957, P.3). A campanha eleitoral de Índio em 1958 foi preenchida com diversos discursos de apelo popular:

> Saiba que cada cédula que você depositar nas urnas, sufragando meu modesto nome para a Câmara dos Vereadores do Distrito Federal, representará uma pedrada no cocuruto de muito cabra safado que se diz trabalhista, social democrático, nacionalista e torcedor do flamengo. (LUTA DEMOCRÁTICA, 10/9/1958, p.3).

Neste discurso Índio estabeleceu a sua identidade com Tenório Cavalcanti não apenas se expressando através de uma linguagem que vinculava a atuação política à violência, como também tentando qualificar-se como autêntico representante dos trabalhadores. Em outra coluna, reforçou esses argumentos e acrescentou a ideia do combate à corrupção, tradicionalmente vinculada ao discurso udenista: "É necessário que você escolha homens de mãos limpas e vergonha na cara. Que possam, se eleitos, serem olhados de frente. Faz-se mister que você faça do voto uma pedra, um porrete ou barra de ferro." (LUTA DEMOCRÁTICA, 12/9/1958, p.3). Além do discurso popular, a campanha passava a imagem de um candidato apoiado em laços de amizade e lealdade, característica comum à trajetória política de Tenório Cavalcanti:

> Mais uma vez, eleitor amigo, ponho à sua disposição meus escritórios para distribuição de minhas cédulas. Espero que você os frequente com assiduidade. Em quase todos os bairros pessoas amigas, que me distinguem e estimulam na luta contra os patifes, colocaram à minha disposição suas casas e promovem, gratuita e desinteressadamente, a divulgação do meu modesto nome. [...]. Se eleito, representarei Tenório Cavalcanti e o glorioso partido cuja bandeira procurei abrigo, a União Democrática Nacional. O que vale dizer, representarei os humildes, os necessitados, os oprimidos, os empulhados pelo poder público. (LUTA DEMOCRÁTICA, 14/9/1958, p.3).

Outro colunista, também bastante assíduo nas páginas do *Luta Democrática* durante a campanha eleitoral de 1958, foi Francisco de Medeiros Chaves, que assinava como Sancho Sem Pança. A alcunha sugeria uma versão subnutrida do fiel companheiro de Dom Quixote, na obra de Miguel de Cervantes. Sancho Sem Pança escrevia a seção *Flashes de Caxias* e foi candidato a vereador por Duque de Caxias com o *slogan* "para vereador, o amigo dos humildes". Não se candidatou pela UDN e sim pelo PRT. Em todo caso, se dizia fiel a Tenório. Em uma de suas colunas assim se expressou:

> Não quero votos dos nobres. Nobres para mim são rebotalhos. Nobreza, no meu entender, não está no título, no bolso ou no cofre. [...]. Nobre é o pobre que sua e não o rico que se diverte e goza. Fui pobre até no escolher de minha legenda. Todo mundo sabe que sou um tenorista fiel. E não deixarei Tenório enquanto este parlamentar viver amparando com a mão caridosa o homem do povo, ferido pela dor. Com os udenistas ou sem os udenistas na Câmara, o 'papai' estará sempre lutando contra os padeiros que usam quilo de 800 gramas, contra os donos de lotação, que pensam que pobre acerta toda dia no bicho, contra a polícia que espanca e contra os vereadores que fazem do 'arreglo' um segundo ordenado. Farei

> na Câmara o que Tenório prega e vereadores nunca fizeram. (LUTA DEMOCRÁTICA, 16/9/1958, p.3).

Em outra coluna continuou reforçando o discurso contra as elites e aproveitou para dizer que era um candidato sem compromissos e que apenas se sacrificava pelo povo:

> Apontam-me como candidato da malandragem e dos jogadores, dos boêmios e das mariposas. Não me insultam os que assim me apresentam [...]. Meu eleitorado não pertence ao grupo de privilegiados. Meu eleitorado é o perseguido pelos grandes ladrões. É o operário que não pode pagar a passagem escorchante. É o bicheiro honesto que paga a quem ganha. É o ladrão malsinado, chicoteado, desempregado, que a sociedade iniqua, afivela ao crime. [...]. Que outros recebam auxílio dos 'tubarões'! Eu não quero ajuda de ninguém, porque meu voto tem o gosto de um protesto, tem o sabor de um sacrifício. Rejeito todo voto que me pareça uma vinculação a compromissos, pois não me submeterei a ninguém. Sou e continuarei a ser uma partícula do povo e nunca um escravo de ricos e potentados. (LUTA DEMOCRÁTICA, 1/10/1958, p.4).

Também durante as eleições de 1958, o colunista conhecido pela alcunha de Dom Chicote passou a assinar a coluna *Flashes de Meriti*[100]. O conteúdo da coluna seguia o discurso antielitista de Sancho Sem Pança:

> Está provado que a época dos cartolas já passou [...], o século é do homem do povo. Do indivíduo que se mistura com o povo, para sentir o que o povo sente, com o fim de resolver-lhe os problemas. Os figurões estão caindo nas urnas, como frutos podres. Ninguém liga mais para o *society*, reinado da vagabundagem grã-fina. (LUTA DEMOCRÁTICA, 9/10/1958, p.5).

Poucas semanas antes das eleições, o *Luta Democrática* publicou uma imensa manchete sobre a chamada Lei Afonso Arinos. Aprovada em 3 de julho de 1951 pelo Congresso Nacional, essa lei caracterizava como contravenção penal qualquer prática de preconceito racial e de cor[101]. No dia seguinte a esta manchete, Sancho Sem Pança escreveu em sua coluna:

> O povo de Caxias já sabe o que quer. Nota-se, nos mais humildes eleitores, o desejo de acertar, promovendo pelo voto a libertação de Caxias dos demagogos vis e baratos. [...]. Os que abominam os negros, negando-lhes até o direito de morar entre os brancos, esses terão nas urnas a resposta do povo de Caxias, inclusive dos brancos que não se enojam da cor escura, que vale tanto quanto a cor clara. [...]. No Brasil não há clima para os que adoram loiros e abominam negros. (LUTA DEMOCRÁTICA, 2/9/1958, p.3).

[100] Nome referente ao município de São João de Meriti, na Baixada Fluminense.

[101] Afonso Arinos foi eleito senador pela UDN nas eleições de 1958.

Alguns dias depois, Sancho Sem Pança reforçou o seu argumento em defesa da população negra:

> Torço pelo PRT porque é o partido que olha o negro e o branco, a mulher honesta e a mariposa, o ladrão e o homem de bem, como partículas do povo, que merece ser tratado com humanidade e não brutalizado e destruído com o ódio. Os dirigentes do PRT são filhos do sofrimento e da injustiça. São fagulhas da revolta popular. Felizmente no PRT não há cartolas. Os que tem nojo do povo serão de lá expulsos. Não apoiaremos nunca quem se envergonha dos pretos. E, por isso, acompanho Tenório Cavalcanti, vamos votar em dois homens que têm sob a pele, em maior dose, o sangue da raça negra: Joaquim Tenório e Rosetauro. Louro, entre nós, não tem vez! (LUTA DEMOCRÁTICA, 17/9/1958, p.3).

João Cabral Alves, que escrevia a coluna *Problemas do negro brasileiro*[102], se candidatou a deputado estadual pela UDN. Em seu texto de campanha assim narrou:

> Pela primeira vez na história política do Brasil, as pessoas de cor do estado do Rio vão eleger para a Assembleia Estadual um representante para batalhar pelos interesses imediatos da raça. João Cabral Alves, idealista que há mais de 15 anos vem lutando pelo engrandecimento da raça, foi escolhido e indicado pelo deputado Tenório Cavalcanti, para representar as pessoas de cor na Assembleia do estado. (LUTA DEMOCRÁTICA, 24/9/1958, p.2).

O candidato a prefeito de Duque de Caxias, Joaquim Tenório Cavalcanti, também aderiu ao discurso antielitista e deu combate ao racismo na crítica ao seu concorrente Nelson Cintra:

> Tenório Cavalcanti, empenhando todo o seu prestígio de líder popular [...], espera eleger prefeito Joaquim Tenório Cavalcanti, cuja popularidade junto às massas trabalhadoras, aos que lutam heroicamente na disputa de um lugar ao sol é sem dúvida enorme. [...] o senhor Nelson Cintra consubstancia as forças da reação em Caxias. Proprietário de um loteamento [...] defende a classe patronal, ou melhor, a parte mais reacionária dos patrões. Inimigo dos homens de cor, tem também ao seu lado aqueles comerciantes que olham o empregado como máquina e Caxias como lugar bom para fazer negócios, pouco ligando para o abandono em que vive o povo. Quem lê o jornalzinho do candidato Nelson Cintra sente logo esse fato. Ali não se elogia um homem do povo, um preto ou mulato de talento. (LUTA DEMOCRÁTICA, 1958, p.5).

A ofensiva contra o apoio comunista recebido pelo governo Kubitschek se constituiu numa das bases do capital político udenista. Contra este apoio, o partido da oposição se posicionou em defesa da democracia cristã. A campanha eleitoral de 1958 colocou em evidência a disputa entre cristãos e comunistas. Tenório Cavalcanti e seus correligionários, sempre adotando a linha popular e antielitista, pediram insistentemente aos seus eleitores para

[102] Ver esta Tese, p.161-162.

não votarem nos candidatos do PTB e dos partidos aliados pelo fato deles serem apoiados pelos comunistas. Em sua coluna intitulada *Sua eminência disse não*, Tenório discorreu contra Luis Carlos Prestes:

> Ontem, um extremista de esquerda era um foragido da justiça, um homem de aço, temperado ao fogo das privações e do sacrifício, que se propunha a levantar a alma do nosso povo, impondo-lhe a convicção profunda e indestrutível da igualdade humana. Hoje é um indivíduo 'Kar', barbeado à francesa, cioso do vinco de suas calças, mostrando as unhas polidas quando leva à boca o copo de uísque nos mais caros bares e restaurantes da cidade. Já não quer enforcar o último burguês nas tripas do último capitalista. (LUTA DEMOCRÁTICA, 13/9/1958, p.3).

Ao criticar o comunista Prestes por ter se tornado um candidato das elites, o discurso de Tenório se aproximava de alguns termos bastante comuns utilizados em diversos países para identificar grupos políticos das elites que se dizem de esquerda. Na França esses grupos são popularmente conhecidos como *gauche caviar* (esquerda caviar). Na coluna *Enxurra deletéria*, assim se pronunciou:

> Os eleitores que professam qualquer das religiões baseadas nos preceitos cimentados pela doutrina cristã. Católicos, protestantes, espíritas, metodistas, evangelistas, estão no dever moral de negar seus votos às legendas do PTB e do PSP, amalgamadas com o execrado credo comunista. (LUTA DEMOCRÁTICA, 20/9/1958).

A seção *Diálogo nas ruas* reforçou o discurso de combate ao apoio comunista à base governista:

> - Estou contigo pelo gogó!
> - Ignoro o motivo.
> - Aquele teu vizinho loiro disse-me que andas distribuindo cédulas do PTB e do PSP.
> - Mentira deslavada! Intriga torpe! Jamais trabalharia para partidos irmanados ao comunismo. Toda minha família é cristã, graças a Deus! (LUTA DEMOCRÁTICA, 23/9/1958, p.3).

Mesmo tentando manejar um discurso mais popular, era difícil para a UDN vencer a aliança nacional PTB-PSD nas urnas. Conforme já foi mencionado, no que se refere à política partidária, a ala dos realistas da UDN apostou em acordos e coligações estaduais para tentar quebrar a força eleitoral imposta por esta aliança. No estado do Rio, porém, essa política contrariou as pretensões de Tenório Cavalcanti. O debate político no Rio de Janeiro, em 1958, foi balizado pelas discussões a respeito de qual seria o seu futuro após a transferência da capital para Brasília. A possibilidade da fusão levou os políticos da cidade e do estado do

Rio de Janeiro a convergirem as atenções sobre pautas comuns relativas aos dois espaços. Naquele contexto, a seção fluminense da UDN, sob forte influência dos realistas, decidiu apoiar a candidatura do petebista Roberto da Silveira ao governo fluminense sob alegação de que a UDN era a principal rival do PSD no estado. Assim, jamais poderia se aliar a Amaral Peixoto, cujo candidato era Getúlio Moura. A decisão foi fortemente repudiada pelos udenistas cariocas, haja vista que na capital a herança do getulismo estava associada ao PTB e não ao PSD. Portanto, a aliança com o PTB no estado poderia minar as pretensões da UDN na capital. Principalmente para a disputa no Senado, onde Afonso Arinos concorria com o principal herdeiro de Getúlio, o seu filho Lutero Vargas. Desta forma, o diretório nacional do partido, com forte influência de Carlos Lacerda e outras importantes figuras da UDN do Distrito Federal, resolveu não apoiar a candidatura de Roberto da Silveira. Tenório Cavalcanti integrou a dissidência da UDN fluminense, respaldada pelo diretório nacional, e resolveu apoiar Getúlio Moura. Assim, teve que subir nos palanques junto com o seu principal rival no estado e também da UDN fluminense, Amaral Peixoto.

Em 1958, o parlamentar fluminense repetiu o feito de 1954, sendo eleito pela segunda vez consecutiva o deputado federal mais votado do estado do Rio de Janeiro, tendo ampliado a sua votação para 46.029 sufrágios. Desta forma, é provável que Tenório se sentisse seguro para disputar as eleições para o governo do estado. Mas, visto que o partido não o escolhera, cabe perguntar: por que resolveu ficar do mesmo lado do PSD de Amaral Peixoto? Tenório entendia que Roberto da Silveira era um perigoso concorrente popular que poderia abarcar o seu eleitorado com mais força do que o PSD poderia fazê-lo. Isso explica porque mesmo em eleições futuras, quando passou definitivamente para o lado do trabalhismo janguista, apoiou o PTB da Guanabara sem jamais se aliar ao PTB fluminense. Tenório entendia que tinha um papel estratégico para a UDN carioca e fluminense como sendo o principal elo de ligação com a população mais pobre. De modo que, a posição da seção fluminense do partido em lançar mão de Roberto da Silveira para se aproximar desse eleitorado contrariou Tenório profundamente.

Em um comício eleitoral realizado em Nova Iguaçu, Tenório revelou: “Falo em nome de uma dissidência udenista fluminense, reconhecida legítima pela direção do partido que obedece ao ilustre brasileiro, senador Juraci Magalhães.” (LUTA DEMOCRÁTICA, 19/8/1958, p.1). Nesta campanha Tenório e seus aliados fizeram de tudo para caracterizar Roberto da Silveira como candidato elitista e desvirtuado pelos comunistas. O candidato a deputado federal, Rocha Werneck, discursou em apoio à dissidência udenista, opondo os cristãos aos comunistas:

> Assumimos a atitude de dissidentes porque ficamos sem legenda autônoma para disputar com candidatos próprios o governo do estado. Tendo os dirigentes da UDN fluminense resolvido adotar a candidatura do Sr. Roberto Silveira, candidatura que contrariou os princípios do nosso partido, a dissidência autorizada pelo diretório nacional, resolveu apoiar a candidatura do sr. Getúlio Moura, pela simples razão de que, para derrotar o candidato do PTB, os dissidentes fluminenses teriam de unir seus esforços ao PSD, seguindo nessa atitude a orientação traçada na convenção de 10 de junho, pelos senhores Prado Kelly e Tenório Cavalcanti, que mostraram nos discursos que proferiram que os partidos políticos brasileiros se concentram hoje em dois campos antagônicos: o campo da democracia cristã e o campo do comunismo totalitário. A dissidência udenista e o PSD estão do lado da democracia cristã. (LUTA DEMOCRÁTICA, 16/9/1958, P.3).

Em sua coluna, *Flashes de Meriti*, Dom Chicote procurou caracterizar Roberto da Silveira como elitista e Getúlio Moura como o candidato popular:

> Robertinho foi a São João sujar as mãos do meritienses. De porta em porta saiu pegando na mão de um e de outro, a fim de mostrar popularidade [...]. Acompanhando o cotejo veio uma senhora gritando: - Getúlio não usa relógio para marcar os apertos de mão que dá e nem usa sabonete nem toalhinha, porque anda com as mãos limpas. E, ao lado, um udenista acrescentou: - nem julga as mãos do povo sujas. (LUTA DEMOCRÁTICA, 17/9/1958, p.5).

Sancho Sem Pança também reforçou a defesa da dissidência udenista em sua coluna *Flashes de Caxias*. O colunista se voltou para a população oriunda do Norte e do Nordeste - a base do eleitorado de Getúlio Moura e de Tenório Cavalcanti na Baixada Fluminense - para criticar a postura de Roberto da Silveira:

> Roberto Silveira perdeu as estribeiras. Não tem mais aquela educação de garotinho tímido, criado amarrado à anágua de vovó. Tornou-se desaforado. Virou 'tranca-ruas'. Dá coices, em vez de mimos. [...] Em Saracuruna, no meio de uma população nordestina, atacou de rijo os filhos do Norte aos quais chamou de cachorros. Disse que no Ingá não receberia 'cachorros do Norte'. [...] Revelando um ódio mórbido a Tenório, o Roberto afirmou que, se eleito governador, não admitiria no Palácio 'capangas de Caxias'. Não ouvimos essas afirmações da boca do candidato a governador. Mas os depoimentos que nos chegam insistem em atribuir ao atual vice-governador tais afirmações de ódio ao povo do Norte. Que mal fizeram a Roberto os nortistas e os filhos do Nordeste? O estado do Rio sempre encontrou na gente oriunda dessas regiões escaldadas amigos dedicados. Nortistas e nordestinos misturam-se aos fluminenses como irmãos, não se podendo distinguir quais são os nordestinos, quais os fluminenses, pois a dedicação ao estado os confunde. [...] É que o fluminense da região tem também em suas veias o sangue nordestino [...] em todos os recantos do estado do Rio, hoje, na população laboriosa, vemos o nordestino, ombro a ombro, com o fluminense, lutando gualhardamente pelo progresso do estado, casando-se com fluminenses e vivendo no meio de fluminenses, sem deles se distinguirem. Francamente, não sabemos a que atribuir essa odiosincrasia do Roberto aos nordestinos e nortistas. Será porque Tenório assumiu o posto que lhe era cabido na trincheira adversária?" (LUTA DEMOCRÁTICA, 28/9/1958, p.3)

Getúlio Moura perdeu as eleições para Roberto da Silveira por uma ampla diferença de votos. Em que pese o fato de seu vice, Celso Peçanha, ter vencido o pleito, a frustração de Tenório Cavalcanti com a impopularidade da dissidência udenista e com o apoio do diretório estadual a Roberto da Silveira o colocava numa posição delicada dentro do partido da oposição.

Com a sua ascensão eleitoral o deputado caxiense foi conseguindo manejar capital político de forma mais independente da UDN. Foi assim que em negociação direta com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), órgão ligado ao governo federal, conseguiu o repasse de verbas para a construção da Vila São José, em Duque de Caxias[103]. Erguida após algumas enchentes que assolaram o município em fins de 1958, deixando desabrigadas várias famílias de uma área pobre do município, denominada Mangue. O lado articulista do parlamentar foi retratado em sua coluna *A gratidão de Caxias a um Ministro de Estado*. Após agradecer o auxílio alimentar do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e a assistência do Ministro da Saúde e presidente da LBA, Mário Pinotti, assim escreveu:

> Homem de oposição, confesso estar desabituado ao enaltecimento de personalidades do mundo oficial. É tarefa mais afeita aos que necessitam de segurar as posições conquistadas. Mas faltaria a um dever elementar de justiça se não significasse de público minha admiração e o reconhecimento de todo o povo caxiense ao dr. Mário Pinotti [...] só me resta daqui enaltecer-lhe os méritos que o tornam digno de admiração de quantos vivem no Brasil e descrentes de tudo e de todos, custam a reacender no peito a lâmpada quase apagada da fé nos homens de poder." (LUTA DEMOCRÁTICA, 27/12/1958, p.3).

A coluna *Perdão e piedade* seguiu o mesmo tom de agradecimentos ao governo por atender a um político da oposição:

> Sinto-me contente pela colaboração das autoridades federais e estaduais que esqueceram minha qualidade de homem de partido, de representante oposicionista, ao atender os apelos que lhe enderecei, pedindo pão e abrigo para os flagelados." (LUTA DEMOCRÁTICA, 31/12/1958, p.3).

Mesmo quando o jornal anunciou uma provocação do então presidente Juscelino Kubitschek, dizendo que Tenório só deu atendimento às vítimas das enchentes para defender o seu feudo, o político caxiense retrucou sem deixar de fazer um apelo ao governo:

> Caxias nada tem a agradecer-lhe pelo que V.exa acaba de fazer ao seu povo. V.exa é que tem de agradecer ao povo daquela cidade fluminense a oportunidade de poder

[103] Deve-se levar em consideração que o apoio de Tenório ao PSD no âmbito estadual certamente ajudou a fortalecer o seu poder de barganha junto ao governo federal.

> fazer um bem. Entretanto, Caxias pede-lhe e agradece-lhe por meu intermédio dois favores: a conclusão do hospital [...] e a licença de importação de maquinaria destinada ao tratamento da água." (LUTA DEMOCRÁTICA, 31/12/1958, p.1).

Com o passar dos meses o trabalho assistencial realizado na Vila São José foi se ampliando. O *Luta Democrática* continuou exaltando a imagem de Tenório Cavalcanti como articulador junto ao governo neste empreendimento, que veio a se tornar um dos principais capitais políticos do parlamentar fluminense nas eleições seguintes para o governo do estado da Guanabara:

> A vida, assim, está cada dia melhorando para os moradores da Vila São José. Graças à energia e dedicação de Tenório e aos recursos que o Ministro Pinotti vem fornecendo em dinheiro e material humano, como essa magnífica equipe da LBA que para junto de nós mandou. (LUTA DEMOCRÁTICA, 1/7/1959, p.5).

Em plena campanha eleitoral, assim se pronunciou sobre a construção da Vila São José:

> Tenório não fez e está fazendo isso tudo com o seu dinheiro, é claro, embora muito do seu ali esteja bem empregado. [...]. Mas, Tenório fez o que o homem honesto, o político decisivo e forte tem de fazer para resolver tais problemas: obteve dinheiro do povo e o aplicou em benefício do povo [...]. De onde veio esse dinheiro do povo? Das mãos dos favelados? Não. Favelado não tem dinheiro para comer, quanto mais para tais obras! Esse dinheiro do povo Tenório trouxe com o seu prestígio e o espírito público de Mário Pinotti, dos cofres públicos, para onde o povo o mandara em forma de taxas obrigatórias nas contribuições providenciais. [...] Quando Tenório diz que faz, faz mesmo. (LUTA DEMOCRÁTICA, 8/5/1960, p.3).

Essa posição política dúbia após a construção da Vila São José, de aderir ao governo federal e, ao mesmo tempo, combatê-lo, já acenava para a sua saída do partido de oposição. Após as eleições de 1958, ficou evidente que a UDN não tinha intenção de abrir caminho para que Tenório Cavalcanti pudesse ocupar um espaço maior no campo político do Rio de Janeiro. Em 1959 ele se posicionou contra a candidatura de Jânio Quadros à presidência da República, apoiada por Lacerda, e utilizou as páginas do *Luta Democrática* para se lançar ao cargo, independente de qualquer apoio do partido:

> Em todas as camadas sociais a candidatura do deputado Tenório Cavalcanti à presidência da República encontra uma palavra de entusiasmo. [...] Parlamentares de todos os partidos, representantes de diferentes tendências ideológicas foram os primeiros a testemunhar o avanço da candidatura Tenório Cavalcanti à presidência da República. Pessedistas, udenistas e trabalhistas responderam a nossa enquete sem o menor constrangimento, empolgados com a marcha do deputado fluminense. (LUTA DEMOCRÁTICA, 5/8/1959, p.3).

Uma reportagem assim propagou:

> Prossegue a sua marcha vitoriosa pelo Brasil, a candidatura de Tenório Cavalcanti à presidência da República. [...]. Como sempre, a curiosidade popular e a aura de uma simpatia que se manifesta em todo o território nacional cumularam de atenções e homenagens o "Homem da Capa Preta." [...]. Para aspirar ao cargo de primeiro magistrado da nação, ante os olhos atônitos de seus competidores [...] terá ele, talvez, de registrar um partido, o que lhe é sobremodo fácil, já que, só no estado do Rio, nas últimas eleições, obteve mais de cinquenta mil votos, justamente o número de eleitores necessários ao registro de uma agremiação política na Justiça Eleitoral. (LUTA DEMOCRÁTICA, 7/8/1959, p.3).

Na coluna intitulada *Milagre do povo*, Tenório revelou que só se lançou candidato à presidência em protesto contra a decisão da UDN em não apoiar a candidatura de Juraci Magalhães. O partido preferiu lançar, segundo as suas palavras, um candidato estranho, que só tinha interesse em defender os grupos econômicos que o lançaram (LUTA DEMOCRÁTICA, 16/8/1959, p.3). É provável que Tenório percebesse Jânio Quadros como um obstáculo às suas pretensões dentro do partido. Nas campanhas eleitorais para a prefeitura e para o governo de São Paulo[104], Jânio construiu uma imagem pública parecida com a de Tenório no Rio de Janeiro. Manejava símbolos, como a vassoura para varrer a corrupção nos órgãos públicos, e construía discursos de apelo popular contra a máquina do PSP que controlava o governo[105]. Foi o principal ícone da campanha udenista em busca do voto do povo nas eleições de 1960.

Naquele momento, porém, Tenório se inclinou fortemente por uma aproximação com o governo federal. Juraci Magalhães representava essa possibilidade, pois seu nome chegou a ser apoiado pelo próprio presidente Juscelino Kubitschek como uma forma de unir os três maiores partidos nacionais (PTB, PSD e UDN) em torno de uma candidatura hegemônica. Contudo, dentro da UDN, Carlos Lacerda representou a corrente de oposição a esta possibilidade e apoiou fortemente a candidatura de Jânio Quadros. Ao fim e ao cabo, o pleito presidencial foi disputado entre Jânio Quadros, que se candidatou pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e foi apoiado pela UDN e pelo PL, contra a aliança formada entre PSD e PTB em torno dos nomes do marechal Henrique Lott, para presidente, e João Goulart, para vice. Adhemar de Barros, do PSP, também concorreu nesse pleito como uma terceira força. Mesmo com o suporte da UDN durante a sua campanha, Jânio tomou decisões contrárias a do

[104] Jânio Quadros foi eleito prefeito de São Paulo em 1953. No ano seguinte se candidatou ao governo do estado e venceu novamente às eleições.

[105] Sobre a representatividade do janismo e do adhemarismo em São Paulo, ver: DUARTE, Adriano; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros de Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). In: *Cadernos AEL*, v.11, n 20/21, UNICAMP/IFCH/AEL, p.87-121, 2004.

partido. A principal delas foi o apoio à criação dos comitês Jan-Jan, em defesa do nome de João Goulart para vice.

TENÓRIO E O ÍNDIO — Esse habitante da tabo de Diarui veio ao Rio contemplar as maravilhas da civilização e pediu a Tenório que lhe feche o corpo. Ei-lo, no clichê, apertando a mão do deputado fluminense e usando seu chapéu e sua capa. Mas o indígena é tão sabido como aquele seu irmão das selvas que pediu um cartório ao presidente Getúlio Vargas. O Mauricio Wassermann, que o viu agredendo alguma coisa ao ouvido do representante fluminense, que balançava a cabeça negativamente, perguntou, baixinho, para não chamar a atenção dos presentes:

—Que é que êle quer, Tenório?

E Tenório, malicioso:

—Esses índios? Queria meu colete de aço.

Reprodução fotográfica 28 - Índio, ao fundo, apertando a mão de Tenório e trajando o seu chapéu e capa preta. (LUTA DEMOCRÁTICA, 21/4/1957, p.3).

DA BANCADA DE IMPRENSA

escreve JAIR MARTINS, o Índio

RECADO AO ELEITOR

Jair e Tenório, seu padrinho

Reprodução fotográfica 29 - A coluna diária de Índio mostrava a sua identidade política com Tenório Cavalcanti e anunciava os locais onde poderiam ser encontradas as suas cédulas eleitorais. (LUTA DEMOCRÁTICA, 23/9/1958, p.3).

"SANCHO SEM PANÇA"

CHAVES

SANCHO SEM PANÇA "LUTA"

PARA VEREADOR: O AMIGO DOS HUMILDES!

Francisco M.

O eleitorado caxiense conhece bem seus candidatos. Não é hora de propagandas ou encarecimento de nomes. Não poderíamos, porém, deixar de pôr em relêvo a usta que Francisco de Medeiros Chaves, o SANCHO SEM PANÇA dos desassombrados "Flashes de Caxias" trava hoje.

Com tôdas as dificuldades de um candidato pobre, que tem de contar as cédulas que dá, pois não dispõe de meios, perseguido tenazmente por correntes adversas que mandaram arrancar duas únicas faixas que amigos lhe tinham dado e cobrir tôda a propaganda, uns modestos mil cartazes que afixaram nas ruas, conta mais com o descortínio político dos caxienses do que com máquina eleitoral que não montou, pois é candidato do povo, apenas tendo em vista a luta que vem mantendo pelo progresso de Caxias na trincheira que Tenório lhe tem destinado, a LUTA DEMOCRATICA.

Se mais esta trincheira lhe fôr confiada — a tribuna da Câmara Municipal — seu trabalho será ampliado. Se Caxias não lhe der essa oportunidade, todos, seus companheiros, sabemos que Caxias não será por êle menos amada ou defendida.

Confiemos nos caxienses de visão, que votarão em SANCHO SEM PANÇA.

Reprodução fotográfica 30 - Sancho Sem Pança na campanha eleitoral para vereador de Duque de Caxias no pleito de 1958. (LUTA DEMOCRÁTICA, 3/10/1958, p.5).

Contribuição da União Democrática Nacional ao Juízo Eleitoral de Duque de Caxias

Onde votar-Como votar-Instruções aos fiscais eleitorais

INSTRUÇÕES PARA OS FISCAIS

Como votar?

CANDIDATOS UDENISTAS

Todos unidos pela redenção de Caxias e de tôda a terra Fluminense

Reprodução fotográfica 31 - Tenório Cavalcanti (no alto, à direita), e Getúlio Moura (ao seu lado), eram aliados na campanha eleitoral de 1958 para o governo do estado do Rio de Janeiro. (LUTA DEMOCRÁTICA, 21/9/1958, p.9).

"ENTREGUEI A TENÓRIO, NA FRONTEIRA, A SORTE DE MINHA CANDIDATURA"

Discurso de Getúlio Moura, no comício do Lote 15, em Nova Iguaçu

"É o mais experimentado, o mais digno, o mais honrado, o mais operoso e o que melhor poderá executar um programa de govêrno que se identifique com a minha gloriosa União Democrática Nacional", disse o deputado Tenório Cavalcanti, referindo-se a Getúlio Moura

Caxias não será terra arrasada

Apôio Integral

FURTAM TUDO!

Candidatos da UDN a vereadores de Caxias

A REDENÇÃO DE CAXIAS

PROBLEMAS DO NOSSO BRASILEIRO

MELHOR INSTRUÇÃO PARA MELHORES EMPREGOS, NOSSOS MAIORES PROBLEMAS

Getúlio Moura preside à inauguração de várias obras em Nova Iguaçu

Em Vila Paulino aderiu à candidatura de Getúlio um baluarte do PTB na localidade

Cédulas de Tenório a deputado federal e de seu candidato a deputado estadual, Hector de Freitas:

São Gonçalo, Neves: Rua Floriano Peixoto, 864 e 355 (Farmácia Piedade) no Paraíso: Rua Tomás Quintanilha, 220

Reprodução fotográfica 32 - Getúlio Moura confiava na capacidade de Tenório em conquistar votos para a sua candidatura nos municípios da Baixada que faziam fronteira com a capital. (LUTA DEMOCRÁTICA, 25/9/1958, p.5).

"Eu voto nêle", diz o deputado, também pessedista, Elias Adaime — Fernando Ferrari declara que "Tenório tem a simpatia de parcelas ponderáveis da opinião brasileira" — Anísio Rocha: "Terá votação superior a de Plínio Salgado" — Batista Ramos: "Tenório presidente matará tôdas as questões" ——— (Texto na página 3)

Reprodução fotográfica 33 - Em 1959, o jornal lançou a candidatura de Tenório Cavalcanti à presidência da República (LUTA DEMOCRÁTICA, 2/8/1959, p.1).

MORRE UMA FAVELA, NASCE UMA CIDADE!

O Mangue de Caxias, onde habitavam milhares de famílias é a "terra arrasada" da primeira fotografia. A confiança dos que estavam sujeitos a uma vida deplorável, na lama, roídos pelos vermes, no deputado Tenório Cavalcanti, produziu êsse milagre: mais de 2 mil barracões intactos foram derrubados pelos tratores e o madeirame consumido pelo fogo. Os moradores dessas habitações estão sendo alojados nesta cidade nascente (segunda foto) obra do Ministro Mário Pinotti, que consegue do presidente Juscelino Kubitschek os recursos necessários para a construção de casas higiênicas, escolas e hospitais, além de uma cozinha para vender refeições mais baratas que as do SAPS aos trabalhadores. Desde os primeiros dias da enchente, Tenório trabalha diuturnamente, abandonando seus próprios interêsses particulares para, com Dom Odilão, D. Dora Kopper e uma equipe de abnegados funcionários da Legião Brasileira de Assistência e do Ministério da Saúde dedicar-se a essa maravilhosa experiência social do atual govêrno.

Reprodução fotográfica 34 - O jornal deu ampla divulgação a criação da Vila São José, erguida no lugar onde se encontrava a favela do Mangue. (LUTA DEMOCRÁTICA, 21/4/1959, p.1).

3.3 As eleições da Guanabara e o adeus a UDN

Em abril de 1960, a chamada lei San Tiago Dantas determinou as regras para a criação do novo estado da Guanabara e estipulou as eleições para 3 de outubro. Pela primeira vez o eleitorado carioca escolheria seu governante por via direta. Tenório Cavalcanti se declarou candidato para disputar o cargo de governador, mas o escolhido pela UDN foi Carlos Lacerda. Assim, Tenório decidiu se afastar do partido ao qual esteve filiado nos últimos 15 anos e se lançar candidato oficialmente pelo Partido Rural Trabalhista (PRT)[106] poucos meses antes das eleições. Com as escolhas da UDN sendo contrárias as suas posições Tenório foi formando a opinião de que o partido da oposição não desejava popularizar-se. Às vésperas das eleições da Guanabara fez seu pronunciamento na TV Continental em tom de despedida. Enfatizou no discurso que não era ele que estava se afastando da UDN, mas o partido é que o abandonara por ter se afastado do povo:

> O senador Afonso Arinos que, através do meu jornal popular, e em memorável campanha, tanto ajudei a eleger-se, em frequentes ocasiões disse em praça pública que eu era a janela por onde entravam os gemidos e as aflições do povo. Pois bem, a UDN resolveu fechar essa janela, não quis mais ouvir o povo. (LUTA DEMOCRÁTICA, 16/9/1960, p.3).

Além de Lacerda e Tenório, Sérgio Magalhães saiu candidato pelo PTB e foi apoiado pelas correntes nacionalistas e pelos comunistas. Apesar de Carlos Lacerda e Sérgio Magalhães terem conseguido as maiores votações, Tenório Cavalcanti obteve 23% dos votos válidos, o equivalente a pouco mais de 220.000 votos[107]. Segundo a análise de Soares (2001, p.222), Tenório abarcou a maior parte dos votos que seriam de Sérgio Magalhães, e não de Lacerda, entre as classes sociais mais pobres. Como consequência dessa distribuição da votação, Lacerda, o vencedor do pleito, obteve um pouco mais de 20 mil sufrágios em relação

[106] Antigo Partido Republicano Trabalhista. O nome foi mudado em 1958, tendo como presidente o ex-petebista Hugo Borghi. Ver: DHBB, 2010, verbete: PARTIDO RURAL TRABALHISTA . Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx

[107] Ver: DHBB, 2010,verbete: CAVALCANTI, Tenório. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx.

a Sérgio[108]. O resultado dessas eleições reforçou a vocação política do parlamentar fluminense, o voto popular. Em torno desse público é que se consolidou a sua ideologia política que, assim, pôde oscilar entre a direita e a esquerda sem perder as características que a conformaram. A tabela abaixo, elaborada a partir de uma pesquisa quantitativa feita por Soares, evidencia a influência de Tenório Cavalcanti entre as camadas inferiores da população.

As bases sócio-econômicas dos principais candidatos às eleições para governador da Guanabara, 1960[109].

	Lacerda	Sérgio	Tenório	Total*
Cargos administrativos, de gerência e direção, profissões liberais, posições de supervisão e inspeção.	42%	22%	10%	28%
Cargos não manuais de rotina (posições de escritório, sem responsabilidade de gerência, direção ou supervisão).	31%	31%	25%	29%
Ocupações manuais especializadas, incluindo cargos de supervisão manual, como capataz. Inclui os trabalhadores especializados.	20%	33%	44%	31%
Cargos manuais semi-especializados e não especializados. Inclui trabalhadores com pouca ou nenhuma especialização.	7%	13%	21%	12%
TOTAL	100%	99%	100%	100%
NÚMERO	(698)	(417)	(322)	(1705)

*Inclui, ademais dos eleitores dos três candidatos citados, os eleitores de Mendes de Morais, os indecisos e os que não pretendiam votar.

[108] Nessas eleições Lacerda obteve 357.153 votos, contra 333.901 votos de Sérgio Magalhães. (TSE. Disponível em: http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:1328064881866260).
[109] SOARES, 1965, p.57.

A partir desses dados o autor reforça o argumento de que enquanto o eleitorado de Sérgio Magalhães espraiou-se por diversas classes sociais, diversamente, a votação em Tenório Cavalcanti e Carlos Lacerda se concentrou nas classes mais baixas e mais abastadas, respectivamente. Portanto, a despeito de Sérgio e Lacerda terem polarizado os debates políticos, o primeiro como candidato da esquerda e o segundo da direita, a distribuição dos votos entre as classes sociais polarizou Tenório e Lacerda. Soares aponta ainda que a identidade de classe dos eleitores também colocava Lacerda e Tenório em extremos opostos. Dentre os eleitores de Lacerda 39% diziam pertencer às classes mais ricas, sendo que a maioria se considerava como pertencente à alta classe média. Já entre os eleitores de Tenório, apenas 12% deles diziam pertencer a esta classe. Contudo, aqueles que se identificavam como classe trabalhadora, pobre e operária representavam 70% do eleitorado de Tenório e apenas 28% dos eleitores de Lacerda. Enquanto Lacerda atraia os mais abastados, Tenório os afugentava e entre os mais pobres ocorria o inverso (SOARES, 1965, p.61-62).

O discurso contra as elites sempre caracterizou as colunas e seções do *Luta Democrática*, mas nas eleições da Guanabara este capital político foi amplamente manejado: "com Tenório no governo o pão vai baixar, ou então baixará o pau no lombo dos exploradores do povo. [...] O martelo da lei não será de aço para a cabeça do pequeno e de algodão para os que vivem sob a sombra tutelar da fortuna" (LUTA DEMOCRÁTICA, 17/5/1960, p.3). Em um comício em Bento Ribeiro, bairro da Zona Norte, declarou: "Não querem Tenório os inimigos do trabalhador, porque sabem que serei o chicote do povo na cara dos patifes sugadores do trabalho coletivo." (LUTA DEMOCRÁTICA, 6/9/1960, p.6). O jornal colocava Lacerda como o candidato das elites conservadoras, Sérgio Magalhães como comunista subversivo e defensor de um nacionalismo e de um trabalhismo sem identidade com o povo. Mas Tenório era o autêntico líder popular, representando os excluídos. Assim definiu a sua identidade política desde o início ao declarar que a Cidade Maravilhosa não era só Zona Sul, mas, "sobretudo, Zona Norte, Zona Suburbana, Zona Rural e mais do que tudo, Zona das favelas." (LUTA DEMOCRÁTICA, 23/4/1960, p.3). Na coluna intitulada *Vamos para a luta!*, declarou:

> Não era nosso propósito interferir na campanha eleitoral a processar-se dentro em breve no novo estado da Guanabara mais do que através deste modesto jornal, orientando os leitores e, eventualmente, na praça pública, conversando com milhares de amigos, gente simples das favelas, dos subúrbios esquecidos, dos sindicatos de classe ou associações de bairros. Estamos, no entanto, já agora, dispostos a participar efetivamente da luta eleitoral. (LUTA DEMOCRÁTICA, 01/5/1960).

Nessas eleições Tenório Cavalcanti aproveitou a polarização partidária que se criou entre a UDN e o PTB para se colocar como o candidato acima dos interesses dos partidos e em defesa dos pobres:

> Vários motivos me levaram a decidir se candidatar ao governo do estado da Guanabara. Dois deles, porém, tiveram maior influência: o desejo de colaborar no sentido de por fim ao ódio existente entre as facções políticas que vivem eternamente a se degladiarem e encontrar uma solução humana para a questão das favelas. (LUTA DEMOCRÁTICA, 5/5/1960, p.3).

Segundo Sarmento (2008), com esta postura, Tenório ocupou o espaço político de Chagas Freitas nos redutos eleitorais mais pobres da Guanabara. Isso explica os altos índices de votação que o político caxiense teve nas zonas eleitorais da Zona Norte e Oeste[110]. Percebendo que o político caxiense estava ampliando seu campo político nessas áreas, Chagas procurou nos últimos dias de campanha, através do jornal *O Dia*, dirigir votos para o PTB a fim de diminuir o impacto de Tenório em seus redutos:

> Esta campanha negativa levou Chagas a se indispor com um de seus mais leais aliados, Antônio Mourão Filho, então companheiro de partido de Tenório, por considerar que a penetração maciça do justiceiro caxiense em redutos controlados por Mourão poderia acarretar em dificuldades futuras para a manutenção da rede de apoios com a qual contava. (SARMENTO, 2008, p.92).

Alguns analistas políticos que presenciaram as eleições da Guanabara consideram que a campanha de Tenório foi uma jogada da UDN para impedir o avanço do PTB entre as classes mais pobres. Assim corroborou o jornalista Pedro do Couto: "A UDN percebeu que no final as classes pobres do Rio poderiam ir para o PTB, e que tinha que haver um candidato que assumisse esse papel. Daí o apoio ao Tenório." (COUTO, 1998, p.8). O depoimento de Lacerda sobre o pleito, obviamente, não reforçou a versão de um conchavo entre a UDN e Tenório para obstaculizar a candidatura de Sérgio Magalhães, porém, confirmou que foi Tenório quem possibilitou a sua vitória:

> E o Tenório prestou esse serviço singular que, até hoje, não sei bem como foi que surgiu: ele carreou uma parte do voto do favelado, do voto não-politizado, do voto,

[110] Outro fator que contribuiu para esta ocupação do espaço de Chagas Freitas foi o apoio que a candidatura de Tenório recebeu do PSP de Adhemar de Barros (observe-se que o candidato Mendes de Morais representou uma dissidência pessepista). Miécimo da Silva e Átila Nunes foram eleitos deputados estaduais pelo PRT e PSP, respectivamente. Esses dois políticos eram peças chaves na formação do campo político chaguista na cidade do Rio de Janeiro e possuíam um eleitorado cativo no Sertão Carioca. Porém, nas eleições da Guanabara, compuseram a base aliada de Tenório Cavalcanti. Além deles, o vereador Mourão Filho, que possuía um eleitorado expressivo na região da Leopoldina, também apoiou Tenório.

> enfim, vamos chamar assim, sem querer insultar ninguém, do voto macumbeiro, que, sem a sua candidatura, teria ido para o Sérgio Magalhães. (LACERDA, 1978, p.214).

A distribuição dos votos pelas zonas eleitorais da cidade-estado indicava claramente que Lacerda era o candidato da classe média da Zona Sul, enquanto Tenório e Sérgio disputavam os votos nos subúrbios e no Sertão Carioca. A maior votação de Lacerda foi nos bairros de Copacabana e Leme (segunda maior zona eleitoral da Guanabara). Nessa região Lacerda obteve 54.149 sufrágios num total de 95.591 votos. Enquanto que Sérgio alcançou 26.235, contra apenas 9.120 de Tenório. Por outro lado, no Sertão Carioca, incluindo os bairros de Campo Grande, Santa Cruz e Realengo (a maior zona eleitoral da Guanabara), Sérgio venceu os seus dois oponentes com 36.427 votos – sua maior votação - num total de 97.925. Enquanto Tenório conseguiu 29.900, contra 20.179 de Lacerda. Tenório conseguiu a sua maior votação nos bairros de Pavuna e Madureira, mais próximos à fronteira com a Baixada Fluminense. Nessa região o político caxiense obteve 32.297 votos, contra 33.909 recebidos por Sérgio e 17.748 por Lacerda (MOTTA, 2000 a, p.36). Em função da votação recebida por Tenório, Sérgio não obteve uma vitória tão folgada em bairros do subúrbio e do Sertão Carioca quanto foi a vitória de Lacerda nos bairros da Zona Sul. Foi esse o motivo de sua derrota.

As eleições para a Guanabara mobilizaram um enorme contingente de eleitores. Quase um milhão de pessoas foram às urnas, o equivalente a cerca de 34% do total de habitantes do recém-criado estado[111]. O índice de abstenção foi muito baixo, apenas 2% votaram em branco e 1% anulou o voto. Com essa massa de eleitores decididos a votar, os candidatos só podiam tirar votos uns dos outros. Beloch (1986, p.141-142) observa que Sérgio Magalhães não precisaria tirar votos de Tenório para vencer Lacerda. Bastaria os votos do quarto candidato, Mendes de Morais, para dar a vitória ao petebista. Mendes de Morais era militar e havia sido prefeito do Distrito Federal. Segundo o autor, o pessepista tinha entrada nas camadas médias e altas. Assim, caso houvesse uma aliança entre PTB e PSP, Sérgio conseguiria tirar votos da seara lacerdista[112]. Como esta aliança não ocorreu, dificilmente Sérgio conseguiria tirar votos de Lacerda. Porém, poderia tirar de Tenório, caso sua campanha tivesse se voltado mais

[111] É importante destacar que esse grande número de eleitores devia-se, sobretudo, ao fato de que cerca de 85% da população era considerada alfabetizada e, portanto, apta a votar.

[112] Mendes de Morais obteve cerca de 5% dos votos válidos, sendo que a diferença entre Lacerda e Sérgio foi de pouco mais de 3%.

diretamente para o ataque ao político caxiense. Segundo Pedro do Couto o erro de Sérgio foi ter insistido no ataque a Lacerda:

> Várias vezes na campanha, eu e um major do Movimento Nacionalista, um homem muito inteligente, Hugo Amorim de Lima, dissemos ao Sérgio: "Sérgio, você está subindo, mas para vencer tem que atacar o Tenório. Aí é que estão os seus votos. Você não tira um voto do Carlos Lacerda. Ele tem as mal-amadas, tem não sei quem…" Antônio Maria fez um programa uma noite na televisão que incomodou o Lacerda. Olhou para a câmera e disse: "Minha senhora, não se vota num homem porque ele é bonito. Carlos Lacerda é um homem bonito, mas não se vota por isso, não. A senhora deve prestigiar o seu marido, a sua casa". Quando o Maria disse isso, Lacerda sentiu que ele tinha aberto uma cunha, que poderia lhe tirar um percentual de votos por ciúme, por chamar a atenção do sujeito para o fato de que aquilo que a mulher dele estava sentindo pelo Lacerda era tesão, não era posição política. Isso poderia prejudicá-lo. No dia seguinte Lacerda foi à televisão responder e disse assim: "Ontem, um homem gordo e balofo esteve aqui na televisão". Olhou para a câmera: "Um homem de noitadas" — aí fez uma pausa — "equívocas..."
> Mas o fato é que o Sérgio passou a todos os antilacerdistas a sensação de que ele é que podia derrotar o Lacerda. O varguismo tinha deixado raízes muito profundas na psicologia coletiva da ocasião. Lacerda era o inimigo de Vargas, responsável, para o PTB, pelo próprio suicídio de Vargas. Essa gente precisava encontrar um candidato capaz de derrotar o Lacerda, e só no final da campanha chegou à conclusão de que esse candidato era o Sérgio. (COUTO,1997, p.10).[113]

Pelo depoimento do jornalista percebe-se que a maior polarização política das eleições da Guanabara se dava entre lacerdistas e antilacerdistas. As oposições se construíram em vários sentidos. Para os que apoiavam Tenório, Lacerda era o candidato das elites e, por isso, achava que o PTB de Sérgio Magalhães deveria lhe apoiar: "Onde estão os dirigentes do PTB, que não se unem a nossa causa, à causa do povo, para combater o adversário comum, o candidato das elites [...], dos inimigos do povo?" (LUTA DEMOCRÁTICA, 13/9/1960). Para os partidários de Sérgio, Lacerda seria o candidato antivarguista ou representante do imperialismo americano, mas também poderia representar o político desprovido de conteúdo, que se valia apenas de uma imagem vazia, como revelou o depoimento de Pedro do Couto mencionado acima.

Ao longo de sua campanha Tenório Cavalcanti tentou se identificar com o voto dos favelados. Boa parte de seu capital político foi direcionado para conquistar este eleitorado. Nesse sentido, Tenório dizia que faria nas favelas cariocas o mesmo que fez na Vila São José, em Caxias, uma vez que já tinha experiência para isso. Em uma de suas colunas disse que ao invés de construir Brasília o governo federal deveria urbanizar as favelas:

[113] A importância dada por Lacerda à declaração também devia-se ao fato de que ele investia bastante na conquista do eleitorado feminino, cujo voto não era obrigatório. Nesse sentido era preciso mobilizar esse setor com mais ênfase para incluí-lo no processo eleitoral.

> Ainda estamos longe de poder convencer o governo federal a construir uma cidade para seiscentos mil habitantes, na sua totalidade gente modesta. Por enquanto ele se preocupa em construir cidades suntuosas, bairros chiques e elegantes, com prédios de vidros importados e mármore de carrara (LUTA DEMOCRÁTICA, 5/5/1960, p.3).

A transferência da capital para Brasília afastou o deputado fluminense de suas bases eleitorais. Tenório percebia claramente que dependia desse contato direto para continuar sustentando o seu capital político. Assim discursou no último dia de funcionamento do parlamento do Rio de Janeiro, quando já se declarava candidato a governador:

> Sr. Presidente, com que piedade vamos deixar 800 mil favelados que, tangidos pelo chicote da fome, do desespero do interior [...] enquistaram-se nesses morros! (...) Com que pena, Sr. Presidente, vou deixar essa gente que, nas horas de agonia, ainda tinha o Congresso Nacional para pedir algum amparo. [...], deixamos essa gente como náufragos que vão lutar no meio das ondas numa noite tempestuosa. E vamos para Brasília. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, abr, 1960, v.5, p.687).

Nessa campanha, o candidato a deputado estadual pelo PRT, Magarinos Torres passou a escrever a *Coluna do Trabalhador Favelado*:

> Tenório Cavalcanti chamou-me para que colaborasse com ele na luta para a solução das favelas cariocas. [...]. Deu-me como prova dos seus propósitos o que já fez em Caxias, na Vila São José, onde acabou com a favela existente, transformando-a num modesto, mas bonito e limpo bairro operário. É isto que ele pretende fazer com as favelas cariocas. E é isto que eu quero e é em torno disto que há oito anos eu luto pelos favelados com a União dos Trabalhadores Favelados, que fundei em 1954, para defender a favela do Borel e que se transformou numa arma de defesa e de reivindicações de todos os trabalhadores favelados. (LUTA DEMOCRÁTICA, 14/8/1960, p.9).

Além das favelas, a campanha de Tenório investiu bastante nos chamados *comitês populares*. O jornal anunciava com frequência a criação desses comitês, sobretudo, em bairros do subúrbio da Zona Norte e Oeste.

É importante ressaltar ainda que naquele pleito o apoio midiático à candidatura do parlamentar fluminense não se limitou ao *Luta Democrática*. O jornalista Carlos Palu, candidato a deputado estadual pelo PRT, criou o programa *Operação T*, que passava nas rádios Continental e Metropolitana diariamente. Quanto ao apoio partidário à campanha de Tenório, os quadros do PRT e do PSP eram apresentados como defensores do povo. Além dos já citados Magarinos Torres e Carlos Palu, os nomes de Narciso Cavalcanti, Accioly

Lins, Benjamin Farah - do PSP - e Naldir Laranjeiras - do PR - também apareciam com frequência no jornal[114].

A seção *Ronda Política* chegou a informar que o Tribunal Eleitoral impugnou o nome de dezessete candidatos do PRT sob a alegação de tendência comunista, entre eles estaria Magarinos Torres. Em tom de protesto o jornal assim replicou:

> Já pretenderam alguns deles por fim à propriedade privada ou já advogaram a ditadura do proletariado? Claro que não. Citemos o nome de dois deles: Valdemar Viana[115], vereador eleito duas vezes, líder sindical, presidente do sindicato dos empregados de bebidas. Tem realmente 23 prisões por discursos e greves contra a exploração de seus colegas. Tem também uma filha cega, vítima de um pontapé que um policial aplicou na sua esposa grávida, antes de prendê-lo pelo crime de pleitear salário maior para a sua classe. Se isso é ser comunista, então é melhor dizer logo que o regime democrático não permite a luta do trabalhador por melhores dias.
> Magarinos Torres é filho de um grande luminar das letras jurídicas, advogado [...]. Sabem por que o acusam de comunista? Pelo crime de defender o trabalhador favelado que bate à porta do seu escritório ou impedir, por meios legais, na justiça, a expulsão ou despejo em massa dos favelados. A reação não detesta os amigos da classe operária. Não é outra a razão porque Tenório é combatido. [...]. As elites, os que vivem de barriga cheia e dormem em macias camas, querem a paz falsa [...] a paz da conformidade do povo para com a exploração. E isso eles sabem que não terão com Tenório no governo. (LUTA DEMOCRÁTICA, 10/9/1960, p.2).

Certamente a UDN e o PTB marcavam muito mais a identidade política de Lacerda e Sérgio, do que o PRT em relação a Tenório. Essa suposta independência em relação ao partido levou Gláucio Soares a concluir que:

> O grande fenômeno personalista, naquelas eleições, não foi nem Lacerda, nem Jânio, mas Tenório, que, sem o apoio partidário correspondente, conseguiu votação substancial nas camadas inferiores. (SOARES, 2001, p.223).

A conclusão do autor destoa do argumento que se tem procurado defender nesta Tese: a construção de uma liderança carismática nunca se dá de modo independente. O uso da palavra "personalismo" para definir a atuação de Tenório naquele pleito pode levar a interpretação de que o capital político manejado pelo parlamentar fluminense era de ordem pessoal. Como está sendo mostrado, o Jornal *Luta Democrática* servia a Tenório como uma forma de ampliar os limites institucionais do partido. Isso ocorreu com a UDN e com o PRT. Obviamente, este último partido teve menos espaço no jornal em função do curto período de

[114] Accioly Lins assinava a coluna *Bate-Papo com Tenório*. No fim desta coluna vinha publicado o seu *slogan* de campanha: "Em cada tenorista um voto para Accioly Lins."
[115] Valdemar Viana se elegeu deputado estadual com 7.084 votos (SARMENTO, 2008, p.94).

tempo em que Tenório esteve filiado a ele e da difícil decisão de abandonar a UDN. Mesmo assim, Tenório não deixou de exaltar a importância do PRT em seu jornal:

> A venda avulsa da Luta Democrática ultrapassa a cem mil exemplares. Isso significa que, pelo menos duzentas mil pessoas, através do seu noticiário, tomam diariamente conhecimento da revolução pacífica que o Partido Republicano Trabalhista[116], lançando a candidatura de Tenório Cavalcanti ao governo do estado da Guanabara, vem levando a efeito. Pequeno partido, nunca conseguiu, através de alianças que as circunstâncias forçavam com os grandes partidos, impor o seu modesto mas admirável programa, voltado sobretudo para os problemas que afligem os trabalhadores, a esquecida classe média, o pequeno lavrador, o modesto comerciante, vítimas dos grandes grupos econômicos responsáveis pela miséria do país [...]. Os inúmeros leitores deste jornal, na sua maioria trabalhadores, devem o quanto antes, nos transportes, nas filas, nas fábricas, em todos os locais aonde forem, afirmar alto que só votarão nos candidatos do PRT. (LUTA DEMOCRÁTICA, 19/8/1960, p.3).

A construção da imagem pública de Tenório Cavalcanti através do *Luta Democrática* ocorria de modo relacional, colocando em evidencia o seu vínculo com as suas bases eleitorais e com o partido. O próprio Gláucio Soares explica, em sua análise sobre o pleito eleitoral da Guanabara, que não há uma prevalência do carisma e do personalismo na política brasileira e que o carisma não é apenas um traço do líder. Sendo assim, o autor reconhece a fundamental importância dos partidos e da base social na qual a liderança carismática se apoia. Pode-se concluir que a relação entre Lacerda-UDN-elites era mais equilibrada do que a relação Sérgio-PTB-classes pobres, já que o apoio destas classes ao petebista não foi tão evidente quanto o apoio recebido por Lacerda entre as elites. Já na relação Tenório-PRT-classes pobres, o partido, de fato, destoava por não ter uma base de classe tão forte quanto tinham UDN e PTB na Guanabara. Contudo, procurei mostrar que, pelo menos durante a campanha eleitoral, o jornal *Luta Democrática*, colocou em destaque o vínculo entre o PRT e seus correligionários com as classes mais pobres e isto certamente deu maior representatividade ao partido[117].

O capital político manejado em torno da campanha tenorista para as eleições da Guanabara era similar ao da época em que fazia parte da UDN: a defesa do trabalhador, do homem do povo, do morador da favela e de seu direito à moradia. Tenório não saiu do partido da oposição por questões de incompatibilidade ideológica. Havia espaço para uma postura mais popular dentro da UDN. A disputa entre Jânio Quadros e Juraci Magalhães para

[116] Apesar do jornal usar o antigo nome "Partido Republicano Trabalhista", oficialmente o PRT já era chamado de "Partido Rural Trabalhista."

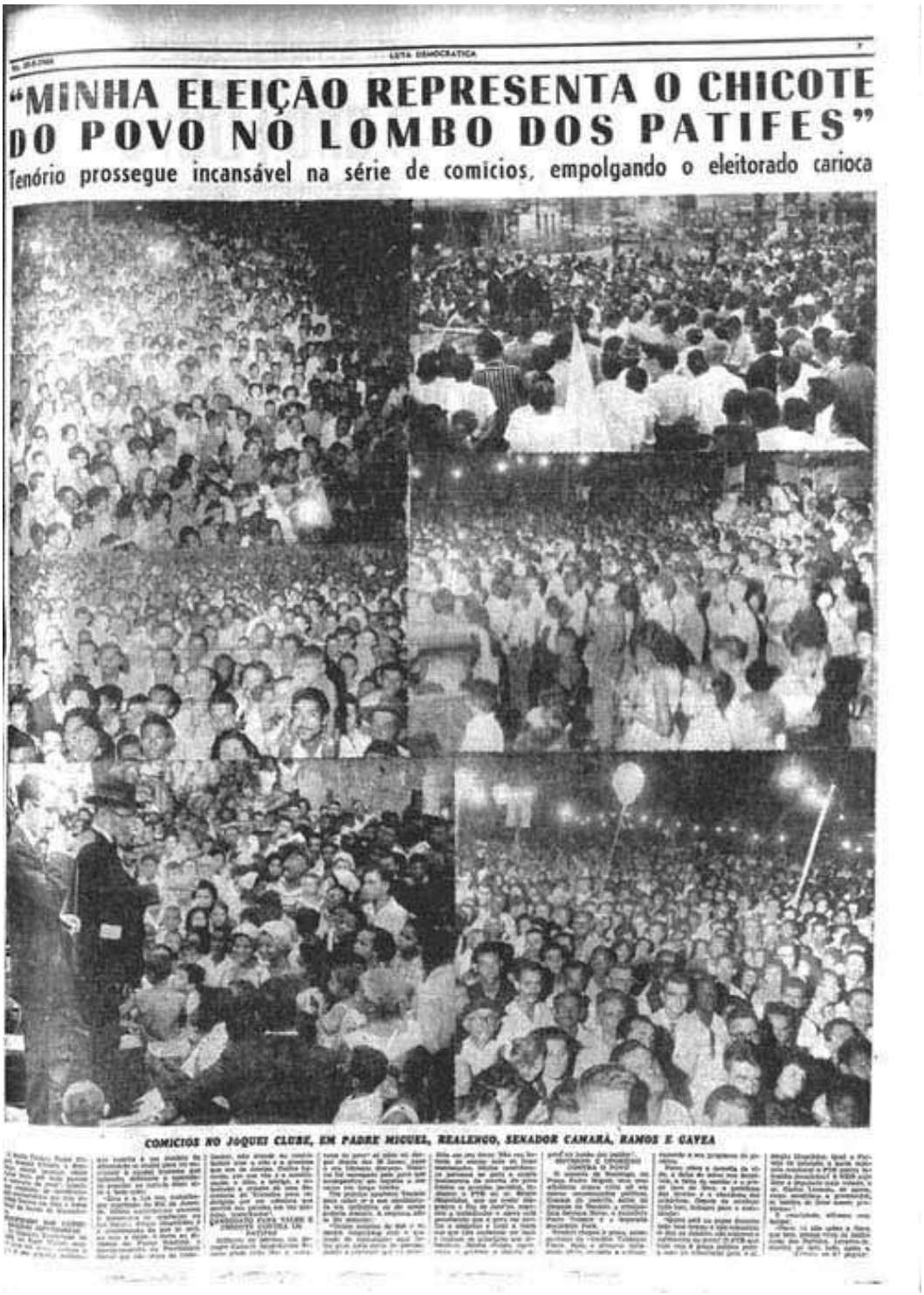
[117] Ao final do pleito, PRT e PSP juntos representaram 14% das cadeiras na Assembleia Constituinte da Guanabara. O PTB atingiu 20% e a UDN se tornou o partido com maior representação, com 29% das cadeiras.

ser o candidato apoiado pelo partido nas eleições presidenciais de 1960 evidenciava isso. É claro que interessava ao parlamentar fluminense reforçar o argumento de que a UDN fechou a janela aberta ao povo - como na frase proferida por Afonso Arinos - pois Tenório queria apresentar-se como sendo a UDN popular no Rio de Janeiro. Porém, o que prevaleceu foram escolhas que não permitiram a ascensão do político caxiense dentro do partido. Na Guanabara, o eleitorado de classe média era suficientemente expressivo para dar a vitória a um líder carismático das elites. E deu. Além disso, Lacerda tinha muito mais influência do que Tenório dentro da UDN para direcionar as decisões do partido. Tanto assim que foi decisivo na escolha de Jânio Quadros. Porém, ao perceber que tinha cacife suficiente para barganhar e dialogar diretamente com o governo federal sem a necessidade da UDN, Tenório Cavalcanti entendeu que era a hora de abandonar o barco.

Reprodução fotográfica 35 - A campanha nas eleições de 1960 fortalecia a imagem de Tenório como o candidato do povo contra as elites, representada na charge pelos cartolas. (LUTA DEMOCRÁTICA, 20/5/1960, p.1).

Reprodução fotográfica 36 - A imagem mostra Tenório apontando a Lurdinha contra os cartolas, os inimigos do povo. (LUTA DEMOCRÁTICA, 15/5/1960, p.1).

Reprodução fotográfica 37 - Mais uma vez a campanha mostrando Tenório como o candidato que lutava em defesa do povo, contra os tubarões. Seu discurso se assemelhava ao de Jânio Quadros. (LUTA DEMOCRÁTICA, 26/5/1960, p.1).



"MINHA ELEIÇÃO REPRESENTA O CHICOTE DO POVO NO LOMBO DOS PATIFES"

Tenório prossegue incansável na série de comícios, empolgando o eleitorado carioca

COMÍCIOS NO JOQUEI CLUBE, EM PADRE MIGUEL, REALENGO, SENADOR CAMARÁ, RAMOS E CAVEA

Reprodução fotográfica 38 - O discurso antielitista marcou os comícios de Tenório Cavalcanti na campanha eleitoral para o governo da Guanabara (LUTA DEMOCRÁTICA, 20/9/1960, p.7).

Reprodução fotográfica 39 - A campanha de Tenório Cavalcanti buscou cativar o eleitorado do Sertão Carioca. (LUTA DEMOCRÁTICA, 31/5/1960, p.2).

TENÓRIO SACODE AS MULTIDÕES SUBURBANAS

EM SAMPAIO, LINS DE VASCONCELOS, CAMPINHO, MADUREIRA E ENCANTADO O POVO OUVE E APLAUDE O CANDIDATO DA CAPA FAMOSA

COLUNA DO TRABALHADOR FAVELADO

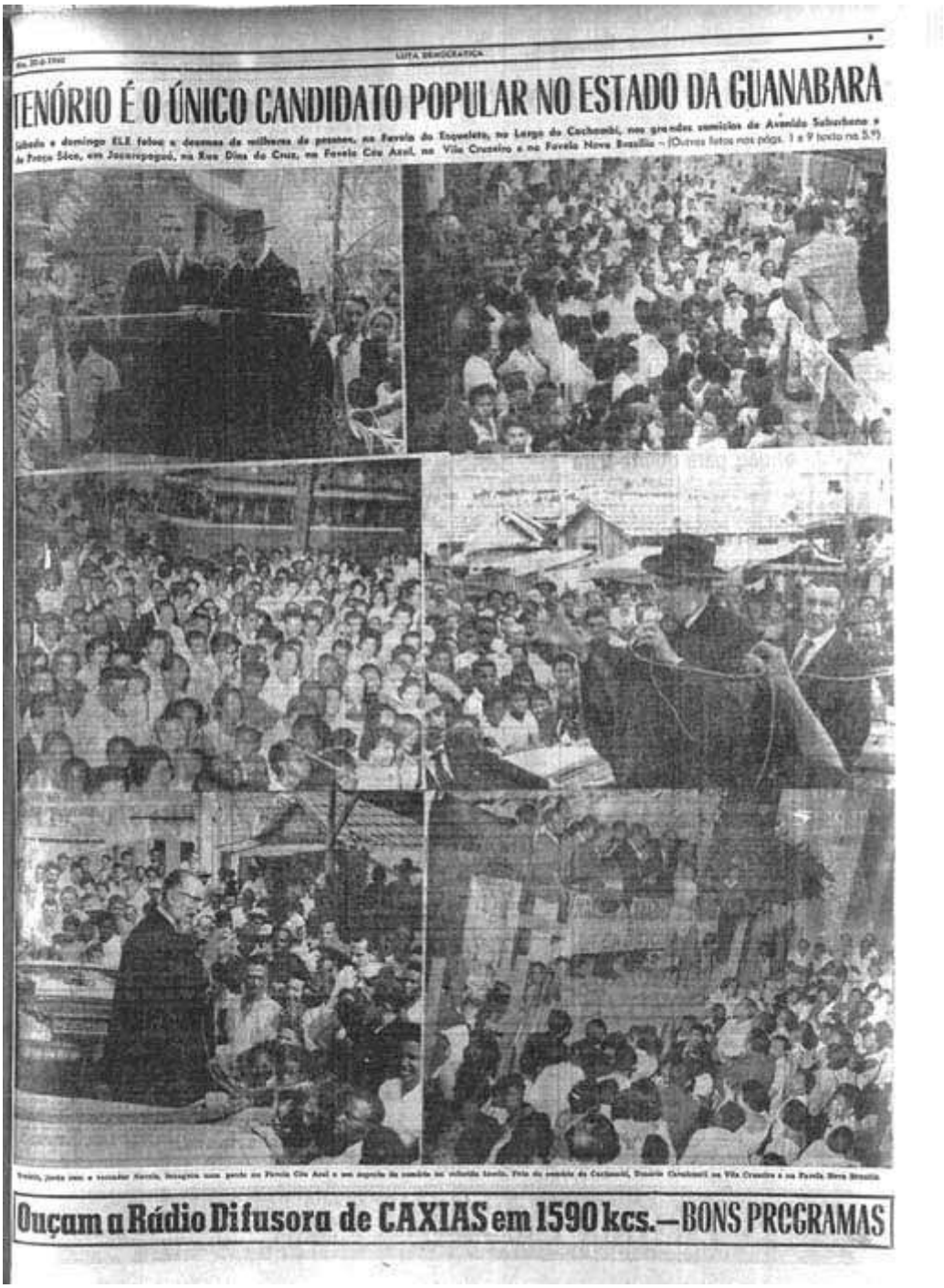
TROCAM-SE MÓVEIS

USADOS POR NOVOS

MOVEIS GLOBO

Reprodução fotográfica 40 - O eleitorado suburbano, mencionado na manchete, e na parte debaixo da página a *Coluna do Trabalhador Favelado*, de Magarinos Torres. As favelas e o subúrbio da Guanabara também estavam na mira da campanha do político caxiense (LUTA DEMOCRÁTICA, 14/8/1960, p.9).

Reprodução fotográfica 41 - Magarinos Torres recebeu amplo apoio de Tenório visando a mobilização do eleitor das favelas da Guanabara. (LUTA DEMOCRÁTICA, 1/10/1960, p.6).



LUTA DEMOCRÁTICA

TENÓRIO É O ÚNICO CANDIDATO POPULAR NO ESTADO DA GUANABARA

sábado e domingo ELE falou a dezenas de milhares de pessoas, na Favela do Esqueleto, no Largo do Cachambi, nos grandes comícios da Avenida Suburbana e da Praça Sáca, em Jacarepaguá, na Rua Dina da Cruz, na Favela Céu Azul, na Vila Cruzeiro e na Favela Nova Brasília — (Outras fotos nas págs. 1 e 9 (exto na 5.ª)

Ouçam a Rádio Difusora de CAXIAS em 1590 kcs.—BONS PROGRAMAS

Reprodução fotográfica 42 - Tenório costumava discursar nas ruas em pé sobre o seu cadilac amarelo, como mostram as fotos da campanha para o governo da Guanabara. (LUTA DEMOCRÁTICA, 30/8/1960, p.9).

Tenório, na Tv-Continental, interpelado por Jair Martins

Jair Martins fêz a pergunta a Tenório e êste está disposto a discutir o assunto perante as câmeras da televisão com o candidato udenista

Saindo da posição de espectador para a de entrevistador, o vereador Jair Martins, inesperadamente, indagou de Tenório Cavalcanti, anteontem na tv, se Carlos Lacerda era ou não traidor dos oficiais exilados por causa dos acontecimentos de Aragarças.

Tenório, respondendo, disse não ser do seu interêsse trazer à baila o assunto, a não ser que o sr. Carlos La-

(Conclui na 2.ª pág.)

Reprodução fotográfica 43 - Tenório também utilizou a TV para promover a sua campanha ao governo do estado da Guanabara. A foto mostra o político fluminense respondendo a uma pergunta de Índio na Tv Continental. Ao fundo uma sugestiva imagem, exibindo o seu vulto ao lado do Cristo Redentor. (LUTA DEMOCRÁTICA, 24/9/1960, p.1).

Reprodução fotográfica 44 - Tenório Cavalcanti na televisão. (LUTA DEMOCRÁTICA, 22/9/1960, p.1).

Reprodução fotográfica 45 - Benjamin Farah e outros políticos do PSP apoiaram Tenório no pleito de 1960. (LUTA DEMOCRÁTICA, 25/9/1960, p.9).

3.4 **A guinada à esquerda**

A partir de 1961, Tenório Cavalcanti passou a combater ferrenhamente o governo de Carlos Lacerda. Dizia que ele governava apenas para as elites da Zona Sul, esquecendo-se dos pobres suburbanos e fluminenses. Nesse sentido, condenou a política de remoção das favelas exercida pelo então governador. Na coluna *A necessidade não tem fronteiras*, ao criticar a decisão do governo de proibir a transferência de doentes dos hospitais da Baixada Fluminense para os hospitais da Guanabara, reafirmou o discurso de que as fronteiras entre a Velhacap e o estado do Rio eram fluidas para a população pobre:

> Da Velha província não saem apenas a água que abastece a população carioca, a energia que aciona os motores das suas fábricas e ilumina os prédios das ruas do Rio de Janeiro. De municípios como Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti e Niterói, diariamente, algumas centenas de milhares de trabalhadores se transportam para o Rio, seja para despender a sua energia nas fábricas e escritórios cariocas, seja para adquirir nas suas lojas e mercados boa parte das utilidades de que necessitam. De uma forma ou de outra, o certo é que concorrem para o progresso da Guanabara. [...]. Se as audiências do governador Carlos Lacerda nos subúrbios cariocas tivessem mesmo o objetivo de levantar as necessidades daquelas áreas entregues ao deus-dará, saberia, por exemplo, ao visitar Coelho Neto, Acari, Pavuna e outros locais próximos do município fluminense de São João de Meriti, que doentes cariocas são internados no hospital daquela cidade. [...]. A necessidade não tem fronteiras. [...]. No fundo, essa atitude de impedir que os indigentes do estado do Rio se valham dos hospitais cariocas, demonstra mais um desabafo de quem diria mais ou menos assim: "Já não bastam os indigentes dos subúrbios cariocas a me dar dor de cabeça!" São assim os governantes saídos das elites. [...] É por isso que nos subúrbios cariocas aumenta cada vez mais a desilusão dos seus moradores que, vivendo as mesmas dificuldades e tormentos dos fluminenses de sua classe, se revoltam ante uma medida de economia como essa a que aludimos. (LUTA DEMOCRÁTICA, 29/4/61, p.3).

A posição política antilacerdista se consolidou na cobertura que o *Luta Democrática* fez sobre o comício de 1º de maio de 1961, na Praça da Bandeira. Segundo o jornal, Lacerda considerou o comício um ato comunista devido à presença confirmada de várias lideranças de esquerda. Entre elas estavam Luis Carlos Prestes e Sérgio Magalhães. Lacerda não proibiu o evento, pois esta seria uma medida muito antipopular para o seu governo, mas colocou um jogo de futebol gratuito no Maracanã no mesmo horário. No entanto, a reportagem diz que a medida nada adiantou, pois depois do jogo todos se dirigiram para o comício. Em sua coluna intitulada *Eu sou Tenório!*, o deputado fluminense assim se referiu ao acontecimento:

> No comício da Praça da Bandeira, a que compareceu um punhado de representantes democráticos do povo, entre eles o meu ilustre adversário na campanha política ao governo do estado, deputado Sérgio Magalhães, representantes legítimos do operariado [...] foram pleitear salário móvel, para acompanhar o custo de vida; lei antitruste [...]; a regulamentação da remessa de lucros para o estrangeiro e a isenção de imposto de renda para os que recebem até cinco vezes o salário mínimo; o direito de greve que a Constituição consagrou e os poderes da República teimam em desobedece-la [...], lei agrária. [...]. Por que havia eu, então, de deserdar de uma luta de tantos anos, para fugir a esse comício que o governador Carlos Lacerda qualificou de comunista, embora nem essa qualificação arbitrária, nem a presença do sr. Carlos Prestes possa tirá-lo da área da legalidade. [...]. Os que não foram ao comício da Praça da Bandeira abandonaram as aspirações dos trabalhadores e recusaram-se a bater palmas à autodeterminação do povo cubano [...] Vou a toda parte onde haja injustiças a combater, erro a reparar, ladrão a ser corrido do convívio de homens honestos, verdades a dizer. Não sou fascista, não sou comunista, não sou covarde. Sou Tenório! (LUTA DEMOCRÁTICA,4/5/1961, p.3).

A partir da década de 1960, o acirramento da polarização política entre a direita e a esquerda, inclusive no âmbito internacional, foi conferindo a Tenório uma identidade mais claramente esquerdista, em função de suas escolhas políticas. O PTB era o partido que mais rapidamente crescia e se popularizava naquela época. Segundo pesquisa realizada por Gláucio Soares (2001), o PTB atingiu o seu maior sucesso eleitoral em 1962, quando se transformou no segundo maior partido do país. Se em 1945 o PTB tinha apenas 8% do total de deputados da Câmara, em 1962 esse índice passou para 28%. A fim de explicar esse crescimento o autor conclui que:

> Creio que esse crescimento se deve, em parte, à crescente associação do partido com a classe trabalhadora, através de uma ideologia e uma retórica trabalhistas, além de projetos ocasionais de cunho progressista. A classe trabalhadora, por sua vez, aumentou os seus efetivos em relação ao eleitorado. Assim, o crescimento do PTB derivou de uma equação multiplicativa: uma percentagem (cada vez maior) dos trabalhadores votava no partido, e os trabalhadores eram uma percentagem cada vez maior do eleitorado. (SOARES, 2001, p.111).

Ainda em 1961, o deputado federal e vice-líder do PTB na Câmara, Elói Dutra, passou a escrever uma coluna no *Luta Democrática* defendendo as suas bandeiras políticas, que sempre estiveram alinhadas com o partido varguista. Uma manchete da primeira página do jornal, com o sugestivo título *Tenório é trabalhista por índole, profissão e ideal* informou que Elói Dutra apelou a Jango para que convidasse o parlamentar fluminense a ingressar no seu partido. Já indicando Tenório para as eleições do ano seguinte para o governo do estado do Rio de Janeiro, Elói declarou a um repórter:

> Não devemos repetir ali o erro do estado da Guanabara, com três candidatos de um lado e Lacerda sozinho do outro. Tenório é um líder feito, consagrado pelas massas

> populares, trabalhista por índole, profissão e ideal. Sem ele vamos perder o governo da Velha Província. (LUTA DEMOCRÁTICA, 6/5/1961, p.1).

O PTB era o partido que mais crescia e consubstanciava uma ideologia trabalhista que se identificava com o capital político manejado por Tenório Cavalcanti, ainda que de modo difuso. Uma das principais lideranças do partido convidou o parlamentar fluminense para ser o candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro. A partir destes fatos, cabe perguntar: por que Tenório não aderiu ao partido dos herdeiros de Vargas? Uma resposta possível pode ser tirada da análise do próprio Soares (2001, p.110-117) sobre a estrutura organizacional do PTB. Utilizando-se bastante de pesquisa realizada por Maria Celina D'Araújo[118], o autor conclui que esta estrutura era centralizada e personalista, tornando, assim, difícil a ascensão de novos membros. Mesmo os políticos que possuíam cacife eleitoral, muitas vezes não conseguiam se impor dentro do partido para ter seu nome escolhido na disputa de um cargo. Por este motivo, vários membros deixaram o PTB ou foram expulsos do partido ao longo de sua existência[119]. Ao contrário da UDN, o PTB tinha pouca tolerância em relação às possíveis divergências contra a direção nacional do partido. Sendo assim, é possível que Tenório Cavalcanti visse no PTB um ambiente inóspito para as suas pretensões políticas futuras.

Tem sido comum na história dos partidos políticos brasileiros que as dissenções partidárias internas ocorridas em grandes partidos resultem na formação de partidos menores, que passam a abrigar políticos oriundos de diversas tendências. Foi assim com o PRT e também com o Partido Social Trabalhista (PST), o partido escolhido por Tenório Cavalcanti para se candidatar ao governo do estado do Rio de Janeiro nas eleições 1962. Ainda em maio de 1961, o *Luta Democrática* anunciou a homologação da candidatura do político fluminense. Em sua posse, Tenório fez um discurso nacionalista, contra os grandes grupos econômicos internacionais. Defendeu a reforma agrária e a ampliação da legislação trabalhista para o campo e vinculou as sua escolha política às transformações que vinham ocorrendo no cenário internacional:

> Vemos, portanto, fluminenses, o sentido de autodeterminação impresso na vontade de todos os povos. E não seria eu, que sempre lutei pelo povo e que, pelo voto popular, sou o que sou, iria neste momento, de grandes transições e decisões, assumir uma atitude passiva ou meramente contemplativa, deixando destarte de seguir a inclinação popular. (LUTA DEMOCRÁTICA, 20/5/1961, p.1).

---

[118] Ver: D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. O PTB de São Paulo: de Vargas a Ivete. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989.

[119] Hugo Borghi, por exemplo, foi expulso duas vezes do partido antes de ir para o PRT.

Em seu discurso Tenório continuou negando a sua identificação política com os comunistas, que também se abrigavam no PST, porém, reforçou a sua afinidade com o campo da esquerda e do trabalhismo:

> Sou um homem de fé religiosa. Católico por nascimento e formação. Guardo e aplico o princípio da tolerância cristã. Respeito as crenças e os credos divergentes do meu, porém, mantenho sempre acesa a esperança de conseguir a catequização daqueles para o que considero o mais acertado. Sou nacionalista por amor a minha pátria. Sou anticolonialista por devoção cristã a todos os povos que anseiam por suas independências. Sou trabalhista como foi o grande presidente Getúlio Vargas e pelo aprimoramento constante e vigilante de nossa legislação social. Sou ainda anti-imperialista, especialmente contra aqueles useiros e vezeiros em nos explorarem. Sou pela liberdade política e representativa de todos os partidos. [...] E é nesta qualidade, que neste momento, trabalhadores fluminenses, vos convoco para mais uma caminhada, e da qual, se unidos estivermos, haveremos certamente de a 3 de outubro do próximo ano, subirmos juntos as escadas do Palácio do Ingá. (LUTA DEMOCRÁTICA, 20/5/1961, p.1).

Nessa época, o título de "Tribuna da Imprensa dos Pobres", conferido por Beloch[120], não mais se adequava ao *Luta Democrática*. O jornal não mais possuía nenhuma identidade com as bandeiras levantadas pela UDN e por parte da imprensa conservadora, como *O Globo* e o *Correio da Manhã*. A despeito da sua insistência em não se declarar comunista, defendia a legalidade do partido:

> Se a justiça eleitoral não se pronunciar favorável ao pedido de registro do Partido Comunista Brasileiro, deve-se propugnar imediatamente a reforma da lei eleitoral no Congresso Nacional, e eu me proponho a fazer parte da linha avançada da defesa dessa reivindicação. [...]. Não sendo comunista, e pelo fato de não ser comunista, é que não estou impedido de marchar ombro a ombro com os comunistas, na defesa daquilo que coincida com os meus ideais. (LUTA DEMOCRÁTICA, 13/8/1961, p.3).

Após a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, Tenório se posicionou a favor da posse do vice-presidente João Goulart e foi se juntar às forças que defendiam a legalidade no Rio Grande do Sul. Na Câmara dos Deputados, criticou a implementação do sistema parlamentarista para garantir a posse de Jango ao dizer que se tratava da preparação para um golpe de direita:

> Embora não sendo profeta, a experiência de 35 anos de vida pública me autoriza a fazer previsões com a minha autoridade de líder popular, que não é um líder sindical que conduz massa politizada, mas um líder que conduz tuberculosos, desempregados, favelados, paus-de-arara, mutilados, descrentes, desiludidos, desesperados. Esses acreditam nas palavras desse líder popular, cujo nome a

[120] Ver esta Tese, p.187.

> imprensa hoje omite propositadamente. [...] E essa imprensa que teme está dando cobertura aos que contribuem para aumentar o volume de palha seca que trará, inevitavelmente, a coivara da guerra civil que se está preparando para o Brasil. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, Nov, 1961, v.29, p.720).

Daí em diante o deputado fluminense e o seu jornal passaram a se identificar cada vez mais fortemente com as correntes políticas que se posicionavam contra o capital estrangeiro e a favor das reformas de base: "Manifesto de líderes sindicais apoiando a luta nacionalista de Tenório." (LUTA DEMOCRÁTICA, 1-2/4/1962, p.1). O *Luta Democrática* publicava alguns suplementos especiais aos domingos buscando vincular Tenório com o combate ao imperialismo norte-americano:

> Com esse suplemento a Luta Democrática visa ao esclarecimento do povo brasileiro, mostrando-lhe que a citada 'Aliança para o progresso[121]' é um estratagema que só faz o progresso dos americanos do norte e de seus comparsas no Brasil. [...]. É mentira que os EUA nos queiram ajudar. Em princípio, querem é nos explorar ainda mais. [...]. Palavras, apenas palavras, promessas, apenas promessas, sem nenhum compromisso sério a não ser intensificarem, cada vez mais, a sangria de dólares que continuamente são enviados aos capitalistas americanos, na forma de royalties, remessa de lucros, juros e todas as safadezas possíveis. Toda a América Latina vive há séculos espoliada pelos Estados Unidos, que consideram os povos latino-americanos, povos inferiores. (LUTA DEMOCRÁTICA, 1-2/4/1962, suplemento especial).

Alguns dias mais tarde, outro suplemento anunciou em letras grandes: *Brasileiros: o inimigo é um só. O capital espoliador. À luta!* (LUTA DEMOCRÁTICA, 15-16/4/1962). Esses suplementos eram, em geral, acompanhados por um quadro que mostrava um grande esquema de empresas estrangeiras e nacionais (inclusive jornais, como *O Globo* e o *Estado de São Paulo*) envolvidas numa trama cujo objetivo era espoliar o Brasil. Na tribuna da Câmara dos Deputados Tenório também fazia as suas denúncias contra esses espoliadores:

> Há o grupo do trigo que são cartéis internacionais, com americanos, italianos, ingleses, uruguaios, paraguaios, húngaros, o diabo, que se beneficiam com o empobrecimento do povo. Porque o povo sabe que a incidência do imposto de vendas e consignações sobre o pão que o homem come, o sapato que o operário calça e a roupa que veste o pobre, o dinheiro tirado desse setor não é devolvido em favor desse pobre, nem em benefício da coletividade, mas em favor da valorização da propriedade dos ricos [...]. Nem se fale na Standard, na Esso, porque incorremos o risco de sermos chamados de comunistas. Mas vamos repetir que o Sr. Moreira Sales[122] conhece toda essa máquina e sabe que há Ministros no governo vinculados à Hanna e a outros grupos que se beneficiam com o empobrecimento do povo. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, novembro de 1961, vol.29, p.705).

[121] Programa financiado pelos Estados Unidos visando o desenvolvimento sócio-econômico da América Latina.

[122] Válter Moreira Sales foi Ministro da Fazenda no período parlamentarista do governo de João Goulart. Foi também um dos herdeiros do banco Moreira Sales, no qual teve atuação decisiva para a sua expansão.

A luta em prol das reformas de base, principalmente da reforma agrária, passou a ser uma constante. Na continuação de seu discurso defendeu a atuação de Francisco Julião[123] nas Ligas Camponesas:

> [...] antes, de Julião, no Nordeste, 10 caminhões de paus-de-arara passavam na porta de minha casa todos os dias; hoje, depois de Julião, passam dois por semana [...], esse privilégio excessivo não pode continuar nas mãos de poucos que tem tanto, enquanto muitos que tem pouco não suportam mais e já estão perdendo a paciência e querendo tomar tudo dos poucos que tem tudo. Para que isto não ocorra, a Igreja terá que desempenhar um papel importante para nos ajudar a tirar um pouco dos poucos que tem muito em favor dos muitos que tem tão pouco. Faremos isso aceitando a colaboração de Julião e de outros, para acabar com esse privilégio excessivo. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, nov, 1961, v.29, p.709).

Confuso entre a defesa da postura dos comunistas e dos progressistas em prol das reformas de base e a preocupação em se identificar como cristão, no mesmo discurso acima referido chegou a declarar-se defensor da "filosofia comunista de Jesus Cristo", no que foi automaticamente repreendido pelo deputado cristão Monsenhor Alfredo de Arruda Câmara (PDC-PE). Em que pese a confusão na definição de sua ideologia política, bradou do alto tribuna:

> Vamos às reformas! Vamos já! Os dois partidos conservadores da Casa que enfeixam nas mãos os Ministérios, parem um pouco e meditem: a reforma agrária é um imperativo de salvação do regime democrático do Brasil [...]. Ou se vota a lei antitruste e tantas outras que a nação exige, ou então que assumam a responsabilidade das consequências. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, novembro de 1961, v.30, p.597).

E sempre que podia se alinhava, mantendo seu estilo, aos discursos contrários as transações dos grandes grupos econômicos, como a Light, a Bond and Share, GE e o grupo Morgan Rockfeller:

> [...] eu tenho a coragem moral, com o risco da minha própria vida e até do meu mandato, de matar a cobra e mostrar o pau. Quando me refiro a deputados, refiro-me àqueles que, sendo deputados, são presidentes de empresas e vem aqui, em nome dessas empresas, fazer discursos contra leis que beneficiem o Brasil e vão favorecer suas empresas [...]. Eles vem para aqui exaltados pela imprensa que recebe publicidade desses grupos para serem focalizados em primeira página. [...]. Quem quiser se arriscar à vida pública que se dedique à vida pública, sem fazer dela um balcão de traficância indecorosa como temos denunciado aqui da tribuna e da praça pública, onde posso falar, porque do rádio, da televisão ou dos grandes jornais

[123] Em outubro de 1962, Francisco Julião foi eleito deputado federal por Pernambuco, representando a aliança PSB-PST. Neste mesmo pleito essa aliança também elegeu Miguel Arraes governador do estado.

> não me posso valer porque pertencem a eles [...]. Quem fez a portaria 113[124]? Não foi o Senhor Gudin? Quem é o senhor Gudin? Não é advogado da GE, da Light, desses grupos todos? E para que fez a portaria? Para beneficiar a importação de matéria-prima de firmas estrangeiras. [...] Então esses que deixaram o povo ser furtado e vão para o governo e lá praticam atos contrários aos interesses do povo que assistem ao empobrecimento das massas não estão passando sebo no laço da corda que de uma hora para outra poderá enforcar todos eles? (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, maio, 1962, v.8, p.57).

Mais adiante Tenório citou vários outros nomes de políticos e empresas estrangeiras. Voltou a falar em Válter Moreira Sales e mencionou algumas cifras em milhões, referindo-se ao valor que esses grupos levaram para fora do país. O padrão discursivo manejado pelo parlamentar fluminense continuava sendo aquele que colocava a atitude virtuosa dos defensores do povo e do interesse público, contra aqueles que usavam a política para fazer transações em benefício próprio. No entanto, mudaram os atores, o governo não era mais visto como um bloco homogêneo mancomunado através de atos corruptos. Nos anos 1960, entraram em cena os grandes grupos econômicos que se associavam com políticos e homens públicos. Este discurso caracterizava o modo como era interpretada a conjuntura política da época. Não estava apenas em Tenório, mas o deputado fluminense incorporava um capital político próprio às suas falas. Afinal, era o homem que tinha coragem de arriscar a vida para fazer tais acusações.

Nesse sentido, o deputado caxiense iniciou a sua campanha para o governo do estado do Rio de Janeiro nas eleições de 1962 se valendo dos velhos capitais políticos acionados em outras conjunturas, ou seja, manejando um discurso virtuoso e sacrificial, próprio das lideranças carismáticas. Mas, agora, este discurso envolvia temas como a luta a favor das reformas de base e contra os que se beneficiavam das transações envolvendo o capital estrangeiro. Sabia, porém, que não estava sozinho e que, portanto, não podia abrir mão de apresentar os apoios e coligações partidárias que dariam sustentação ao seu campo político. Assim anunciou a manchete sobre um comício de Tenório realizado no município de Campos, com o apoio do PSB: "Empolga os fluminenses a campanha nacionalista (...) milhares de pessoas chegam à terra Goitacás para o discurso de 1º de maio de Tenório Cavalcanti – recebido entusiasticamente na sede do Partido Socialista Brasileiro." (LUTA DEMOCRÁTICA, 1/5/1962, p.1). A reportagem seguiu anunciando:

[124] Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito, baixada por Eugênio Gudin em 1955, quando era Ministro da Fazenda. A medida favoreceu a importação de máquinas e equipamentos, abolindo a necessidade de cobertura cambial.

> Tenório, já absolutamente vitorioso na sua peregrinação cívica de apostola nacionalista, em terras fluminenses, estará hoje, Primeiro de maio, data magna do trabalhador, comungando, fraternalmente, com o povo de Campos, que em sua esmagadora maioria o levará ao Ingá, como candidato dos trabalhadores urbanos e rurais, irmanados pelo ideal comum de dar ao estado do Rio de Janeiro um governo de defesa dos interesses populares e de combate às forças ocultas do capitalismo espoliador. [...]. No PSB, Tenório pronunciou importante peça oratória, tendo, inclusive, apresentado minuciosamente, a sua plataforma governamental, toda ela baseada no mais puro nacionalismo e dentro dos princípios defendidos pelo seu partido, o Partido Social Trabalhista, principalmente estes que se confundem com os princípios defendidos pelo Partido Socialista Brasileiro. (LUTA DEMOCRÁTICA, 1/5/1962, p.1).

A reportagem destacou ainda que Tenório estava sempre acompanhado de Carlos Guimarães, candidato a deputado estadual e presidente regional do PST, e do vereador Jair Martins, o "Índio". Ressaltou que o PST e o PSB estavam juntos na defesa do trabalhador do campo, "os espoliados camponeses, escravos dos senhores de terra e de latifúndios." A campanha de Tenório Cavalcanti se voltou inteiramente para temas que estavam sendo discutidos em todo o país. No entanto, como mostrarei mais adiante, o tema nacional da reforma agrária tinha relação direta com os problemas de ordem local, específicos da Baixada Fluminense.

Noutro dia, o jornal deu ampla cobertura ao apoio recebido do Partido Trabalhista Nacional (PTN):

> O Partido Trabalhista Nacional acaba de indicar o deputado Tenório Cavalcanti para seu candidato ao governo do estado do Rio. É um ato lógico e consequente. Se as ideias que defende são realmente trabalhistas, como efetivamente são, se pretende uma campanha que realize as aspirações populares, só tinha mesmo um caminho a tomar: unir-se à candidatura de Tenório Cavalcanti, o único e grande líder genuinamente popular do estado do Rio. (LUTA DEMOCRÁTICA, 15/8/1962, p.3).

Ao longo de toda a campanha o *Luta Democrática* destacou o apoio de candidatos a vereador, a deputado e de líderes partidários de diversas legendas à candidatura de Tenório. Em um comício realizado no município de Nova Iguaçu, o político fluminense deu destaque ao candidato a prefeito da cidade, Jorge de Lima, apoiado pela coligação PSD-PST; ao deputado federal, Mario Tamborindeguy, do PSD; ao candidato a deputado estadual pelo PST, Elzio Ramalho; além de diversas lideranças comunistas locais. Em outro comício, desta vez no Norte Fluminense, o jornal reproduziu a fala de Tenório a respeito do apoio de comunistas a sua candidatura:

> Em seu discurso, o líder nacionalista disse que não era comunista. Reafirmou que era católico e que não negava sua fé, fossem quais fossem as circunstâncias. Mas

> que não poderia recusar o apoio dos comunistas [...]. Continuando, disse que não via nos comunistas perigosos inimigos da liberdade, pois na crise de agosto [...], ele encontrava os comunistas e os operários lutando por todos os meios para a preservação da liberdade dos brasileiros. Toda a campanha urdida contra o comunismo no Brasil devia-se à necessidade que os que vendiam em fatias o país tinham que criar um perigo, para pacificamente continuarem a vender a nação, roubando brasileiros. Se a URSS, acrescentou, estivesse sugando nossa economia, estaria ele contra o sistema de ocupação. Entretanto, os soviéticos aqui não tinham bancos, nem indústrias, não nos impunham royalties, constituindo o comunismo um bicho-papão, inventado pelos donos de privilégios, com o fim de perpetuá-los. Em seguida mostrou a necessidade das reformas de base, que não só os comunistas defendiam, mas também todos os brasileiros de vergonha na cara. (LUTA DEMOCRÁTICA, 16/8/1962,p.3).

Em outro comício, realizado no município de Mesquita, deu destaque a presença do presidente do PTN de Nova Iguaçu, Ademar Costa e de Gilberto de Oliveira, candidato a deputado estadual pelo PST. Já em São Gonçalo, foi destacado, dentre outros nomes, o do candidato a senador pelo PST Jonas Bahiense. Pronunciamentos desses candidatos, defendendo as pautas trabalhistas e progressistas, eram constantemente publicados no *Luta Democrática* e Tenório os exaltava como parte de sua base aliada: "Tenoristas! São esses, comigo os candidatos que o povo deve sufragar nas urnas." (LUTA DEMOCRÁTICA, 11/9/1962, p.3).

Pelo fato de Tenório ter sido apoiado por partidos pequenos ou segmentos políticos difusos, como os comunistas, e lutar contra um grande partido herdeiro da máquina pública, o PTB, o político caxiense tinha que tentar manejar seu capital político para além de sua base aliada: "O povo me acompanhará e votará em mim, acima das siglas partidárias. Porque, acima de tudo, eu sou povo (...), pois tenoristas existem em todos os partidos." (LUTA DEMOCRÁTICA, 31/7/1962, p.3). Como nas eleições anteriores, os tenoristas também eram mostrados como sendo os herdeiros do verdadeiro trabalhismo, enquanto os petebistas se valeriam apenas do uso vazio da imagem de seus líderes já falecidos. No caso das eleições de 1962, Badger da Silveira era caracterizado como um político que se valia apenas da imagem de seu falecido irmão, o ex-governador do estado do Rio de Janeiro, Roberto da Silveira[125]:

> O sr.Badger apresenta-se como candidato, não de um partido, na legítima acepção do termo, mas como aproveitador da legenda deixada por seu irmão. A cúpula partidária do PTB do estado do Rio, sem apresentar pontos de programa e tendo como plataforma passional e sentimental apenas a figura ilustre de um morto, demonstra frisantemente o seu despreparo político, o seu atraso político. [...]. O sr.Badger? Quem é o sr.Badger? Ah!...o sr.Badger, o irmão do ilustre morto que foi governador do estado do Rio. Seu maior mérito é esse. [...]. Não oferece um

[125] Roberto da Silveira governou o estado do Rio de Janeiro até fevereiro de 1961, quando faleceu em um desastre de helicóptero.

> programa, oferece um cadáver e pretendem banquetear-se com eles, os necrófilos. (LUTA DEMOCRÁTICA, 15/8/1962, p.3).

Nessas eleições, o termo tenorismo serviu para reforçar os vínculos de uma ampla base aliada, formada não apenas por seguidores cativos dos partidos, mas também pelos eleitores indecisos ou que não aderiram, de forma convicta, ao PTB no estado do Rio de Janeiro. Para isso, Tenório se aliou não apenas a alguns políticos do PSD no interior do estado[126], como também tentou vincular a sua candidatura ao PTB da Guanabara, apoiando, sobretudo, Leonel Brizola, que polarizava o campo político carioca com Lacerda. No dia do pleito a sua coluna intitulada *Quem é brizolista, vota em Tenório no estado do Rio*, assim apregoou:

> Tenório Cavalcanti apoia Eloy Dutra, Aurélio Viana, Mourão Filho e Leonel Brizola, do PTB da Guanabara, contra Lacerda, contra as forças reacionárias, contra os grupos estrangeiros, a favor dos ideais nacionalistas de libertação econômica do Brasil. [...] Não se pode ser nacionalista na Guanabara e reacionário no estado do Rio. Badger da Silveira e Bocaiúva Cunha são os testas de ferro dos grupos econômicos que dominam o estado do Rio. A imprensa reacionária, a mesma imprensa que ataca Leonel Brizola, Aurélio Viana e Mourão Filho, que ataca Eloy Dutra, ataca Tenório e louva Badger e sua quadrilha, pedindo ao povo que vote nesse Cavalo de Tróia que arruína o PTB do estado do Rio. Está patente que a luta é só uma e indivisível em todo o Brasil. [...]. os trabalhistas-nacionalistas que comparem, meditem e vejam que é com Tenório Cavalcanti que estão os ideias de Vargas. [...]. Todos os verdadeiros brizolistas, por coerência, por patriotismo, por afinidade política, por lógica, por justiça no estado do Rio devem votar em Tenório Cavalcanti. [...]. Quem for lacerdista e anti-brizolista que vote em Badger. Mas quem for antilacerda e for brizolista, no duro, vota em Tenório. (LUTA DEMOCRÁTICA, 3/10/1962, p.3).

Ao tentar associar o campo político do Rio de Janeiro ao campo político da Guanabara, que ainda há pouco era a capital da República, estava claro que Tenório queria nacionalizar o debate político. Foi nesse tom que se opôs a Badger da Silveira. Ao final do pleito, porém, Badger foi eleito com 260.000 votos contra 224.000 de Tenório[127] (BELOCH, 1986, p. 59). Nesse mesmo pleito, Tenório conseguiu mais uma vez se eleger deputado federal. A aliança que o apoiou envolveu, além do PST, o PSB e o Movimento Trabalhista

[126] Badger da Silveira, por sua vez, contava com o apoio do Partido Democrata Cristão (PDC).

[127] Edmundo Macedo Soares, Paulo Fernandes e Miguel Couto Filho também disputaram essas eleições, mas tiveram votações menores. Ao fim do pleito, Tenório reclamou sobre o resultado da votação, acusando o seu principal adversário de fraude. O parlamentar fluminense já havia feito este tipo acusação em outras ocasiões, porém, desta vez, reclamou os resultados na justiça. Anos mais tarde, em plena ditadura militar, a justiça eleitoral lhe deu ganho de causa, mas a medida já não tinha mais sentido.

Renovador (MTR)[128]. Dez dias após as eleições, quando ainda não havia sido divulgado o resultado final, uma reportagem do *Luta Democrática* deu indícios sobre os prováveis nichos eleitorais do político caxiense:

> Com relação a Duque de Caxias, é preciso que se saiba que as urnas até agora abertas são essencialmente do centro do município, onde os eleitores ficaram à mercê da Associação Comercial e seus dirigentes. Não foi ainda aberta um só urna dos distritos, onde sabem os inimigos da candidatura Tenório Cavalcanti, poderá ele tirar toda essa diferença. Aguardamos, pois, que as urnas dos distritos de Santo Antônio, Vila Rosário, Parque Beira-Mar, Centenário, Vila Sarapuí, Parque Angélica e Capivari, se abram. [...]. Em São João de Meriti, Tenório ganha em todas as urnas da cidade e quando atingir os distritos, a diferença será bastante ampliada. (LUTA DEMOCRÁTICA, 13/10/1962, p.1).

A reportagem prosseguiu dizendo que Tenório venceria Badger em toda a zona rural de Campos. Infelizmente não há dados que comprovem a veracidade dessa reportagem. Porém, é importante ressaltar o tipo de eleitor que o discurso procurou associar à candidatura de Tenório Cavalcanti. Basicamente o eleitor das periferias da Baixada Fluminense e das áreas rurais de todo o estado do Rio de Janeiro. Obviamente, o discurso propagado por um jornal pode falsear ou simplesmente se colocar em contradição com os dados mostrados através de outras fontes informativas. Porém, quando um discurso político não encontra base de sustentação nos atores sociais para os quais se dirige, ele cai no vazio, perde o significado e, consequentemente, a eficácia política. Um discurso político pode mesmo gerar posições polícias, criar noções de pertencimento e novas visões de mundo. Mas, isso não ocorre sem que seja estabelecido um canal de comunicação. Para se legitimar enquanto uma visão do mundo social que faça sentido para os atores que constituem um determinado contexto, é preciso que esse discurso se conforme a um campo político. Esse campo político, por sua vez, é formado através de conflitos. Ao longo de toda a sua trajetória política, Tenório Cavalcanti interveio em inúmeros conflitos rurais ocorridos no interior do estado do Rio de Janeiro. Assim, é bastante provável que tenha tido poder de influência sobre a população que habitava os distritos e as zonas rurais.

No primeiro capítulo desta Tese destaquei que o *Luta Democrática* divulgou a atuação de Tenório como intermediário em vários conflitos envolvendo grileiros e posseiros nas terras da Baixada Fluminense e do interior do estado do Rio de Janeiro. Aos poucos, essa atuação foi dando legitimidade a sua presença nesse tipo de conflito. No terceiro capítulo, mostrei que

[128] Tenório Cavalcanti foi eleito com 21.629 votos, uma votação muito menos expressiva do que nas eleições anteriores. Seu companheiro de chapa, Demisthoclides Batista, foi apoiado PCB, sendo o candidato com maior votação na chapa, 38.308 votos. (TSE. Disponível em: Disponível em: http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:1328064881866260).

da tribuna do parlamento Tenório também defendeu a ampliação da legislação trabalhista ao campo. Essa posição esteve constantemente vinculada a sua atuação política, muito provavelmente em função da importância da questão agrária no estado do Rio de Janeiro.

Grynszpan (2009) observa que a expansão desenfreada dos loteamentos na Baixada Fluminense foi a causa principal das disputas entre posseiros e falsos proprietários, chamados de grileiros. Inicialmente os loteamentos serviram para alimentar a perspectiva de acesso a terra, levando uma enorme massa para a região. Porém, tão logo começou a atividade especulativa com a valorização dessas terras, os loteamentos se tornaram, a partir de meados dos anos 1940, o principal motivo para as tentativas de expulsão dos lavradores que neles se estabeleceram. Assim, os despejos se tornaram um dos mais sérios problemas sociais nas zonas rurais do interior do estado do Rio de Janeiro e, principalmente, na Baixada Fluminense: "atingindo um grande número de lavradores, eles assumiram um caráter dramático e violento, com tiros, queima de casas, e destruição de plantações." (GRYNSZPAN, 2009, p.36). O autor esclarece que esses conflitos se politizaram rapidamente, ganhando ampla repercussão nas páginas dos principais jornais do país. Várias denúncias de despejo foram feitas através de periódicos a fim de evitar a ação dos grileiros e garantir a permanência na terra. Ao repercutirem essas notícias, os jornais contribuíram para a própria organização política dos lavradores.

Já na década de 1960, com a entrada do Estado através das medidas necessárias a Reforma Agrária, essas disputas se intensificaram ainda mais. Para se ter uma noção da importância da questão agrária no estado do Rio de Janeiro e, especialmente, na Baixada Fluminense daquele período, cabe destacar que até o final de 1963, a Superintendência da Política Agrária (SUPRA)[129] decretou a desapropriação de quinze áreas em todo o Brasil. Desse total, sete se localizavam no estado do Rio de Janeiro, sendo que nada menos do que cinco estavam na Baixada Fluminense (GRYNSZPAN, 2009, p.52). Na representação desses conflitos perante a opinião pública, a categoria posseiro virou uma designação genérica utilizada pelos jornais e pelos próprios movimentos sociais para caracterizar diversos grupos que pleiteavam o acesso a terra. Assim, a própria ação política foi dando contornos aos atores sociais envolvidos nos conflitos[130].

[129] Órgão do governo federal criado em outubro de 1962.

[130] A particularidade dos conflitos agrários violentos na Baixada se dava pelo fato de que muitas regiões não eram adequadamente registradas. Na maioria dos casos as terras públicas não possuíam titulação para fins de desapropriação, o que levava os conflitos aos tribunais. Nesse caso, os próprios advogados e os movimentos sociais envolvidos nos litígios é que procuravam caracterizar os lavradores como posseiros - a fim de garantir-lhes o usucapião - e os seus inimigos como grileiros.

A ampla divulgação dos conflitos através da imprensa permitiu que as questões ligadas a terra no estado do Rio de Janeiro ganhassem maior importância no cenário político nacional, sendo que os posseiros receberam forte apoio da opinião pública. Na década de 1960, Tenório não só deu respaldo aos posseiros como também tentou incitá-los a ação política em áreas de conflito, sem que necessariamente ali houvesse o usucapião. Além disso, buscava se articular diretamente com o governo federal, através da SUPRA, a fim de tentar acelerar os processos de desapropriações de terras.

A legitimação da ação política dos posseiros no campo político do Rio de Janeiro marcou não apenas as eleições de 1962 como também os anos que se seguiram até o Golpe de 1964. Durante esse período o *Luta Democrática* procurou dar reconhecimento político às ações desses grupos nos conflitos estabelecidos com os grileiros. Segundo Grynszpan (2009, p.48), a ação política dos lavradores da Baixada Fluminense foi comandada, sobretudo, pela Federação da Associação de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ) e a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ). A FALERJ foi criada na região de Xerém, no início dos anos 1950. Com o tempo passou a coordenar as ações de suas associações no âmbito municipal. Os comunistas tiveram bastante influência nessa organização, sendo que alguns membros se deslocaram dos centros urbanos, buscando agregar as organizações de favelados às ações no campo na luta pela reforma agrária. Em todo caso, os seus militantes e dirigentes eram basicamente posseiros. A medida em que os conflitos entre posseiros e grileiros foram ganhando maior visibilidade política, vários partidos e lideranças locais passaram a pleitear o controle das ações dos posseiros a fim de somar capital político. Nesse sentido, o Governador Roberto da Silveira colocou em prática, em sua gestão iniciada em 1958, o Plano de Colonização, visando a desapropriação de algumas áreas. Nas regiões em que o Plano teve maior eficácia formaram-se associações que, já na década de 1960, vieram a formar a FLERJ[131]. As duas federações disputaram a influência sobre a organização dos posseiros nas ações políticas contra os grileiros. A FALERJ procurava incitar a resistência e a ocupação, já FLERJ buscava uma atuação mais legalista e pacífica.

A partir de 1962, Tenório Cavalcanti, seus aliados e o *Luta Democrática* entraram nessa disputa para tornar a luta dos posseiros parte de seu capital político. Inicialmente os tenoristas procuraram se associar a FALERJ, haja vista que no PST se encontravam muitos comunistas, o que facilitava a aproximação. Porém, mais tarde, passaram a manejar seu

[131] Mais tarde, a FLERJ passou a contar com o apoio da Federação dos Círculos Operários Fluminenses (FCOF), fortemente associada à Igreja Católica.

capital político de forma mais independente unindo-se, às vezes, a FLERJ, ou atuando por conta própria. Para isso, formaram uma rede de intermediários que, em muitos casos, tomaram a frente das ações políticas exercidas pelos posseiros. Dentre esses intermediários destacou-se Paulo Valente Lima, secretário e cabo eleitoral de Tenório. O nome deste militante apareceu em várias reportagens do *Luta Democrática*, como por exemplo esta, sobre as queixas de lavradores de Paracambi em relação à atitude violenta de grileiros:

> Cumprindo instruções do deputado Tenório Cavalcanti, o seu secretário, Paulo Valente, visitou hoje, em companhia do deputado Élzio Ramalho, representante da Frente Parlamentar Nacionalista da Assembleia Estadual e de Bráulio Rodrigues, secretário da Federação dos Lavradores do estado do Rio, a Fazenda Ribandar [...]. no município de Paracambi, há pouco recuperada por centenas de lavradores, liderados por Odário de Oliveira, presidente da ALP (Associação de Lavradores de Paracambi). (LUTA DEMOCRÁTICA, 24/5/1963, p.5).

Segundo a reportagem, a Organização Brasileira de Imóveis Territoriais LTDA se dizia proprietária da fazenda e o líder Odário de Oliveira declarou que o grileiro Nelson Grande estava contratando capangas para expulsá-los do local. Nesse mesmo sentido anunciou a manchete *Sargento da polícia militar espalha terror entre os camponeses – Associação dos Lavradores recorre a Tenório para sustar violências do policial*. A reportagem subsequente prosseguiu:

> O presidente da Associação de lavradores de Duque de Caxias, Sr. Pedro Rodrigues da Silva, compareceu a Luta Democrática, em companhia de uma comissão de camponeses das Fazendas Penha, Caixão, Capivari e Piracema [...]. Entendeu-se o Sr. Pedro Rodrigues da Silva com o Sr. Paulo Valente, solicitando a este que pedisse ao deputado Tenório Cavalcanti que, na Câmara federal, como representante do povo de Caxias, protestasse contra as arbitrariedades cometidas pelo militar da PM do estado do Rio conhecido pelo vulgo de "Sargento Baiano", a soldo dos grileiros da companhia Enco, todos latifundiários poderosos e truculentos (LUTA DEMOCRÁTICA, 07/6/1963, p.5).

Algumas semanas mais tarde, Tenório ameaçou em sua coluna: "Já entrei na luta e não sairei dela, enquanto não vir postos para correr todos os grileiros que infelicitam o estado do Rio." (LUTA DEMOCRÁTICA, 02/7/1963, p.3). Enquanto Paulo Valente entrava em contato direto com os representantes locais, Tenório tentava se articular em Brasília com os representantes do governo, especialmente àqueles ligados a SUPRA. Muitas vezes Paulo Valente atuou como o intermediário entre os lavradores e Tenório após ele próprio coordenar invasões. Assim, passou a ser visto como uma ameaça à ordem pelos delegados de polícia dos municípios onde os conflitos eram mais tensos. Luitgarde Cavalcanti contou sobre a atuação de Paulo Valente nas invasões:

> Paulo Valente Lima, que era alagoano, estava comandando a invasão da terra da fazenda do Capivari, aqui em Caxias. [...]. Era líder. Entrava com a liderança camponesa invadindo as terras do estado do Rio. Eu me lembro como hoje o dia da invasão de Capivari. (BARROS, 2010, p.14).

Esta outra reportagem narrou que o Exército vendeu as terras da Fazenda Barro Branco, localizada no distrito de Imbariê em Caxias, para uma companhia e se comprometeu a entregá-las sem os posseiros:

> A fim de esclarecer a atividade de determinados elementos que, dizendo agir em nome do Exército brasileiro, estão prometendo violências contra camponeses localizados na Fazenda Barro Branco [...], estiveram reunidos ontem no gabinete do deputado Tenório Cavalcanti, com seu secretário Paulo Valente, lavradores liderados pelo sr. Pedro Rodrigues (presidente da Associação de Lavradores de Caxias) e o advogado Francisco Almeida, representando a COCEFE, órgão que cuida do patrimônio do Exército, dirigido pelo general Morais Âncora [...]. Todas as propostas feitas ontem no gabinete de Tenório pelo advogado do Exército foram refutadas pelos camponeses, ou pelo sr. Paulo Valente, a quem, finalmente, o presidente da associação, Pedro Rodrigues, delegou poderes." (LUTA DEMOCRÁTICA, 21-22/7/1963, p.2).

Tenório criticou o governador Badger da Silveira, pedindo para que não atrapalhasse a atuação da SUPRA:

> Ao menos um gesto nobre é de se esperar do sr.Badger: não impeça que a SUPRA continue o seu trabalho profícuo, junto aos camponeses das Fazendas Capivari, Penha-Caixão, Mato Grosso e Piranema por ela desapropriadas. (LUTA DEMOCRÁTICA, 26/6/1963).

Na continuação, a reportagem deixou claro que havia uma disputa de capital político entre os tenoristas e o governador: "O estado do Rio é enorme e há diversas áreas de terra onde o governador e seu pândego executor do Plano Colonizador Agrário[132], poderão fazer suas experiências. Não atrapalhem o que (...) começa a dar os primeiros resultados." (LUTA DEMOCRÁTICA, 26/6/1963). Badger era constantemente atacado nas páginas do *Luta Democrática*, ora sendo acusado de omisso, ora de aliado dos grileiros.

As fazendas de Duque de Caxias, assim como muitas outras do estado do Rio de Janeiro que foram desapropriadas pela SUPRA, continuaram sendo alvo de grileiros durante muito tempo, o que levou a intensificação dos conflitos violentos. Em algumas colunas Tenório procurou chamar atenção para o fato criticando a atuação desse órgão federal. O

[132] Tenório se referia a Aírton Pereira.

mesmo foi feito pelo seu secretário, Paulo Valente, que, através de uma carta publicada no jornal, endereçada a João Pinheiro Neto - superintendente da SUPRA - assim se pronunciou:

> Começo, desta feita, por agradecer ao eminente brasileiro as providências tomadas e que culminaram com a desapropriação da Fazenda Tocaia, no município de Magé. Entretanto, gostaria de alertar o amigo para que não venha a acontecer com a desapropriação da Tocaia o mesmo que sucedeu com a Fazenda Cachoeirinha, da qual até hoje a SUPRA não conseguiu imitir-se na posse, por manobras de advogados do próprio órgão e que vivem mancomunados com os grileiros. [...], aproveito a oportunidade para, mais uma vez, cobrar o que já me prometeu várias vezes: a retirada dos grileiros da Fazenda Floresta [...], requerimento ao Prefeito de Duque de Caxias, solicitando certidões comprobatórias referentes às fazendas Capivari, Penha-Caixão, Piranema e Mato Grosso, a fim de que a SUPRA possa imitir-se na posse daquela área. (LUTA DEMOCRÁTICA, 1-2/3/1964, p.5).

As manchetes do *Luta Democrática* reforçaram a crítica: "SUPRA por fora da situação dos camponeses." A reportagem subsequente também se referiu ao superintendente da SUPRA:

> Sabe o sr. João Pinheiro Neto que na fazenda Santa Alice, o gado dos grileiros continua a comer a lavoura dos camponeses?
> - Na Fazenda Floresta, em Paracambi, por que se encontram os grileiros de revólver na mão, ameaçando lavradores e proibindo-os de cultivarem a terra? (LUTA DEMOCRÁTICA, 5/9/1963, p.2).

Como líder do PST na Câmara dos Deputados, a partir de março de 1962[133], Tenório tinha liberdade para dialogar diretamente com o governo federal sem se prender ao governador do estado do Rio de Janeiro. Não fazia oposição ao PTB de Jango na esfera federal, mas se opunha ao PTB de Badger da Silveira no âmbito estadual. A partir de 1963 se colocou como líder dos pequenos partidos, mais especificamente, como "líder da minoria", assumindo uma posição articulista e tentando se inserir mais diretamente nas atividades parlamentares:

> Os pequenos partidos, as minorias da Câmara, têm direito de promover inquérito parlamentar. Pois bem, o constituinte deu às minorias esse direito, mas a Câmara o tomou. Criou um regimento que exclui as minorias da participação na apuração desses fatos. Vossa Excelência vai constatar que a Câmara tem 56 comissões atualmente, e numa Câmara de 401 deputados, três partidos dispõem de 94% do total dos deputados nessas 56 comissões e dez partidos pequenos não dispõem dessas comissões [...]. A minoria denuncia a quem, Senhor Presidente? Denuncia o agente do Poder, que é da UDN, do PTB ou do PSD e não do MTR, do PR, do PSP,

[133] Além de Tenório, faziam parte da bancada do PST na Câmara os deputados Esmerino Arruda (CE), Mário Covas (SP), Adrião Bernardes (SP), Demisthoclides Batista (RJ), Waldemar Luiz Alves (PE) e Marco Antônio Tavares Coelho (Guanabara).

> porque sopa de mel não é para a boca da pobreza." (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, set./.out, 1963, v.25, p.394).

Foi essa articulação que o levou a apresentar um projeto de lei, junto com o deputado Adão Pereira Nunes (PSP-RJ), a ser avaliado pela Comissão de Constituição e Justiça, concedendo anistia às pessoas envolvidas em crimes resultantes dos conflitos agrários no estado do Rio de Janeiro:

> Artigo 1º: É concedida anistia a todos aqueles que, no território do estado do Rio de Janeiro, estiverem, por qualquer forma, envolvidos, ou ameaçados de ser envolvidos, em crimes resultantes de tomada, pela violência ou não, de terras do estado ou da União, assim como de terceiros, em face de movimentos de caráter político, inclusive, nos casos específicos da fazenda Capivari, no município de Duque de Caxias e da fazenda Cachoeirinha, no município de Magé, nesse estado. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, jul, 1963, v.15, p.128).

Grynszpan entende que, ao atuar junto aos posseiros do estado do Rio de Janeiro, Tenório Cavalcanti não estava interessado em ajuda-los, mas apenas em fortalecer o seu capital político:

> O que estava em jogo era a tentativa de formar uma máquina tenorista no campo com base em esquemas clientelísticos. Não se buscava o fortalecimento das organizações camponesas, mas, sim, a afirmação da liderança pessoal de Tenório e também de seu grupo, que passavam a se mostrar, eles mesmos, como distribuidores de terras aos posseiros. (GRYNSZPAN, 2009, p.52).

Discordo da observação do autor. Obviamente os tenoristas tinham interesses eleitoreiros ao ajudar os camponeses. Mas, isso não significa que ao buscarem esses interesses não contribuíssem para a causa dos posseiros e das organizações nas quais se inseriam. Mais uma vez, é preciso deixar de lado o conceito maniqueísta de manipulação e levar em consideração a capacidade de decisão dos próprios posseiros. Ou seja, se a aliança com os tenoristas não favorecessem os seus interesses políticos, eles não a teriam aceitado.

Os tenoristas estavam envolvidos em um campo político em que os posseiros davam as cartas. Eram eles e não os políticos o centro das atenções. Não existe uma causa política imantada apenas por interesses autênticos e puros, que favoreçam apenas um ator social de forma isolada. A política é um jogo de articulações e os atores sociais se movem de acordo com a dinâmica de funcionamento desse jogo. Essas articulações podem ou não ser escusas. Mas elas, em si, não são negativas ou positivas. Portanto, naquele contexto, os tenoristas, o governo do estado, o governo federal, através da SUPRA, a FALERJ, os comunistas e a FLERJ, estavam inseridos num jogo de articulações e negociações políticas que girava em

torno da questão da terra, da reforma agrária e, mais amplamente, das reformas de base como um todo. Nesse processo, a causa dos posseiros ganhou reconhecimento político, a conclusão é do próprio Grynszpan:

> Percebe-se, portanto, que a entrada dos posseiros no espaço político provocou deslocamentos e gerou ainda ao seu redor um processo de disputas. Desse processo, um dos resultados foi o reconhecimento de sua existência e de seus problemas. Mais do que isso, porém, foi a própria presença numérica dos posseiros que se ampliou em meio às disputas. Ainda que fossem distintas as representações que cada agente buscava impor dos posseiros, ainda que não fossem coincidentes suas propostas de ação, um efeito claro da competição foi o reforço da mobilização e da luta, das resistências e, principalmente, das ocupações. (GRYNSZPAN, 2009, p.53).

Após as eleições da Guanabara, Tenório se envolveu com o campo político da esquerda. Porém, o seu posicionamento em relação aos comunistas foi um tanto dúbio. Defendeu as suas pautas no contexto da política brasileira, mas procurou se dissociar da causa ideológica mais ampla. Desta forma se colocou em sua coluna intitulada *Inimigos do bem-estar da coletividade*:

> Sucedem-se as ocupações de terra no estado do Rio, em Pernambuco, em Minas, em todos os recantos do Brasil. Enquanto isso, no Congresso, discutem-se os diversos projetos de reforma agrária, sob pressões dos senhores de terra, dos grandes proprietários e seus aliados, que procuram dar ao fato social caráter de agitação comunistas. [...]. Em todas essas invasões de terras não se tem notícias de que os camponeses espoliados hajam invadido fazendas cultivadas. Isso que dizer, simplesmente, que o nosso homem do campo não é contra a propriedade privada. O que o indigna é a recalcitrância de certos senhores em não dar destinação social à terra. (LUTA DEMOCRÁTICA, 13/7/1963, p.3).

Noutro dia, o editorial do *Luta Democrática* assim explanou:

> Cada dia que passa maior se torna a campanha contra o comunismo entre nós. Certa imprensa, certos políticos, emissoras de rádio[134] não se cansam de martelar nesta tecla, como se o Brasil estivesse na iminência de ser dominado por essa ideologia tão estranha à nossa formação. [...]. Afinal, onde está o comunismo de que falam conhecidos senhores e escrevem alguns jornais? Nas greves de trabalhadores por salários que lhes permitam fazer face à essa inflação incontrolável? Na luta dos camponeses por um pedaço de terra deste enorme país ou contra a desumana exploração dos senhores de terra? Nos reclamos das massas, nas suas pressões junto ao Congresso para que deem as leis capazes de fortalecer a nação e permitir o seu desenvolvimento autônomo? Se tudo isso fosse resultado da ação dos comunistas, então, seria fácil a eles, em eleições como a de São Paulo, obterem uma soma avultada de votos. Ocorreu justamente o oposto[135]. (LUTA DEMOCRÁTICA, 31/10/1963, p.3).

[134] Em outra coluna, o programa de rádio chamado *Cadeia da Democracia* foi criticado pelo jornal (LUTA DEMOCRÁTICA, 24/10/1963, P.3).

[135] Adhemar de Barros venceu as eleições de 1962 para o governo do estado de São Paulo, tendo sido apoiado pela aliança PSP-PSD.

Enquanto nas páginas de seu jornal Tenório se posicionava a favor do presidente João Goulart e das reformas de base, da tribuna do parlamento marcava o seu campo:

> O Brasil está nesse quadro dividido em dois setores e não há um meio termo: direita e esquerda. Não há lugar no centro desse muro; ou se fica na direita ou se fica na esquerda. [...]. As direitas de hoje estão dominadas de pavor e perplexidade. [...]. Os que são pobres, situados nas esquerdas, como medo da subversão das direitas, começam a escorregar para as extremas esquerdas revolucionárias. [...]. As direitas conspiram entre quatro paredes a forma de se livrarem da roda compressora, da marcha das quantidades desesperadas, das massas descrentes que gemem e choram. [...]. Dizia São Tiago, o mesmo que, se ressuscitasse hoje, seria acusado pelo Departamento de Estado norte-americano, como o grande comunista brasileiro. [...]: "Vós, os ricos, chorai e pranteai por vossas desgraças, que hão de vir sobre vós." É ele quem diz e não eu. [...]. Os soldados fardados começaram a sentir os gemidos dos que sofrem e padecem no rés-do-chão-social, que não tiveram sombras tutelares da fortuna. [...]. Hoje, o jeca-tatu do Brasil caxingó, o nosso caboclo sertanejo [...], ouviu os líderes, os homens que são acusados, uns de agitadores, outros de comunistas, outros de pistoleiros, outros de Mefistófeles, outros de malucos. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, mar, 1963, v.1, p.654-655).

Em outro discurso assim pronunciou:

> Quem, Senhor Presidente, é nesta casa contra a unidade estatal, contra a encampação da Bond anda Share, da IT&T, contra lei que regula a remessa de lucros para o exterior [...], contra as reformas de base, contra as reivindicações nacionalistas? Logo, há uma corrente de opinião que é a favor disso e outra que é contra tudo isto, isto é, contra a pátria, contra o povo, contra a nação anêmica, opilada, barriguda, pernibamba e cretinizada. [...] do outro lado, os que são pela iniciativa privada, que tem base nos trusts [...], que se beneficiam com o empobrecimento do povo. [...]. Mas, dizer-se isso, incorre-se no risco de ser acusado de comunista, porque só os comunistas podem fazer tais afirmações. Nós brasileiros, que enxugamos com lenço branco as chagas das multidões sem nada, não podemos dizer isso sem incorrer no risco de vermos proibida nossa voz nas televisões e nos rádios, pelos mesmos que defendem os trustes. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ago, 1963, v.17, p.211-218).

Mesmo procurando não se identificar claramente com os comunistas e dizendo-se partidário de uma "esquerda cristã" no parlamento, Tenório Cavalcanti foi colocado no bolo de políticos ameaçados de cassação pelo regime militar que se instalou em 31 de março de 1964. Na Câmara, se colocou contra as cassações de mandatos parlamentares, manejando o seu tradicional linguajar[136]:

> Mas, agora, observa-se que a desordem chegou a um ponto que o próprio poder militar ficou, ouvidos à escuta, apreensivo da ordem e da lei que julgava estar em

[136] No *Luta Democrática* Tenório dirigiu várias críticas ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), órgão acusado de financiar parlamentares na Câmara dos Deputados para defenderem posturas oposicionistas, tentando barrar o avanço das reformas.

> perigo. Vejo uma revolução contra o comunismo e vai se usar o peso dessa revolução para perseguições pessoais. [...]. Esta Câmara aberta não dará licença para cassar mandatos de ninguém. [...]. Eu, por exemplo, serei o primeiro, e de lá o declarei, a sair daqui carregado por quatro homens numa padiola. A Câmara pode estar certa de que o primeiro tiro a ser dado em defesa desta Casa será o meu. Portanto, o primeiro a ser morto serei eu [...]. Não tenho apego à vida. Para mim, morrer tem quase o mesmo sentido que viver, porque considero a morte um mero acidente da vida. [...] Srs deputados, não sou valente, minha coragem se resume em ser eu mártir como Cristo. [...]. Que se mate no campo de batalha, que se mate na trincheira, admite-se, mas, nunca numa hora como esta, não se deve, a título de prender comunista, colocar uma rádio no ar dizendo que quem souber de um comunista telefone para esta estação. E, então, o inimigo do vizinho telefona e o cidadão que nunca foi comunista, até provar que não foi, é esbordoado, com sua esposa e filhos. Esta revolução foi feita para isto e esta câmara continua de braços cruzados, com medo de ser fechada? (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, mar./.abr, 1964, v.2, p.656).

Já no final de abril, reforçou o tom de seu discurso sacrificial e tentou desvencilhar-se dos comunistas:

> [...] que cassem o meu mandato e cassem amanhã, porque nem esta revolução nem nenhuma outra me levará a trair os compromissos que tenho com o povo, me impedirá de arriscar a minha própria vida para defender o direito deles [...]. Podem cassar, não fui eleito para ser feliz [...]. O Brasil sabe que não sou comunista. [...]. Sabem que os comunistas me consideram até como seu grande inimigo. Podem aproximar-se de mim, tentando esvaziar-me, mas perdem o tempo pois os acabo esvaziando, porque entro na área deles e uso linguagem parecida com a deles, mas não usando seus métodos ideológicos. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, abr, 1964, v.4, p.20).

Algumas semanas mais tarde, quando a situação se agravou, Tenório amenizou o tom dos seus discursos para tentar evitar a sua cassação. Procurou, de modo atrapalhado, exaltar o governo militar e apagar a sua identificação com o trabalhismo varguista, construída nos últimos anos de sua carreira. Entretanto, já era tarde:

> O partido que lidero está tranquilo, absolutamente tranquilo, porque a eleição de militar tão ilustre, detentor de virtudes positivas, proclamadas interna e externamente nas esferas da militância e nas do mundo civil, será seguro índice do firme encaminhamento dos nossos destinos, salvaguardando-se a unidade nacional, vez por outra em nossa história abalada e ameaçada por caudilhos que, embora desconhecendo os tormentos de uma trincheira, após se mascararem de salvadores procedem, ou procederam, como destruidores das menores esperanças de nossa gente pacata. [...]. Quero aquecer o coração dos brasileiros e das Forças Armadas, pra que não excluam, em sua colaboração, os brasileiros que querem ajudar a carregar a cruz que eles, sozinhos, no futuro, não vão poder carregar. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, maio , 1964, v.7, p.790).

Nos dias seguintes Tenório continuou tentando se livrar da cassação ao se colocar com um político personalista, que não tinha alianças e apenas usava a sua posição para defender o povo:

> Todos sabem, e sabem muito bem, que a imprensa popular da Guanabara lutou contra mim brutalmente e os deputados que não eram comunistas e que me apoiaram foram quase todos eleitos. Verificou ela e verificaram os comunistas que apoiando-me no estado do Rio, também elegeriam os seus, porque, combatendo a mim, sem falsa modéstia, tiveram a reprovação do povo. Não foram eleitos. Então, entraram nessa enchente no rio fluminense, na onda popular que arrastava para levar-me ao Palácio do governo, conseguindo eleger 5 ou 6 deputados comunistas, apoiados na massa que acompanhava minha candidatura. Nem por isso, Sr. Presidente, podem me atirar acusações de ter sido ontem, comunista. [...]. Muitos comunistas votaram em pessedistas, em petebistas e até udenistas, mas não publicaram, ao votarem em mim mandaram publicar. [...]; não me desmoralizem perante o povo que sempre confiou em mim, não tirem a autoridade da minha capa preta, que poderá, um dia, ser uma força para evitar choques entre o povo fardado e o povo sem farda. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, maio./.jun, 1964, v.8, p.577).

Nas páginas de seu jornal também começou a tomar uma posição dúbia em relação ao governo militar, mas o que estava em jogo era evitar a sua cassação. Em sua coluna intitulada *Aos Fluminenses*, assim escreveu:

> A frente do governo do estado encontra-se um chefe militar, fruto de árvore de boa cepa [...]. Quero que se apure a causa do meu suposto enriquecimento, que se apurem propaladas ligações com movimentos subversivos, que se vasculhem os crimes comuns em que meu nome foi envolvido, e se mostre à opinião pública em que circunstâncias tive de agir. (LUTA DEMOCRÁTICA, 5/6/1964, p.3).

Acusações por crimes de assassinato, extorsão, uso de armas de guerra, enriquecimento ilícito, ligações subversivas; tudo isso foi usado para justificar a cassação de Tenório Cavalcanti em 15 de junho de 1964. Neste dia, o político fluminense desabafou em seu jornal:

> Recebo de cabeça erguida a decisão dos novos donos da República, cassando o mandato outorgado pelo povo fluminense, a quem sirvo há mais de trinta anos. Não é a primeira vez que sou vítima de perseguições, pelo crime de dar combate a quantos se obstinam em fazer mal ao povo, embora se apresentem como campeões da democracia, defensores da civilização cristã, soldados do Exército que marcham com Deus, pela Família e pela Liberdade. [...]. Para ser franco, não sei até onde irá a punição. Se me permitirem, hoje mesmo reiniciarei minhas atividades como advogado. Preciso ganhar dinheiro para não só sustentar os meus, como centenas de pessoas, viúvas, estudantes, enfermos, velhos. Sempre agi assim e não será nenhum decreto que vai impedir-me de continuar lutando pelos que não podem lutar. (LUTA DEMOCRÁTICA, 14-15/6/1964, p.1).

Na Câmara dos Deputados também proferiu as suas palavras de despedida:

> Deixo hoje esta Câmara. Dela me despeço para desfrutar férias decretadas. (...). Rasgaram um mandato que o povo me deu. Quem tinha o poder de delegar poderes não tem armas para mantê-los. [...]. Retorno ao seio do povo, disposto a exercer minha profissão de jornalista. [...]. E, se tentar-se contra a minha segurança e minha vida pessoal, a culpa maior pertence aos atuais responsáveis que entregam o estado do Rio aos que combati durante mais de quatro lustros. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, jun, 1964, v.11).

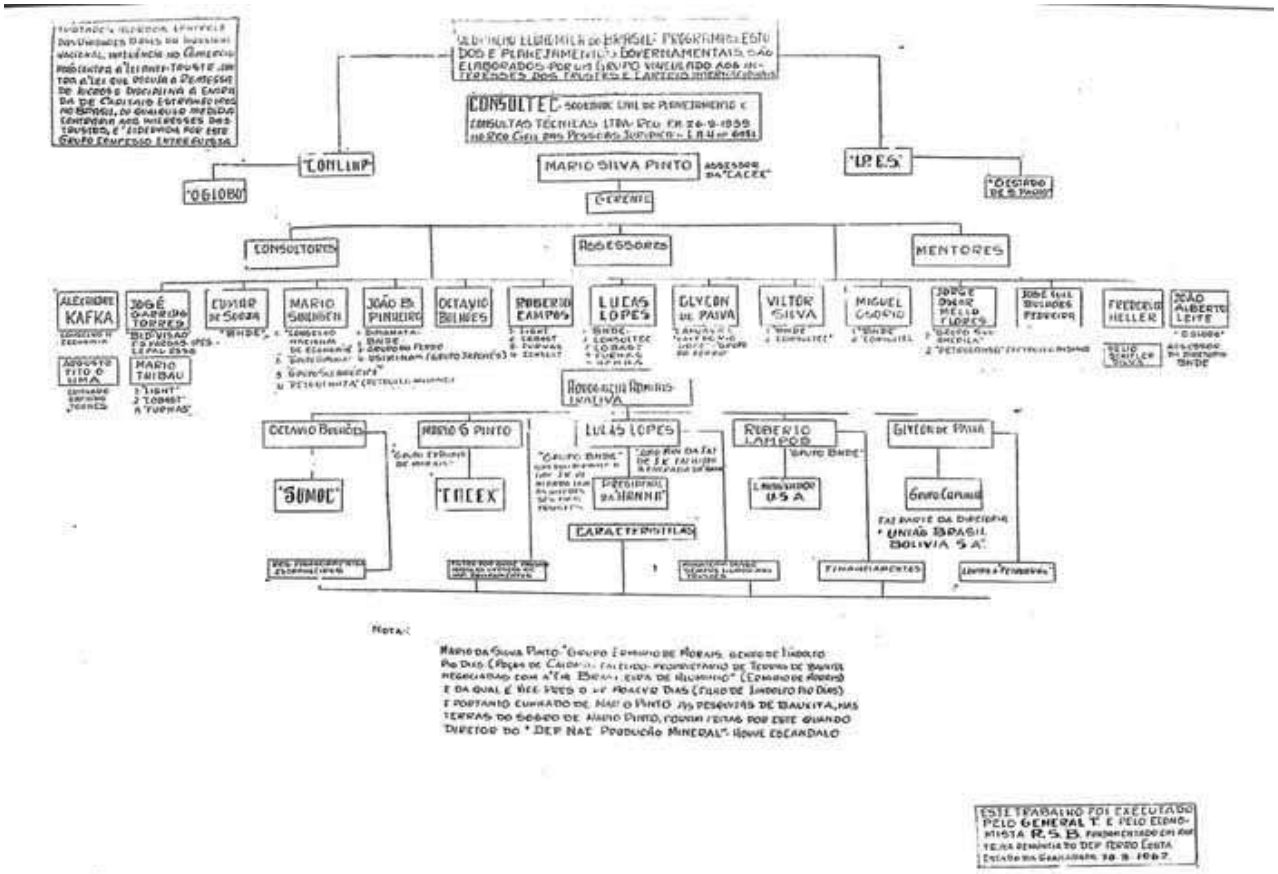
Conforme anunciou o *Luta Democrática*, Tenório Cavalcanti voltou de Brasília diretamente para Caxias e sem a intenção de buscar asilo político em delegações estrangeiras. Seu neto, Fábio Tenório, esclareceu que o exílio do ex-deputado fluminense foi em um sítio em Duque de Caxias:

> Ele (Tenório Cavalcanti) não entrou mais na Fortaleza a partir de 1964. Quando a revolução cassou o mandato dele, ele fez uma promessa de nunca mais botar os pés na Fortaleza. E ele foi e se mudou para um lugar perto da Fortaleza, quer dizer, dentro de Caxias, mais alguns quilômetros de distância; e construiu um sítio, que foi o exílio dele. [...]. O exílio dele foi no Brasil e em Duque de Caxias. Nesse sítio ele fez o exílio dele e ficou exilado ali, como o povo pobre. (TENÓRIO CAVALCANTI, 2011, p.3).

A declaração de sua filha, Maria do Carmo, corrobora a versão do neto:

> Retirou-se mais tarde para uma chácara, em Gramacho, junto à Vila São José. A fortaleza, sua última ilusão, já não o atraía mais. Essa casa, que fora a concretização de seus sonhos de grandeza, era agora para ele a imagem de sua frustração e desencanto. Tomou verdadeiro horror a ela. (FORTES, 1986, p.212).

Reprodução fotográfica 46 - Os suplementos especiais mostravam a posição de Tenório Cavalcanti contra o imperialismo norte-americano. O título desta edição era: "Como se esmaga uma nação sem sangue."(LUTA DEMOCRÁTICA, 1-2/4/1962).



Reprodução fotográfica 47 - Este quadro - que mostrava uma grande conspiração envolvendo pessoas, instituições estatais e empresas estrangeiras e nacionais - acompanhava os suplementos especiais. (LUTA DEMOCRÁTICA, 1-2/4/1962).

CONSUMADA A IGNOMÍNIA

CASSADO O MANDATO DE TENÓRIO

LUTA DEMOCRÁTICA

50

A REVOLUÇÃO DESVIOU OS SEUS OBJETIVOS INVESTINDO CONTRA OS AUTÊNTICOS LÍDERES POPULARES

À NAÇÃO

RECEBO, de cabeça erguida, a decisão dos novos donos da República, cassando o mandato outorgado pelo povo fluminense, a quem sirvo há mais de trinta anos. Não é a primeira vez que sou vítima de perseguições, pelo crime de dar combate e apontar os obstinados em fazer mal ao povo, embora se apresentem como campeões da Democracia, defensores da civilização cristã, soldados do exército que marcham com Deus, pela Família e pela Liberdade.

A esta altura da vida, estou bem preparado para receber golpes como êste. Conheço os homens, sei como agem, e não é o fato de terem alguns participado da Revolução, que os torna diferentes. Ontem, isso sim, mais arrogantes e valentes, quando a Nação, seu povo bom, exigem tenham humildade ante os terríveis problemas que têm de resolver.

Quando vejo tão exaltados e impulsivos os "revolucionários" de Aragarças e Jacareacanga; quando vejo o jovem conspícuo que é o sr. Milton Campos se esforçando, quotidianamente para justificar isso arremêdo de Democracia; quando vejo o meu velho amigo Juarez Távora a dar murros na mesa e falar tanto na necessidade de se levar ao povo a Revolução, confesso que o sentimento de piedade é o único a se apossar de mim.

Não se espante ninguém, pois, com a tranqüilidade com que recebo a punição dos revolucionários. Se não viver o bastante para ver o País retornado ao regime democrático, legarei mais essa simbólica medalha pelas lutas em favor do povo, aos meus netos.

Para ser franco, não sei até onde irá a punição. Se me permitirem, hoje mesmo, reiniciarei minhas atividades como advogado. Preciso ganhar dinheiro para não só sustentar os meus, como centenas de pessoas, viúvas, estudantes, enfermos, velhos. Sempre agi assim e não será nenhum decreto que vai impedir-me de continuar lutando pelos que não podem lutar.

Finalmente, aos cariocas e fluminenses, que juntos me deram mais de 350 mil votos, uma palavra: obrigado.

Jamais traí a confiança do povo. Sempre lutei para que a miséria, a fome, o atraso e o analfabetismo não fôssem aceitos sem protesto pelos brasileiros. Se é por isso que a Revolução me pune, então que Deus a tenha em bom lugar, dentro de pouco tempo, pois nos momentos de opressão a dignidade do País está com a oposição.

TENÓRIO CAVALCANTI

Reprodução fotográfica 48 - O jornal anunciando a cassação do mandato parlamentar de Tenório Cavalcanti. (LUTA DEMOCRÁTICA, 14-15/6/1964, p.1).

3.5 **Tenório sai de cena**

Após a cassação de seu mandato parlamentar, Tenório Cavalcanti passou nove meses preso. Segundo Luitgarde Cavalcanti, ele não foi torturado porque seu genro, casado com Maria do Carmo, era coronel do exército: "Ele não foi tocado porque o genro dele era coronel. O Coronel Fortes conseguiu que o Tenório, mesmo cassado, nunca fosse tocado. Então, logo vieram os advogados e cercaram ele." (BARROS, 2011, p.16). Depois desse período, Tenório refugiou-se no sítio em Gramacho e passou a coordenar mais diretamente duas obras sociais através de recursos filantrópicos: a Fundação São José e o Educandário Maria Tenório. Em torno dessas duas instituições é que deu continuidade ao seu assistencialismo, como revelou o seu neto, Fábio:

> Ele criou uma fundação, e nesta fundação ele criou uma escola, chamada Educandário Maria Tenório, que dava, como em um CIEP, aula de graça da creche ao supletivo. Então, era a contribuição dele para os filhos daquelas pessoas que ele deu as casas. As casas, para você ter uma noção, era uma conta de luz única; mil casas com uma só conta de luz. Então, ele pagava do bolso dele. Aí quando eu e meu irmão assumimos aquilo, eu vi que era uma loucura; até porque ele não tinha mais a entrada de dinheiro que tinha antes, o dinheiro estava indo embora. (TENÓRIO CAVALCANTI, 2010, p.4).

Mesmo mantendo essas obras assistencialistas, Tenório já não contava mais com a política e o *Luta Democrática* começava a declinar, com tiragens cada vez menores. Sua filha, Maria do Carmo, informa que, em 1979, Tenório foi homenageado na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro em comemoração aos 25 anos do seu jornal. Porém, nessa época, as páginas do periódico não mais expressavam as suas posições políticas. Referindo-se às pessoas presentes na celebração, ela assim relatou a sua visão:

> Ao lado do presidente da mesa, vereador Jorge Felipe, Tenório olhava a plateia vazia, onde estavam, além de Sérgio e eu, alguns fiéis companheiros de outras lutas. [...]. Onde estariam os estudantes, líderes sindicais, políticos e jornalistas que na noite de caça às bruxas da Revolução de 64 se refugiaram na casa de Tenório? Onde estariam tantos outros que ele ajudara, fazendo de seu corpo um escudo para protege-los da violência e da intolerância? [...] Quando foi chamado para a oração final, ele tinha também os olhos umedecidos e vagos. Comovido e distante, falou, quase em murmúrio. (FORTES, 1986, p.214).

Em novembro daquele ano foi decretado o fim do bipartidarismo, medida que levou à reformulação partidária no país. Antes desse período Tenório tentou se aproximar da situacionista Aliança Renovadora Nacional (ARENA) através das ligações que mantinha com o seu genro, Hydekel Freitas Lima[137]. Hydekel foi presidente do diretório do partido em Duque de Caxias logo após a instauração do regime militar. Em 1970, foi eleito deputado estadual e, posteriormente, foi eleito por duas vezes consecutivas (75 e 78) deputado federal pelo partido governista. Em 1979, a maioria dos partidários da ARENA migrou para o Partido Democrático Social (PDS) e Hydekel seguiu este rumo. Em 1982, deixou o mandato para ser nomeado pelo presidente, João Batista Figueiredo, prefeito de Duque de Caxias, município então considerado área de segurança nacional. Já em 1985, se filiou ao Partido da Frente Liberal (PFL). No ano seguinte apoiou a candidatura de Wellington Moreira Franco ao governo do estado do Rio de Janeiro e conseguiu se eleger suplente de Afonso Arinos nas eleições para o Senado. Em 1988, foi eleito prefeito de Duque de Caxias. Mas, no ano seguinte, com a morte do ex-udenista, assumiu a sua vaga. Ainda em 1990, ingressou no Partido da Reconstrução Nacional (PRN), o mesmo que elegeu Fernando Collor de Melo presidente da República. Segundo as fontes disponíveis, a sua carreira política culminou com a derrota que sofreu para José Camilo Zito na disputa das eleições para a prefeitura de Caxias, em 1996[138].

Em que pese estas tentativas de articulação com a ARENA e, posteriormente com o PDS, através de Hydekel, Tenório não reingressou na política após a sua cassação. Segundo Fábio Tenório, em 1982, seu avô queria se lançar candidato a deputado federal pelo PDS, mas, o próprio Hydekel teria sido a causa da desistência, em função de algumas composições partidárias que seriam obstaculizadas com a candidatura de Tenório:

> Hydeckel fez uma composição política e pediu pelo amor de Deus para que o meu avô não fosse candidato, porque se ele fosse candidato, ele (Hydeckel) não elegeria tantos deputados quanto poderia eleger, porque o meu avô ia tirar. Ele tinha mandado fazer uma pesquisa e o Tenório, como Brizola, que quando voltou foi uma enxurrada de votos, o Miguel Arraes também teve enxurrada de votos, o Tenório também teria. Então ele pediu, encarecidamente, num golpe emocional e covarde da parte dele, ao meu avô que não fosse candidato. O meu avô me perguntou o que eu achava e eu disse que não, que ele devia ser candidato, mas ele achou por bem não voltar e acertou com o Hydeckel que, em troca, ele lançaria alguém do sangue dele, que seria eu, um herdeiro político. E assim eu vim candidato a deputado estadual. (TENÓRIO CAVALCANTI, 2011, p.8).

[137] Hydekel Freitas Lima era casado com Sandra Cavalcanti.

[138] Ver: DHBB, 2010, verbete: FREITAS, Hydekel de. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx

Seu neto não foi eleito. Nesse mesmo pleito Tenório ainda cogitou a possibilidade de se candidatar a uma vaga no Senado pelo PDS, apoiando Moreira Franco - genro de Amaral Peixoto - ao governo do estado do Rio de Janeiro. Contudo, desistiu da empreitada. Nas eleições de 1986 apoiou mais uma vez a candidatura de Fábio a deputado estadual, desta vez pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) mas ele, novamente, não se elegeu. Quanto à mudança partidária, Fábio declarou que:

> Ele era muito amigo do Brizola. Na época eu cheguei a casar com a filha do Brizola e nós convivíamos muito, o Brizola, Cibilis Viana, Brandão Monteiro, Doutel de Andrade, que eram figuras expoentes do PDT, fizeram tudo para leva-lo para o PDT. Mas ele já estava cansado, ficou muito decepcionado com a minha não eleição, foi um baque emocional muito forte para ele. (TENÓRIO CAVALCANTI, 2011, p.21).

Nessa época Tenório já não tinha mais saúde para se restabelecer: "E dali em diante ele começou a entrar num processo de *Alzheimer*, que é uma doença tenebrosa e eu o retirei de Caxias em 1984, o trouxe para o Leblon, onde ele viveu comigo até a morte, em 1987[139]." (TENÓRIO CAVALCANTI, 2011, p.21). Na entrevista ao autor, Fábio Tenório contou que alguns anos após a morte do avô ele tentou se aproximar de Fernando Collor de Melo, valendo-se dos laços de amizade que a sua família tinha com a família Collor em Alagoas, sobretudo, com os pais de Fernando. No fim dos anos 1990, quando Fernando Collor brigava na justiça para voltar à política após o *impeachment*, essa aproximação levou ambos a se filiarem ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Porém, o primeiro cargo político conquistado por Collor foi somente em 2007, como senador por Alagoas, numa aliança em envolvia, além do PRTB, o PTB, partido ao qual veio a se filiar quando assumiu o cargo. Em todo caso, tal aliança não rendeu maiores frutos à carreira política de Fábio[140].

É evidente que Fábio Tenório não conseguiu levar o legado de seu avô para o cenário político que se configurou após a ditadura militar. Apesar da continuação de suas obras assistencialistas em Duque de Caxias, após o Golpe Militar de 1964, e a sua consequente cassação, Tenório começou a entrar no ostracismo. Assim, o fenômeno político expressado por Tenório Cavalcanti nasceu, viveu e morreu durante o período em que o político atuou. Como foi demonstrado ao longo desta Tese, Tenório Cavalcanti investiu fortemente na

---

[139] Tenório Cavalcanti faleceu em 5/5/1987.

[140] Conforme consta no TSE, Fábio Tenório ainda foi candidato a deputado federal pelo PTB - RJ (coligação: PTB-PTN-PSDC-PHS-PTC) nas eleições de 2010, quando obteve apenas 195 votos. Disponível em: http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/2010/2_3_Relatorio/RJ/situacao-candidato-totalizacao_todos_indeferido_recurso.pdf

construção de sua própria imagem pública, principalmente, através de seu jornal *Luta Democrática*. Utilizando este veículo, o político fluminense pôde criar uma versão própria sobre as conjunturas políticas nas quais esteve inserido e também sobre os futuros possíveis. É o caso de um mito construído em vida. Um mito que repercutiu no seu próprio tempo. No entanto, isso não significa dizer que Tenório Cavalcanti foi esquecido e, tampouco, que não seja possível usar o tenorismo como ferramenta analítica para pensarmos a respeito da maneira como a política pode ser interpretada ou redimensionada nos processos de socialização.

4 O TENORISMO COMO MITOLOGIA POLÍTICA

> O Tenorismo inicialmente, caracterizou-se como um fenômeno puramente emocional de transferência coletiva, da grande massa, para o seu herói [...]. Tenório Cavalcanti, com seu heroísmo, sua bravura, sua boa sorte, seu "penache" e sua audácia, sua incrível coragem pessoal diante dos poderosos, fazendo-os morder o pó da derrota, começou a ser alvo da atenção do povo e de todos os injustiçados. A cada afronta recebida, a cada injustiça, morte praticada em sua família, roubo, crime, o homem do povo, na sua ideia de vingança e de desforra, associava a figura valente e destemida de Tenório, que vingava por ele as afrontas, os crimes, o roubo e os crimes dos poderosos. A verdade é que o que eles, homens do povo não podiam fazer, Tenório fazia. Vingava-os a todos com a sua esplêndida coragem, o seu riso de herói e até nos seus defeitos o povo se identificava com Tenório. [...]. E Tenório, graças à sua própria capacidade intelectual, finura e percepção das coisas, do antigo herói nacional, passou para o campo político e começou a dar consistência lógica, rumo certo, à imensa força do povo. O povo politiza-se através de Tenório, seguindo-o por instinto. [...]. Aprende com Tenório a ter consciência dos fatos e a tornar a sua força mais eficaz e produtiva, continuando a transferir para Tenório todas as suas aspirações e realizando-as através de Tenório que, por sua vez, também é imantado pelo povo, formando um corpo só, sempre em evolução! (LUTA DEMOCRÁTICA, 11/9/1962, p.5).

Existem inúmeras formas de se abordar a questão do mito na política dada a enorme quantidade de ferramentas conceituais possíveis de serem manejadas. Mas, sejam quais forem os conceitos utilizados, eles só conseguem operar de forma satisfatória se pudermos

descrever a construção do mito nos contextos históricos. Aqui o mito político é entendido como uma narrativa que procura interpretar e conferir sentido a fatos e tendências que constituíram a trajetória de Tenório Cavalcanti. A seguinte passagem, retirada do texto de Alessandro Portelli (2006), exemplifica bem a interpretação que confiro ao termo mitologia política neste capítulo:

> [...] um mito não é necessariamente uma história falsa ou inventada; é isso sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não), transformando-o na formalização simbólica e narrativa das auto-representações partilhadas por uma cultura. (PORTELLI, 2006, p.120-121).

Pretendo mostrar de que maneira alguns elementos do fenômeno político expressado por Tenório Cavalcanti foram resgatados após a abertura política e como foram consubstanciados a narrativas que envolveram personagens e situações desse outro contexto histórico. Apresentarei também uma forma argumentação que pode ajudar a pensar a política dentro de dimensões mais amplas.

Um ano antes da morte de Tenório Cavalcanti, em 1986, o cineasta Sérgio Rezende lançou o filme *O Homem da Capa Preta*, baseado na história do político fluminense. O argumento do filme toma como base as duas biografias escritas por suas filhas (FORTES, 1986; CAVALCANTI, 1986), além do livro de Israel Beloch (1986). Na época em que foi lançado, teve grande repercussão, sobretudo, após ganhar cinco prêmios - inclusive o de melhor filme - no festival de cinema de Gramado. Na sua pré-estreia no cinema Roxy[141] compareceram, além de atores, alguns políticos e o próprio Tenório. Seguindo o conceito de Pollak (1992), usado no primeiro capítulo desta Tese, pode-se dizer que o filme contribuiu para que houvesse um reenquadramento da memória de Tenório Cavalcanti naquele contexto de abertura política. Assim, o filme é um discurso alternativo sobre o passado e que, de algum modo, trouxe a memória do político caxiense novamente para a esfera pública.

Durante toda a trama, a narrativa histórica se mistura com ideia da construção de um mito. Impossível separá-los. A principal mítica mostrada no filme é a do "corpo fechado", que acompanhou Tenório Cavalcanti durante toda a sua trajetória política. Logo no início é mostrado o nascimento de Tenório no Sertão Nordestino, em um cenário um tanto sobrenatural, de tom amarelado. Nesse momento, sua mãe profere uma reza rogando a sua

[141] Na época, o cinema Roxy, localizado no bairro de Copacabana, possuía uma das maiores salas da cidade do Rio de Janeiro.

proteção: “Enquanto vida tiver, nenhum mal vai lhe atingir. Bala não vai lhe matar. Mal olhado não vai lhe pegar. Nenhum mal vai lhe atingir, Natalício.” (REZENDE, 1986). Seria a origem do herói.

A cena que mostra a saída de Tenório de Palmeira dos Índios é complementada por outra em que o político aparece vestindo a sua capa preta, o chapéu e o colete à prova de balas para fazer um discurso na sacada de sua residência[142]. O elo entre as duas cenas mostra Tenório colocando um escapulário pendurado no pescoço e pronunciando outra reza, inicialmente dita por sua mãe, e finalizada com a sua fala, já como deputado estadual:

> No topo do calvário tem uma cruz. Travesseiro e cama de meu bom Jesus. A cama, onde meu bom Jesus dormiu, se deite sobre mim e me defenda de todo perigo. Nada contra mim. Ninguém contra mim. Que meus inimigos se afastem de mim. Nenhuma bala me mate. Nenhuma faca me fira. Não me aconteça mal algum. Mal olhado não me enfraqueça e o medo não me desvaneça, meu bom Jesus. Amém. (REZENDE, 1986).

É quando Tenório se transforma no herói mítico que luta contra as elites levando nas mãos as suas principais ferramentas: a metralhadora “Lurdinha” e a Constituição, que simbolizava o seus *status* de advogado do povo.

Na cena que mostra o Exército cercando a sua casa, após ser acusado pelo assassinato do delegado Albino Imparato[143], Tenório também reproduz uma espécie de oração que invoca proteção: “Prender, não me prenderão porque amarrado eu não vou. Matar, não me matarão, porque não são Nosso Senhor. Só morro no dia certo, na hora que Deus marcou[144].” (REZENDE, 1986). Além, da mítica do “corpo fechado”, que se construiu em torno de uma cultura da violência, outros dois elementos também são fortemente retratados no filme: a Baixada Fluminense como um espaço em que Tenório exercia o papel de porta-voz e de político que dava assistência à população pobre - preponderantemente formada por imigrantes nordestinos - e o jornal *Luta Democrática*, como um veículo que ajudou Tenório a se lançar no cenário político nacional.

Em 1974, foi lançado o filme *O Amuleto de Ogum*, de Nelson Pereira dos Santos. Várias cenas foram filmadas na “Fortaleza” de Caxias, onde morou Tenório Cavalcanti. A trama se desenvolve em torno de um menino que, a pedido da mãe, teve o “corpo fechado”

[142] No filme, o político foi representado pelo ator José Wilker.
[143] No filme, o delegado Albino Imparato recebeu o nome de Lino Maragato.

[144] Essa oração também apareceu numa reportagem da Revista *O Cruzeiro* sobre Tenório Cavalcanti. (O CRUZEIRO, 14/10/1950, p.71).

em um terreiro de Umbanda, após ter o marido e o outro filho assassinados em Palmeira dos Índios. Depois de passar pelo ritual mítico, o personagem principal vai para Duque de Caxias, onde se torna matador de aluguel e começa a prestar serviços para alguns bicheiros da região. Ao longo do filme são mostradas as suas aventuras e suas façanhas como herói. A história é uma evidente alusão ao mito que marcou Tenório Cavalcanti. Cabe indagar: por que uma lenda como essa seria o principal elemento que serviu ao reenquadramento da memória do deputado caxiense?

Em sua Tese de Doutorado, Linderval Augusto Monteiro (2007 a), esclarece que não é incomum que líderes populares, políticos e justiceiros da Baixada Fluminense enunciem possuir a mítica do "corpo fechado". Como já foi dito nesta Tese, essa é uma lenda muito difundia no Brasil, principalmente, no Nordeste brasileiro, de onde proveio a maioria da população baixadense[145]. A crença, obviamente, não é representativa de uma consciência política ingênua ou mal formada, porém, ganha força como um veículo de legitimação política em relações sociais pautadas por atitudes violentas. Da mesma maneira que se acredita, a partir de argumentos bastante questionáveis, que um político de boa aparência e bem formado é capaz de exercer um mandato honesto e eficiente, pode-se entender que líderes políticos acostumados a lidar com situações de conflito violento sejam mais capazes de organizar o espaço público onde a violência o corrompe. A questão é relacional, ou seja, o discurso construído sobre uma realidade social específica e a narrativa sobre uma lenda capaz de se encaixar a esta realidade se retroalimentam.

Os relatos colhidos por Monteiro de moradores de Belford-Roxo[146] e Duque de Caxias indicam que Tenório Cavalcanti foi fundamentalmente lembrado como um político que propagou a fama da Baixada Fluminense como um lugar violento. O autor pediu para que seus entrevistados fizessem uma comparação entre Tenório Cavalcanti e Joca, vereador por Nova Iguaçu e primeiro prefeito de Belford-Roxo. Ainda no final dos anos 1970, Joca passou a ser conhecido por auxiliar várias pessoas, destacando-se entre essas assistências o justiçamento de bandidos e a condução de doentes até os hospitais em uma Brasília transformada em ambulância. Após 1988, o político chegou a ser ameaçado de prisão algumas vezes em função de seu suposto envolvimento com grupos de extermínio. Porém, Joca procurou negar esse seu passado, acusando seus adversários políticos de espalhar boatos a seu respeito. Em todo caso, a fama de justiceiro contribuiu enormemente para formar a sua mítica como líder popular muito antes de seu assassinato, em 1995. Para os moradores que

[145] Ver esta Tese, p.55-56.
[146] Município pertencente a Baixada Fluminense. Foi emancipado de Nova Iguaçu em 1990.

viveram a época de Tenório e de Joca, ambos contribuíram para que a Baixada Fluminense se tornasse um lugar menos inóspito. Mesmo que para isso fosse necessário matar bandidos ou inimigos. Porém, enquanto Tenório foi lembrado, sobretudo, como um político mais preocupado com a conquista do poder, em fazer a sua própria fama, Joca foi visto como um líder popular mais próximo da população. Enquanto Tenório foi percebido como um político profissional, essencialmente, preocupado em fortalecer o seu próprio capital político e conquistar votos, Joca foi descrito como um tipo de liderança comunitária cuja principal marca era ajudar a dinamizar as ações populares e que, quando assumiu o Poder Executivo, manteve esse estilo de fazer política.

Como foi visto ao longo desta Tese, Tenório Cavalcanti construiu a sua imagem pública como um político que estava sempre próximo a população. No entanto, o seu desejo de ascender na política provavelmente contribuiu para que os moradores dos municípios baixadenses, entrevistados por Linderval, percebessem Tenório com certa desconfiança. Joca, por sua vez, foi visto como um autêntico líder popular, pois a sua ação política ficou limitada ao contexto local e não mudou o seu jeito de atuar quando chegou ao poder. Não obstante essas diferentes perspectivas sobre a forma como a população percebeu a atuação política de Joca e Tenório, é importante destacar a relação de práticas assistencialistas e clientelistas com a violência como um meio de exercer a atividade política[147]. Ambos utilizaram essas práticas como uma maneira de eliminar os inimigos e, assim, barganhar poder e ordenar o espaço público.

A Tese de José Claudio Souza Alves (1998), já exposta neste trabalho[148], explica a violência como um mecanismo estruturante das relações de poder constituídas historicamente na região da Baixada Fluminense. Para Alves, Tenório exemplifica a passagem de uma dominação oligárquica e rural, que tinha o sistema coronelista como pilar, para outro tipo de dominação sustentada em práticas clientelistas, populistas e na disputa eleitoral. Contudo, o elo entre as duas formas de dominação se deu justamente no uso da violência como um mecanismo de barganha política e de conquista do poder. Este uso da violência esclarece como Tenório Cavalcanti conseguiu se manter à margem das grandes máquinas clientelistas existentes na época. Assim, a violência foi usada como uma maneira de forçar a sua entrada

[147] No caso de Joca a violência foi retratada como um capital político usado de forma velada, tornado público apenas por seus inimigos. Já para Tenório Cavalcanti, ela era um capital político manejado inteiramente de forma pública. Tenório não apenas fazia questão de mostrar-se como alguém capaz usar a violência, exercendo-a na frente de todos, como também divulgava seus feitos no seu próprio jornal que, obviamente, tratava de criar um uso favorável ao político.

[148] Ver Tese p.91.

num campo político que se reestruturava, sem que precisasse se associar diretamente ao Estado.

Segundo o autor, essa associação entre política e violência, exemplificada por Tenório Cavalcanti, se perpetuou na Baixada Fluminense como uma característica imutável. Ela esteve presente nas estratégias dos setores dominantes nas lutas pela demarcação de terras, nas disputas pelo controle da política local, na consolidação dos grupos de extermínio - tão comuns na região ao longo dos anos 1970 - e nas formas utilizadas pelos setores populares a fim de superarem os seus problemas. Em todos esses casos, a violência foi usada como uma estratégia coletiva de caráter político que visava ordenar a esfera pública. Ela apareceu tanto pela ausência do Estado, quando foi usada nas ações populares, como para afirmar a sua presença no contexto local, quando ela foi utilizada pelos setores dominantes.

Para Alves, o ex-prefeito de Belford-Roxo, Joca, o ex-prefeito de Duque de Caxias, José Camilo Zito[149] e Tenório Cavalcanti conformaram um tipo de liderança política que se afirmava através da violência, utilizando também práticas clientelistas e assistencialistas. Em Joca essa relação era mais direta, ligada às ações populares e às relações pessoais que estabeleceu com outros políticos. Já em Zito essa relação se consolidou por vias institucionais, pois foi usada para fortalecer o seu poder sobre a máquina pública já quando ocupava cargos políticos. Porém, ambos estavam sempre buscando compor com os partidos situacionistas. Tenório, por sua vez, sempre esteve de algum modo ligado à oposição, fosse na esfera estadual, federal ou em ambas. Assim, valia-se, mormente, do populismo divulgado através das páginas do *Luta Democrática*.

Alves, portanto, entende haver um princípio estruturante nas relações de poder na Baixada Fluminense que se personificou em políticos como Tenório Cavalcanti, Joca e Zito, sendo Tenório o precursor deste elo. A combinação entre violência, clientelismo e assistencialismo foi reconhecida não apenas pela população local como também esteve presente nos cálculos políticos dos grupos dominantes estaduais e federais.

Tanto Monteiro, como Alves destacam o papel da violência na política da Baixada Fluminense. Porém, enquanto o primeiro procura mostrar um elo entre Tenório e Joca partindo de uma construção subjetiva baseada na memória da população local, o segundo destaca a presença de elementos estruturantes das relações sociais que envolvem a política. Em ambos, contudo, a violência pode tanto gerar medo e respeito, funcionando como um

[149] Zito foi eleito prefeito de Duque de Caxias por duas vezes consecutivas: 1996 e 2000. Também foi vereador por este município e deputado estadual. Assim como Joca, Zito também foi uma liderança comunitária, visto pela população local como justiceiro.

mecanismo de coerção social, como também pode ser entendida como uma elemento de legitimação popular que, ao contrário, produz aceitação e prestígio. Não se trata de um culto a violência, mas de um consentimento de que só é possível ordenar o espaço público agindo à margem das instituições formais.

Seja como estratégia política para consolidar as relações de poder dentro de um sistema clientelista, seja como elemento simbólico que estabelece vínculos diretos com códigos de valores e demandas sociais da população, a combinação entre violência e política é a chave interpretativa manejada não apenas nos filmes supracitados como também nas Teses acadêmicas. Cabe ressaltar, no entanto, que no elo estabelecido entre Tenório, Joca e Zito, essa relação só ganha sentido se for compreendida através do apelo popular que legitimava as ações dessas lideranças carismáticas. O que garantia essa legitimidade era a percepção de que esses políticos pertenciam ao povo e não às classes dominantes. Dessa forma, a política assistencialista praticada por eles ganhou maior aceitação na medida em que foi entendida não como uma troca de favores, mas como um compartilhamento. Tanto é assim que, nas entrevistas feitas por Monteiro, os moradores baixadenses desprestigiaram Tenório Cavalcanti quando ele foi percebido como um político interessado apenas em trocar votos por assistência social.

Portanto, Tenório perdeu a sua capacidade de identificação com a população quando a sua imagem de líder comunitário se distanciou de seu papel como liderança política. Quando ele deixou de ser percebido como um meio capaz de transformar as diversas demandas privadas que afligiam a população em causas públicas comuns. Enfim, quando ele passou ser visto como um político que se desapegou da população de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Os próprios atos violentos praticados por Tenório foram compreendidos de uma forma negativa quando percebidos como um meio do político fortalecer o seu grupo e não como uma maneira de beneficiar a população. Nessa chave interpretativa negativa sobre atuação do deputado fluminense, Monteiro argumenta, através dos relatos colhidos, que os moradores mais antigos da Baixada Fluminense descreveram Tenório como o precursor da ideia de que a Baixada Fluminense é um lugar violento. Para o autor, essa memória relatada pelos seus entrevistados coincide com as representações midiáticas construídas a respeito da Baixada Fluminense.

Ana Lucia Enne (2004) analisou o imaginário sobre a Baixada Fluminense construído entre as décadas de 1950 e 1990 pelos jornais *O Dia*, *Última Hora*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*. Segundo a autora, ao longo dessas décadas permaneceu a ideia de que a região estava associada, essencialmente, à violência e ao desmando público. A análise revela que nos anos

1950 e 1960, o intenso processo de loteamento e as violentas disputas por terras foram os principais acontecimentos que levaram a imprensa carioca a construir essa representação sobre a Baixada Fluminense. Nessa época, expressões como "Nordeste sem seca", "barril de pólvora" e "faroeste fluminense", foram utilizadas pela mídia para caracterizar os conflitos na região. Duque de Caxias era descrita através de vários adjetivos pejorativos como: "cidade do crime", "cidade sem lei", "Chicago da Baixada." Enne mostra ainda que o envolvimento de Tenório Cavalcanti nesses e em outros tipos de conflitos violentos alimentou fortemente as representações da mídia carioca sobre a Baixada como um espaço violento. Assim, Tenório passou a ser entendido como a personificação dessas imagens e, ao longo, do tempo, ocupou espaço na memória coletiva como o precursor dessa identidade associada a Baixada Fluminense. Mas, segundo a autora, foi durante as décadas de 1970 e 1980 que essas imagens negativas sobre a Baixada aumentaram significativamente, fazendo com que se cristalizassem como senso comum. Nesse momento se difundiram mais classificações negativas, tais como: "maior violência do mundo" e "terra em que galinha cisca pra frente[150]" (ENNE, 2004, p.14). Isso permitiu com que Tenório Cavalcanti fosse ainda mais frequentemente relembrado como uma espécie de mito de origem da violência na região.

A apropriação de imagens sobre a violência produzidas pela mídia carioca se consubstanciaram à memória dos moradores da região. A violência sempre foi vista como um elemento que derivava de um mundo caótico. Percebe-se ainda que na memória dos moradores a violência não é entendida como um valor necessariamente positivo, que pode organizar esse mundo, mas como algo necessário dentro de certas circunstâncias. Tenório, Joca e Zito podiam usá-la desde que seus atos favorecessem a população em detrimento de inimigos comuns, como bandidos, traficantes ou outros atores considerados como perturbadores da ordem. O apelo a essas lideranças se justificava exclusivamente pela ausência do Estado.

A lógica de uma violência legítima exercida à margem do Estado, mas que indiretamente acaba favorecendo por gerar uma percepção de ordem para alguns grupos, não era exclusiva da população da Baixada Fluminense. Cabe lembrar a declaração do ex-prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, quando ratificou a ideia de que as milícias eram "autodefesas

[150] A expressão faz alusão a um lugar estranho, em que acontecem coisas absurdas e onde até as galinhas são diferentes. A referência serve claramente para criar uma noção de alteridade em relação à cidade do Rio de Janeiro e, de modo geral, a um espaço urbano civilizado.

comunitárias", caracterizando-as como "um mal menor" em relação ao tráfico[151]. Ora, a declaração do prefeito, de grande aceitação na classe média carioca, em nada se diferencia da opinião da população baixadense. Com a grande diferença que, para estes últimos, a tentativa de resolução dos conflitos violentos através de outros meios tem usualmente se colocado como uma possibilidade mais remota.

Em todo caso, somente a presença do Estado não implica numa forma diferente da população lidar com a perpetuação da violência como um fator que desestabiliza a ordem pública. Nesse sentido, é preciso ressaltar a ampla aceitação de setores da classe média carioca em relação ao uso da violência pelo Estado como medida necessária para estabelecer a paz em determinados territórios da cidade. Mesmo que, para isso, os direitos humanos sejam entendidos como algo secundário, menos importante e que pode ser deixado de lado em determinadas circunstâncias. Creio que essa tomada de consciência da população de classe média em relação ao problema da violência não se diferencia da maneira como a população da Baixada lidou com a questão ao longo dos anos. Novamente vale destacar que a violência atingiu com frequência a população baixadense muito mais diretamente e o Estado lhe ofereceu menos recursos para a resolução dos conflitos.

As representações sobre a realidade social da Baixada Fluminense mudaram bastante nas duas últimas décadas. Mas abordar essa questão fugiria completamente aos interesses dessa pesquisa. Assim, é prudente continuar voltado para a existência de um lastro histórico construído sobre essas imagens da Baixada Fluminense entre os anos 1950 e 1980, nas quais Tenório foi retratado como um precursor da violência na região.

No final dos anos 1970, o jornalista Carlos Heitor Cony publicou uma matéria sobre Tenório Cavalcanti na *Revista Manchete* intitulada *Dom Tenório de Caxias: o cavaleiro da exótica figura*. A reportagem apresentou Tenório como uma figura mítica, que foi capaz de exercer um poder quase mágico sobre os seus seguidores: "Nas ruas de Caxias, o povo costumava beijar-lhe a mão. Sua capa era um amuleto, sua casa um santuário." "Mefistófeles em versão medieval, que acabou sendo a arte-final da imagem popular do próprio demônio." "Tenório protegia a sua grei como um pastor, seu cajado era uma metralhadora." (CONY, 1977, p.67-68). A sua casa foi descrita como sendo algo inviolável, como o seu "corpo fechado":

[151] Ver: jornal O Globo, 9/12/2006. Disponível em: http://oglobo.globo.com/rio/milicias-avancam-pelo-corredor-do-pan-2007-4541223

> A Fortaleza de Tenório era fantástica para o tempo e para as finalidades. Possuía sistemas blindados de segurança. Porões de oxigênio próprio para o caso de um ataque atômico, pois era imune aos engenhos termonucleares [...]. O dia em que tivermos uma memória nacional, a casa-fortaleza de Tenório em Caxias, será um santuário. (CONY, 1977, p.69).

Cony reforçou o vínculo entre violência, assistencialismo e clientelismo, tão comum na descrição das lideranças carismáticas da Baixada Fluminense:

> Tenório disputava votos na base da lenda e do favor pessoal, sendo um *pater familias* dos pobres e oprimidos e brigando violentamente contra os homens de cima, no caso, as autoridades do antigo Estado Novo. (CONY, 1977, p.68).

Em suas respostas ao jornalista, Tenório também estabeleceu essa ligação, porém, sempre retratando a violência como algo necessário, que tinha que ser usado para defender o povo naquele contexto pré-1964:

> A minha cidade era uma terra de ninguém da ditadura Vargas. Corrupção, crimes, o diabo, tudo começava e acabava aqui. Como representante do povo eu denunciava a podridão dos déspotas, dos tiranos. Fui então jurado de morte pelos policiais corruptos e pelos bandidos que abasteciam as caixinhas do jogo das autoridades. Um defensor dos oprimidos não poderia ser morto nem desmoralizado. Usei o colete de aço para não morrer. E a capa preta impedia que eu fizesse a exibição inútil da metralhadora que era obrigado a portar, dia e noite, para poder desempenhar com honra o meu mandato popular. (CAVALCANTI, 1977, p.68).

Mas, se antes 1964 a violência era entendida como condição elementar para exercer a sua política, no contexto da ditadura militar Tenório parecia querer dissocia-la das práticas assistencialistas que ainda mantinha em Duque de Caxias. É importante lembrar que, naquele momento, mesmo sendo cassado, Tenório tentou se aproximar da situacionista ARENA. Isso pode ter lhe proporcionado maior comodidade para levar adiante as suas obras assistencialistas. O ex-deputado tentou claramente reverter a sua relação com a violência, inclusive referindo-se a ela de modo irônico. Em uma de suas falas, disse que quando lhe perguntam quantos matou, acrescenta à lista os 40 mil vermes (5 por criança) que conseguiu matar na população infantil atendida por seus serviços sociais. (CAVALCANTI, 1977, p.69). Falando de sua fama de bom atirador, Tenório zombou de si mesmo:

> Eu precisava de uma mística. Certa vez, no campo de tiro de Gericinó, resolvi testar a pontaria. Vi um bacurau voando. Atirei a esmo. Um amigo foi apanhar a ave, escondeu-se de mim e perguntou: Onde atirou? Na cabeça - respondi. O sujeito me mostrou o bacurau. Estava com a cabeça decepada. Nesse dia nasceu o mito de que eu era o melhor atirador do Brasil. Deixei que a fama se alastrasse. Mas, passei

> trinta anos dando tiro em bacurau e nunca mais acertei um." (CAVALCANTI, 1977, p.68).

A violência não lhe servia mais para se afirmar naquele novo cenário político. As ações praticadas pelos grupos de extermínio e a violência generalizada na Baixada Fluminense, amplamente divulgada pela mídia carioca do final dos anos 1970, não tinham nenhuma relação intrínseca com a vida de Tenório Cavalcanti. Mas, como foi mostrado no final do terceiro capítulo, somente as suas obras assistencialistas não foram suficientes para recoloca-lo na esfera pública. O que sobrou de Tenório foi a sua mítica construída numa época anterior. Nesse sentido, o discurso de Cony sobre Tenório era muito mais representativo daquilo que viria a constituir a memória do ex-deputado do que o discurso que o próprio Tenório procurou impor para uma tentativa de soerguimento político. Foi a sua mítica que o recolocou na esfera pública. Agora, não mais mesclada à liderança política que exercia em outros tempos, mas como um ator consubstanciado a uma determinada memória coletiva.

4.1 **Os dois corpos do deputado**

Como procurei mostrar no subcapítulo anterior, a lembrança de Tenório Cavalcanti foi forjada nas imagens construídas sobre a Baixada Fluminense que se disseminaram após o período de abertura política, mas que, grosso modo, se consolidaram entre os anos 1950 e 1980. Essas imagens foram construídas não apenas através da mídia e dos filmes, mas também esteve presente nas falas de alguns moradores locais. Esse compartilhamento entre atores sociais distintos resgataram a memória do político caxiense conferindo-lhe novos sentidos.

Como na ficção da dupla corporificação real, descrita por Kantowicz (1998)[152], é possível dizer que Tenório foi instituído por dois corpos. O primeiro era o seu corpo físico, imanente ao seu tempo e que só podia sobreviver através do exercício de suas práticas e posições políticas. O segundo, por sua vez, foi constituído por imagens e representações mentais que transcenderam o presente e se mesclaram a um conjunto de significados mais amplos, que se consolidam em outros contextos históricos.

[152] A metáfora dos dois corpos do rei marcou a filosofia política moderna.

Antes de ser cassado pela Ditadura Militar, os dois corpos do deputado estavam unidos. O mito reforçava a sua atuação política e vice-versa. Depois da abertura política, o ex-deputado fluminense já não tinha mais nenhum controle sobre os usos que seriam feitos do seu segundo corpo, o seu corpo mítico. Porém, Tenório foi o precursor de seu próprio mito. Através de seu jornal e de seus discursos, ele pôde lançar as histórias e narrativas que mais tarde foram reenquadradas na esfera pública.

Boa parte dessas histórias sobre Tenório Cavalcanti, que continuaram presentes na posteridade, se referiam ao mito do herói salvador. A lenda do corpo fechado estava diretamente relacionada a esse mito. Há uma vasta literatura que aborda a maneira como essa mitologia foi usada como forma de legitimação política. Ainda no século XIX, Thomas Carlyle publicou o livro *Os Heróis* (1963). Misturando convicções religiosas e políticas, Carlyle acreditava que os homens extraordinários foram capazes de construir o mundo ao influenciar as ações de homens comuns. A trajetória de vida desses personagens, considerados míticos, representava uma provação, no sentido em que renunciaram seus interesses pessoais para a dedicação a uma causa maior relacionada aos interesses de uma coletividade. Assim, os heróis foram condutores de homens, pois indicaram o caminho, criaram padrões de comportamento a partir do desejo e da utopia imaginada pelas massas; foram ainda exemplos que deixaram na história o seu legado de ações e pensamentos para iluminar o caminho a ser seguido pelas gerações futuras.

A mitologia do herói salvador também faz parte da literatura política de Karl Marx (1982). No ensaio *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*, Marx descreveu como um líder político sem representatividade conseguiu unir classes sociais divergentes em torno da simbologia nacionalista de um herói do passado. Mesmo se prendendo a uma conclusão materialista sobre os acontecimentos, Marx abriu espaço neste ensaio para pensar sobre os aspectos subjetivos que conformam o processo histórico, além do papel simbólico e mítico do passado - encarnado em um indivíduo - como norte para as decisões e as organizações políticas do presente e do futuro.

Esse mito também encontra similaridades com o conceito de dominação carismática, descrito na obra de Max Weber (2008). Este conceito foi amplamente utilizado nas análises políticas do século passado e deste século para explicar determinadas conjunturas e o sentido da atuação de líderes políticos em seu interior. Para Weber, o líder carismático aparece com mais frequência em situações de crise. É preciso atentar, no entanto, para o fato de que a construção do carisma está sempre envolvida por uma série de mediações culturais e simbólicas relacionadas a contextos específicos. Por mais que seja possível encontrar

analogias entre tipos diferentes de lideranças carismáticas e definir padrões para eles, não se pode deixar de observar que o processo de construção do carisma é sempre peculiar a realidades sociais particulares inerentes ao processo histórico.

Tanto nos discursos pronunciados na Câmara dos Deputados quanto na linguagem utilizada pelo jornal, Tenório Cavalcanti reforçava ideias ligadas ao sacrifício, à redenção e à proteção contra a violência que lhe conferiam uma identidade heroica. Durante a campanha eleitoral de 1962, o *Luta Democrática* criou uma coluna chamada *Tenorismo em ação*. Em sua segunda edição a coluna deixou claro a quem queria que fosse relacionado, de forma mais ampla, o termo tenorismo:

> É comum pretensos entendidos em política, afirmarem que só os povos atrasados e de pouca cultura possuem caudilhos, líderes exponenciais, heróis, servindo-nos da expressão de Carlyle. Erro. Vejamos atualmente: a Iugoslávia possui Tito. A França De Gaulle. A Europa está cheia deles: Salazar, Franco, Adenauer, Mussolini foi um deles, Hitler. Churchill foi o caudilho da Inglaterra durante a guerra, o homem carismático, Roosevelt, Stalin na Rússia e, apesar da política atual, Kruchev é o líder. É uma fileira deles nos países da cortina de ferro. Mao-TseTung. Na Índia Nehru. Nos Estados Unidos Kennedy começa a assumir esse papel. O que é a coroa inglesa senão o símbolo carismático do caudilhismo sob o qual todos se unem? No Brasil tivemos Getúlio. Os caudilhos existem por toda parte, quer seja nos países mais adiantados do mundo. Massa e herói fazem a História. Dissociados, rebentam-se e perdem para a oligarquia dos privilégios econômicos. (LUTA DEMOCRÁTICA, 12/09/1962, p.5).

Na campanha eleitoral de 1954, Tenório narrou na coluna intitulada *Auscultando os sofrimentos do povo*, algumas das respostas que deu ao público de Caxias presente em um de seus comícios. As inúmeras acusações de assassinato que recebia de seus inimigos políticos foram transformadas em atos heroicos. O uso da violência também lhe servia como uma forma de justificar sua luta em prol da democracia:

> As minhas respostas eram seguidas dos aplausos da multidão entusiasta. Uma delas se resumia no seguinte: (se o governo disse que mato, eu afirmo: feliz do povo que tem líderes capazes de matar para que não matem a liberdade do povo! Bendita é a democracia que tem seus mártires capazes de morrer, para que os inimigos do homem não acabem com o povo!). (LUTA DEMOCRÁTICA, 13/7/1954, p.3).

Poucos dias antes de sua cassação, Tenório reforçou esse argumento na tribuna do parlamento e apresentou-se como um justiceiro:

> [...] estou envergonhado de que a revolução apure que matei só um. Matei mais, confesso. Matei, srs. deputados, porque fui obrigado a fazê-lo como, em autodefesa, a sociedade é obrigada à matar o cão danado, a cobra venenosa. A sociedade não exige que o homem corra diante do agressor. Bendita a sociedade que tem alguém

> capaz de usar a coragem, a vida em defesa dela, em cujo meio vive. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, maio-junho de 1964, vol.8, p.577).

Durante as comemorações da Semana Santa e também do aniversário de Getúlio Vargas, Tenório Cavalcanti assim escreveu em sua coluna intitulada *Redenção pela Cruz*:

> Ontem, o coração da cristandade alegrava-se diante de um presépio. Hoje, a alma cristã consternada, chora aos pés de uma cruz, donde pede o Messias ensanguentado, com o coração lanceado. [...]. Criei-me, sentindo o sofrimento na carne e na alma. Os amigos que me cercam e o povo que me abraça, por onde passo, trazem no rosto o sinete da dor e no coração o estigma do sofrimento. Vivem sob o signo da pobreza abandonada. E, sendo eu um injustiçado, perdido no meio das multidões injustiçadas, não suporto o martírio da mais sublime das mães e tão cruel martírio do mais santo dos filhos. [...]. Nós, que temos uma alma formada na oração, mas cravejada de torturas e ralada no desespero de lutas pela sobrevivência, não podemos repetir a tua palavra na cruz: "Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem." Para nós, Senhor, os homens sempre souberam, sabem e saberão o que fazem. Sempre souberam, sabem e saberão o que fazem e para quem fazem o mal. E, na lógica do espírito enjaulado na fraqueza da carne, "justiçar não é perdoar!" Os que perdoaste continuam a matar inocentes, a crucificar consciências, a lancear corações inocentes. E os grilhões que trincaram no cativeiro, continuam nos punhos do homem redimido. [...] Quem te fala é um mutilado, que também tem carregado a cruz. Tenho no corpo cicatrizes abertas na luta em favor de injustiçados. Minha vida tem corrido um ribeirão de lágrimas e sangue. (LUTA DEMOCRÁTICA, 19/4/1957).

Outro bom exemplo que colocou a violência como forma de redimir o povo pode ser lido numa declaração feita pelo editor-chefe do *Luta Democrática*, Santa Cruz Lima[153], em uma reportagem sobre Tenório:

> Este homem, que nasceu talhado para sentir e refletir os sofrimentos do povo, é o símbolo de uma vida marcada pela aflição, a agonia e pela incompreensão dos potentados. A capa preta que o cobre não representa um hábito comum ou um bom gosto. Acoberta a arma que o garante na sua integridade física. Mas que país é este em que um representante da nação tem que contar consigo próprio para poder lutar em nome daqueles que, embora humildes, são a própria seiva da nacionalidade (LUTA DEMOCRÁTICA, 01/5/1954, p.7).

Essa identidade foi novamente explorada por Santa Cruz Lima quando escreveu, no lugar de Tenório, a coluna intitulada *D'Artagnan da Era Atômica*:

> O leitor de Luta Democrática vai surpreender-se desagradavelmente, hoje, com a ausência do artigo diário de Tenório Cavalcanti. Anos a fio, ele vem expendendo aqui suas ideias de defensor valente das classes menos favorecidas e irritando, com isso, os poderosos que não lhe perdoam o fato de ter nascido humilde e haver aberto, a golpes de inteligência e coragem, a estrada larga da popularidade. Tenório já não está doente. Precisa, entretanto, ressarcir as energias despendidas num

[153] Santa Cruz Lima sucedeu Hugo Baldessarini. Antes de ir para o *Luta Democrática* ele trabalhou no também popular jornal *O Dia*.

> decênio de luta sem quartel [...]. De Norte a Sul do país, o jornal, a revista, o rádio e a televisão levaram às aldeias mais longínquas do território nacional as proezas lendárias do homem da capa coimbrã. [...]. As crianças de sua pátria, no clarão épico dos sonhos que a infância nos acende na alma, vêem-no D'Artagnan da era atômica, portando a Lurdinha libertadora para defender o direito do operário e do campônio. Quem não o viu, com o corpo crivado de balas, cercado de dois ou três companheiros fiéis, defender o seu lar, duas vezes atacado por força armada, instrumento da violência que se embuçava no manto da legalidade, usando mandados judiciais capciosos, tão ilegais quanto o próprio crime? Quem não o viu alheio às coisas boas da vida, sem prejuízo dos trabalhos parlamentares e de suas obrigações neste jornal, semanas a fio, subir e descer os morros da cidade para salvar os favelados do guante da justiça [...]? (LUTA DEMOCRÁTICA, 01/10/1957, p.3).

Era comum o jornal associar a imagem de Tenório junto com a sua metralhadora "Lurdinha", como símbolos da proteção contra a violência exercida, sobretudo, pelas forças policiais do estado do Rio de Janeiro. Essa era uma das principais formas do político fazer oposição. Às vésperas das eleições de 1958, o jornal assim anunciou o apoio recebido por Tenório dos candidatos a prefeito dos municípios de Duque de Caxias e São João de Meriti, Joaquim Tenório Cavalcanti e Virgílio de Azambuja Monteiro, respectivamente: "Duas trincheiras decisivas – o voto dos meus amigos desses dois municípios fluminenses vale pela 'lurdinha' das horas de aflição e de perigo." (LUTA DEMOCRÁTICA, 1/10/1958, p.3). O voto de seus aliados se transformava na arma que protegia o povo de seus inimigos.

A imagem pública de Tenório Cavalcanti foi constantemente apresentada no seu jornal através de uma narrativa sacrificial que procurava descrevê-lo como um redentor que arriscava a sua vida em nome da proteção de seu povo, a fim de gerar na população noções de reconhecimento. No dia seguinte de seu aniversário, o jornal expos essa ideia na manchete como forma de reforçar a sua campanha no pleito de 1954: "Com o corpo crivado de balas por amor ao povo de Caxias." (LUTA DEMOCRÁTICA, 28/9/1954, p.1). Após esse mesmo pleito, assim agradeceu aos seus eleitores em sua coluna intitulada *O penhor de minha gratidão*: "Vertido tenho sangue na defesa do povo, opondo-me à sanha dos potentados e mercê de Deus escapando ileso algumas vezes e noutras ficando em perigo de vida, em tempo algum capitulei e espero jamais capitular". (LUTA DEMOCRÁTICA, 14/10/1954, p.3). No dia seguinte reforçou o argumento na tribuna do parlamento, de modo a compartilhar o seu sacrifício com o sacrifício de seus eleitores:

> Se arrisquei mais de uma vez a minha vida em defesa dos que não podem lutar [...] e agora tive, como recompensa do povo fluminense, o voto lançado nas urnas em nosso nome por aqueles que arriscaram o voto para quem arrisca a vida em defesa dos que não podem lutar. (LUTA DEMOCRÁTICA, 15/10/1954, p.2).

Uma acepção livre da metáfora dos dois corpos do rei foi utilizada por Luiz Eduardo Soares num ensaio intitulado *Os dois corpos do presidente* (1993). Soares chama a atenção para a eficácia comunicativa dos símbolos e da cultura na interpretação das práticas sociais que conformam o processo político. O autor observa que categorias como a morte, o sacrifício, o sofrimento e a tragédia acionam a memória humana e servem como referência para a construção de valores capazes de circunscrever espaços de investimento afetivo e imaginário em situações de conflitos entre escolhas ou entre alternativas excludentes.

A política pode e deve ser estudada através de referências simbólicas e de uma memória mítica que perpassa o tempo, mas que também se torna fundamental para entender certos momentos históricos. A narrativa sacrificial funciona como uma mediação que permite que o espaço público e a solidariedade social nele presente revivam através dos símbolos carismáticos virtuosos, encarnados em indivíduos que vivenciam situações trágicas ou heroicas. É o sacrifício como virtude, em que o corpo público e o corpo privado se fundem numa coisa só que passa a representar os valores e os sentimentos de toda uma sociedade. Este é um paradigma cultural bastante comum não apenas para a sociedade brasileira, mas para toda a civilização ocidental.

O principal mito enfocado tanto por Kantorowicz, quanto por Soares é o da saga de Cristo que remete ao enredo do sacrifício que leva ao sofrimento e à angústia de um individuo em nome da redenção de seu povo. Este indivíduo coletivo tem o poder de religar esferas e espaços apartados, o sagrado ao profano, o divino ao humano e, numa linguagem mais moderna, o público ao privado. Como observa Kantorowicz, este enredo mítico não teve início no ano zero do calendário judaico-cristão, podendo ser encontrado ainda na Antiguidade Clássica. Jesus, portanto, apenas encarnou uma tradição mitológica muito anterior à sua própria existência, com raízes profundas na cultura da civilização ocidental. Há, portanto, uma cadeia simbólica que remete a um mesmo paradigma cultural. Este padrão pode ser interpretado como sendo o sacrifício cristão que salva, que protege um povo dos males que poderiam vir a acontecer e que se associa à ideia de redenção.

Assim, esses autores nos ajudam a refletir sobre as bases culturais em que vem se sustentando a representação política ao longo dos séculos na civilização ocidental influenciada pelo cristianismo. Deste modo, é possível desmistificar um pouco a armadura de alicerces racionais que vem sendo utilizada para se pensar a política nas últimas décadas, ou seja, basicamente como algo que se sustenta exclusivamente através da manipulação de recursos visando trocas utilitárias. Símbolos, ideias e valores também podem adquirir

relevância política, produzindo formas de ação coletiva expressadas em determinadas conjunturas históricas.

Tenório Cavalcanti utilizou amplamente o código sacrificial a fim de consolidar o seu capital político. Na campanha eleitoral para prefeito e vice-prefeito de São João de Meriti, o deputado fluminense manifestou o seu apoio manejando uma linguagem que se remetia ao sacrifício em prol do povo: "Eu que quase morri para que não matassem a liberdade, não hei de morrer sem ver estes dois homens dignos restaurarem a confiança do povo e construírem o progresso de São João de Meriti" (LUTA DEMOCRÁTICA, 21/9/1954, p.4). Um comício da UDN em Duque de Caxias foi anunciado no jornal através da seguinte frase de Tenório: "Redimiremos Caxias, elegendo Joaquim Tenório, meu parente, eleitor, e, por isso, seu amigo!" Neste mesmo comício, o então candidato a prefeito de Caxias e parente de Tenório, Joaquim Tenório Cavalcanti, assim se referiu ao político fluminense:

> Na verdade, desde longos anos, Tenório Cavalcanti lutou em defesa desta terra. Arriscou até a vida por ela mais de uma vez e, portanto, seus constantes sacrifícios merecem um crédito de confiança [...] Na sua carne, deputado Tenório Cavalcanti, há marcas profundas das lutas travadas por este povo." (LUTA DEMOCRÁTIA, 29/7/1958, p.1).

Na campanha eleitoral de 1958, o *Luta Democrática* assim retratou: "Para deputado federal Tenório Cavalcanti – um líder surgido do desespero do povo. Lutando pelos que não podem lutar, no rádio e na tv, nas ruas, nas prisões, nos hospitais." (LUTA DEMOCRÁTICA, 10/8/1958, p.7). Na coluna intitulada *Minha vida e meu calvário*, continuou propagando o símbolo da redenção sacrificial:

> O que vejo e o que penso dos acontecimentos, dos personagens neles envolvidos, aqui exprimo, sem paixão, procurando ser fiel à verdade. Hoje, porém, não me ocupo dos outros. Abro uma exceção para falar de mim. [...]. De minha vida de luta, sem esmorecimento com o povo e pelo povo, cuja bandeira tenho desfraldado, ensanguentando-a quando se torna preciso com o meu sangue, para não vê-la rasgada e pisada no chão. Sem orgulho, sem vaidade e sem fanfarronadas, por um dever imposto pelo coração e nunca por conveniência, vivo no meio do sofrimento, em ligação constante com as massas populares. [...]. De fato para o egoísta não é cômoda a posição de defensor do oprimido, de amparar o desvalido ou socorrer o náufrago. Mas a minha vida não tem sido outra senão a de enfrentar os temporais para salvar a vida dos que não tem para quem apelar. [...]. Fundamos esse jornal com o nome de Luta porque a nossa existência consiste em lutar. E a nossa luta é tomar a defesa dos que não estão em condições de arrastar o inimigo poderoso que os mascara. [...]. É verdade que já vi o meu sangue correr várias vezes. Mas, Deus tem sido misericordioso comigo, conservando-me a vida e mantendo-me a saúde e o vigor de que preciso para resistir aos rigores do combate. [...]. Não vivo do sangue das massas. Sou dos que são capazes de morrer pelo povo e não dos que querem que o povo morra para que eles subam. [...]. Sofro satisfeito mutilações na alma e no corpo. Mas eu e o nosso jornal estaremos sempre onde houver um gemido, um

> grito de dor, onde o coração popular estremecer. [...]. Onde o povo sofre, aí estamos, fazendo votos para que ele tenha sempre razão, mas mesmo não a tendo, permanecemos ao seu lado, a fim de esclarecermos suas dúvidas. (LUTA DEMOCRÁTICA, 19/8/1956, p.3).

Ao arriscar a vida pela redenção do povo sacrificado, Tenório adquiria uma representatividade transcendental em relação à política ordinária. A imagem que queria passar era de que seu poder de proteger o povo, escapando dos perigos, era quase mágico, sobrenatural. Só ele, com toda a sua mítica, podia operar dessa forma na política.

A relação de sua vida profana com o campo sagrado constituía a base dessa mítica. O símbolo da cruz, representando a redenção, também foi constantemente utilizado pelo *Luta Democrática* a fim de identificar os aliados de Tenório à ideia do sacrifício cristão. Com o objetivo de associar a cruz cristã ao sinal que os eleitores tinham que grafar na cédula eleitoral, assim expressou o *slogan* da campanha de 1958: "Com o sinal da cruz salvarás Caxias e o estado do Rio! [...]. Eleitor! Coloque nesses homens a cruz simbólica dos problemas que o afligem e nós aliviaremos o peso de suas aflições." (LUTA DEMOCRÁTICA, 3/10/1958, p.10). O candidato a prefeito de São João de Meriti, Virgílio de Azambuja Monteiro, apoiado por Tenório, também usou a simbologia da cruz em sua campanha: "Coloque o sinal da cruz no nome do 3º candidato. A ordem foi invertida: inferno e purgatório primeiro. O céu está em terceiro lugar." (LUTA DEMOCRÁTICA, 11/9/1958, p.5). Nas eleições de 1960, para o governo do estado da Guanabara, o mesmo recurso foi utilizado: "Aqui cada um de vocês é Tenório, ou melhor, vai no dia 3 de outubro, ao depositar o seu voto na urna, entregar a cruz do seu sofrimento para que eu a carregue pelo bem e felicidade do povo carioca." (LUTA DEMOCRÁTICA, 17/5/1960, p.3). Na Câmara dos Deputados, Tenório também pediu votos em nome daqueles se identificavam com o sacrifício cristão: "Pela primeira vez venho, não pedir votos dos cariocas, mas uma cruz em meu nome em 3 de outubro, cruz que ajudará o povo que vai me eleger pelo calvário da nossa vida." (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, julho de 1960, vol.12, p.659).

A política e a religião sempre se mesclavam na construção da imagem pública de Tenório Cavalcanti. Como foi visto ao longo desta Tese, o político caxiense fez oposição ferrenha ao governo de Amaral Peixoto. Durante a campanha eleitoral de 1954 o *Luta Democrática* publicou a seguinte manchete, com a finalidade de atacar o governo do estado do Rio de Janeiro: "Tenório, o São Jorge matando o Dragão." (LUTA DEMOCRÁTICA 29/9/1954, p.1). Logo abaixo se lê: "A metralhadora que garante a liberdade do povo de Caxias" (LUTA DEMOCRÁTICA 29/9/1954, p.1). Ao lado foi publicado o desenho da

imagem do santo matando o dragão, porém, este se encontrava envolto em uma faixa onde se lia "governo fluminense." No lugar da lança para combater o dragão, Tenório usava a sua metralhadora para combater o Estado e, assim, livrar o povo da opressão.

No dia de seu aniversário o jornal também aproveitou para compará-lo a São Jorge:

> Um admirador exaltado do deputado fluminense, dadas as grandes lutas de que tem saído sempre vitorioso, já disse que "São Jorge é o Tenório do céu". Nesse simbolismo ele transforma o dragão vencido pelo santo guerreiro, nos adversários do político mais popular do Brasil. (LUTA DEMOCRÁTICA, 27/9/1957, p.1).

A identidade de Tenório com entidades pertencentes às religiões afro-brasileiras foi destacada na coluna *Nos domínios da fé*, pouco antes das eleições de 1960:

> Tenório e Ibeji – O grande líder popular, ora identificado como filho de Ogum, por suas lutas sempre vitoriosas, ora como Exú, por sua capa preta que, em verdade, o tem protegido. Conversamos alguns minutos com o popular deputado Tenório e havemos de chegar a esta grande verdade: ele, Tenório, é como dizem os Tatas, os Calofes, os Ieies, Iansã, Babalaôs, Ialorixás, Dijungas, um filho cruzado: acima de sua cabeça o grande Ibeji ou "dois dois", os conhecidos Cosme e Damião, atrás o guerreiro Ogum e a frente limpando os caminhos, abrindo alas, está Seu Tranca. (LUTA DEMOCRÁTICA, 25/9/1960, p.12).

Era através do discurso que a mística de Tenório se afirmava. Seu poder de liderança se legitimava através de sua saga fenomenal e de seu corpo fechado. Esse poder era capaz de lhe conceder dons extraordinários, a ponto de transformar a vida das pessoas operando milagres.

Marc Bloch, autor de *Os Reis Taumaturgos* (2005), estudou a história do chamado milagre régio, fruto do ato dos reis em tocar com as mãos as escrófulas dos súditos e, como se acreditava, curá-las. Para estabelecer a associação do milagre com o processo de domínio político exercido pelos reis, o autor reforça a ideia de que o milagre só existe a partir do momento em que se acredita nele. Jamais haveria um milagre se não se pudesse criar a expectativa de que os reis podiam operá-lo. O que criou essa expectativa foi uma longa tradição de histórias, lendas, rituais e práticas amplamente consolidadas na cultura popular. Se os elementos que constituem o milagre sobrevivem nas mentes e nas expressões populares, não cabe questionar se ele é construído em torno de falsas ou verdadeiras histórias. Ali está um fato social ao qual as pessoas já se habituaram.

Não há relatos de que Tenório tocava as pessoas para curá-las, nem de que elas tocavam o seu corpo ou a sua capa para obter salvação. Porém, a ideia de que o político podia melhorar a vida das pessoas tocando-as com as palavras estava intrinsecamente ligada à

construção de sua imagem pública. Nesse discurso, Tenório enfatizou essa sua capacidade de transformar vidas através da força de suas palavras, como um taumaturgo:

> O Tenório teve a glória de fazer de uma capa preta e de um tipo característico, um símbolo de lutas em prol da melhoria da situação do povo [...] com a vontade de operar o milagre do profeta no meio dos fariseus hipócritas, se fôsseis cegos, dizia o profeta, veríeis, como não sois cegos, não vede. Referindo-se ao coxo, não teve ouro, nem prata, mas a palavra do Senhor que manda andar com os próprios pés e o coxo andou. Com estas palavras estou ressuscitando almas mortas em corpos vivos nas favelas e nos subúrbios. [...]. Lá estou prestando à República e à democracia um serviço relevante, porque estou ressuscitando os vivos que tem almas mortas, acordando os que estão dormindo, fazendo andar os que estavam de joelhos, para que comigo, amanhã, possam festejar, pela primeira vez, no estado da Guanabara, o governo do povo pelo povo. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, julho de 1960, vol.12, p.661-664).

Ao acionar em seus discursos o mito do herói, o código sacrificial como forma de buscar a redenção do povo e a imagem do taumaturgo, Tenório estava levando até o seu eleitorado uma questão fundamental à causa política: o que é necessário para firmar laços de sociabilidade entre os indivíduos de modo a permitir que eles não sintam a sua própria existência deteriorada, menosprezada ou ameaçada? Símbolos como a capa preta e a metralhadora "Lurdinha" traziam à tona esta questão elementar.

Tenório reforçava constantemente a ideia de que ao expressar os seus anseios também estava falando pela sociedade, como pode ser observado em um discurso na Câmara dos Deputados:

> Há dias em que eu me convenço de que quando falo encontro na tribuna uma válvula de escapamento, não para os meus recalques, porque não sou homem recalcado, mas para lavar o meu peito e dizer alguma coisa que muita gente tem vontade de dizer e não quer ou não pode dizer. Então eu vou dizendo por aqueles que tem vontade de dizer e não dizem. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ago, 1963, v.17, p.217).

Como na caracterização de Pierre Clatres sobre a representatividade dos líderes políticos nas sociedades indígenas, Tenório pretendia expressar a voz coletiva. Era uma líder cujo objetivo principal era "falar em nome da sociedade" (CLATRES, 2011, p.236). O líder carismático e seus seguidores compartilhavam os mesmos sentimentos e, assim, construíram as suas identidades e conferiram sentido ao mundo social que os cercava, ao mesmo tempo em que desenvolveram noções de alteridade com os que pertenciam a campos políticos opostos e com os que eram considerados como estrangeiros ao seu próprio campo. Nesse sentido, o tenorismo se afirmou em torno de oposições. O discurso que compôs o campo político tenorista buscava mostrar, fundamentalmente, o conflito entre o povo e as elites. Foi

esta a sua principal identidade. Tenório era apresentado como o herói popular lutando contra as maquinações das elites. Ratificou essa identidade em uma de suas colunas:

> Sou um homem do povo, venho do povo e toda a minha vida a tenho dedicado ao povo, como político e como homem, quando tive de combater de armas na mão, individualmente, a opressão e a miséria a que queriam submeter os fortes e poderosos. Fui feliz e hoje me acusam de pistoleiro. Sim. Sou pistoleiro! O pistoleiro dos trabalhadores brasileiros. O pistoleiro do povo! (LUTA DEMOCRÁTICA, 1/5/1962, p.1).

Em *Mitos e mitologias políticas* (1987), Raoul Girardet descreveu o mito do "Salvador" como um fenômeno de amplitude universal que está associado ao símbolo do herói redentor ou do chefe carismático. Em função de seu poder de adesão, esse herói encarna um ser coletivo, sendo capaz de restaurar a ordem ou conquistar um novo espaço para o grupo ou comunidade que lidera. O autor contrapõe o mito do "Salvador" ao mito da "Conspiração". Este último se refere às interpretações que privilegiam os complôs, as maquinações ocultas. Remete ao papel desempenhado por organizações que, em geral, escondem segredos do grande público para manter o seu domínio ou conquistar o poder. Esses conjuntos mitológicos normalmente se interpenetram e se confundem na explicação dos fatos históricos[154]. Assim, por exemplo, a um chefe político pode ser dada a tarefa de lutar contra um complô maléfico que tenta dominar uma comunidade, sendo esta uma narrativa bastante comum na história política.

A contraposição desses dois conjuntos mitológicos era o ponto chave das construções narrativas que envolveram a trajetória política de Tenório Cavalcanti. Seus inimigos políticos eram constantemente referidos como fazendo parte de algum grupo da elite que tentava prejudicar o povo através de conspirações maléficas. Incialmente o governo amaralista, depois os grupos getulistas e os herdeiros de Vargas. Todos encarnavam a corrupção e roubavam o povo. Mais tarde, as elites econômicas passaram a ser o seu alvo predileto. Nas eleições da Guanabara, os lacerdistas, os ricos da Zona Sul carioca. No âmbito nacional e internacional, os trustes, o capital norte-americano e os latifundiários. Nesse sentido, Tenório usou e abusou de um recurso que pode ser designado como o discurso *Robin Wood*:

> Então, como se compreende um país rico, de terras férteis, com um povo trabalhador, continue pobre e cada vez mais pobre? Se o país continua rico, se o povo cada vez empobrece mais é porque alguém empobrece esse povo.

[154] Além desses dois conjuntos mitológicos, Girardet também menciona o mito da "Idade de ouro" e o mito da "Unidade". O autor analisou a presença desses conjuntos mitológicos nos séculos XIX e XX da história francesa. Contudo, as implicações de sua análise não se limitam a um contexto temporal e espacial.

> O que é preciso é situar o nome dos responsáveis pelo empobrecimento do nosso povo [...]. Precisamos fazer com que os poucos de muitos se convençam de que seus privilégios absurdos não podem continuar, em prejuízo dos muitos que não tem nenhum privilégio. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, maio , 1962, v.8,p.35).

Girardet entende que os mitos expressam respostas aos desequilíbrios sociais, são formas encontradas pelas sociedades de projetar as suas angústias e medos. Os mitos políticos, em particular, podem esclarecer a maneira com uma sociedade percebe fenômenos de crise e de aceleração rápida do processo histórico, especialmente no que diz respeito aos fatores de ordem econômico-social, cultural ou aos mecanismos de solidariedade que organizam a vida coletiva. Portanto, é nos períodos críticos que os mitos políticos exercem maior poder de atração. Segundo o autor, isso ocorre porque os mitos podem substituir laços de identidades desfeitos. Quando as redes sociais que constroem os processos de interação não mais conseguem ordenar a vida social de um determinado grupo, o mito funciona como uma espécie de válvula de escape. No entanto, é importante colocar que a intensidade com que um grupo percebe uma situação de crise não necessariamente tem a ver com as condições objetivas que caracterizam essa crise. Assim, um grupo pode, subjetivamente, perceber uma situação aguda de crise no momento em que as condições objetivas que definem esta crise estejam melhorando. Ou, então, situações críticas podem ser trazidas a tona pela opinião pública, como em geral ocorre durante os processos eleitorais. Isso não significa que os problemas sejam inventados, mas eles ganham intensidade na consciência coletiva num determinado momento. Em todo caso, o mito político adquire uma capacidade de explicação global sobre o presente e o futuro de uma coletividade, fornecendo inteligibilidade ao caos do processo histórico.

Ao condensar a realidade social através de uma narrativa que colocava o herói popular contra as elites, Tenório estaria tornando essa realidade mais compreensível e, ao mesmo, tempo formando os alicerces de seu próprio campo político. Próximo aos pleitos eleitorais o *Luta Democrática* procurava caracterizar os tenoristas como autênticos representantes do povo, enquanto os seus inimigos políticos eram descritos como traficantes de votos e interessados apenas em usurpar a população. Assim narrou a coluna *Flash de Meriti*, em apoio à candidatura de Virgílio Monteiro à prefeitura do município:

> Não votem os tenoristas em quem não trouxer para praça pública o nome de Virgílio Monteiro. Amigo de Tenório é o que vota em Tenório e seus amigos. Os que, a troco de dinheiro, dado aos pacotes, propagam nomes de candidatos que só vão a São João trocar notas por votos, esses podem dizer-se amigos de Tenório, mas são contra Tenório. Dizem-se tenoristas, amigos do parlamentar que sempre faz o

> bem ao povo. Mas, na hora em que Tenório precisa de seus amigos, atraiçoam-no, dão-lhe, por dinheiro, o beijo de judas, o beijo da traição! Amigo de Tenório pode estar em qualquer partido. Mas, no momento em que Tenório o convoca para uma batalha de salvação, ele deve estar a postos e nunca acordado na tocaia, ombro a ombro com malditos forasteiros, com o punhal da traição na mão. (LUTA DEMOCRÁTICA, 9/9/1958, p.5).

A elite podia mudar de cara, mas era sempre descrita como o principal inimigo do herói salvador encarnado por Tenório Cavalcanti. Essa oposição constituiu a base de seu capital político. Cabe chamar atenção para o fato de que a narrativa do herói contra as elites era comumente associada a uma noção de pertencimento territorial. Na passagem acima, os inimigos dos tenoristas foram descritos como "forasteiros". Esse argumento foi reforçado na coluna *Flashes de Caxias*:

> Conta-se que, na Câmara Federal, deputados sufragados em Caxias por ponderável número de eleitores, nada fizeram por Caxias, sob alegação de que a votação que tiveram em Caxias foi comprada. Precisamos acabar com essa mania de vender votos de caxienses, como se vendem cabeças de ovelhas, a candidatos de fora. [...]. Eleitor não é cabeça de cebola para ser negociado em balcão. O caxiense não deve votar em quem não conhece. E não deve confiar em cabos eleitorais, que lhe apresentam chapas de candidatos desconhecidos, de candidatos que não vivem em Caxias, sentindo as dores do povo, sendo também vítima dos problemas que afligem o povo. É necessário que o eleitor da Baixada Fluminense se una, com o fim de banir a invasão de elementos estranhos ao meio. Se o eleitorado da Baixada Fluminense votar com aqueles que estão identificados com os problemas da Baixada, que, em todos os municípios da zona, são os mesmos, então passaremos a valer tudo para os governos e para o Estado. Mas, se os votantes forem na conversa de traficantes de votos [...] continuaremos, então, a pedir, a rogar de chapéu na mão. O que o *scratch* nacional fez na Suécia, deveremos fazer em Caxias e na Baixada: depois de inúmeras derrotas, devemos nos unir, para que possamos vencer a parada que sempre perdemos, votando em caxienses cem por cento! (LUTA DEMOCRÁTICA, 3/7/1958, p.5).

Esse espaço sócio-político no qual o tenorismo buscava se legitimar podia ser representado por Duque de Caxias, a Baixada Fluminense, o Sertão Carioca, as favelas, a Zona Norte em oposição a Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro ou ainda, de forma mais ampla, os lugares habitados pela população pobre, os excluídos, o próprio povo sertanejo ou do interior do país. De qualquer forma, a ideia de pertencimento a um território sempre serviu como uma clivagem importante para a definição do espaço político ocupado pelo tenorismo. Em determinadas conjunturas eleitorais, essa clivagem territorial, mais do que a clivagem de classe, por exemplo, definiu a noção de identidade com o grupo de Tenório Cavalcanti.

Em um discurso na Câmara dos Deputados proferiu: "Não sei bem se sou nordestino representando fluminenses ou se sou fluminense ajudando a trabalhar pelo Nordeste." (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, maio de 1951, v.7, p.150). Na coluna intitulada

Duas mentalidades, o deputado procurou diferenciar a Zona Sul da Zona Norte do estado da Guanabara:

> Disse, há dias, discursando num sindicato de classe que festejava um acontecimento histórico: o túnel do Pasmado é a linha divisória das mentalidades Zona Norte e Zona Sul, embora a primeira continue margeando Copacabana, do lado direito (morro e planície), Jardim Botânico afora, até a Gávea. É a geografia humana modificando a física. Em qualquer parte do Rio, onde há gente pobre, trabalhadora e humilde, é Zona Norte. De Botafogo a Santa Cruz, impera o trabalho resignado, a ideia de poupança, as diversões inocentes; na zona privilegiada em que os governos se esmeram para dar aos turistas uma impressão de bem-estar que não existe, a aventura, a desconfiança mútua, as amizades insinceras, a ganância e o desejo de riqueza superando as grandes virtudes da alma humana. Na escuridão camarada das *boites* são tramados os golpes contra a Fazenda Pública, isenção de impostos e chicanas para evita-los. [...]. Os que vão à igreja, levados pela força mística que neles reside, não fazem a prece humilde das almas puras, procuram negociar com os céus o êxito de seus mais desvelados propósitos. E aí estão para glorificar esse misto de ambições ilegítimas e sentimentos impuros, de vapores de uísque e fumaça de cigarros americanos, o rádio, a televisão e as colunas sociais dos grandes jornais conservadores. [...] é o verdadeiro modo de viver dos ricos. Essa gente come muito, goza muito e produz pouco para a coletividade. [...] o voto do cidadão não se dirige ao mais capaz, ao mais probo, ao mais justo e sim, aos que dão vantagens individuais através de terceiros, numa cadeia de felicidades que chega finalmente aos grupos econômicos, matando-lhes a sede de lucros. O funcionário público, o comerciário, o trabalhador são indivíduos isolados do meio social; devido ao seu horário de trabalho. Nos dias úteis, enquanto as praias ao meio-dia regurgitam de notívagos que acabam de despertar sequiosos de mais um prazer, eles já fizeram metade de sua tarefa diária e, concluída esta, voltam à casa, suarentos e exaustos em busca do banho, do jantar e do sono reparador. Porém, esses poucos milhares de habitantes com mentalidade Zona Norte são andorinhas que não fazem verão no meio dos que sublevam contra os nossos morigerados costumes hereditários. (LUTA DEMOCRÁTICA, 26/4/1961, p.3).

A narrativa reforçou ainda que na Zona Norte prevalecia a solidariedade humana, de modo que "a desgraça de um vizinho comove o homem, a doença de um amigo o entristece." E termina dizendo que a mentalidade Zona Norte ainda venceria a mentalidade Zona Sul na política. O tom idealista do discurso foi construído em torno de estereótipos que serviam para marcar as fronteiras do campo político do Rio de Janeiro, concedendo identidades aos atores sociais nele presentes a partir de uma clivagem espacial.

Os espaços ocupados pelo campo político tenorista se caracterizaram como regiões de fronteira. Assim, a noção de estrangeirismo sempre estava presente. O Nordeste podia estar inserido na Baixada Fluminense, mas ambos faziam fronteira com a Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Não se tratava apenas de uma diferenciação econômica, como poderia sugerir uma visão sociológica baseada no conceito de classe social ou de uma concepção política sustentada pela lógica do mercado e do interesse. Mais do que isso, tratava-se de uma distinção simbólica marcada por códigos morais e valores intrinsecamente vinculados à noção de pertencimento a um espaço geográfico.

Seguindo a tese de João Maia, em seu livro *A terra como invenção* (2008), é possível entender a terra como uma forma de cognição, um instrumento que permite enquadrar o mundo dentro de um marco interpretativo definido pela construção de imagens espaciais. O autor não interpreta a terra como um conceito subjacente a um determinismo geográfico, ou seja, delimitado pelo cenário físico, mas como uma projeção simbólica consubstanciada em experiências e relações sociais. O espaço é entendido como uma metáfora, uma paisagem idealizada, ao mesmo tempo em que surge como agente potencializador das relações humanas.

Creio que essa concepção sobre o espaço como categoria sociológica opera bem para pensarmos a respeito de uma das principais marcas do campo político tenorista. A identidade política de Tenório estava consubstanciada a uma determinada identidade espacial. A seção *Flashes de Caxias*, assim descreveu o município de Duque de Caxias:

> O caxiense, o bom caxiense é o que sempre procede como um herói. É o façanhudo aventureiro que não recua diante de nenhuma força. É o homem que não teme o perigo, jogando-se a todos eles para vencer. Só vê o triunfo. [...]. É sofrendo e arrastando os perigos, e não os contornando que, para ele o homem se torna homem. Em Caxias só se vê Tenório, só se fala em Tenório, a filosofia é a de Tenório. Todos ali têm uma ideia: a glória tem sempre o valor do sangue e do perigo. [...]. Caxias é um retrato perfeito das cidades perdidas no solo esturricado e fendido dos sertões nordestinos. A bravura e a bondade se acasalam no coração de sua gente simples, brejeira, sã! O espírito caudilhesco de Tenório Cavalcanti, sempre manifestado na defesa de sua grei, a temeridade do pagé, sempre zeloso na defesa de sua taba, para que as incursões do inimigo não lhe firam a honra nem lhe perturbem a tranquilidade, deu a fisionomia dessa gente uma feição nordestina, fez do caxiense um homem bom e resistente, um anjo e um herói. Se o fuzil se ergue, surge a reação pronta e decisiva [...] Depois vem as palmas, as ovações, a fama da capa preta, que pode, a bem de Caxias, sujar-se de sangue, nunca de lôdo! Para o povo de Caxias, Tenório é o herói [...] que combate à sombra da lei e da cruz. [...]. Há em todos os corações a esperança de que Tenório redimirá Caxias dos vícios instituídos por uma dinastia opressora. [...]. Para o observador que mergulha no fundo do coração dessa gente, a impressão é de que, morto Tenório, morta também está a cidade criada por um sopro seu, à sua semelhança." (LUTA DEMOCRÁTICA, 19/3/1954, p.2).

Em uma reportagem da Revista *O Cruzeiro* sobre Tenório Cavalcanti, Duque de Caxias foi apresentada desta forma:

> A cidade fluminense de Duque de Caxias, que fica a 40 minutos do Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, vem sendo, há muitos anos a terra sem lei, ou melhor, a lei naquele município tem sido representada até hoje pelo cano do revólver e da pistola, como no antigo far-west americano, e pelo matraquear das metralhadoras portáteis. Não sei se em tempos remotos Caxias foi uma comunidade pacata e feliz. Sei apenas que em suas ruas, becos e adjacências se tem verificado uma origem muito antiga. Dizem que o município transformou-se em reino do crime há mais de 50 anos. Por outro lado, asseguram que pelas mortes e agressões o responsável

> direto é Natalício Tenório Cavalcanti, um alagoano de Quebrângulo e Palmeira dos Índios que veio morar no território fluminense. (O CRUZEIRO, 19/5/1951, p.13).

Em um discurso eleitoral, Tenório reforçou seus laços identitários com Caxias: "O meu curso primário foi tirado em Caxias, ao tempo em que eu cruzava essas ruas com um livro embaixo de um braço e com um revólver sobre outro para me defender." O parlamentar fluminense ratificou essa identidade em uma de suas colunas de jornal:

> As minhas primeiras lutas foram travadas na legendária cidade de Caxias, em cujas ruas arrastei na mocidade a carroça de chumbo de privações e sofrimentos, em defesa de sua autonomia e da tranquilidade de seu povo. Guardo como lembrança desses dias dolorosos, quarenta e sete cicatrizes que são atestados vivos de que não fico na comodidade dos bastidores, açulando os desventurados para morrerem em meu benefício, em proveito de minha glória. Não vivo do sangue das massas. Sou dos que são capazes de morrer pelo povo e não dos que querem que o povo morra para que eles subam. (LUTA DEMOCRÁTICA, 19/8/1956, p.3).

Nestas passagens são descritos vários adjetivos que caracterizavam Caxias como um espaço de fronteira. Apesar do município fluminense se encontrar a poucos minutos da capital da República, como costumava dizer Tenório, tinha ela como o seu outro, a sua antítese. As imagens de Caxias se mesclavam ao seu povo e ao seu herói mítico e juntos encarnavam um mesmo *ethos*. Vale destacar que a despeito do teor idealista e fantasioso desse tipo de discurso, ele não era pura invenção abstrata. Refletia e ao mesmo tempo orientava experiências de vida reais e a forma como as pessoas percebiam as relações sociais cotidianas.

Foi essa noção de oposição entre a cidade e as suas fronteiras que foi resgatada pelas imagens e discursos que reenquadraram Tenório Cavalcanti na esfera pública após a abertura política. Assim, o político caxiense foi lembrado como aquele que representava uma realidade social avessa à cidade do Rio de Janeiro. Nas representações dos jornais cariocas, Tenório foi um precursor da violência na região. Ainda nos jornais, mas também na linguagem utilizada pelos filmes, representou uma espécie de elemento subversivo de duplo significado: por um lado, era uma figura mítica, que causava fascinação, sendo assim, capaz de organizar e transformar a realidade social de uma população carente e desassistida, por outro, atraía pelo medo, gerava destruição, tornando aquela realidade social ainda mais caótica. Todas essas representações faziam parte da autoconstrução do mito de Tenório Cavalcanti. Assim, estavam presentes em seus discursos e no seu jornal. Contudo, cabe

perguntar: por que teriam sido estes e não outros os elementos que marcaram a memória do deputado fluminense após a abertura política?[155]

A análise das representações criadas sobre a cultura política carioca é uma trilha a ser seguida para responder a esta questão. Talvez Tenório tenha sido lembrado como um político da fronteira no contexto pós-abertura política, porque naquele momento a cidade sonhava com a lembrança da antiga capital da República. Conforme explica Marly Motta (2001), o mito da "Idade de ouro" – descrito na obra de Girardet – foi acionado em diversas conjunturas políticas após a perda da condição de capital do Rio de Janeiro. Este mito alimenta-se da nostalgia e alude a imagens idealizadas do passado, como sendo um tempo mais nobre, mais feliz, ou mais fraterno. Era esta nostalgia que prevalecia após a Ditadura Militar.

Quando foi governador da Guanabara (1971 a 1975), Chagas Freitas quis transformar a cidade-estado num ente federativo como outro qualquer. Naquele momento, a noção de "capitalidade", tão cara a memória política dos cariocas, foi deixada de lado. O governo Médici, ao qual Chagas se aliou, se mobilizou para levar para Brasília a imagem de cidade representativa da unidade nacional. Após a fusão do estado do Rio de Janeiro, em 1975, a Guanabara voltou a ser uma cidade, agora como capital da "Velha província". A partir daquele momento três possibilidades foram constantemente acionadas com o objetivo de consolidar a identidade política da cidade: voltar a ser capital nacional, voltar a ser estado da Guanabara ou se integrar de uma vez ao estado do Rio de Janeiro.

Nas eleições de 1982 para governador, a primeira após a abertura política, Chagas Freitas foi lembrado por seus adversários através de um conjunto de avalições negativas. O ex-governador da Guanabara e do estado do Rio de Janeiro[156] personificava, segundo as palavras de Sarmento:

> As práticas clientelistas, a dócil submissão aos ditames do regime militar, a relação patrimonial com a coisa pública e a chamada 'promiscuidade' estabelecida entre o Estado e as organizações políticas informais. (SARMENTO, 2008, p.294).

Nesse sentido, o seu legado trazia para aquele contexto o arcaico, o provinciano e, de modo geral, o oposto daquilo que o campo político carioca queria ser, ou seja, um espaço politizado, cosmopolita, representado por uma população consciente e atenta aos grandes

[155] Excluo dessa análise as falas dos moradores da Baixada Fluminense, relatadas na Tese de Linderval Monteiro, pois, elas foram produzidas 20 anos após o período da abertura política.
[156] Chagas Freitas foi governador do estado do Rio de Janeiro entre 1979 e março de 1983.

temas nacionais. Para Motta (2001), a vitória arrasadora de Brizola sobre Moreira Franco na cidade do Rio de Janeiro nas eleições de 1982 - em contraposição a sua derrota no antigo estado fluminense[157] – pode ser explicada a partir desses elementos que constituem a cultura política carioca.

Conforme lembra João Trajano Sento-Sé (1999, p.221), Moreira Franco entrou na política pelas mãos de Amaral Peixoto, que ainda representava uma grande força no interior do estado do Rio de Janeiro. Além disso, disputava as eleições pelo partido do governo federal e herdeiro da ARENA, o PDS. Durante boa parte da campanha, Moreira Franco disputou espaço no interior com Miro Teixeira (PMDB), apoiado por Chagas Freitas, que trazia a herança do antigo MDB no estado fluminense. Porém, durante a campanha, Miro se isolou e Chagas passou a apoiar Moreira Franco. Essa mudança foi definitiva para haver a polarização entre Brizola e Moreira Franco, tirando Miro da disputa. Consequentemente, Brizola perdeu para Moreira Franco e Miro no interior, mas, na capital venceu ambos com ampla vantagem. Cabe ressaltar, porém, que Brizola não venceu o legado chaguista apenas na capital, mas também nas zonas periféricas, especialmente na Zona Oeste e na Baixada Fluminense[158].

Para Marly Motta, Brizola trouxe de volta a noção de "capitalidade". Para João Trajano, Brizola resgatou o fio da história, trazendo de volta para eleitorado dessas áreas urbanas periféricas o velho legado trabalhista, reformador social e de tom oposicionista. Em todo caso, a eleição de 1982 representou a vitória da memória e do carisma sobre a máquina. Penso que esse pleito, segundo as análises dos autores, nos leva a pensar sobre a existência de duas contradições estruturantes do campo político do Rio de Janeiro. A primeira delas diz respeito à oposição entre práticas clientelistas e "capitalidade" e a segunda traz a oposição entre o centro e a periferia. Ao resgatar um discurso nacionalizante de tom popular, Brizola encarnou tanto a noção de "capitalidade", quanto a ideia de que poderia incorporar as fronteiras da capital a seu centro. Fez isso não apenas através do resgate da memória do trabalhismo, mas manejando símbolos capazes de gerar uma noção de inclusão social. João Trajano usou a metáfora do banguela, como uma forma de expor a identidade do campo político brizolista através de um recurso estético. Em sua construção narrativa, o banguela

[157] Na cidade do Rio de Janeiro Brizola obteve 42,24% dos votos contra 27,35% de Moreira Franco (MOTTA, 2001, p.7).

[158] Nos bairros de Bangu e Santa Cruz, pertencentes à Zona Oeste, Brizola obteve 56,18% dos votos, contra 19,19% de Moreira Franco. Na Baixada Fluminense Brizola obteve 42,27% dos votos contra 30,12% de Moreira Franco. (SENTO-SÉ, 1999, p.228).

representava o símbolo e a síntese da massa de excluídos da sociedade brasileira, aos quais o projeto político brizolista deveria estar intrinsecamente vinculado, objetivando não apenas incorporá-los, mas sobretudo, colocá-los no centro da esfera pública. (SENTO-SÉ, 1999, p.155-165; 2002, p.94-95). Foi essa identidade que lhe garantiu expressivas votações nas zonas periféricas e fronteiriças da cidade do Rio de Janeiro.

Como procurei mostrar ao longo desta Tese, apesar das práticas clientelistas, misturadas ao assistencialismo e à violência, terem ajudado a conformar o campo político tenorista, creio que ele pode ser melhor definido se o analisarmos a partir da oposição centro-periferia. No contexto pós-abertura, Tenório Cavalcanti não foi lembrado como alguém que conseguiu fazer o que Brizola realizou na eleição de 1982, ou seja, como alguém que trouxe a linguagem, os símbolos e valores da periferia para o centro do debate político[159]. A memória construída em torno do deputado caxiense tratou de renegá-lo às regiões de fronteira. Tenório foi retratado como um ator social *sui generis* de uma região que nada tinha a ver com os símbolos e valores da antiga capital da República. Em síntese, essas memórias mostraram que Tenório não fazia parte da cidade-capital.

A hipótese, portanto, é que as próprias representações criadas a partir do campo político do Rio de Janeiro ajudaram a enquadrar a memória de Tenório Cavalcanti, após a abertura política, como um político da fronteira que não pôde ou não conseguiu realizar a empreitada de colonização do centro. Nesse sentido, proponho que essas representações influenciaram construções sobre o lugar da memória na esfera pública que vão além do campo político em seu sentido mais estreito, ou seja, apreendido como um espaço que inclui essencialmente as instituições políticas e os debates que se conformam em torno delas durante os processos eleitorais. Entendo que a efervescência política daquela conjuntura tenha contribuído para o enquadramento da memória de Tenório Cavalcanti em esferas que não estão diretamente relacionadas à política institucional. Contudo, como foi enfatizado, essa é apenas uma trilha, uma hipótese. O aprofundamento da questão é assunto para outra pesquisa.

[159] É importante destacar que Brizola, diversamente de Tenório, foi um político tradicionalmente ligado à cidade do Rio de Janeiro. Nas eleições de 1962, o político gaúcho candidatou-se a deputado federal pelo estado da Guanabara. Naquele contexto, polarizou os debates políticos com Carlos Lacerda e foi eleito com 269 mil votos – a maior votação até então obtida por um deputado na história do Congresso Nacional. Ver: DHBB, 2010, verbete: BRIZOLA, Leonel. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx

Reprodução fotográfica 49 - Tenório Cavalcanti em campanha eleitoral para deputado federal no pleito de 1958. A ideia do homem que se se sacrificava pelo povo aparecia com frequência no jornal. (LUTA DEMOCRÁTICA, 10/8/1958, p.7).

"TENÓRIO, O SÃO JORGE MATANDO O DRAGÃO!"

Brilhante Discurso do Deputado Alberto Tôrres, no Comício de Caxias, Com a Presença de Milhares de Pessoas – "A Metralhadora Que Garante a Liberdade do Povo de Caxias"

AMOR DE BRUTO

ESFAQUEOU

A RECÉM-NASCIDA

PARA VINGAR-SE DA MÃE DA CRIANÇA, QUE LHE RECUSARA O SEU AMOR

O Malandro Apaixonado é Egresso do SAM — Bárbaro Crime em Parada de Lucas

LUTA DEMOCRÁTICA

RETARDADA A TRANSFERÊNCIA DE GREGÓRIO PARA A PENITENCIÁRIA

O General Flores da Cunha Pede Prazo ao Juiz, Enquanto o Advogado Requer a Presença do Preso, Para Ouvi-lo

PREÇO DO EXEMPLAR CR$ 1,00

AMARALISTAS ASSALTARAM A IGREJA DE ITABORAÍ

Invadiram o Templo, Ameaçando os Fiéis e Interrompendo a Missa

FALEM OS PSICANALISTAS

FUGIU COM A NORMALISTA

Reprodução fotográfica 50 - A comparação de Tenório Cavalcanti com São Jorge foi usada na campanha de 1954 para deputado federal. A relação exaltava a simbologia do sacrifício. (LUTA DEMOCRÁTICA, 29/9/1954, p.1).

Reprodução fotográfica 51 - A simbologia da cruz cristã foi usada pelos tenoristas em diversas campanhas eleitorais. (LUTA DEMOCRÁTICA, 3/10/1958, p.10).

Reprodução fotográfica 52 - A ideia também servia para desqualificar os adversários dos tenoristas. (LUTA DEMOCRÁTICA, 11/9/1958, p.5).

Reprodução fotográfica 53 - A campanha de Joaquim Tenório Cavalcanti para Prefeito de Duque de Caxias trazia o mote da redenção do município. O tema estava associado a uma agenda política repleta de demandas sociais locais. (LUTA DEMOCRÁTICA, 20/7/1958, p.9).

Reprodução fotográfica 54 - Durante a sua campanha Joaquim Tenório assinou uma coluna no jornal cujo nome era “A Redenção de Caxias.” (LUTA DEMOCRÁTICA, 14/9/1958, p.3).

Reprodução fotográfica 55 - O jornal investiu bastante na ideia da salvação do município fluminense. (LUTA DEMOCRÁTICA, 2/10/1958, p.7).

CONCLUSÃO

Este ano se completaram 25 anos da morte de Tenório Cavalcanti. A construção de sua memória ainda está sendo produzida. Como indiquei na introdução desta Tese, em 2013 a antiga residência do ex-deputado fluminense - conhecida como "Fortaleza" - deverá ser transformada em um museu de história política da Baixada Fluminense. O acervo disponibilizado neste espaço certamente abrirá novas perspectivas de análise não apenas sobre a memória de Tenório, mas também, de forma mais ampla, sobre a história política no Brasil.

Procurei evidenciar neste trabalho que a análise da trajetória de Tenório Cavalcanti não se limitou apenas a um esforço de recomposição biográfica. Muito mais do isso, este estudo serve para a compreensão e revisão crítica da dinâmica e do funcionamento de campos políticos, a partir de uma perspectiva teórica que buscou relacionar as práticas e os discursos de um indivíduo ao contexto sociocultural no qual ele estava situado.

Abordar de forma crítica a história de Tenório Cavalcanti nos leva a refletir sobre temas importantes do campo político do Rio de Janeiro e da política nacional. Dentre esses temas destacam-se: a relação dialógica entre as linguagens usualmente empregadas para a análise do fenômeno político e o estudo empírico sobre práticas e construções simbólicas; o papel dos jornais sensacionalistas e de grande circulação nas formas de expressão da cidadania e da cultura popular; a relação entre lideranças carismáticas, partidos políticos e instituições democráticas; e a forma com são construídas identidades políticas a partir da aproximação de narrativas teóricas que se propõem a colocar os fenômenos sociais em perspectivas mais amplas.

Creio que a análise sobre fenômeno político expressado por Tenório Cavalcanti traz para o centro do debate a importância de ser pensar a eficácia dos símbolos e da cultura para a compressão das práticas e dos processos de representação política. Nesse sentido, a pesquisa pode contribuir para tornar menos estreitas as abordagens da Ciência Política brasileira, levando-as para além do campo da escolha racional, da engenharia institucional e de outros cânones que engessam a disciplina. Essa não é apenas uma crítica que se limita ao debate acadêmico. Mais do que isso, trata-se de uma convicção de que o ofício do cientista social consiste, essencialmente, num exercício constante de interpretação sobre a sociedade para enfrentar os desafios impostos por suas transformações. Nesse ofício, os métodos e os

conceitos devem nos servir como ferramenta analítica para facilitar o esforço interpretativo e não para alimentar divisões entre campos profissionais. Como escrever sobre o objeto político sem mencionar elementos de ordem histórica e cultural? Impossível. Portanto, é preciso ampliar a linguagem disponível para a reflexão política com o único objetivo de enxergar mais a fundo a realidade social que nos cerca.

Só foi possível entender os conflitos, as identidades e a movimentação dos atores sociais nos campos políticos abordados nessa pesquisa atentando tanto para condicionantes institucionais e sistêmicos, quanto para mecanismos de mediação simbólica. Nesse sentido, clientelismo, violência, carisma e mito se mesclaram na tentativa de compreensão do objeto aqui analisado. Todos esses elementos permearam a trajetória de Tenório Cavalcanti e, sendo assim, nos ajudam a pensar sobre a nossa história política.

Apesar de ter usado fartamente os discursos produzidos por Tenório no Congresso Nacional, não me aprofundei na pesquisa sobre a sua atuação dentro do parlamento, ou seja, não dei enfoque a sua capacidade de articulação com outros políticos e à sua participação em comissões parlamentares. A opção deveu-se ao fato de que Tenório era um tribuno, assim, a sua palavra valia mais do que as suas articulações intraparlamentares. Em todo caso, essa ainda é uma área de pesquisa em aberto. Tenório construiu a sua liderança política através de um jornal. O político fluminense fez do *Luta Democrática* o veículo para a construção de seu mito e um meio para fazer ecoar a sua voz para além do Parlamento. A atuação como jornalista se confundia com a atividade política.

Confesso que ao iniciar a pesquisa no *Luta Democrática*, tive receio de não conseguir encontrar algo mais do que manchetes enormes e notícias espetaculosas sobre crimes bárbaros. Certamente esse tipo de material já oferecia indícios sobre o campo político tenorista, mas seria muito pouco. Felizmente, com o tempo fui vendo que o jornal tinha muito mais para oferecer. Percebi que as seções incluindo as reclamações da população e as falas dos colunistas expressavam uma espécie de narrativa sobre a cidadania e a cultura popular daquele contexto. A partir daí já era possível começar a entender os mecanismos de representação utilizados por um político popular. Isso me levou a pensar sobre outra questão, que costuma gerar polêmicas nos debates políticos: o papel das lideranças carismáticas na construção das democracias de massas. Ora a relação entre carisma e democracia é vista como negativa, ora como positiva. Mas, o que está constantemente em jogo é a propensão do líder carismático em enfraquecer ou fortalecer a legitimidade das instituições democráticas.

Não tenho a pretensão de responder se Tenório piorou ou melhorou a democracia durante a República de 46. Na verdade, quem tem legitimidade para responder essa questão

não sou eu, mas os atores sociais envolvidos naquele contexto. Posso dizer que ao longo de toda a narrativa a posição dos atores analisados neste trabalho esteve relacionada às identidades construídas em torno dos campos políticos. São as identidades que geram noções de pertencimento, reconhecimento, inclusão e exclusão e, consequentemente, produzem avaliações sobre a eficácia do sistema político. O voto, os comícios, as eleições, o jornal, os partidos, as ações e as ideias políticas, são todos elementos capazes de construir laços identitários. Em síntese, os campos políticos são modelados por uma mistura de mediações culturais e mecanismos de representação institucional que se colocam em constante transformação e conflito.

Por fim, cabe mencionar que as identidades políticas são construídas historicamente e se transformam com o tempo através da maneira como os atores sociais se relacionam em diferentes contextos. Como são construções históricas e simbólicas, as identidades políticas geram fronteiras imaginárias - mas não irreais - capazes de aproximar ou distanciar atores sociais em tempos e espaços diversos. Isso permite pensar a história política em perspectivas mais amplas.

FONTES

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: 1951-1964.

BARROS, Luitgarde Cavalcanti. *Luitgarde Cavalcanti Barros*: depoimento sobre Tenório Cavalcanti. *Revista Intratextos*, v.l2, n.1, p.1-19, 2010. Entrevista concedida a Claudio Araujo de Souza e Silva. Rio de Janeiro: 2010.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Lutademocrática*. Jornal impresso. Rio de Janeiro: 1954-1964.

_____.*O Cruzeiro*. Rio de Janeiro: 1950-1951.

COUTO, Francisco Pedro do. *Pedro do Couto (depoimento, 1997)*. Rio de Janeiro:

CPDOC/ALERJ, p. 1-48, 1998.

FRANCESCONI, Fábio Tenório Cavalcanti. Entrevista concedida a Claudio Araujo de Souza e Silva. Rio de Janeiro: 8 fev. 2011.

JALLES DE PAULA, Christiane; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. 3 ed. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx

REZENDE, Sérgio. *O Homem da Capa Preta*. Rio de Janeiro: 1986.

SANTOS, Nelson Pereira dos. *O amuleto de Ogum*. Rio de Janeiro: 1974.

SILVA, Moreira da; CUNHA, Ribeiro. Bamba de Caxias. Disponível em: http://www.radio.uol.com.br/#/letras-e-musicas/moreira-da-silva/bamba-de-caxias/1110603

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:1328064881866260

REFERÊNCIAS

ALVES, José Claudio Souza. *Baixada fluminense*: a violência na construção do poder. 1998. 202 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BELOCH, Israel. *Capa preta e Lurdinha*: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo*: ambiguidades do liberalismo brasileiro. (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Estudos Brasileiros, v.51).

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. Tradução de Julia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CARLYLE, Thomas. *Os heróis*. Tradução de Antônio Ruas. 2.ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1963.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: _____. *Pontos e bordados*: escritos de história política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CAVALCANTI, Sandra Tenório. *Tenório, meu pai*. Rio de Janeiro: Global, 1986.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência*: pesquisas de antropologia política. Tradução de Paulo Neves. 2 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política*: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção estudos brasileiros, v. 59).

DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*: contribuição à Sociologia brasileira. São Paulo: Companhia Nacional, 1939. (Brasiliana, série 5, v. 172).

ENNE, Ana Lucia S. Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. *Ciberlegenda*, no 14, 2004.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FORTES, Maria do Carmo Cavalcanti. *Tenório*: o homem e o mito. Rio de Janeiro: Record, 1986.

FRENCH, John D. *Afogados em leis*: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Edição Fundação Perseu Abramo, 2001.

FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 89).

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GRYNSZPAN, Mario. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista brasileira de ciências sociais*, n.14, ano 5, out, 1990.

_____. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In: FERNANDES, B.; MEDEIROS, L.; PAULILO, M. (org.). *Lutas camponesas contemporâneas*: condições, dilemas e conquistas, v.11: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terrence (org.)..*A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção Pensamento Crítico, v. 55).

JAGUARIBE, Hélio. Que é o Ademarismo? *Cadernos do nosso tempo*, Rio de Janeiro, p. 139-149, jan. – jun. 1954.

KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei*: um estudo sobre teologia política medieval. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LACERDA, Carlos. *Carlos Lacerda, depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. (Coleção Brasil século 20).

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Imprensa carioca nos anos 50: os "anos dourados." In: ABREU, A.; RAMOS, P.; FERREIRA, M.M.; LATTMAN-WELTMAN, F. (org.). *A imprensa em transição*: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*: o município e o regime representativo no Brasil. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LOPES, Nelson Ricardo Mendes. *Coronelismo e chaguismo na Zona Oeste do Rio de Janeiro*: clientelismo ou o coronel e o caso das bicas d'água no Mendanha. 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MAIA, João Marcelo Ehlert. *A terra como invenção*: o espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MARX, Karl. O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. In: _____. *Obras escolhidas em três tomos* (Tomo I). Lisboa: Edições Progresso, 1982.

MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massa e crise política*: estudo da greve dos 300 mil em São Paulo (1953-1954). São Paulo: Pólis, 1978.

MONTEIRO, Linderval Augusto. *Retratos em movimento*: vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense. 2007. 286 f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MOTTA, Marly. Frente e verso da política carioca: o lacerdismo e o chaguismo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.13, n.24, p.351-376, 1999.

_____. *Saudades da Guanabara*: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-75). Rio de Janeiro: FGV, 2000 a.

_____. O Rio de Janeiro continua sendo? In: SEMINÁRIO: "RIO DE JANEIRO: CAPITAL E CAPITALIDADE." Rio de Janeiro, 2000 b.

_____. Entre o individual e o coletivo: carisma, memória e cultura política. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, 21, Niterói, 2001.

_____. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado. *Nossa história*, Rio de Janeiro, no 19, p.72-75, mai. 2005.

NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil*: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

PAMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio. (org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

PEIXOTO, Ernâni do Amaral. *Artes na política*: diálogo com Amaral Peixoto. In: CAMARGO, A. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 588 p. 1986. (Coleção Brasil século 20).

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val diChiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M.M; AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da História Oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

RAMOS, Graciliano. Segundo relatório ao Sr. Governador Álvaro Paes, pelo prefeito do município de Palmeira dos Índios. Imprensa oficial, Maceió, 1930. In: _____. *Viventes das Alagoas*. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Classe operária e sindicalismo no Brasil. In: _____. *Sindicalismo e Sociedade*. São Paulo: Difel, 1968.

ROSA, João Guimarães. Corpo fechado. In: _____. *Sagarana*. 63 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *O espelho partido da metrópole*: Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983), liderança, voto e estruturas clientelistas. Rio de Janeiro: Folha Seca, FAPERJ, 2008.

_____; FREIRE, Américo. Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969). In: MOTTA, M.; FREIRE, A.; SARMENTO, C. (org.). *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SEGADAS, Soares. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, n.2, ano 24, p. 155-256, abr. – jun. 1962.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo*: estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SIQUEIRA, Carla Vieira de. *Sexo, crime e sindicato*: sensacionalismo e populismo nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o segundo governo Vargas (1951-1954). 2002. 305 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Arlindo. *Memórias de Tenório Cavalcanti*: segundo narrativa a Arlindo Silva. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1954.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Fernando Teixeira; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, J. (org). *O populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. As bases ideológicas do lacerdismo. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n.4, p. 49-70, set. 1965.

_____. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SOARES, Luiz Eduardo. *Os dois corpos do presidente e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WEBER, Max. A política como vocação. In: GERTH, H.H. ;WRIGHT MILLS, C. (org). *Ensaios de sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra, revista por Fernando Henrique Cardoso. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, G. (org.). *Max Weber*. 7 ed. São Paulo: Ática, 2008.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.